

Francisco Gleison da Costa Monteiro
Márcio Douglas de Carvalho e Silva
Mário Sérgio Pereira de Olivindo
(Organizadores)

HISTÓ- RIA

narrativas,
cotidiano
e poder

cancioneiro

BRASIL



**História: narrativas,
cotidiano e poder**

História: narrativas, cotidiano e poder

cancioneiro

Copyright © 2025 by Francisco Gleison da Costa Monteiro; Márcio Douglas de Carvalho e Silva; Mário Sérgio Pereira de Olivindo. Todos os direitos reservados.

Projeto gráfico e diagramação
Mário Sérgio Pereira de Olivindo

Capa
Mário Sérgio Pereira de Olivindo

Editora-chefe
Eva P. Bueno (St. Mary's University, Texas - EUA)

Conselho editorial
Antonio Ozaí da Silva (Universidade Estadual de Maringá, Brasil)
Francisca Verônica Cavalcante (Universidade Federal do Piauí, Brasil)
Héctor Fernández L'Hoeste (Georgia State University, EUA)
Henrique Buarque de Gusmão (Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil)
Johny Santana de Araújo (Universidade Federal do Piauí, Brasil)
Josenildo de Jesus Pereira (Universidade Federal do Maranhão, Brasil)
Kátia Rodrigues Paranhos (Universidade Federal de Uberlândia, Brasil)
Nancy Yohana Correa Serna (Universidad Nacional de Colombia, Colômbia)
Sílvia Glozer (Universidade de Buenos Aires, Argentina)
Talyta Marjorie Lira Sousa (Universidade Federal do Piauí, Brasil)

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

H673

História: narrativas, cotidiano e poder [livro digital] / Francisco Gleison da Costa, Márcio Douglas de Carvalho e Silva, Mário Sérgio Pereira de Olivindo (orgs.). – 1. ed. – Teresina: Cancioneiro, 2025.
406 p.: il.: E-book.: PDF.

ISBN: 978-65-5330-029-3

1. História Geral 2. História – Brasil 3. Política 4. Resistências Culturais 5. Cidadania 6. Idade Média 7. Exército Brasileiro 8. História Colonial 9. Ditadura Militar 10. Educação 11. Feminismo I. Título

CDD – 981.22

Ficha Catalográfica: Bibliotecária Larissa Andrade CRB – 3/1179

EDITORA CANCIONEIRO
Teresina - Piauí
www.editoracancioneiro.com.br
contato@editoracancioneiro.com.br

Sumário

Apresentação 09

01

Um panorama do Reino Visigodo e a contribuição de Isidoro de Sevilha: política, fé e cultura na Alta Idade Média 11

*Caio Rodrigues de Sousa
Moisés Moura Soares dos Anjos
João Paulo Charrone*

02

Hibridismo religioso: análise dos processos inquisitoriais do Frei Alberto de S. Tomas e José Martins (1713-1756) 32

*Maria Manuela de Sousa Rocha
Pedro Vilarinho Castelo Branco*

03

A "hecatombe da Viçosa" e a violência política no Segundo Reinado 54

*Márcio Douglas de Carvalho e Silva
Mário Sérgio Pereira de Olivindo*

04

Os uniformes do Exército Brasileiro na Missão Militar Francesa (1914-1919) 72

Larissa Maciel Silva

05

Para além do som do medo: representação, heroísmo e cotidiano em canções sobre guerras 94

Almerito Francisco Oliveira da Silva

06

A escrita de Capistrano de Abreu em *Capítulos de História Colonial* (1500 – 1800) 114

Lucas Gabriel Lopes

07

Milton Hatoum, a literatura e uma nova história e memória da ditadura militar 136

*Vitor Gabriel Bezerra Arrais
Marylu Alves de Oliveira*

08

Trabalho e repressão: as representações do trabalho no período da ditadura na obra de Milton Hatoum 156

*Iara Lua Castelo Branco Vasconcelos
Marylu Alves de Oliveira*

09

A clarividência de Lispector e a transmutação de Suzana Amaral: a ditadura militar nas entranhas de *A Hora da Estrela* 173

Evandro Araújo Fontinele

10

As narrativas da causa mortis do jornalista Vladimir Herzog no período ditatorial brasileiro 194

*Nilsângela Cardoso Lima
Cristiane Portela de Carvalho
Juliana Fernandes Teixeira*

11

O cenário dos povos indígenas na ditadura militar: uma análise do relatório final da Comissão Nacional da Verdade 216

*Claudia Cristina da Silva Fontineles
Maria Cristina de Sousa Brito
Ravenna Maria Anjos Pereira*

12
**Representações nos espaços públicos de debate em saúde:
análise dos agentes que integraram as Conferências Nacio-
nais de Saúde (1941-1963)** **256**

*Paulo Vinícius Figueiredo Pontes
Antonia Valtéria Melo Alvarenga*

13
**Animais de terreiro no Maranhão: um olhar para o município
de Coelho Neto** **258**

*Mateus Costa Cordeiro
Noely Lima Araújo
Alcebíades Costa Filho*

14
**O ensino de história em debate: reflexões contemporâneas
a partir da Olimpíada Nacional de História do Brasil** **277**

*Ítala Teixeira de Sousa
Cláudia Cristina da Silva Fontinele*

15
**As prescrições em torno das obras de ciências humanas e
sociais aplicadas para o ensino médio de 2021** **292**

*Nádia Narcisa de Brito Santos
José Petrúcio de Farias Júnior*

16
**Apoio didático para docentes dos anos iniciais do ensino fun-
damental nas aulas de História, a partir de aportes teóricos
dos pensamentos feministas negros** **312**

*Hellen Pabline Leal Conceição
Joseanne Zingleara de Soares Marinho*

17
PEC das Domésticas: uma análise interseccional da história das trabalhadoras domésticas negras **332**

Ana Victoria Leite Rocha
Claudia Cristina da Silva Fontineles

18
Movimento feminista: historiografando ideias e (ato)ações de mulheres décadas de 1970 e 1980 **355**

Luciana Farias de Araújo Andrade
Francisco de Assis de Sousa Nascimento

19
Raízes do Brasil protofascista: uma análise histórica do livro Essa Gente de Chico Buarque **374**

Marylú Alves de Oliveira

Os autores **394**

APRESENTAÇÃO

A presente coletânea, intitulada *História: narrativas, cotidiano e poder*, reúne textos oriundos das apresentações e discussões ocorridas no “V Seminário de Pós-Graduação em História do Brasil” da Universidade Federal do Piauí (PPGHB-UFPI), realizado concomitantemente com o “II Encontro de Discentes e Egressos do PPGHB”, que teve como tema “60 anos da ditadura civil-militar: memórias do passado, combates do presente”.

Realizado em 2024, o evento marcou as comemorações dos 20 anos de implantação do PPGHB, mostrando-se uma oportunidade propícia ao debate sobre pesquisas desenvolvidas pelos discentes do PPGHB, ao longo dessas duas décadas, a nível de mestrado, doutorado e pós-doutorado.

Reunindo 19 textos o livro foi organizado de forma didática, citando os autores e seus respectivos capítulos por ordem cronológica e de proximidade temática, esta coletânea procura explorar uma diversidade de objetos e temas históricos, analisando-os à luz de diferentes abordagens teórico-metodológicas.

Entre as convergências temáticas, os textos aqui reunidos problematizam questões relativas à escrita da História, aos usos políticos do passado, às relações de poder, às resistências culturais, às lutas por cidadania e às configurações do ensino da disciplina no Brasil. Tais temas são tratados como experiências historicamente construídas, atravessadas por embates e relações de poder que emergem de disputas nos campos sociais, políticos e culturais da vida coletiva. No que concerne à historiografia, narrativas consagradas são reinterpretadas em busca de novos sentidos e significados, a exemplo das reflexões sobre o

papel visigótico na conformação sociocultural da Europa e das novas leituras sobre a atuação da Inquisição no Brasil colonial.

No século XIX, a violência política é analisada como um instrumento de controle e persuasão usado por agremiações partidárias na disputa pelo poder durante o Segundo Reinado. Já no século XX, a experiência da guerra é abordada sob uma perspectiva sociocultural. A partir de fontes visuais e sonoras, propõe-se uma história dos uniformes do Exército Brasileiro e dos impactos dos recentes conflitos armados sobre as subjetividades. Ainda no século XX, a narrativa histórica emerge como ponto fulcral de reflexão, seja pela necessidade constante de revisão e atualização do saber histórico, seja pelas disputas políticas em torno da produção de sentidos sobre eventos emblemáticos, como a memória da ditadura militar.

Ainda na segunda metade do século XX e adentrando o século XXI, ganham também destaque as discussões sobre o ensino da disciplina no Brasil, com foco nos desafios curriculares, nas práticas pedagógicas, nos materiais didáticos voltados ao ensino médio e no papel do professor na construção de um ensino de História inclusivo. Temáticas como o cotidiano popular, as relações de gênero e a cidadania também são abordadas, destacando formas criativas de sobrevivência no espaço habitado e as lutas das mulheres por reconhecimento e inserção no mundo do trabalho e nas instâncias sociais do saber e do poder.

De modo geral, os artigos reunidos nesta coletânea revelam a sintonia da pesquisa histórica com os problemas do campo da disciplina e com as demandas sociais, ao mesmo tempo que assinalam a vitalidade das recentes investigações em nível regional e nacional.

Os organizadores

01

Um panorama do Reino Visigodo e a contribuição de Isidoro de Sevilha: política, fé e cultura na Alta Idade

*Caio Rodrigues de Sousa
Moisés Moura Soares dos Anjos
João Paulo Charrone*



No decorrer do século V, o processo de declínio do poder imperial romano diante dos poderes regionais que possuíam cada vez mais autonomia foi modificando o cenário da Alta Idade Média Ocidental. O enfraquecimento do Império Romano do Ocidente abriu margem para acontecimentos que mudariam por completo este quinhão europeu. No meio dessas alterações, centra-se a sedimentação dos reinos germânicos em territórios que antes eram administrados majoritariamente pelos romanos. Entre esses grupos que emergiram nesse período estavam os ostrogodos, que se fixaram na Itália, os francos, que se dirigiram para a Gália, e os visigodos, que ocuparam a região da Hispânia. Este último grupo citado, centro do debate aqui proposto, estabeleceu uma monarquia que remodelou a Península Ibérica e que ajudou a confluir para um reordenamento dos Estados Segmentários Germânicos¹.

Cá chamamos de Estados os reinos germânicos, pois concordamos que as ordenações que estratificam as sociedades, para além de um mero sistema de parentesco, geram graus enormes de complexidade política que constituem, em suma, um Estado Político² (Bastos, 2008), uma vez que as distinções socioeconômicas e culturais são reverberações da formação de classes antagônicas, o que, por sua vez, é um aspecto nevrálgico para corroborar a ideia de Estado enquanto máquina burocrática e política.

A centralização política e das próprias estruturas burocráticas nos remontam a um formato estatal, ou, melhor

1. Ressalta-se frisar que esses povos germânicos nunca significaram uma unidade monolítica ou de concordância absoluta em quesitos como cultura, fé e política. Ao contrário disto, sempre representaram peculiaridades e fragmentações quanto a isto.

2. Mesmo entendendo que o conceito de Estado aqui proposto não é *ipsis litteris* o mesmo conceito moderno, saliente-se que a motivação principal de aderir a essa nomenclatura dá-se a partir de uma óptica marxista do próprio pensamento de Estado, ou seja, na esfera da existência de classes desiguais.

configurando, a um Estado medieval: o Estado Visigótico. A delineação da palavra Estado, na realidade, enfatiza um conceito abstrato de organização política e que acaba sendo uma forma de determinação de algo em si por ser um instrumento de abstração da realidade (Brito, 2017). Os conceitos se alteram, sendo este formado por diversos significados e com estratos temporais e durações internas diferentes, e cada estrato temporal “é a constatação de que uma palavra ganha singularidade assim que é usada com um significado determinado e em relação a uma realidade específica” (Koselleck, 2020, p. 96), e que uma realidade específica não anula a outra.

Assim, ao congeminar a burocracia medieval enquanto Estado, o intuito não é celebrar o “ídolo das origens” (Bloch, 2001, p. 56), já muito bem explicado por Marc Bloch³, nem mesmo teorizar um subdesenvolvimento da esfera pública nas sociedades ditas pré-capitalistas, mas sim situar essa forma de organização política no seu devido tempo, com suas peculiaridades, e, principalmente, não delimitar tal projeção à exclusividade moderna como uma maneira de evolução organizacional das sociedades.

Esse trabalho visa, entre outros objetivos, examinar a intrincada realidade teórica e prática da realeza, da Igreja e da sociedade visigoda, a fim de alcançar uma compreensão abrangente do que representou a dinâmica do poder monárquico entre os visigodos. O estudo proposto neste texto centra-se, ainda, nas relações entre a Monarquia Visigótica e a Igreja, bem como no desenvolvimento da teoria de que o monarca é entendido como a representação material do Estado germânico aqui enfatizado. As forças eclesiásticas, como o III Concílio de Toledo (589), serão o alicerce da doutrina construída por Isidoro de Sevilha, prelado sevilhano que, como veremos adiante, influenciou

3. Ver mais em BLOCH, Marc. *Apologia da história, ou, Ofício de historiador*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

significativamente não apenas na teologia da sociedade, principal herdeira do Império Romano do Ocidente. Esse pensamento, oficializado a partir de tal Concílio, teve impactos não apenas na fé, mas também na política da época. Vislumbra-se, assim, entender o panorama do Reino Visigodo e a contribuição de Isidoro de Sevilha na política, na fé e na cultura da Alta Idade Média Ocidental.

Desenvolvimento

Atuando enquanto um reino germânico, e com o objetivo de fortalecer a máquina estatal, foi preciso que os visigodos adotassem uma série de estratégias para que estes pudessem ser legitimados como governantes do seu próprio Estado, já que o declínio do Império Romano do Ocidente não sintetiza a sua extinção, mas sim o fim da sua hegemonia enquanto um potentado imperialista que vigorou por séculos no ocidente europeu. Um dos fatores que contribuiu para o fortalecimento dos visigodos na Hispânia Ibérica e que seria decisivo para o sucesso da sua administração, foram as intrínsecas relações entre Igreja e Monarquia, sendo que a influência e o poder da Igreja eram imprescindíveis para a validação de novos governantes. Logo,

no que tange ao papel da Igreja com relação ao reino visigodo, devemos salientar que esta instituição tanto sobreviveu à queda do Império Romano do Ocidente como assistimos aos bispos consolidarem sua autoridade nas cidades e em seus territórios imediatos durante os dois últimos séculos de existência do Império. Processo este iniciado desde o período do imperador Constantino (306-337), no século IV (Michelette, 2012, p. 33).

A sobrevivência da Igreja após a queda do Império Romano do Ocidente e a sua contínua influência na Pe-

nínsula Ibérica foi possível graças aos poderes conquistados durante o Império Romano. Uma série de benesses foi concedida, o que permitiu a potencialização de sua influência e o poder em todos os âmbitos possíveis. Os bispos não eram apenas figuras religiosas, mas também eram lideranças com forte autoridade na administração de questões sociais, jurídicas e políticas do período.

No que concerne ao Reino Visigodo, a Igreja Católica foi, paulatinamente, conquistando meandros nesse território, pois grande parte da população, e inclusive os próprios monarcas, eram devotos do credo ariano. No entanto, a regência religiosa legada pelas tradições romanas foi o niceísmo do imperador Constantino⁴, e essa ambivalência de credos deflagrou disputas dentro do cenário visigótico, interferindo nas interfaces da política, da fé e da cultura medieval hispânica.

É impossível velar as resultantes de forças que atuaram entre os dois lados na temática teológica na sociedade visigoda, o que culminou na disputa político-religiosa entre Leovigildo⁵ (569-586), então monarca visigodo, e o seu primogênito Hermenegildo. A despeito das interrogações desses enclaves parentais, relata-se que Gosvinta, esposa de Leovigildo, tratara mal, por motivos religiosos, Ingunda, cônjuge de Hermenegildo. Esse episódio deu origem a uma crise que também teve implicações nas teorias religiosas da época (Michelette, 2012). Por mais insinuante que seja essa narrativa, atentemo-nos às disputas políticas dentro do reino. Os visigodos provinham de uma tradição católica ariana secular e que à época era

4. O concílio de Niceia (325) foi uma reunião político-religiosa capitaneada pelo imperador romano Constantino I (306-337) que iniciou a edificação do credo niceno, bem como articulou o processo de cristianização do Império Romano, o que mais tarde seria utilizada como herança dos romanos deixada para os visigodos, servindo, dessa maneira, como um instrumento político e religioso por Isidoro de Sevilha.

5. O rei Leovigildo é substancial na história visigótica por ser considerado o estruturador da autoridade real nessa sociedade.

sustentada pelo rei Leovigildo. Todavia, as continuidades romanas – a exemplo da religião católica niceísta – eram instrumentos imprescindíveis para fincar o Reino Visigodo enquanto independente e fortalecido, como já supracitado, no cerne dos diversos povos resididos no ocidente europeu.

O resultado desse gládio político-teológico é evidente após a conversão do sucessor de Leovigildo, pois “após dez meses de regência, já em 587, Recaredo I se converteu ao catolicismo” (Michelette, 2012, p. 50). A conversão de Recaredo I está mais para uma adesão que não tem as subjetividades do sujeito como um profissional da fé, mas sim as características de um monarca preocupado com os ditames da política do seu reino, já que

uma mudança de religião implicava em um importante risco político: a nobreza visigoda apoiava a hierarquia ariana; já, por outro lado, em questões numéricas, o número de católicos era maior em comparação com o de arianos e, por fim, tanto os bispos arianos quanto os católicos procediam de famílias importantes e dispunham de uma rede de relações sociais e políticas e, tinham receios de perder influência e prestígio social, principalmente os arianos que acreditavam na possível transferência desse poder para os católicos (Michelette, 2012, p. 50).

As articulações político-religiosas dos Estados Segmentários Germânicos ficam claras após a quebra de hegemonia do imperador romano. Sem uma figura de poder central, emergiram novas referências locais: a aristocracia e os bispos, que também atuavam em diversas frentes, acumulando funções que antes cabiam ao governo imperial. No final do século V, a influência dos bispos era generalizada e presente nos principais espaços das cidades, tornando-se autoridade, visto que as suas ações se estendiam também para assuntos políticos, culturais e econômicos. Nesse contexto, a aristocratização do bispado é refletida, facilitando a administração dessas regiões por

famílias abonadas que detinham privilégios econômicos (Baschet, 2006). Concordamos que

outro ponto de destaque do papel desempenhado pelos bispos era que eles estavam à frente de um complexo sistema econômico, posto que, tanto as igrejas urbanas como as que eram diretamente controladas pelo episcopado nos campos possuíam patrimônios, em alguns casos, com dependentes e servos que cultivavam campos, cuidavam do gado ou exerciam distintos trabalhos a serviço do clero, e em última instância, dos próprios bispos (Michelette, 2012, p. 34).

Uma instituição com tanto poder assim jamais seria ignorada pelos visigodos que buscavam pôr fim a todo tipo de resistência e conflitos que pudessem elevar as tensões e as divisões existentes no reino. A unificação buscada só seria possível após uma conversão, uma vez que estavam diante de uma população predominantemente católica romana, e eles, arianos, não eram benquistos. De encontro ao querer católico de Recaredo I estavam os aristocratas arianos, que viam na religião um aspecto cultural de dominação, ou melhor afirmando, um Aparelho Ideológico de Estado (Althusser, 2024).

A conversão ao cristianismo – que se deu a partir de disputas de interesses – foi uma estratégia para superar as divisões existentes e trazer a Igreja para perto da Monarquia que se firmava. Havia muitos interesses em jogo por parte de ambos os lados. O reino poderia ser estabilizado com essa união entre religião e realeza, e a Igreja gozaria de numerosos privilégios que a consolidaria de vez como uma força motriz dentro da Hispânia Visigoda.

Esses contratos políticos fizeram com que a Igreja estivesse em paridade com a Monarquia, tornando-a, guardada às devidas proporções, o segundo potentado público do reino. Alicerçando religião e política enquanto estratégia, os membros religiosos viram-se privilegiados também no plano econômico, que alavancou ainda mais

as trajetórias eclesiásticas no reino. A partir dessa expansão, opor-se às doutrinas sagradas era equivalente a estar sub-reptício ao quadro político da época, tamanho era a força sacerdotal. Outros métodos que foram adotados pelos visigodos para dar sustentação ao reino envolviam a reutilização de estruturas políticas e jurídicas já existentes no Império Romano, de forma que possibilitasse uma administração eficaz:

no que tange ao processo administrativo, os visigodos apropriaram-se do sistema hispano-romano vigente até então. Isto é, assistimos a uma progressiva romanização tanto das tradições germânicas de governo como da legislação, que se produziu em grande parte sob a influência da Igreja. Considerada um passo importante na fusão destes elementos no quadro da população como, também, uma etapa essencial no processo de transmissão da cultura romana, superando a brecha presumida da conquista do Império pelos germanos. Achamos válido ressaltar que os reis visigodos não herdaram os grandes cargos do governo central imperial, mas adotaram semelhante organização provincial nas províncias da Hispânia visigoda (Michelette, 2012, p. 30).

Grande parte dos reinos germânicos possuíam uma administração maciçamente baseada nos aparatos romanos, evidenciando um claro contexto baseado não somente em rupturas, mas sobretudo nas continuidades históricas (Wickham, 2019). Não foi necessário destruir todo o arcabouço legal encontrado, pois boa parte dos alicerces desenvolvidos pelo Império Romano foram integrados e modificados de acordo com as necessidades dos visigodos. Leis romanas foram adaptadas (O *Breviarium* do Direito romano⁶ chegou a ser promulgado, a pedido de Alarico II), algumas práticas econômicas foram mantidas, e a Igreja permaneceu atuante. Continuar aprofundando

6. O *Breviarium* é um conglomerado de leis romanas regimentadas no Reino Visigodo durante o governo de Alarico II. O código foi uma seleção de leis do Código Teodosiano e de outros arquivos. O *Breviarium* tinha como finalidade extirpar as inadequações e incertezas do direito romano e determinava que as escrituras legislativas desse código fossem as únicas respeitadas nas tribunas romanas.

sobre este último ponto não é exagero, pois as fontes oferecem uma riqueza de informações sobre todo o percurso traçado por esta grande organização, fortalecida no reinado de Recaredo I, tamanha era a influência político-religiosa no Reino.

Aos poucos, a participação dos bispos nos assuntos do reino foi crescendo, e nenhuma ação tomada era desprovida de segundas intenções, pois, como uma instituição cheia de interesses, a Igreja atuava para expandir cada vez mais o seu poder de decisão e de veto sobre o Reino Visigodo.

O episcopado visigodo teve um comportamento paradoxal. Por um lado, fortalecia a Monarquia com a formulação da doutrina teocrática e, por outro, somado à nobreza laica, constituía um poder que impelia certo limite a autoridade real. Fato perceptível após a abjuração do arianismo no III Concílio de Toledo, visto que não entendemos este episódio apenas como uma mera mudança de crenças religiosas, pois provocou também uma radical alteração nas relações que mantinham Igreja e Monarquia, trazendo importantes consequências para ambas. No terreno econômico, a conversão provocou um notável aumento do patrimônio eclesiástico. No âmbito político abriu caminho para a intervenção do poder eclesiástico em assuntos civis, obtendo o clero paulatinamente uma maior participação na vida política do reino (Michelette, 2012, p. 36).

A relação entre a Monarquia e a Igreja era simbiótica e isso ficava explícito nos concílios toledanos (reuniões que ocorriam no Estado Visigótico na Península Ibérica), “Eles eram realizados com o objetivo de discutir questões pertinentes ao âmbito político e da fé. As atividades conciliares acabaram apresentando-se como o espaço de produção ideológica decorrente da interação entre interesses monárquicos e eclesiásticos” (Michelette, 2012, p. 37). Os monarcas decidiam o que deveria ser debatido nestas reuniões, e quando era necessário eles recorriam aos concílios para que pudessem reforçar suas ações realizadas (essa ação, quando recorrente, era vista como caracterís-

tica de um governo frágil). Os interesses da Igreja e do Estado se faziam presentes nesses encontros: de um lado estavam os representantes do reino em busca de apoio para seus atos e do outro a Igreja se utilizava dos concílios para firmar o seu papel enquanto uma entidade imprescindível para a governança da sociedade visigoda.

Essas reuniões eram verdadeiros mecanismos que serviram para acentuar a aliança entre dois poderes – Monarquia e Igreja – e que promovia os debates de interesse de ambos (sucessão ao trono, normas sociais que seriam estabelecidas pelo reino). O III Concílio de Toledo, de 589, é uma amostra clara dessa dinâmica estabelecida. Este concílio foi o marco que celebrou não apenas a conversão do Reino Visigodo ao catolicismo niceísta, mas também reverberou as decisões políticas que vinham ocorrendo há dois anos quando o rei Recaredo I aderiu a essa mesma mudança religiosa, iniciando, dessa maneira, um processo de ressignificação nas diretrizes políticas e teológicas dos germânicos localizados na Hispânia Ibérica.

Encerrando-se toda e qualquer discussão entre católicos e arianos em 589 com a soberania católica por toda a sociedade visigoda de maneira oficial, este período foi um marco para a Igreja, que a partir de então se tornou o pilar essencial do poder monárquico. O III Concílio de Toledo foi o primeiro dispositivo institucional que reuniu as esferas régia e episcopal, com a anuência deste sobre aquele, e que iniciou, de maneira lícita, o processo interno de doutrinação da própria realeza visigoda. Além disso, “este sínodo contou com a participação de vários bispos, eclesiásticos de outras categorias inferiores, e vários magnatas e nobres visigodos” (Michelette, 2012, p. 83).

Essa relação teocrática perdurou até o fim do reinado visigodo, com a Igreja possuindo prelados renomados que obtinham o alvará para intervir politicamente nas de-

cisões e na reconfiguração da nova Monarquia Visigoda cristã, sendo que uma autoridade episcopal que atuou dentro dessa estrutura foi o bispo Isidoro de Sevilha. Essa figura eminente é considerada por diversos estudiosos como o grande teórico da Monarquia Visigoda. O famoso prelado de Sevilha provinha de uma família abastada e, proveniente da região cartaginense, era o mais novo da família e seguiu um caminho semelhante ao dos seus três irmãos mais velhos: Leandro e Fulgêncio se tornaram bispos e Florentina se tornou monja de clausura.

Ademais, sua família ficou conhecida ao longo do século VI pela boa condição e posição na aristocracia, e a sua formação se deu em meio ao clima quente que pairava sobre uma Hispânia Visigoda que passava por um longo processo de reestruturação religiosa e unificação territorial. O sevilhano tece um papel único na busca por uma união religiosa e cultural do reino:

dentro do papel que a Igreja desempenhou com relação a Monarquia destacamos o trabalho desenvolvido por Isidoro de Sevilha que é considerado, por muitos pesquisadores, o teórico da Monarquia visigoda. Apesar de algumas colocações referentes aos seus trabalhos, tais como: as contradições existentes em seus pensamentos e o fato de não ter produzido uma obra exclusiva sobre a Monarquia, percebemos que esses conceitos e concepções estão espalhados em seus escritos enciclopédicos, doutrinários e históricos. Desta maneira, o bispo sevilhano abordou questões referentes à legitimidade do exercício do poder, mesmo que não abrangendo os problemas provenientes de sua institucionalização e de suas ideias não terem uma aplicação prática na realidade política, ficando apenas no campo teórico (Michelette, 2012, p. 37).

A notoriedade do prelado Isidoro de Sevilha na edificação do Reino Visigodo enquanto católico ressalta a dimensão vasta em que os eclesiásticos atuavam e, mais do que isso, demonstra a relação imbricada entre fé e política durante a Alta Idade Média Ocidental. A sua ação, enquanto um homem dividido entre a corte e as exegeses

sagradas (Ribeiro, 1989), auxiliou na formação da doutrina de uma monarquia puramente católica e temente ao Deus cristão. Melhor dizendo: antes de se tornarem monárquicos, os visigodos eram cristãos niceístas, e “a novidade essencial consiste em conceber a realeza não mais como o produto do direito natural, mas como o governo do povo cristão” (Ribeiro, 1989, p. 347), fomentando, desse modo, uma nova ideologia amparada nos preceitos do bispo de Sevilha.

Ideias estas que criaram uma nova concepção de mundo orientada pelos regimentos divinos: a concepção de mundo cristão, orientada por um rei superior a todos os monarcas terrestres, e que definia a monarquia não apenas como um regime político, mas um sistema representativo de um querer teológico. Assim, conforme as deduções percebidas do pensamento de Sevilha, anterior à condição de monarca, o rei deveria ser cristão, pois a sociedade visigótica, a partir de então, era essencialmente temente a Deus antes de qualquer situação.

Para o teólogo, a realeza deveria estar sempre a serviço da Igreja, e o rei seria um representante de Deus na terra. Muitos dos conceitos trazidos por Isidoro foram inspirados em outras figuras conhecidas, como é o caso de Gregório Magno. O papa defendia uma unidade entre a Igreja e a Monarquia, na busca pela promoção da paz e isso só seria possível se os dois poderes ficassem restritos às próprias competências. Seguindo essas ideias formuladas por personalidades como Magno e Agostinho foi que Isidoro de Sevilha passou a formular um modelo ideal (na sua visão) de príncipe, já que a monarquia era para ele um instrumento responsável pela manutenção da paz e da ordem, e o rei deveria ser uma figura exemplar e detentor de todas as virtudes necessárias para governar.

As falhas presentes na estrutura monárquica deve-

riam ser corrigidas, pois Isidoro ansiava por uma doutrina firme e sólida, e que o principado deveria estar submetido ao ordenamento legal. Nessa esteira do pensamento, Isidoro de Sevilha perfila duas realezas: a de Cristo e a dos homens, sendo que a divina é preeminente quanto a esta (Ribeiro, 1989). Esse raciocínio foi crucial na originação da sua nova doutrina, uma vez que ele nega o caráter universal de um Reino Visigodo, e o insere dentro de um potentado religioso que tem como representante legítimo a Igreja e as suas chefias. Logo, as razões sevilhanas amparam-se numa renovação do corpo régio visigodo atrelado ao poder eclesiástico.

Um mecanismo utilizado por Isidoro de Sevilha seria os usos do passado romano para legitimar a soberania visigoda, no intuito de fazer uma ligação legatária entre essas duas sociedades, sendo que o rei visigótico seria o sucessor do imperador de Roma. Para isso, Sevilha “estabelece sempre uma expressão de continuidade entre os romanos e os godos [...] experimenta certa nostalgia da grandeza de Roma e afirma que César foi o primeiro que deteve o poder monárquico” (Ribeiro, 1989, p. 347) e que “o ancestral dos monarcas visigodos é, para Isidoro, o próprio César” (Ribeiro, 1989, p. 347). O ideal de “o escolhido” é chamativo e enriquecedor para a elaboração de uma nova doutrina.

O romantismo do passado auxilia, indubitavelmente, na fortificação das metas definidas, e o prelado de Sevilha tinha total consciência disso. Ao alinhar a história visigoda à história romana, o bispo não estava criando apenas os sucessores de Roma, mas, sobretudo, o passado godo, passado este de augustas conquistas, de excelsos reis e de uma glória infundável, que se apresenta desde tempos remotos e que não há necessidade de se esvair agora. E a matriz de todas essas continuidades protuberantes, para

Isidoro de Sevilha, é o cristianismo.

Essas questões abordadas pelo bispo serviriam para dar legitimidade ao governo que estava sob os olhares de grupos nobres que ansiavam pelo poder. A monarquia precisava do apoio da aristocracia para que seu governo fosse duradouro, pois, mesmo com uma aliança de cooperação estabelecida, ainda havia instabilidade, visto que, embora agraciados com terras e cargos, os nobres tentavam manter influência nas escolhas dos monarcas e resistiam às tentativas de centralização política, e

o domínio econômico dessa aristocracia não se dava somente nas comunidades de camponeses que estiveram sob seus controles, mas também nos ambientes urbanos por meio da influência política, ou da competitividade pelos postos episcopais (Michelette, 2012, p. 38).

Isidoro atuou para limitar essa influência dos nobres e utilizou os concílios de Toledo para intermediar essas relações, mediando as tensões existentes a fim de garantir o apoio dos nobres aos reis e sempre usando a doutrina cristã como justificativa para buscar essa unificação. A aristocracia ganha toda essa musculatura a ponto de conseguir fazer frente à própria Monarquia, em defesa dos próprios interesses e em busca de autonomia, tendo o patrimônio recebido das mãos dos próprios monarcas garantido essa robustez:

O que verdadeiramente determinava a importância política dessa aristocracia era a sua força econômica e social, que gradualmente foi aumentando à medida que os monarcas os recompensavam pelos serviços prestados por meio, por exemplo, da entrega de terras, homens e bens móveis, na tentativa de criar vínculos de dependência pessoal que assegurassem a fidelidade desses grupos ao poder soberano. Entretanto, tendo em mãos a posse de extensos domínios e muitos homens que neles habitavam, a nobreza dispôs de poder econômico, social e militar suficiente para poder defender seus próprios interesses frente à Monarquia (Michelette, 2012, p. 39)

Essa autonomia perseguida pelos nobres foi um

grande problema para a realeza, que se via debilitada pelas ações e pretensões dessas facções nobiliárquicas. Embora este comportamento subversivo prejudicasse a figura do rei, ainda assim não foi possível desestabilizar todo o sistema de governo estabelecido, uma vez que os nobres não queriam uma mudança de regime, mas buscavam a mudança da figura central que estava no poder, e é por isso que a figura de Isidoro e de outras autoridades eclesiásticas se tornam tão imprescindíveis para a Monarquia.

Os escritos de Isidoro de Sevilha foram essenciais para a construção de uma Monarquia católica no final do século VI e, com a transição da Monarquia visigoda para a católica, os prelados exerceram grande domínio sobre a cultura, elaborando, assim, a teoria político-religiosa. Os monarcas agora possuíam uma base teocrática e ideológica, assumindo a responsabilidade dos temas do espírito, materializando o pensamento político de Sevilha. Sobre esta base teocrática, há todo um debate por parte de pesquisadores se esse aspecto realmente se fez presente na Monarquia Visigoda. Historiadores e pesquisadores como Walter Ullman e P. D. King⁷ acreditam que havia sim características teocráticas na realeza visigoda. Os dois estudiosos embasavam ainda suas perspectivas na ideia teológica de que o poder monárquico tinha uma origem divina. Essa ideia vem de uma visão medieval que acredita que a estrutura social é estabelecida por Deus de forma muito semelhante à formação do corpo humano, em que a cabeça (o monarca) guia o corpo (a sociedade). Dessa maneira,

P. D. King analisa a teoria política do reino visigodo. Sua visão aproxima-se em alguns pontos com a de W. Ullmann, principalmente, ao caracterizar a Monarquia vi-

7. Ver mais em MICHELETTE, Pâmela Torres. *A concepção de Realeza Católica Visigoda e as ideias de Isidoro Sevilha*. 2012. 151 f. Dissertação (Mestrado em História) – UNESP, São Paulo, 2012.

sigoda como teocrática, pois ambos os autores partem do princípio teológico da origem do poder. O primeiro justifica a compreensão do poder monárquico a partir da teoria existente no período medieval: da mesma forma como Deus criou a cabeça na parte superior do corpo humano, organizadora das ideias e comandante das ações, também colocou o rei na cabeça do corpo da sociedade, a fim de que possa governar os súditos. Em virtude disso, o rei se encontraria em posição superior aos que, por divina disposição, estavam submetidos a seu domínio (Michelette, 2012, p. 77)

Esse pensamento não era unânime entre os estudiosos da área, uma vez que Teodoro Gonzalez⁸ faz uma análise reflexiva acerca do que foi exposto por P. D. King e W. Ullmann. Na sua perspectiva, embora o autor reconheça as observações feitas sobre a origem divina do poder e toda a estrutura baseada em crenças teológicas, ele lança questionamentos sobre uma aplicação destes pensamentos em toda a prática política do Reino Visigodo. Gonzalez fala que mesmo que esta teoria da origem divina do poder oferecesse um pilar robusto para a figura do rei, ela não necessariamente refletia a complexa realidade das relações de poder que existiam no reino.

Na visão de Gonzalez, apesar das pretensões teocráticas presentes na Monarquia Visigoda, havia muitos limites para a autoridade real, e o soberano também estava submetido às leis e precisava negociar com as demais forças políticas que estavam presentes,

entretanto a Monarquia visigoda, apesar de ter o aporte teórico dos princípios teocráticos vigentes, em finais do século VI e princípios do VII, na prática, a elevada posição econômico-social dos grupos nobiliárquicos e da Igreja, os converteram em importantes núcleos de poder político que de fato limitaram que a realeza pudesse exercer uma autoridade quase ilimitada que o subsídio teórico lhe concedia (Michelette, 2012, p. 78-79).

8. Ver mais em MICHELETTE, Pâmela Torres. *A concepção de Realeza Católica Visigoda e as ideias de Isidoro Sevilha*. 2012. 151 f. Dissertação (Mestrado em História) – UNESP, São Paulo, 2012.

Considerações finais

O processo de historicização das categorias ditas históricas é fundamental para um bom ofício do historiador. A partir desse pensamento foi que se chegou à conclusão da plena possibilidade de efetivar a noção de um Estado Visigodo lotado no período medieval. Um Estado Político com as suas singularidades identificadas acima, tal qual a confluência do pensamento religioso e a convocação de sínodos, por exemplo. Mas o Estado Visigótico ultrapassa isso, pois é notório as classes postas na sociedade germânica aqui estudada, o que referencia, sem nenhum teor de anacronismo, uma possível máquina estatal em paridade com os Estados Modernos.

Ademais, perscrutar e esclarecer sobre as principais conotações políticas, culturais e religiosas do Estado Visigodo e a consequente construção de um novo conceito de Monarquia Visigoda após a conversão de Recaredo I, em 587, e da realização do III Concílio de Toledo, em 589, condizente com a imbricação feita pelas três vertentes supramencionadas, e que foi pauta substancial no sínodo toledano, é substancial para entender o efeito que culminou na passagem da sociedade visigótica ariana para o catolicismo, iniciando-se essa mudança religiosa a partir da própria realza visigótica.

Essa tentativa de lapidar uma teologia política, re-fazendo todos os preceitos religiosos – agora sob o véu do cristianismo do imperador Constantino – e cultural, é proveniente do prelado e pensador Isidoro de Sevilha, baluarte das conotações negociáveis, principalmente no IV Concílio de Toledo, evento em que a doutrina política do bispo acentuava a todo instante firmar uma nova ideologia que redefinisse a realza, agora uma realza cristã.

Evidentemente que o objetivo do reino só se torna palpável a partir do adensamento da fé considerada verdadeira, a saber, a fé ortodoxa. Isto infere em uma observação das diretrizes teológicas por parte da Monarquia Visigoda, enfatizando que os governantes deveriam estar atentos aos conselhos dos bispos. Foi justamente Recaredo I que executou a finalidade do reinado dos reis godos – a partir dessa nova perspectiva surgida em 587 – quando convocou o III Concílio de Toledo

As pontuações dos esquemas de negociações políticas estruturadas após a conversão de Recaredo I e que foram adensadas com a doutrina isidoriana não poderiam passar despercebidas ao retratar a sociedade visigótica do período, pois, a despeito dos contrapontos políticos que essa mudança poderia causar, o rei estabeleceu um conjunto de pactos com os prelados e com a aristocracia visigoda. Coube também ao texto direcionar a influência que o bispo Isidoro de Sevilha promoveu na política visigoda durante o século VII, principalmente nas atas do IV Concílio de Toledo, em 633. A criação de uma realeza cristã católica reverbera uma nova concepção de mundo na qual a Igreja assume a posição de uma universalidade imperial, ao mesmo tempo em que a monarquia visigoda é figurada a serviço de um rei maior, alcunhado de Deus pelos cristãos.

A concatenação dos interesses temporais e teológicos de verificar a autoridade da realeza precisou da elaboração de um novo conceito de corpo régio assimilado ao poder divino, fazendo com que a existência desse modelo de monarquia interagisse com as interfaces possíveis de serem manuseadas por tal doutrina, sendo elas a política, a fé e a cultura da Alta Idade Média Ocidental. Assim, evidencia-se que, a partir de uma percepção cristológica, a função de Isidoro de Sevilha é mais do que política, é,

sobretudo, religiosa, sempre perspectivando legitimar o cristianismo católico dentro do seio da Península Ibérica durante o século VI e VII.

É possível compreender as mudanças que ocorreram entre a Antiguidade e a Idade Média ao estudar os visigodos, pois os estudos sobre esse povo elucidam os processos históricos que moldaram a identidade da Europa Ocidental. Muitas vezes, os visigodos são retratados de forma reducionista pela historiografia, interpretados como meros invasores, mas eles foram os responsáveis por uma reformulação sociocultural e jurídica que ainda se faz presente em vários países europeus, com contribuições diversas que devem ser publicizadas. É preciso ampliar os estudos sobre os chamados “povos bárbaros”, de forma crítica, percebendo as narrativas eurocêntricas que permearam os diversos estudos ao longo do tempo, interpretações nas quais os povos germânicos são vistos como precursores do caos e da desordem nas sociedades “civilizadas”.

Os novos estudos têm contribuído para desmistificar esses discursos que são utilizados de forma perigosa para embasar narrativas fantasiosas e agendas políticas, reforçando preconceitos de determinados grupos ideológicos que buscam reescrever a história de forma dissociada da realidade, sem método e compromisso com a história de grupos complexos e minoritários. O historiador deve ter responsabilidade e uma abordagem ética e muito bem fundamentada ao falar de processos históricos do passado. Este trabalho vai além da simples vontade de falar de um povo antigo e abrir espaço para abordagens múltiplas e que façam jus ao papel histórico desempenhado por eles. Essa nova perspectiva permitirá que a atuação dos “bárbaros” na formação cultural, política e jurídica da civilização ocidental seja reconhecida e ainda contribuirá

com o progresso nos estudos feitos para o campo historiográfico.

Referências

ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos ideológicos de Estado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2024.

BASCHET, Jerome. *A Civilização Feudal: do Ano Mil à Colonização da América*. São Paulo: Editora Globo, 2006.

BASTOS, Mário Jorge da Motta. Os “Reinos Bárbaros”: Estados Segmentários na Alta Idade Média Ocidental. *Bulletin du centre d’études médiévales d’Auxerre | BUCEMA*, Hors-série n° 2, 2008. Disponível em: <https://journals.openedition.org/cem/10012>. Acesso em: 9 jan. 2025.

BRITO, Leandro Ribeiro. O Estado na Idade Média: Análise da Lex Visigotorum e do Reino Visigótico Na Península Ibérica. *Revista Espacialidades* [online]. v. 12, n. 2, 2017.

BLOCH, Marc Leopold Benjamin. *Apologia da história, ou, O ofício de historiador*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

KOSELLECK, Reinhart. *Histórias de Conceitos: estudos sobre a semântica e a pragmática da linguagem política e social*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2020.

MICHELETTE, Pâmela Torres. *A concepção de Realeza Católica Visigoda e as ideias de Isidoro Sevilha*. 2012. 151 f. Dissertação de Mestrado em História, UNESP, São Paulo, 2012

RIBEIRO, Daniel do Valle. O pensamento político de Isidoro de Sevilha. *Estudos Ibero-Americanos, [S. l.]*, v. 15, n. 2, p. 347–356, 1989. DOI: 10.15448/1980-864X.1989.2.30381. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/iberoamericana/article/view/30381>. Acesso em: 12 jan. 2025.

WICKHAM, Chris. *Europa medieval*. Lisboa: Edições 70, 2019.

02

Hibridismo religioso: análise dos processos inquisitoriais do Frei Alberto de S. Tomas e José Martins (1713-1756)

*Maria Manuela de Sousa Rocha
Pedro Vilarinho Castelo Branco*



 O texto trata-se de uma breve alusão da pesquisa em desenvolvimento no Programa de Pós- Graduação em História do Brasil da UFPI. Na qual, remete a temática da Inquisição Portuguesa, mediante a análise dos processos inquisitoriais destinados ao Frei Alberto de S. Tomas (1713), e ao forro Jozê Martins (1745-1756), ambos os casos disponíveis de maneira *online* no site do Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT). Trata-se de processos que partem de um delito comum: movimentação das bolsas de mandinga na Bahia setecentista. Entretanto, os caminhos que percorrem seus processos são sinuosos e cheios de ramificações que possibilitam diversos redirecionamentos e múltiplas reflexões a respeito da instituição, vida na colônia e religião. Todavia, neste trabalho, nos limitaremos a traçar um paralelo sobre a organização dos trópicos e as práticas desenvolvidas na colônia – embora não se restringissem a ela. Buscando, no recorte de suas terras, elencar como foram guiados os sujeitos pelo tribunal inquisitorial e pelos poderes locais, além de examinar a transgressão cometida pelos réus na Bahia setecentista. Desse modo, optamos por entender as peculiaridades dessa instituição imersa em um universo multiétnico, que possibilitava abraçar crenças “híbridas” e que flexibiliza as linhas traçadas pelo catolicismo.

As normas religiosas e os tropeços nas predileções de consumo

A Inquisição surge em meados do século XIII, na França. O principal intuito de sua criação era combater as “heresias” dos cátaros, sendo formalmente instaurada

pelo Papa Gregório IX, que, sob administração das ordens religiosas, especialmente dominicanos, tinha como função identificar, julgar e punir as práticas destoantes aos dogmas católicos.

De modo que, o tribunal inquisitorial serviu como um instrumento de autoridade e controle da Igreja Católica, adaptando-se a diferentes contextos históricos e geográficos para manter sua influência. O poder da Igreja expressou-se tanto nas normas de conduta imposta à sociedade quanto nos tribunais responsáveis por extirpar as práticas que não correspondiam ao padrão imposto, instituindo, assim, órgãos punitivos legitimados pela crença religiosa.

No entanto, pensar sobre a Inquisição como um fenômeno único pode ser simplório, dado que houve diferenças bastante significativas entre os tribunais, desde o medievo até a Inquisição que processa os réus aqui trabalhados, com variações nas intenções e na rigidez das práticas aplicadas em diferentes contextos. Assim, Francisco Bethencourt (2000) destaca a existência de “inquisições” no plural, já que cada local adaptou as normas gerais de acordo com suas próprias características. De modo que, quando se refere a Inquisição no Brasil, o olhar se volta para Inquisição Portuguesa, pois em decorrência de questões financeiras, não houve a instalação de um tribunal permanente nas colônias, ocorrendo supervisão por meio de visitas sob a jurisdição do Tribunal de Lisboa, para além do clero já estabelecido no local.

Dessa maneira, o Santo Ofício português funcionou de 1536, ano de sua criação por D. João III, até 1821. Entre suas especificidades, pode ser pontuado a mudança em seus principais alvos: se inicialmente estava voltada à contrarreforma e à reação contra o protestantismo, na Península Ibérica o tribunal assumiu um caráter antissemi-

ta, direcionando sua atenção aos cristãos-novos. Mudança que pode, em parte, justificar a expansão do tribunal até a América Portuguesa, dado que grande parte dos processados entre os séculos XV e XVIII tratava-se de judeus ou ao menos acusadas de judaizar.

Outro ponto significativo da Inquisição Portuguesa foi sua íntima relação com a monarquia, mostrando “a intervenção Regia na justiça eclesiástica (nesse caso inquisitorial) explícita e formal” (BETHENCOURT, 2000, p. 26). E apesar de, posteriormente, o tribunal conquistar certas autonomias e esse casamento nem sempre ser pacífico, destaca-se que a instalação e a rede de privilégios inquisitorial foram frutos de sua colaboração com a coroa. Permitindo que D. João III pudesse nomear um dos quatro inquisidores. Este laço concedeu ao tribunal uma autoridade extensiva, tanto para perseguir os hereges quanto para assegurar amparo e proteção aos seus integrantes. Portanto, o poder real fortalecia a palavra do inquisidor, expandindo o domínio sobre a população e solidificando a autoridade do Santo Ofício.

Dessa forma, o tribunal tinha em suas mãos plenos poderes para manusear processos, punir desviantes e regulamentar um padrão comportamental. Essas postulações são concebidas, como ressaltado por Certeau (1994), mediante uma economia escriturística. Neste contexto, observa-se que a Igreja possuía a propriedade privilegiada dos instrumentos de escrita e, portanto, a capacidade de elaborar e aplicar as regras que orientam as ações das pessoas, estabelecendo o que era ou não permitido tanto para os fiéis quanto para os não fiéis. A exemplo, as Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia que, partindo de normas eclesiásticas, aspiravam ser o espelho de funcionamento da sociedade, bem como, vários regulamentos e bulas papais que, juntamente com os docu-

mentos inquisitórios, constituem um grupamento extenso de normas.

Além disso, não pode ser ignorado que, ao longo dos séculos, o Ocidente estabeleceu uma relação profunda com a Bíblia, que, para além de ser o livro sagrado, também serviu como uma ferramenta de poder, concedendo à Igreja e aos seus representantes uma autoridade que ultrapassa as fronteiras do mundo material. A Bíblia proporciona o embasamento para um grande domínio, estabelecendo suas interpretações e doutrinas como verdades universais.

Portanto, a escrita desempenha uma função simbólica crucial, transformando-se no novo mito que conecta e estrutura as práticas e convicções da sociedade. Ela atua como um dispositivo pelo qual as tradições e dogmas religiosos são concebidos e propagados, estabelecendo um poder, em teoria, mediado por uma voz divina. Nesse contexto, emerge uma estrutura simbólica que diferencia o que é visto como "legítimo" do que é percebido como "herege" ou "desviado", imagens que os colonizadores e religiosos reservaram para os povos indígenas e africanos. Em que, as manifestações de religiosidade e fé local, muitas vezes, não eram reconhecidas como uma religião válida, mas sim categorizadas como magia ou feitiçaria.

De acordo com Laura de Mello e Souza (1986) as bolsas de mandinga tratavam-se da manifestação de feitiçaria mais comum nas terras coloniais. Esses amuletos, geralmente usados no pescoço, tinham como principal objetivo oferecer proteção. Acredita-se que sua utilização poderia prevenir desfortúnios, "fechando" o corpo do indivíduo que a carregava. Entretanto, a prática que tem uma associação a Mali e que chega a África por meio do islamismo, foi atravessando modificações, sendo usada também para cura, namoros, valentia, etc. Além disso, se

a composição inicial estava atrelada aos escritos do Alcorão, nota-se uma grande diversidade nos componentes das bolsas capturadas nas terras do Brasil, misturando com ervas, objetos cristãos, trechos da bíblia, hóstia, entre outros. Assim, as bolsas de mandinga aparecem como um objeto físico do hibridismo e composto de credos igualmente híbridos.

Contudo, apesar de serem vastamente utilizadas, inclusive pelos clérigos, o talismã esteve no centro de diversos processos, respondendo, inclusive, ao crime de feitiçaria – como é o caso de José Martins. Essa caracterização está ligada à Igreja, ao estabelecer o que era ou não aceitável no âmbito religioso, entendendo as bolsas como contrárias a fé cristã. Portanto, o domínio da escrita e das práticas religiosas tornaram-se instrumentos fundamentais para preservar a estrutura social e a ordem almejada. A palavra do inquisidor e a justificação divina, validadas por essas escrituras, ampliavam a abrangência e a efetividade dessa autoridade.

O que acentuava seu domínio em uma dupla dinâmica, em que se tratava de encaminhar hereges a fogueira, a cadeia ou exercer tortura sobre seus corpos, mas também a prerrogativa religiosa, que fornece a ameaça de um castigo para além da vida terrena. Logo, torna-se plausível o temor nutrido por esse tribunal, que alarmava a população, em um clima de cobranças, culpas, confissões e denúncias. Mesmo sem a efetivação do Santo Ofício nas terras do Brasil e apartado das visitas, vemos a marca dos tumultos que levavam as pessoas a admitirem suas próprias culpas, como ocorreu com Frei Alberto de S. Tomas. De modo que, o Frei encontrava-se mergulhado na ideia de possivelmente estar em pecado ou ser denunciado pelas suas práticas já afamadas, resolvendo assim solicitar logo uma audiência na Mesa da Consciência para

reconhecer suas ações.

Ademais, muitas denúncias foram realizadas por outros fiéis, frequentemente impulsionadas por conflitos pessoais ou anseio do denunciante em cair nas boas graças do tribunal. José Martins encontra as garras inquisitoriais mediante a denúncia, juntamente com outros três sujeitos de Jacobina. A acusação chegou aos ouvidos do Vigário Geral João Mendes, sobre a circulação de bolsas de mandinga entre os negros – embora nem de longe fossem os únicos a realizarem essa prática – e por isso foi iniciada uma devassa, e foram encaminhados a alçada inquisitorial.

Esses acontecimentos demonstram o efeito e a autoridade do sistema inquisitório, especialmente considerando que, várias confissões e denúncias aconteceram fora do período das visitas. Pois, na colônia são utilizadas a estrutura eclesiástica instaurada para vigilância, notando que a base de ação está, em grande medida, dentro da colônia, logo, imersa em peculiaridades que fazem as regras se acoplarem as exceções locais. Assim, por mais que tenha surtido efeitos, o Tribunal Lisboeta não detinha total poder sobre as populações que habitavam essa região. Dado que, a organização que entrelaça os poderes encontra obstáculos para o cumprimento das práticas no trópico, provavelmente devido ao vasto território, a tardia criação de dioceses e, sobretudo, aos interesses locais acoplados as práticas cotidianas. Dessa forma, o resultado destoava da narrativa programada.

De modo que, a existência de métodos de controle e imposição não elimina as táticas desenvolvidas pelos indivíduos para se movimentarem dentro desse sistema. A imposição de uma crença não extingue as demais manifestações religiosas. Na realidade, essas dinâmicas evidenciam que as convicções, aparentemente categóricas, são frequentemente disseminadas de forma adaptável, se

modificando nas interações com outras maneiras de expressar o sagrado, gerando sujeitos híbridos que assimilam o catolicismo sem renegar as demais práticas.

Compreende-se, assim, que a Inquisição, bem como, o próprio governo tinham suas leis presas à flexibilidade colonial. Pois, de forma geral, o Estado preza pela inserção de pessoas, perfil gregário e concessão de poderes para conseguir governar, fortalecendo seu mando mediante sua “fraqueza” de traçar acordos e negociações.

Essa abordagem constitui uma nova perspectiva historiográfica a respeito do período colonial, de forma que, João Frago (2017) propõe a ideia de monarquia pluricontinental portuguesa, de uma sociedade corporativa. Entendendo as relações com a coroa para além de uma relação de exploração do Estado Absolutista, revendo conceitos e enxergando uma sociedade repleta de comunidades políticas que possuem a possibilidade de negociar com a metrópole. Tese que coaduna com as reflexões entre o poder central e as lideranças locais, trazidas por Carla Maria Carvalho de Almeida (2014), que evidencia uma espécie de autogoverno dos povos, pois o poder central era compartilhado com outros grupos e corporações. Desse modo, o Antigo Regime dos Trópicos desenvolveu-se em um jogo de interesses do pluralismo político, tratados e concessão de mercês, foros e privilégios que permitiam a governabilidade.

Entendimento expressado no texto “A casa e a Câmara: o auto-governo dos povos nas Minas setecentista”, mediante a atuação das elites locais na Câmara Municipal, em que, observa-se um governo descentralizado, mas fortalecido através de negociações. Logo, na América Portuguesa eram as municipalidades responsáveis pela vida cotidiana, pela ordem e organização. Os homens ricos que tinham o poder em suas mãos, governando o público (ou

coletivo) aos moldes de seu poder privado, dentro de suas casas. Assim, o *paterfamília* não se despe de seus poderes familiares, apenas incorpora estes na esfera pública, fazendo com que essa organização municipal se rendesse aos interesses do senhor de engenho e da casa grande.

Como postula Nestor Duarte (1939), as demais organizações podiam estar no processo de se efetivarem, mas a organização familiar encontrava-se em prestígio, como o centro da vida política e econômica. Inclusive, seria essa base comum que construía dificuldades para o processo de uma unidade maior, dado, o laço parental dominar e, por vezes, lutar contra o Estado. Em decorrência de serem polos tão poderosos, a paz só podia ser assegurada através do compromisso entre o Estado e a Casa Grande. No qual, o governo central até mesmo poderia se sujeitar a família, apoiando e vivendo através dela. Processo semelhante à Igreja que, apesar da grande força institucional, acabava se revestindo ao estilo da ordem privada, como é exemplificado nos casos do culto paterno e deuses dos lares. Todavia, com algumas ressalvas,

A Igreja, ainda assim, a única ordem que consegue, por vezes, preencher o espaço vazio entre a família e o Estado no território da Colônia. De alguma sorte, ela representa um sentido independente, sai fora dos muros da ordem privada e edifica a sua casa, a matriz, que acaba por abrir ensejo a uma atividade externa que terá que ser o primeiro movimento em prol da associação extra-familiar (DUARTE, 1939, p.147).

Portanto, constituindo um importante papel na vida colonial, além de desembocar suas atividades em uma ordem para além da vida privada, e apesar de nem sempre se dobrar mediante a família, não é comum grandes conflitos entre as duas, dado que, a norma seria a fé adentrar as casas sem modificar a ordem ou hostilizar o senhor. Mediante a essas colocações, pode-se imaginar que as normas da Igreja passavam por certa flexibilização

quando adentravam nas organizações e interesses da colônia, assim, a repressão contra as culpas inquisitoriais não conseguia controlar toda a população.

Por conseguinte, a colônia como espaço pertencente a uma sociedade escravista, multiétnica e constituindo-se enquanto fruto de um confronto de diversas ideias, culturas, línguas e religiões, seria inevitável a existência dos muitos “pecados” que circulavam ali – e para além do trópico. Assim sendo, ramificaram-se as práticas culturais com maior proporção que as leis religiosas, visto que, as últimas encontravam maiores dificuldades de serem propagadas. Dado que, “traços católicos, negros, indígenas e judaicos misturaram-se pois na colônia, tecendo uma religião sincrética e especificamente colonial” (SOUZA, 1986, p. 97). Desse modo, demonstra-se a natureza diversa das crenças, tornando assim irresistíveis às práticas consideradas heréticas.

Apesar das iniciativas católicas, seus esforços esbarravam com limitações, pois as instalações tardias, o contexto escravista, as relações de poderes locais, as normas senhoriais e as misturas étnicas, entrelaçados com uma superlotação de tarefas, fiéis e burocracias, levavam a um caminho recheado de atos tidos como pecadores. Dessa maneira, apesar de alguns desses delitos terem perdido a força, pode-se notar em outros a permanência de sua repressão, como é o caso do judaísmo, feitiçaria e bigamia. Pois, a perspectiva inquisitorial, nesse contexto, tratava, sobretudo, de desvios religiosos e morais, nos quais muitos se voltavam para práticas sexuais.

Assim, devido a extensão do que era considerando crime, seria uma tarefa no mínimo laboriosa manter-se firme nas normas cristãs. Pontuando Grayce Mayre Bonfim Souza (2009), que a Inquisição Portuguesa se dividia em duas partes, uma mais preocupada com os delitos contra

a fé, outras religiões tais quais judaísmo, deísmo, maometismo e protestantismo. E a outra vertente mais ligada a crimes contra a moral como a luxúria, adultério, bigamia, leitura de livros proibidos, blasfêmia, fornicação, masturbação, amancebo, sodomia, onde até mesmo os sonhos eróticos e toques íntimos realizados entre quatro paredes são interceptados pelos confessores e aparecem nos relatos dos fiéis.

Abrindo espaço para a observação, de que, apesar de calcar suas opressões na obediência das regras como os dez mandamentos de Deus, os cinco da igreja, dentre outros, essas não eram as únicas normas. Em grande medida os crimes repreendidos na colônia estavam ligados aos desejos carnavais, os quais nem sempre também conseguiam conter. Dado que, até os padres, cercados pelas leis, observando e observados pela Inquisição, não fugiam aos pecados, não sendo surpreendente que, mesmo após alguns ajustes ao seu comportamento, alguns missionários fossem pegos acolhendo alguns pecados. O que implica que a população de maneira geral se arriscava ao seguir suas vontades, quase que à revelia das normas impostas. Uma vez que, “o pecado estava em todas as gentes e lugares. A todos, sem exceção, cabia portanto intimidar, ameaçar, castigar – foi o que pensaram os seguidores de Trento no ultramar português” (VAINFAS, 1997, p. 48).

Desse modo, evidenciam-se as prerrogativas, tanto da existência de crimes inquisitoriais, quanto a tentativa de contê-los, embora nem sempre fosse uma empreitada bem sucedida. Tendo em vista que, mediante o contexto social e as heranças culturais das populações afrodescendentes faziam com que algumas práticas fossem bastante costumeiras, como é o caso da mandinga.

Onde encontra terreno fértil para expressar seu hibridismo religioso e cultural, que pega a prática das bol-

sas coabitando com o catolicismo. Pois, na concepção da igreja, com a aproximação cultural o catolicismo seria absorvido gradualmente pelos sujeitos e eliminaria as práticas destoantes, entretanto, o que ocorre é um consumo da cultura cristã de maneira bastante individual.

Esta coexistência de diversas tradições religiosas ilustra o hibridismo, que, de acordo com Gruzinski (2001), é uma fusão de componentes de ambas as religiosidades. Esses componentes se combinam, um por um, na busca por estabelecer o melhor ajuste possível, ajustando-se às demandas dos indivíduos que criam seu próprio entendimento do sagrado. Este é um autêntico quebra-cabeça composto por peças móveis que coexistem e interagem, resultando em várias configurações. Por exemplo, nas bolsas de mandinga, essa perspectiva pode ser facilmente reconhecida, como podemos ver nos processos de José Martins e do Frei Alberto de S. Tomas, no qual sua diversidade permite o amuleto transitar entre os diferentes mundos.

O Frei é processado ao inserir as bolsas de mandinga dentro de um ritual de exorcismo. De forma que, em sua confissão pontua que, quando vagava pelas terras do Brasil encontrava muitos fiéis acometidos de malefícios, e estes na pretensão de alcançarem a cura, iriam atrás de negros, que o Frei afirma serem afamados de feiticeiros, justificando que, mediante essas circunstâncias, optou pela adesão de um livro para realizar os exorcismos e, conseqüentemente, curar os fiéis. Explanando que para realização pedia,

As ditas pessoas enfer/mas que lhes dessem mira, ouro moido, sera, sal,/ folhas de oliveyra, arruda, e cada huma destas/ cousas benzia(...) E depois as mistura/va, e repartia em quatro, ou mais partez e ca/da huma delas metia em sua bolsinha, eas/ mandava meter nos cantos dos colchoes das/ pessoas enfermas, e tãobem que as trouxessem/ consigo (ANTT, IL, proc, nº 597, p.08).

De modo que, utilizava de vários benzimentos, ervas e materiais para a confecção das bolsas. Havendo como proposta, a utilização do amuleto como parte do processo de cura. Em contrapartida, José Martins é apanhado ao movimentar as bolsas juntamente com três escravizados, sendo ainda acusado da venda de uma bolsa e de aconselhar o furto de uma hóstia consagrada que fazia parte da composição de outra.

As duas bolsas confiscadas desses sujeitos continuam, na primeira, uma partícula consagrada e na segunda um pedaço de cera de Círio Pascoal, um pedaço de uma pedra de ara, para além de palavras que foram compreendidas enquanto desviantes a crença católica. Eram utilizadas como objetivo de dar valentia a seu portador. Dessa maneira, por conta de suas inúmeras vantagens e múltiplas composições que seguem a fé do portador, o amuleto ganhou grande popularidade.

De modo que, o aumento expressivo pode ter sido um dos pilares que fizeram a estrutura inquisitorial repensar a punição dessa prática. De forma que, até o ano de 1774 as ações mágicas como as bolsas de mandinga eram entendidas como feitiçarias, mas em decorrência da ação do Marquês de Pombal, passaram a ser classificadas enquanto ignorância pelo Regimento da própria Inquisição. Essa mudança foi mencionada por Vanicléia Silva Santos (2008), apenas como uma extensão a seu marco temporal, para refletir sobre a interpretação desses amuletos pautada no processo do tráfico negreiro a formação de solidariedades dentro do cativo. Entretanto, talvez seja razoável pensarmos um pouco mais a respeito dessa mudança.

Até então, a Igreja e Estado tem uma íntima relação de colaboração, mas de acordo com Siqueira (2009), já no decorrer do século XVIII, as modificações colocavam

o homem moderno a pensar nessas ordens de poderes enquanto elementos distintos. Sentimento que toma as instâncias governamentais, especialmente quando Portugal se percebe passando por um processo de modernização lento e ainda encara o terremoto ocorrido no dia 1º de novembro de 1755, que acarretou em perdas e danos indescritíveis. Dentro desse contexto, foi necessária uma nova faceta ao reino que remediasse as coisas e reerguesse o abalado reino, havendo então o que ficou conhecido como a Reforma Pombalina. O gabinete encabeçado pelo Marquês de Pombal tinha um Antigo Regime em crise e o desejo ávido pelas transformações vistas nas grandes potências.

A vista disso, buscou-se uma centralização administrativa, alavancando um processo de modernização econômica e maior rigidez política. Entre as ações reformistas, vale destacar a transição de pensamento e cultura iluminista europeia que levou a lenta substituição dos padres da Companhia de Jesus em prol do maior alinhamento com a Congregação do Oratório. Dado que, o ideal reformista coloca sob os ombros desses padres a responsabilidade pelo atraso e como representantes de um modelo que dificultava as mudanças para um futuro. Desse modo, a mesma Igreja que possuiu um papel de destaque na legitimação do poder, nas operações do clero, que foi fundamental na repressão dos desafetos do Estado, amparando seus interesses pela justificativa de defender e disseminar a fé, nesse momento, passa de aliada para um enigma, uma possível concorrente, especialmente dada a importância jesuítica.

Assim, observa-se uma instituição detentora de muitos privilégios, com padres regulares vistos enquanto sócios da conquista e com permissão para controlar grandes parcelas da população, que vinha ganhando um grande

acúmulo de riqueza, poder e espaço. Logo, tantas concessões a tornaram perigosa, sendo recomendado buscar outras formas de legitimação do poder que não relacionasse diretamente ao direito divino de governar, mas, enquanto necessária a ordem espiritual precisava ser controlada, diminuindo seus privilégios.

Contudo, encontrando-se muito difícil de ser combatida – sendo associada inclusive a um atentado dirigido ao Rei – levando o Marquês de Pombal a tomar decisões mais radicais, como a expulsão dos Jesuítas, a ação discursiva incriminatória que dá efeito ao Editto que bane os Jesuítas das terras do reino em 1759, explana que,

Urgia nesse sentido, enquadrar os Jesuítas ou quem quer que representassem empecilho, acusando-os de coniventes com os interesses da nobreza conservadora e imobilista e, portanto, contrários aos interesses de uma burguesia emergente, nitidamente hegemônica dos ideários do mercantilismo burguês. Além de qualificá-los como óbices das reformas mercantilistas, deviam se denunciá-los como “contrários aos interesses do Estado” e desviados de suas verdadeiras funções religiosas (SIQUEIRA, 2009.p.43).

Colocando os Jesuítas enquanto representantes e defensores da antiga ordem, além de opositores diretos aos interesses do Estado Português. Além dessa expulsão, o Marquês de Pombal também voltou suas energias em reformar o ensino que continha grande teor religioso e que vinha servido de grande influência da pedagogia jesuítica. Desse modo, a igreja portuguesa passa a ter uma posição mais subserviente ao poder temporal, no qual,

A igreja se define na prática de alianças e de consolidação de privilégios no novo ambiente de parceria política. No espaço e avançando nessa lógica de redefinições, ela busca sensibilizar se, tanto quanto era possível, com os novos acenos desse tempo da ilustração (SIQUEIRA, 2009. p.49).

E como o camaleão que sempre foi capaz de se

adaptar, busca então se moldar ao novo projeto de Estado Absolutista, se introduzindo nas leituras iluministas. Mediante a esse declínio do poder religioso que estava sendo confrontado pelo governo central, podemos entender a razão da mudança de interpretação das bolsas de mandinga.

Contudo, é possível refletir sobre essa mudança a partir da influência de comportamentos anteriores, o próprio Siqueira (2009) afirma que uma das críticas mais contundentes advindas pela transformação de pensamentos do período reformista foram direcionadas ao Conselho do Santo Ofício, o qual começava a ser visto como instrumento de seletividade e discriminação da ordem temporal e eclesiástica, dizendo ainda que,

Dos crimes e desvios previstos pela inquisição em Portugal, muitos deles já eram contestados por certa mentalidade da segunda metade do séc. XVIII. Já se desmistificava esse estatuto repressor. E isso se faz em razão de uma clara consciência das contradições que existiam entre ação e pensamento (SIQUEIRA, 2009.p.74).

Logo, se observarmos essa distinção entre ação e pensamento voltado para as bolsas de mandinga, percebe-se mediante a difusão da prática que a mentalidade da sociedade a respeito desses amuletos não acompanhava a interpretação do sistema opressor. Afinal, era muito fácil usar o imaginário do continente para difundir a religiosidade africana como feitiços, assim, quando as bolsas estavam associadas aos mouros da Costa Ocidental da África, não havia dúvidas ao serem entendidos enquanto povos feiticeiros e ações pautadas no pacto diabólico. Todavia, quando essas práticas atravessam o oceano e se disseminam para outros sujeitos, a conotação do crime ganha certa complexidade.

Desse modo, a prática das bolsas de mandinga se ramifica por entre africanos, afrodescendentes, indígenas,

brancos e religiosos, como é o caso do Frei Alberto de S. Tomas, que mesmo se autoafirmando como um católico devoto aos dogmas da Igreja Romana aparece realizando a feitoria de bolsas para seus fiéis. As culturas remanescentes do continente africano demonstravam grande resistência e difusão, fazendo das bolsas de mandinga um apetrecho utilizado por toda a colônia, e não apenas nela. Segundo Daniela Calainho (2008), a presença de negros em Portugal causou marcas na cultura da metrópole, pois, por mais que fossem impostos a cristianização, passava por esse processo apropriando os novos princípios as suas crenças originárias. Pontua-se que esse processo de mesclas era uma linha de mão dupla, sendo corriqueiro os portugueses irem em busca de alguns ritos que extrapolavam os limites católicos, especialmente relacionados a cura.

Desse modo, refere-se a uma sociedade entendida como católica, que entretanto, devido as suas vastas superstições, comumente, acabava indo em busca de indivíduos que saberiam manusear o sobrenatural. E esse era justamente o caso, os fiéis exorcizados pelo Frei Alberto de Santo Tomás tratavam-se de pessoas que estavam muito doentes, acometidas de malefícios e por vezes até desenganadas da medicina. Esses sujeitos inicialmente procuravam, de acordo com o Frei, negros que tinham opinião de feiticeiros e para evitar a perda do seu rebanho teria começado a realizar os exorcismos.

É interessante ressaltar que, os fiéis atendidos pelo Vigário se tratavam de homens brancos com alguma condição financeira, dado que, o Vigário tentava afastar esses fiéis da busca por homens negros que eram, a seu ver, feiticeiros. Além disso, eram necessários alguns desembolsos no processo do exorcismo, como realizar a caridade, mandar celebrar missas, e principalmente que na composição das bolsas ele utilizava ouro moído.

Ademais, encontra-se dentro de seu processo uma declaração que enfatiza ainda mais para quem era direcionado os seus exorcismos, no decorrer de sua audiência o Frei Alberto de Santo Tomás explana que em suas viagens, "ele declarante para Per/nãobuco aly continuou em fazer o sobredito, com/ tãobem effeyto que a camara daquela cidade/ quiz pedir a sua Magestade que Dios guarde/ o perpetuasse naquele estado, o que elle declaran/ te impedio, pedindo lhe que o não fizessem" (ANTT, IL, proc, nº 597, p.09).

Em que demonstra tanto sucesso em suas práticas que a Câmara Municipal daquela cidade queria pedir a Sua Majestade para que ele continuasse por aquelas terras, isso só não aconteceu porque o Vigário não desejou. A Câmara era composta pelas elites locais que possuíam bastante poder e autonomia, assim, sentindo-se bastante à vontade de pedir ao Rei que o Frei continuasse disseminando as bolsas de mandinga em Pernambuco, enfatiza ainda mais a concepção de suas negociações.

Posto isso, ainda cabe refletir que o caso do Frei Alberto de Santo Tomaz é do ano de 1713, logo, décadas antes do Regimento Inquisitorial que converte as bolsas de mandinga de feitiçaria para ignorância. Contudo, quando essas bolsas são usadas pelo Frei mediante o discurso católico, como parte de um ritual exorcista recomendado por outro religioso e possui como finalidade a cura de pessoas que faziam parte de uma elite abastarda, a condição de feitiçaria dessas bolsas de mandinga caem por terra, sendo ele acusado pelos crimes de credence e superstição, que resultaram no veredito de inocência ao Frei Alberto de Santo Tomás.

Do mesmo modo que, anos depois, em 1745, quando o José Martins é apanhado com bolsas de mandinga, as quais circulavam entre ele e escravizados com a pre-

tensão de serem valentes – embora tenha várias questões de religiosidade do seu processo que precisam ser analisadas de maneira pormenorizada – essas bolsas não tem o apoio ou função social que beneficia o poder central ou local, sendo então José Martins acusado de sacrilégio e feitiçaria, construindo de maneira coercitiva o seu veredito de culpado e sendo imposto a uma pena exemplar. Referindo-se a processos bastante ricos e importantes para complexificar essas bolsas de mandinga que partem seus crimes não apenas pela definição do Regimento, mas também se pautando na prática de seus usos e sujeitos.

Considerações finais

Esse trabalho buscou localizar de maneira mais conjuntural a pesquisa em andamento, voltando o olhar para a própria instituição inquisitorial, entendendo seu poder regulamentador e discursivo, se manifestando na escrita. Ademais, observamos a importância de destacar as singularidades dessa Inquisição Portuguesa e ação do Tribunal Lisboa no Brasil, enveredando por seus objetivos, simbologias e funcionamento dentro das terras coloniais.

Nessa perspectiva, exprime tanto a prerrogativa organizacional, quanto a prática dessa implementação na colônia, espaço que fazia as leis inquisitoriais esbarrem na realidade de uma ação baseada no clero instalado, nas diferentes crenças populares e nos interesses do poder local. Fatores que ocasionavam uma flexibilidade das regras, o aparato religioso parecia seguir um ritmo parecido de autonomia e negociações que as corporações locais adotaram com a coroa. Desse modo, fazia com que dentro das terras coloniais a voz que se sobressaía fosse aquela de dentro da casa grande emitida pelo *paterfamília* e esta

se reverberava nos espaços políticos também ocupado por esses sujeitos.

Nessa relação entre o poder das extensas famílias, o Estado e as normas religiosas, sobrava a prática de todos os tipos de devoções. A colônia – e não apenas ela – estava repleta de atitudes consideradas pecadoras, dentre elas, optei por destacar o crime do uso das bolsas de mandinga. O uso desses amuletos, entendidos enquanto feitiçaria, passa gradualmente a ser interpretado enquanto ignorância. Havendo um notório desacordo entre o Estado português no período pombalino e a Igreja, todavia, essa flexibilização possivelmente ocorre devido ser uma prática em grande medida aceita pela sociedade. Sendo amplamente utilizada, acreditada e apoiada, inclusive por pessoas integrantes das elites e religiosos católicos, de modo que, empurra o discurso religioso a repensar os moldes de sua perseguição.

Referências

ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. A Casa e a Câmara: o auto-governo dos povos nas Minas Setecentista. In: Anais do IV Encontro Internacional de História Colonial. Dinâmica Imperial no Antigo Regime Português: Séculos XVI-XVIII. *Anais Eletrônico*. Belém: Editora Açaí, volume 6, 2014.

ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO, Inquisição de Lisboa, *Proc. n.º 508 – Processo de José Martins*. disponível em: <<https://digitarq.arquivos.pt/viewer?id=2300382>> Acesso em: 15 de dez. 2024.

ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO, Inquisição de Lisboa, *Proc. n.º. 597 – processo do Frei Alberto de Santo Tomas*. disponível em: <<https://digitarq.arquivos.pt/>

viewer?id=2300471 > Acesso em: 16 de dez. 2024.

BETHENCOURT, Francisco. *História das Inquisições: Portugal, Espanha e Itália - Séculos XV-XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.,

CALAINHO, Daniela Buono. *Metrópole das mandingas: religiosidade negra e inquisição portuguesa no antigo regime*. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes do fazer*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1994.

DUARTE, Nestor. A Família Brasileira. In: DUARTE, Nestor. *A Ordem Privada e a Organização Política Nacional*. São Paulo - Rio - Recife - Porto Alegre. Companhia Editora Nacional. 1939. P. 125- 170.

FRAGOSO, João. Poderes e mercês nas conquistas americanas de Portugal (séculos XVII e XVIII): apontamentos sobre as relações centro e periferia na monarquia pluricontinental lusa. In: FRAGOSO, João; MONTEIRO, Nuno Gonçalo (org.). *Um reino e suas repúblicas no Atlântico: Comunicações políticas entre Portugal, Brasil e Angola nos séculos XVII e XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017. p. 49-68.

GRUZINSKI, Serge. *O pensamento mestiço*. São Paulo. Companhia das letras, 2001.

LIMA, Lana Lage da Gama. O tribunal do Santo Ofício da Inquisição: o suspeito é o culpado. *Revista De Sociologia e Política*. Nº 13: 17-21, nov. 1999.

MOTT, Luiz. *Bahia: inquisição e sociedade*. Salvador: EDUFBA. 2010

SANTOS, Vanicléia Silva. *As bolsas de mandinga no espaço Atlântico: século XVIII*. Tese (Doutorado em História Social) –Universidade de São Paulo, Programa de Pós-Gra-

duação em História Social, São Paulo, 2008.

SIQUEIRA, Antônio Jorge de. *Os Padres e a Teologia da Ilustração: Pernambuco 1817*. UFPE editora, 2009.

SOUZA, Grayce Mayre Bonfim. *Para remédio das almas: comissários, qualificadores e notários da Inquisição Portuguesa na Bahia (1692-1804)*. Tese (Doutorado em História) Salvador: UFBA, 2009.

SOUZA, Laura de Mello e. *O diabo e a terra de Santa Cruz: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colonial*. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1986. v. 1.

VAINFAS, R. *Trópico dos Pecados: moral, sexualidade e inquisição no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 1997.

03

A "hecatombe da Viçosa" e a violência política no Segundo Reinado

Márcio Douglas de Carvalho e Silva
Mário Sérgio Pereira de Olivindo



Província do Ceará, Serra da Ibiapaba, Vila Viçosa⁹, Sítio Tabatinga, noite de 06 de outubro de 1878. Mais de duas décadas de inimizades e provocações entre os chefes de duas famílias locais, o conservador Ignácio José Correia, conhecido como Macaxeira, e o liberal Francisco Gonçalves da Costa, também chamado de Jurity, levaram, naquela noite, à concretização de um episódio que, pela sua magnitude, ineditismo e envolvimento político, foi tema de exposição e debate na imprensa cearense e na capital do Império pelos anos seguintes. Esse acontecimento, entre os vários adjetivos que recebeu, foi chamado de “Hecatombe da Viçosa”.

Segundo o *Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa*, de 1881, hecatombe pode ser definido como o “[...] sacrifício de grande número de vítimas. Matança, carnificina, derramamento de sangue humano” (Aulete, 1881, p. 893). E foi esse o fato! Naquele dia, as agressões entre dois grupos armados, que tiveram como cenário principal a residência de Ignácio Correia, resultaram na morte de 19 pessoas¹⁰, quase todas elas incineradas dentro da própria casa, que foi consumida pelo fogo ateador por membros do grupo liderado por Francisco Gonçalves da Costa. Entre as vítimas, estava a esposa de Macaxeira, “um filho de 23 anos de idade, uma filha de 15, uma de nove e uma de cinco”, além de outros familiares e agregados. O alvo principal, Ignácio Correia, que tinha dificuldade de locomoção, “em consequência de sofrimentos reu-

9. Viçosa do Ceará, localizada na Serra da Ibiapaba, foi antiga aldeia de índios e missão jesuítica. A partir da expulsão da Companhia de Jesus do Brasil por ordens de Marques de Pombal, foi elevada à categoria de vila e posteriormente, transformada em cidade. De acordo com o recenseamento de 1872, sua população legal era de 19.597 pessoas, dessas 335 eram escravizadas. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv25477_v4_ce.pdf. Acesso: 05 jan. 2025.

10. O número exato de mortos é divergente. Entre as várias fontes consultadas, há uma oscilação frequente em todas elas, umas quantificando o número de vítimas em 18, outras em 19.

máticos”, foi retirado da casa por dois de seus filhos, que o esconderam nos matos próximos, sendo um dos poucos sobreviventes (Brasil, 1880, p. 282). Na súplica levada a D. Pedro II por Ignácio Correia, ele definiu o acontecido como um “bárbaro instrumento de inimigos públicos, que procuravam na morte do suplicante o desaparecimento de um obstáculo aos seus planos de predomínio e influência local” (Brasil, 1880, p. 282).

O incêndio da casa, desfecho de um longo percurso de ameaças, intimidações, provocações e atentados entre os Macaxeiras e Juritys, foi peça de constantes acusações e defesas, principalmente entre os jornais cearenses *Constituição*, defensor das ideias conservadoras e que advogava em favor de Ignácio Correa, e o *Cearense*, que, por ser de caráter liberal, fazia o mesmo trabalho em favor de Francisco Gonçalves.

A concretização desse episódio estava embebida em um contexto político que envolvia as disputas por espaços de poder entre liberais e conservadores no Segundo Reinado, exprimindo, em âmbito local, as lutas travadas entre os políticos do Império. Nesses espaços, as lutas pelo domínio político eram acirradas e concretizadas, dentre outras formas, por meio da violência. Tomando como referência a “Hecatombe da Viçosa”, este texto tem como objetivo analisar o uso da violência como estratégia de dominação na província do Ceará, na segunda metade do século XIX. Utilizam-se como fontes principais as narrativas e disputas sobre o acontecimento, que se transformou em tema de debates políticos por meio da imprensa periódica cearense. Evidencia-se, por meio desta análise, que, independentemente da agremiação política, a violência era amplamente utilizada como recurso para a manutenção do domínio político e que os casos mais agressivos culminavam com a busca pela eliminação definitiva do opositor.

As eleições no segundo Reinado, a violência política, e a “Hecatombe da Viçosa”

Ignácio José Correia, residente em Viçosa, no sítio Tabatinga, distante, na época, aproximadamente uma légua da sede da vila, era um político atuante na localidade, e que, ao longo da sua vida, ocupou vários cargos públicos, como o de delegado¹¹. Ligado ao Partido Conservador, teve forte atuação na manutenção dos interesses dessa agremiação política naquele local. Nas eleições de 07 de outubro de 1856, segundo o jornal *Constituição*, “como em toda província *houve* uma infame violência da polícia contra o povo, e só não *houve* vítimas a lamentar porque os nossos correligionários não quiseram arriscar-se a maiores excessos”. Naquele dia, segundo constou o periódico, Ignácio Correia “apresentou-se com armas pelas ruas da cidade, prendeu aquele que não quis votar nele, impediu que votantes entrassem na igreja para votar e rasgou voto de um votante dando-lhe outro” (*Constituição*, nº 9681, 1856, p. 01, *grifado*).

No ano de 1865, uma nota publicada no jornal *Cearense*, assinada pelo codinome “O Macaco Amarelo”, pedia que o capitão da 3ª companhia do batalhão de Viçosa, Ignácio José Correia, “que padece do mal de paralisia das pernas, a ponto de não poder caminhar a pé sem grande esforço e padecimento seu”, tivesse o exame para verificação da sua paralisia [...] feito em Fortaleza, a fim de verificar se “esse paralítico, e saber se não é sem fundamento que se anuncia o mal que sofre esse homem enfatuado, e guerreiro somente em perseguir a seus adversários políticos”.

11. Em 1861 foi nomeado 5º suplente de delegado (*Cearense*, nº 1471, 1861, p. 02); em 1861 foi nomeado 5º suplente de delegado (*Cearense*, nº 1471, 1861, p. 02); em 1868, ocupou o cargo de juiz municipal substituto (*Cearense*, nº 2540, 1868, p. 03). Em 1877 foi nomeado como um dos membros da Comissão de Socorros de Viçosa, instalada para administrar os recursos em auxílio da população diante de um período prolongado de seca (*Cearense*, nº 60, 1877, p. 04).

cos" (Cearense, nº 1960, 1865, p. 03).

Ao longo de sua atuação como autoridade pública, atos de violência e perseguição atribuídos a Ignácio Correia foram constantemente denunciados na imprensa. Em 1868, enquanto atuava como juiz municipal substituto, foi acusado de instaurar processos criminais como forma de perseguir seus desafetos, "arma favorita que constantemente lançam mão contra o partido liberal" (Cearense, nº 2540, 1868, p. 03). Em fevereiro de 1868, o jornal *Cearense* já aludia às arbitrariedades políticas praticadas pelas autoridades investidas na Villa Viçosa, considerada naquela época "uma das localidades da província que mais reclamava atenção do governo", pois ali "as violências, as perseguições que há muito denunciadas pela imprensa de ambos os credos políticos revelam que a lei não exerce o seu salutar império", iniciando as desordens o juiz municipal, que, juntamente com outras autoridades, prendia opositores, falsificava documentos e burlava a lei em favor de seus interesses (Cearense, nº 2576, 1868, p. 01, *grifado*). Segundo Monteiro (2021, p. 47), o relatório provincial de 1868 já identificava que, entre os motivos associados à violência no Ceará, estava "a conduta das classes dominantes em manobrar seus subordinados na execução de práticas violentas como instrumento de intimidação e solução de conflitos internos". Em 1871, mais uma vez foram denunciados os "abusos e arbitrariedades" do delegado de polícia Ignácio José Correa, cujas "monstruosidades causam horror e indignação". No auge das denúncias, ele era descrito como um "homem de más entranhas e de uma ambição insaciável, quase sempre no poder, tendo feito fortuna tomando sítios por meio de ameaças e perseguições diversas aos desvalidos (...)" (Cearense, nº 108, 1871, p. 02, *grifado*).

Embora já existisse um histórico de denúncias da

ação violenta de Ignácio Correia na imprensa cearense no uso do poder público a ele investido, foram nas eleições de 1872 que a sua atividade se tornou mais incisiva. Os jornais da oposição liberal, *Cearense* e *Pedro II*, foram os que mais abordaram o assunto, algo comum no contexto institucional da luta político-partidária brasileira no Segundo Reinado, em que se eivavam os periódicos de “uma constante troca de acusação entre os que ganham e perdem as graças do monarca” [...] (Limongi, 2014, p. 27-28). Para a eleição local daquele ano, o presidente da província autorizou o envio de 12 praças para reforço da segurança, porém dizia-se que Ignácio Correia, que era candidato, ameaçava “a um e outro conforme a qualidade da gente que se tratava” (*Cearense*, nº 78, 1872, p. 02), afirmando “vencer a eleição até a balas” (*Cearense*, nº 72, 1872, p. 02).

O jornal *Pedro II*, no balanço das eleições primárias realizadas nos dias 7 de setembro e 18 de outubro de 1872, noticiou a ocorrência de “uma morte e muitos ferimentos – alguns mortais, outros graves e a maioria leves – [...] preço de duas duplicatas informes que aqui fizeram empregados do governo”. Segundo constou, na véspera do dia marcado para a eleição, o coronel Vicente do Espírito Santo Magalhães, “escapou de ser vítima de um grupo de facínoras que precipitadamente cercaram-lhe a casa as 9 horas da noite, e invadiram-lhe soltando imprecações e ameaças”. Como resultado, “as pessoas que estavam na casa do tenente-coronel resistiram aos agressores, travando-lhe uma luta de que resultaram muitos ferimentos de parte a parte”. Foram apontados como os autores do ato sitiante da residência, “o delegado de polícia Ignácio José Correia Macaxeira, acompanhado do major João Severino da Silveira, seus filhos Domingos Benício da Silveira e João Severino Filho, o genro Luiz Nogueira, o 1º suplente

de delegado José Ferreira de Carvalho e outros" (Pedro II, nº 184, 1872, p. 02-03, *grifado*). O *Cearense* deu como resultado da eleição aproximadamente 40 ferimentos, a maior parte graves entre eles; denunciava que o delegado Macaxeira "não limitou-se a cabalar, amassar, pender, recrutar, armar o povo, expelir à força o juiz de paz da matriz [...]", aproveitou-se da eleição para exterminar os seus inimigos pessoais e políticos em uma "anarquia bárbara que desconhece todas as leis, todos os princípios de justiça". No decorrer dessas eleições em setembro de 1872, foi notificado também um atentado a "Francisco Gonçalves da Costa Jurity, 2 filhos dele e um irmão, na noite de 8 para 9, feitos com tiros, faca e pau, por Victorino José Correia, Francisco Pinheiro da Rocha, João Francisco da Silva e outros cangaceiros do delegado Correia, inimigo pessoal do Jurity" (*Cearense*, nº 85, 1872, p. 01). Nessas eleições, sentiam-se perseguidos os liberais que se definiam como "alvos dos dominantes, *que corriam perigo de vida, e de propriedade [...]* porque as autoridades sem exceção *eram todas cúmplices*" (*Cearense*, nº 85, 1872, p. 01, *grifado*).

Como se verifica, a eleição de 1872 marcou uma manifestação da violência política praticada no Ceará e em Viçosa, ao mostrar a forma como as autoridades locais usaram a violência para garantir o resultado das eleições favoráveis a eles e para atacar os seus inimigos pessoais. Essa situação, dizia o jornal *Cearense*: "Não nesta ou naquela localidade, *mas por toda a província*" (*Cearense*, nº 84, 1872, p. 01, *grifado*). Embora fosse quase corriqueiro o uso de recursos coercitivos para garantir o poder, eram nos períodos eleitorais que eles se externavam por meio da violência física, "[...] tendo nesse recurso a busca pela garantia da autoridade desses senhores em suas localidades" (Monteiro, 2021, p. 48). Com isso, podia-se comparar as eleições no Império a "uma guerra", por serem usadas

como instrumento de medição de “forças das parcialidades”. As diferenças poderiam ser resolvidas pacificamente “se uma das partes fosse muito superior numericamente à outra. Contudo, nem todas as disputas eram resolvidas contando-se as forças locais, uma vez que a intervenção do governo, seu posicionamento em favor de umas das parcialidades, enviesava a medição de forças” (Limongi, 2014, p. 25).

O uso da violência em âmbito local era constantemente atribuído ao apoio do governo provincial, que permitia que essas arbitrariedades fossem cometidas como mecanismo de controle. Em afirmação disso, dizia o *Cearense*: “É uma coisa horrível, como todas as cenas sangrentas na farsa tragicômica que o nosso governo fez representar na província, e quiçá no império, para divertir o povo” (*Cearense*, nº 84, 1872, p. 01). A provocação do jornal liberal era uma constatação de um aparato maior, que possuía uma escala mais ampla em torno da defesa dos interesses partidários, envolvendo as forças da política nos municípios, que usavam o aparato do Estado, como a polícia e a justiça, para reprimir os adversários. Com o apoio das autoridades superiores, como o presidente da província, muitos desses crimes podiam não receber a devida punição, principalmente nos períodos eleitorais, quando se dizia que havia a liberdade para “matar em nome do governo” (*Cearense*, nº 84, 1872, p. 01). Os atos violentos, que comumente se exacerbavam em épocas de eleição e tinham o corpo de polícia como um de seus agentes, operavam sob o comando de autoridades maiores, pois “o chefe de polícia não agia de livre e espontânea vontade; a primazia sobre o comando violento da polícia era do presidente da província, por mando direto seu ou por omissão” (Menezes, 2006, p. 117). O arbítrio parcial, por vezes atribuído ao presidente da província, foi uma

marca constante nas páginas dos periódicos políticos, que constantemente denunciavam a ação dos seus opositores, mostrando que a violência política era uma das marcas da vida política do Ceará no Segundo Reinado, principalmente a partir dos anos de 1870, quando foi verificado um acirramento da violência “contra o eleitor e contra o próprio processo eleitoral” (Meneses, 2006, p. 33), constituindo-se a violência “[...] como uma maneira de legitimar o poder dos grupos partidários e produzir uma representatividade da continuidade dessa classe na política” no Segundo Reinado (Silva, 2022, p. 76).

De acordo com Monteiro (2021, p. 47), entre os crimes mais utilizados pela classe dominante como mecanismo de controle político e social no Ceará, estavam os “os homicídios e as agressões físicas”. Os conflitos se sucediam de maneira horizontal, e a estrutura social era reproduzida durante o processo eleitoral. Assim, as “facções entram em confronto e a violência é empregada para resolver o conflito. No interior de cada parcialidade, a deferência estrutura as relações verticais entre chefes e votantes” (Limongi, 2014, p. 13). Nesse cenário, questionou o jornal *Cearense*: “O que esperar do governo qualquer garantia quando ele nos tem votado ao extermínio, quando sabe, consente, e se é que não autoriza esse estado?” (*Cearense*, nº 85, 1872, p. 01). A pergunta feita no periódico era uma constatação dos fatos, pois “a violência e as fraudes eram comuns nos pleitos eleitorais, as ameaças, agressões físicas e os assassinatos políticos eram parte do cotidiano das eleições” (Monteiro, 2021, p. 58).

Embora se mostrassem ideologicamente distantes em suas páginas periódicas, havia muitas semelhanças entre liberais e conservadores no Império; “o emblema partidário os distinguia menos nos princípios e ideias que abraçavam, do que nos atos do poder, referentes à ordem de

interesses pessoais e do corrilho que patrocinavam” (Bonavides, 1956, p. 307). Com isso, os discursos acerca da violência e de seu uso como controle político, bem como da fragilidade das instituições, eram sempre os mesmos, mudando somente o jornal que expunha as denúncias, conforme o gabinete que ascendia ao poder. Liberais e conservadores, a todo instante, disputavam na imprensa quem era o verdadeiro portador das ideias e o real representante dos ideais de progresso da nação. Essas imagens eram transmitidas nos mais diversos tipos de notas e matérias publicadas em seus periódicos. Assim, acusar e desqualificar o opositor, atribuindo-lhe todo e qualquer tipo de mal, era uma maneira de tentar influenciar a opinião pública. Quando do uso da violência para a conquista ou a manutenção do poder, os grupos apontados como autores das ditas “hecatombes” eram caracterizados como “bárbaros, não tinham confiabilidade na administração pública e, vendo seu sistema político fragmentando-se cada vez mais, promoviam atitudes sanguinárias em busca de manter-se no poder” (Silva, 2022, p. 105).

Se o *Cearense*, jornal liberal, foi o principal autor de notas com esse teor, a partir de 1878, quando os conservadores foram destituídos do poder, a missão passou a ser desempenhada por periódicos desse partido no Ceará, como a *Constituição* e *Echo do Povo*. Em pesquisa sobre “as contendas e paixões partidárias dos jornais cearenses na segunda metade do século XIX”, Ana Carla Sabino Fernandes analisou o papel da imprensa cearense nas disputas políticas durante esse período, destacando como os jornais se tornaram instrumentos para a manifestação de ideais partidários, embates eleitorais e negociações de poder. Nesse período, os jornais funcionaram como arenas de debate, onde jornalistas, leitores-correspondentes e correligionários buscavam influenciar e moldar a opinião

pública. As críticas mútuas entre os jornais eram uma tentativa constante de deslegitimar as ideias do outro grupo, especialmente durante períodos eleitorais.

Em publicação intitulada “Cartas ao Monarca”, o *Echo do Povo*, citava entre os problemas existentes em Viçosa no ano de 1879,

O *crime*, a perversão, patenteando-se por toda parte sem punição alguma e o bacamarte e archote incendiário na mão de um sicário, amigo da situação, abate, extermina uma numerosa família. A *polícia*, esse ídolo de Fouché, esse agente da ordem e que deve trilhar sempre as raíças da honra e do dever, desmoralizada e entregue em mãos de um *anêmico* que deveria ser policiado, escarnece do sofrimento público, chibateia o cidadão pacífico, assassina e da sinistra gargalhada sobre as cinzas dos cremados na Tabatinga, e levanta brindes a Jurity. A *perseguição*, manhosa como a serpente e astuta como a raposa morde o homem de bem, inocenta criminosos e processa – Ignácio José Correia (*Echo do Povo*, nº 09, 1979, p. 01).

Ao queixar-se da aplicação da lei para a punição dos autores do crime praticado no Sítio Tabatinga, o jornal *Constituição* atribuía a morosidade na condenação dos acusados à própria ação da justiça, dizendo que “desde a primeira autoridade da província até o último dos agentes da administração, todos em porfia se esforçam por ser mais desabusados, corrompidos e cruéis, como se na corrupção, no arbítrio e na perversidade estivesse a glória do funcionário público!”. As ações denunciadas com veemência eram uma característica desse jogo de poder: “bastava o ministério trocar os presidentes da província e os chefes de polícia que a eleição estava ganha” (Carvalho, 2007, p. 180). Dessa forma, “O sistema se apoiava sobre pés de barro frágil, todos sabiam que as eleições pouco tinham a ver com a vontade do povo [...] onde a opressão das classes miseráveis do interior e a violência das autoridades levam aos pés da Coroa números e nomes, todos tão falsos” (Faoro, 2001, p. 404). Isso significa

dizer que o uso da violência, na ponta final do processo, era uma “forma que o governo usava para fazer a balança pender para o seu lado” (Limongi, 2014, p. 28, *grifado*).

Diante dos fatos e do contexto histórico, percebe-se que a “Hecatombe da Viçosa” foi um exemplar mais agudo de ações quase rotineiras nas disputas políticas durante o Segundo Reinado, diferenciando-se em grande medida pelo número de vítimas que se consumou de uma única vez. Os acontecimentos posteriores a esse fato também se encontram dentro das conformidades da aplicação da justiça na época, tendo Ignácio Correia encontrado dificuldades para obter a punição do crime praticado pelo seu rival conservador, naquele período em que esse partido estava no poder.

Depois de consumado o crime, sentindo-se injustiçado e temendo pela sua segurança pessoal, José Ignácio Correia foi ao Rio de Janeiro no mês seguinte ao incêndio, levando uma representação a D. Pedro II. Por meio dela, dirigiu-se ao imperador, declarando-se vítima de perseguições, implorando justiça e proteção pessoal, por ver-se ameaçado por “cruéis inimigos”, incluindo o promotor público, o delegado de polícia e o presidente da província, Dr. José Júlio de Albuquerque Barros, qualificado por ele como seu adversário desde 1864. Segundo Silva (2022, p. 105), constantemente o imperador era alvo de contestações públicas “porque ele fechava os olhos para esse tipo de ação”, e, embora tivesse o poder de intervir, “deixava a situação se resolver nas esferas da imprensa e judiciário”. Porém, diante da alienação citada dos poderes públicos, incluindo a justiça, quem estava à margem do domínio político poucos resultados favoráveis podia esperar. O pessimismo com essa instituição foi exposto pelo *Constituição* da seguinte forma: “No Brasil a justiça é, em regra, uma prostituta, a lei uma pomada e o direito uma

peia que só tem circulação nas academias" (Constituição, nº 85, 1878, p. 01). No ano de 1879, o senador Conselheiro Jaguaribe¹², pedindo informações ao governo em discursos na câmara, também colocou em evidência a falta de ação da justiça. Segundo ele,

o espírito de justiça e retidão afastou-se para dar lugar somente à paixão política. Há uma crença muito encarnada no partido liberal daquela província de que um partido que está de cima pode fazer de tudo, e realmente ali o está fazendo [...] que se pode matar, extinguir uma família, enfim fazer tudo contando que seja o bem de um partido (Pedro II, nº 14, 1879, p. 02).

A fala do senador era mais um reflexo da ausência do funcionamento de mecanismos institucionais para garantir a aplicação da justiça, resultado da concentração de poder nas mãos das elites locais e da natureza clientelista e personalista da política da época, onde a lei não era aplicada de forma equitativa para atender aos interesses de grupos dominantes, alimentando um ciclo de impunidade e arbitrariedade. Referindo-se à justiça buscada por Ignácio Correia, os jornais conservadores enumeravam três personagens principais como responsáveis pelo crime, bem como pela impunidade que se seguiu dele, iniciando pelo presidente da província, Dr. José Julio de Albuquerque Barros, cujo governo era caracterizado como uma época "propícia ao crime [...], que se erguia [...] por toda a parte, animado ou pela falta de repressão ou pela proteção oficial dispensada em favor dos assassinos. [...]. Reforçando que "A um presidente liberal tudo é lícito fazer". Nesse contexto, a ação de Jurity tinha sido estimulada e a sua impunidade garantida pela "amizade e convivência do promotor político, bacharel Plácido de Pinho

12. Domingos José Nogueira Jaguaribe, político cearense e conservador, foi um dos, se não o principal defensor de Ignácio Correia no parlamento brasileiro, criticando as instituições com veemência pela parcialidade da justiça, e pedindo que os autores do crime contra o seu correligionário tivessem uma punição.

Pessoas” (Pedro II, nº 78, 1878, p. 02). O chefe de polícia entra nesse tripé, e torna-se também alvo de denúncia, a partir do momento em que, na missão de processar os autores do incêndio, tomou como ato de pronunciar, em dezembro de 1878, “o major Ignácio José Correia e muitos trabalhadores seus – no art. 192 combinado com o art. 34 do Código Criminal¹³ [...]”. A ação do magistrado foi definida como uma enorme atrocidade cometida contra a vítima, que tinha entre as suas motivações a vingança política.

Se nesta questão pode haver alguma coisa superior a perversidade do facinora que consumiu a fogo lento – mulheres e crianças – é certamente a do magistrado que para agiotar a defesa e livramento do correligionário, pronunciou o chefe da família assassinada. Depois de um ato tão iníquo e revoltante, o sr. dr. Sabino do Monte desceu até confundir-se com os assassinos, ficando assim sem crédito, sem nome e sem reputação. Obcecado pelo ódio e acoroçado pela polícia e pelo promotor público Plácido de Pinho Pessoa, o feroz Jurity, com o bacamarte em uma mão e com o facho do incendiário na outra, matou 18 pessoas da família do major Desvairado pela paixão partidária, outro jurity arvorado em juiz e convertendo a espada da justiça em instrumento de vingança política – pronunciou pai dessa família cremada em vida. Que mais resta ver nesta situação liberal? (Pedro II, nº 92, 1878, p. 02).

O relato do jornal, carregado de indignação, era uma mostra da manipulação das instituições judiciais e políticas, acusando as autoridades públicas, como o chefe de polícia Antonio Sabino do Monte¹⁴ e o promotor Plácido de Pinho Pessoa, de transformar o sistema judiciário em um mecanismo de vingança e proteção a correligionários, em detrimento da defesa dos direitos das vítimas. A pronúncia feita pelo chefe de polícia, resultou na prisão de Ig-

13. O Art. 192. Referia-se a matar alguém com qualquer circunstância agravante. O Art. 34, tratava das penas atribuídas, a depender da sua natureza, podendo ser, entre outras, as galés perpétuas e banimento do Brasil (Brasil, 1858).

14. Em 1879, Antonio Sabino foi nomeado vice-presidente do Ceará, medida que repercutiu como uma recompensa pela denúncia feita contra Ignácio Correia “para satisfazer os ódios” (Jornal do Comércio, nº 26, 1879, p. 02).

nácio Correia ao voltar da capital do Império para o Ceará. Diante do fato, o *Constituição* publicou aproximadamente meia dúzia de artigos-denúncia, todos intitulados “A Hecatombe da Viçosa” seguido da menção direta ou indireta aos principais agentes apontados como responsáveis pelo crime ou pela não punição dele, enfocando principalmente a ação do chefe de polícia. Essas acusações renderam uma série de defesas e contra-acusações na imprensa cearense e do Rio de Janeiro. Grande foi o empenho em transmitir uma imagem de vítima, pacífica, ordeira pelos jornais em favor de Ignácio Correia, contradizendo aqueles que atribuíam a culpa do acontecido ao histórico de inimizades e violência praticada por ele quando estava investido de poder. O *Jornal do Comércio* dizia que ele “foi sempre político resoluto, que jamais cedeu o campo às ameaças de adversários armados do poder” (*Jornal do Comércio*, nº 29, 1879, p. 02), porém era uma imagem pouco provável de se acentuar a ele na totalidade, diante dos constantes relatos de ações truculentas protagonizadas ou estimuladas anteriormente, incluindo os antecedentes no dia do incêndio à sua casa, levando por vezes a ser confundido como “autor do próprio crime” (*Jornal do Comércio*, nº 28, 1879, p. 02), por incitar a inimizade que possuía com Francisco Jurity.

Em relação à sua prisão, Ignácio Correia se valeu do “provimento de um recurso que [...] havia sido interpretado por seu procurador” (Pedro II, nº 14, 1879, p. 02). O processo que levou ao julgamento dos autores do ato só teve fim em 1882, após complicada tramitação judicial, marcada por adiamentos, recusas de jurados pelas partes de acusação e defesa e por transferências processuais. O processo enfrentou obstáculos em várias sessões do júri, como a dificuldade de formar o número necessário de jurados devido a recusas e impedimentos (parentesco,

interesse no processo, ou mesmo participação como testemunha). Na primeira tentativa de julgamento, em 1879, o processo foi adiado devido à falta de jurados suficientes, já que muitos foram recusados ou declarados impedidos por vínculos com o caso. O mesmo problema ocorreu na segunda tentativa, em setembro do mesmo ano, e novamente na terceira, em dezembro, quando o julgamento foi suspenso pelo mesmo motivo. Diante desses adiamentos sucessivos, os réus foram transferidos para a comarca de Granja, mas também não houve julgamento por falta de registro de andamento do processo naquele local. Sendo criado foro civil em Ibiapina, o julgamento foi para lá transferido. Lá o processo só foi concluído após três tentativas. Finalmente, em abril de 1881, os 13 réus foram julgados e condenados à pena de galés perpétuas. Contudo, no dia seguinte, uma petição solicitando novo julgamento foi apresentada e aceita, prolongando o caso (Cearense, nº 187, 1881, p. 01).

Considerações finais

A “Hecatombe da Viçosa” insere-se no contexto de uma sociedade marcada pela corrupção, autoritarismo e pela instrumentalização do poder público para fins privados no Brasil do século XIX, em que a política era, muitas vezes, uma extensão das disputas pessoais e os adversários políticos eram tratados como inimigos a serem eliminados, seja fisicamente, seja por meio do uso arbitrário do poder.

Nos antecedentes, durante e após o episódio, está a utilização do aparato estatal — forças policiais, delegados e promotores — para proteger os interesses políticos e pessoais, caracterizando uma interação entre elites re-

gionais e autoridades públicas, fazendo com que leis e garantias individuais fossem manipuladas em nome do fortalecimento de alianças políticas locais.

De modo mais amplo a “Hecatombe da Viçosa” é um retrato de um Brasil onde os direitos civis e as garantias legais eram privilégios acessíveis a uma minoria econômica e socialmente privilegiada, principalmente quando se encontrava no poder. Para a maioria da população, especialmente para os grupos marginalizados, a lei existia mais como uma força opressora do que como uma ferramenta de justiça.

Referências

AULETE, Francisco Júlio de Caldas. *Dicionário contemporâneo da língua portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1881, tomo II.

BONAVIDES, Paulo. O partido político no império. *Revista da Faculdade de Direito, Fortaleza*, v. 10, 2ª fase, 1956, p. 303-316.

CARVALHO, José Murilo de. *Dom Pedro II*. São Paulo: Cia das Letras, 2007.

FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 3. ed. São Paulo: Globo, 2001.

FERNANDES, Ana Carla Sabino. *A imprensa em pauta: entre as contendas e paixões partidárias dos jornais Cearáense, Pedro II e Constituição na segunda metade do século XIX*. 2004. 206f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2004.

LIMONGI, Fernando. Revisitando as eleições do Segundo Reinado: manipulação, fraude e violência. *Lua Nova*, São Paulo, n. 91, pp. 13-51, 2014.

MENEZES, George Rocha. *Lutas políticas e crise social: uma política de elite cearense na década de 1870*. 2006. 193 pág. Dissertação (Mestrado em História Social) — Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2006.

MONTEIRO, Pedro Henrique Dantas. O liberalismo cearense: uma análise das práticas dos liberais cearenses no Senado Imperial (1864-1868). 2021. 129f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2021.

SILVA, Maria Larisse Elias da. *“Para além dos fatos”: o morticínio eleitoral em Cajazeiras-PB (1872-1877)*. 2022. 199f. Dissertação (Mestrado em História) — Universidade Federal da Paraíba, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Programa de Pós-Graduação em História, João Pessoa, 2022.

Fontes

BRASIL. *Anais do Parlamento Brasileiro*. Câmara dos senhores deputados. Terceiro ano da décima sétima legislatura. Sessão de 1880, Tomo III. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1880.

BRASIL. *Código criminal do Império do Brasil*. Recife: Tip. Universal, 1858.

Jornais

Cearense (1865/ 1868/ 1871/ 1872/ 1881)
Constituição (1856/ 1878)
Pedro II (1872/ 1878 /1879)
Echo do Povo (1979)
Jornal do Comércio (1879)

04

Os uniformes do Exército Brasileiro na Missão Militar Francesa (1914-1919)

Larissa Maciel Silva



A Primeira Guerra Mundial foi um evento catalisador de profundas transformações que moldaram o século XX, influenciando ideologias, economias, culturas e estruturas políticas (Eksteins, 1991). Segundo Araújo (2022), não existiam motivos, a princípio, para que o Brasil escolhesse um lado na Primeira Guerra Mundial, contudo, com o desenrolar dos acontecimentos, em 1917 o presidente da república, sob decreto do Congresso Nacional, no qual ele sancionou e reconheceu, decretando guerra à Alemanha. Esse decreto veio diante de ataques alemães a navios brasileiros, além de pressões internacionais por parte da França, dos Estados Unidos da América e do Reino Unido, que buscavam formar alianças para auxílio na guerra.

Dentro das forças armadas, os uniformes militares têm significados múltiplas características, funcionalidades e estéticas, embora muitas pessoas os vejam apenas como trajes funcionais. Nesse sentido, os uniformes do exército brasileiro durante a Primeira Guerra Mundial mostravam a identidade e a hierarquia dos soldados, bem como as transformações causadas pelo conflito mundial. Entretanto, nos campos da historiografia brasileira há uma escassez de análises desses uniformes mais de perto, especialmente, em relação às consequências da guerra e às influências da missão militar brasileira na França.

Este artigo tem como objetivo analisar os uniformes do Exército Brasileiro durante a Primeira Guerra Mundial, examinando seus significados e efeitos culturais e militares. Assim, objetiva-se identificar como a missão militar francesa contribuiu com o quadro do Exército Brasileiro. Neste contexto, a problemática central gira em torno do seguinte questionamento: quais as principais características dos uniformes do Exército Brasileiro no período da

Primeira Guerra Mundial e as influências da Missão Militar Francesa?

A escolha do período de 1914 a 1919 para este estudo foi fundamentada na relevância dos eventos que influenciaram a atuação e a modernização do Exército Brasileiro. Esse intervalo abrange desde o início da Primeira Guerra Mundial, em 1914, até 1919, ano em que foi assinado o acordo que oficializou a Missão Militar Francesa no Brasil. Durante esse período, o Brasil saiu de uma postura de neutralidade para uma participação ativa no conflito em 1917, motivados por acontecimentos como os ataques às embarcações brasileiras e as pressões internacionais.

Nessa perspectiva, a metodologia fundamenta-se em estudos bibliográficos e na análise iconográfica, com revisão da literatura e imagens sobre uniformes do exército brasileiro. Destacam-se as contribuições de Barroso e Rodrigues (1922), que trazem ilustrações dos uniformes brasileiros, e Araújo (2022), que aborda a Missão Militar Brasileira na França. Esses estudos serviram como base para a pesquisa. A investigação apresenta sua relevância pela necessidade de incorporar os uniformes militares à nova história militar, oferecendo uma compreensão mais ampla das ações, identidades e impactos das forças armadas brasileiras e as influências sofridas em sua missão na guerra europeia.

As contribuições da Missão Militar à França ao Exército Brasileiro

O Brasil ingressou na Primeira Guerra Mundial em 26 de outubro de 1917, após uma série de incidentes que culminaram na decisão de se alinhar com os aliados (Araújo, 2022). Assim, o país que antes possuía uma política

de neutralidade diante do conflito, mas declarou guerra à Alemanha, fazendo parte do grupo dos aliados liderado pela França, Inglaterra e Estados Unidos. Em uma reunião interaliada que ocorreu em Paris, foi decidido que o Brasil enviaria, além da Comissão de Estudos e Compras, uma missão médica militar para a França, um grupo de aviadores navais para treinamento nos Estados Unidos e na Europa e uma divisão naval para patrulhar a costa atlântica da África. Em concordância com Guerra:

A entrada do Brasil na Primeira Guerra Mundial foi um fato marcante à época. O navio brasileiro *Paraná* navegando na costa ocidental francesa, em abril de 1917, foi torpedeado próximo à cidade de Barfleur. A esse afundamento seguiram-se outros, de navios mercantes nacionais: *Tijuca*, *Lapa*, *Macau*, *Tupi*, *Acari* e *Guaíba*. Tais atos de agressão germânica contra o País provocaram o estado de beligerância entre o Brasil e a Alemanha, declarado pelo presidente da República em 26 de outubro de 1917, sancionando a resolução do Congresso Nacional. O Brasil atendia às suas tradições e aos desejos de todo o seu povo, por intermédio de seus representantes no parlamento (Guerra, 2012, p. 45).

Entretanto, o Exército Brasileiro enfrentava deficiências significativas, destacando-se a falta de equipamentos adequados e preparo para um conflito em grande escala, que se expuseram à medida que o país se envolveu na guerra, evidenciando não apenas a ausência de tecnologias, mas também de estratégias. Em resposta a essas questões, o Brasil tomou uma decisão estratégica de convidar a França a enviar tropas para ajudar a remodelar seu exército. Nessa perspectiva, “o exército francês contava com um Serviço de Intendência com ampla experiência na logística de guerra e com a capacidade de mobilizar, fardar, alimentar, instruir, armar e transportar os milhões de combatentes” (Santos, Ferreira e Nascimento, 2020, p.159). Assim, percebe-se que:

A vitória francesa sobre a Alemanha na Primeira Guerra Mundial reforçou as correntes francófilas dentro do

Exército brasileiro, conferindo ao seu discurso maior legitimidade, já que o modelo militar francês se mostrou superior durante a guerra. Não cabe neste artigo tratar mais profundamente das causas que levaram à opção pela França, mas sabemos, contudo, que razões políticas e econômicas influenciaram nessa escolha. O Tratado de Versalhes (1919), que amputava a Alemanha de seu Exército, retirou-a da cena internacional. Isso permitiu que se enviasse ao Brasil uma missão militar francesa de instrução junto ao Exército (MMF), fazendo da França um parceiro privilegiado. Dentro de um período de vinte anos o Exército francês vendeu ao Brasil armas e equipamentos militares, e enviou instrutores para auxiliar no projeto de modernização do Exército nacional. Completando esse intercâmbio, os melhores oficiais brasileiros estagiaram nas escolas militares francesas recebendo a instrução do Exército considerado neste momento o mais sofisticado. A MMF tinha como principal objetivo manter relações militares e comerciais favoráveis à França, criando uma política de intercâmbios que já dera muitos resultados (Araujo, 2009, p.248).

Dessa forma, foi firmado, em 1919, um acordo que representava o compromisso de modernizar e alinhar o Exército Brasileiro aos padrões militares mais avançados da Europa. A França foi o parceiro ideal para essa empreitada, dado que, os franceses tinham demonstrado um conhecimento profundo e um desempenho notável em várias frentes durante a Primeira Guerra Mundial, tornando-os os parceiros ideais:

Durante a Primeira Guerra Mundial, as operações no teatro de guerra da Europa evidenciaram a resposta que muitos já sabiam, mas custavam a aceitar: o Exército Brasileiro estava mal equipado e sem condições adequadas para o emprego em um conflito próximo. Além disso, as influências do positivismo ortodoxo nas fileiras do exército estavam aproximando os alunos das escolas militares ao cientificismo e afastando-os das lides castrenses tradicionais e vivenciadas nas agruras da Guerra da Tríplice Aliança. Dessa maneira, foi decidido que o Exército Brasileiro receberia uma missão militar francesa. O contrato foi assinado no ano de 1919 (Guerra, 2012, p.42).

Desse modo, observa-se a influência da missão militar francesa que se estendeu após o final da Primeira Guerra Mundial, na qual buscou-se modernizar e profis-

sionalizar as forças armadas brasileiras. Além disso, essa missão não buscava apenas modernizar a infraestrutura militar, mas também introduzir novos conceitos e práticas que seriam assimilados pelo exército brasileiro. Assim, há uma percepção de que a colaboração foi essencial para a criação de uma doutrina militar, como pode ser notado no seguinte trecho:

Desde 1920, sob a direção e supervisão de oficiais franceses, houve uma mudança na educação e administração militar do exército, repercutindo nos exercícios de campanha, organização e uso de equipamentos de guerra. A Missão Militar Francesa no Brasil trouxe grande contribuição para a evolução da doutrina militar terrestre brasileira. Decorridos mais de 100 anos, seus ensinamentos ainda são aplicáveis no atual processo de transformação do Exército Brasileiro (Guerra, 2012, p. 42).

Portanto, constata-se que essa missão marcou os ensinamentos e as reformas implementadas no exército brasileiro, contribuindo não apenas de forma imediata, mas moldando sua identidade e suas práticas por anos após seu final.

Análise dos uniformes do Exército Brasileiro

A indumentária usada em determinados períodos demonstra os hábitos e os costumes de uma sociedade em questão, atuando como uma espécie de espelho da cultura (Lipovetsky, 2009). Desse modo, a análise do vestuário é uma área promissora de pesquisa, pois abrange um conjunto de significados que transmitem informações simbólicas sobre as pessoas, conjuntamente, a que classe social ele pertence e que atitude se espera dele em relação aos outros, entre outras coisas. Em concordância com, Diana Crane:

Os uniformes serviam como lembretes úteis de que o

conteúdo da comunicação interpessoal nos locais em que eram usados deveria limitar-se a informações sobre a tarefa desempenhada, reforçando, portanto, a separação entre classes sociais e mesmo entre empregador e empregado em uma mesma casa. (Crane, 2006, p. 194).

Nesse sentido, os uniformes funcionam como objeto disciplinador, pois padroniza as atitudes e comportamentos de quem o veste, seja militar, religioso, profissional ou escolar, uma vez que, tem o poder de caracterizar a figura de quem o veste.

Dessa forma, com o surgimento da *nova história*, difundida pela Escola de Annales, novos objetos e novas abordagens passaram a ser inseridas nas pesquisas historiográficas (Soares e Cardoso, 2012). Assim, os uniformes, enquanto parte do mundo da indumentária, presentes em certas categorias de pessoas, foram muito populares durante a guerra.

De acordo com Barroso e Rodrigues (1922), os uniformes do Exército Brasileiro foram amplamente influenciados pelos uniformes europeus, como os franceses, germânicos, ingleses, espanhóis e, essencialmente, portugueses. Essas adequações demonstram a influência das potências europeias na formação e organização das forças armadas brasileiras. Em outros termos, o Exército Brasileiro foi afetado por outras potências europeias, além de Portugal. Destarte, esse fator decorre, principalmente, como resultado de alianças, guerras e trocas culturais que ocorreram no Brasil ao longo da história, com adoção de uniformes, táticas militares e equipamentos de nações europeias.

Em relação a participação do Brasil na Primeira Guerra Mundial, quando ocorreu a Missão Militar Brasileira à França, Barroso e Rodrigues apontam que:

Durante a guerra europeia, nossos oficiais, em comissão no estrangeiro, usaram, por tolerância, calções e blusas

de flanela caqui, tendo essa a gola deitada, a inglesa, com gravata. A influência da Guerra sobre o nosso fardamento não ficou somente nisso. Dela decorreu uniforme dos nossos aviadores e soldados mustantes, assim como suspensórios para os oficiais em campanha e o talabarte em serviço ou passeio segundo a estampa 207. [...]. A 207 registra uma tristíssima nota: em grande gala, na parada de 7 de setembro de 1917, o boné americano de Cabo Branco e penacho, o que somente a mais profunda e lamentável e ignorância da alimentar e militar poderia permitir, pois vai de encontro a todas as regras e tradições, ao mais corriqueiro e sentimento de estética e a própria forma de cobertura em questão. No mesmo dia, em São Paulo, o 43º de caçadores formava de calças encarnadas e perneiras de couro da farda caqui, em lugar das polainas brancas regulamentares (Barroso, 1922, p. 72).

À vista disso, nota-se variações em relação aos uniformes do exército brasileiro. Essas modificações podem ocorrer devido às funções e cargos, as condições climáticas, aos eventos cerimoniais e atividades práticas diárias. De modo geral, percebe-se que ao atribuir funções e cargos específicos, os uniformes frequentemente reforçam uma hierarquia social, evidenciando quem está sob autoridade e quem está subordinado em contextos como militar, corporativo ou de serviço. Portanto, apresentam-se as análises dos uniformes, com imagens retiradas da obra *Uniforme do Exército Brasileiro (1730-1922)*. Assim, as análises serão feitas da esquerda para a direita começando pela parte superior da, posteriormente na parte inferior na mesma ordem.

Figura 1: Aquarelas dos Uniformes do Exército Brasileiro: Estampa N. 201 – 1914



Fonte: BARROSO, Gustavo; RODRIGUES, J. Wasth. *Uniforme do Exército Brasileiro (1730-1922)*. Paris, A. Ferroud, F. Ferroud, 1922.

O primeiro uniforme à esquerda, demonstra um aluno capitão do colégio militar em traje de gala, com jaqueta escura composta por dragonas douradas, calça vermelha, luvas brancas, botas pretas com parte branca, além de quepe com pluma branca. O traje apresenta adornos usados em cerimônias, desfiles, ou seja, seria uma indumentária própria para eventos formais. Na segunda vestimenta militar, também tem-se um traje de gala, que se assemelha ao primeiro uniforme apresentado, contudo, quem veste

é um músico de infantaria. Nessa perspectiva, esse traje também apresenta um alto nível de formalidade, indicando vestimentas de cerimônias.

Na indumentária central nota-se um capote verde escuro, calças escuras, chapéu azul (sem pluma) e botas pretas, usada por um soldado de cavalaria. O uso do capote nesse uniforme indica uma proteção extra contra o clima, além de sugerir uma função prática e utilitária. Destarte, seria um uniforme usado para serviços em campo. O próximo uniforme sendo de um soldado de infantaria, também apresenta um capote verde escura, todavia, suas calças são cor cáqui, com sapatos pretos. Afinal, tem-se o fardamento cáqui do aluno da escola militar, uniforme simples sem ornamentos, provavelmente usado em atividades cotidianas.

Na parte inferior, temos três uniformes de campanha. O primeiro uniforme, com o cavalo, inclui uma jaqueta e calça cor cáqui, botas pretas, quepe cáqui com linha azul, além de uma espécie de bolsa branca. Esse uniforme usado por um soldado de cavalaria, demonstra a praticidade para carregar equipamentos, o que sugere um papel de logística ou de apoio, a cor também ajuda na camuflagem em áreas abertas. O segundo uniforme, do porta-bandeira de infantaria, tem como diferença do anterior uma faixa azul e um detalhe marrom nas botas, essa vestimenta indica uma posição de destaque, além da bandeira sugerir uma função cerimonial ou de representação.

Por fim, o uniforme do cabo de mesma arma, também em cor cáqui, traz consigo uma espécie de pochte na cintura, uma bolsa pendurada e uma mochila nas costas, além disso, o soldado tem uma arma. Assim, essa indumentária apresenta uma funcionalidade destinada ao combate, em que o uso do equipamento sugere uma prontidão para ações militares.

Figura 2: Aquarelas dos Uniformes do Exército Brasileiro: Estampa N. 203 – 1915 e Estampa N. 204 – 1916



Fonte: BARROSO, Gustavo; RODRIGUES, J. Wasth. *Uniforme do Exército Brasileiro (1730-1922)*. Paris, A. Ferroud, F. Ferroud, 1922.

O primeiro uniforme dessa figura representa um oficial de infantaria em fardamento de parada, em 1915, sua jaqueta é em tom escuro com detalhes das dragonas, suas calças são vermelhas com uma linha na lateral em cor escura, luvas brancas, botas com detalhe branco e pluma vermelha no quepe, além de um sabre na mão esquerda. Diante disso, percebe-se que se trata de um traje de gala, tradicional e formal usado em cerimônias e eventos oficiais para mostrar formalidade.

Na segunda vestimenta, também temos um oficial de infantaria, contudo, em fardamento de campanha usado na Guerra do Contestado, composta com jaqueta e calça cáqui, botas e cinto marrons, um lenço vermelho no pescoço e chapéu estilo bicorne em cor escura, que fornece proteção contra o sol e elementos naturais. Esse uniforme sugere uso em serviço comum em campo de batalha, sendo adequado à prática física do dever militar. O terceiro uniforme, de um corneteiro, apresenta jaqueta e calças bege, botas marrons, cinto com bolso (uma espécie de pochete) e chapéu marrom de aba larga, em adição a uso de uma bolsa branca transversal e uma mochila nas costas, além de arma e instrumento musical (corneta). Desse modo, esse traje indica operações em ambientes rurais ou de mata, seja para exploração ou patrulha.

Para finalizar a linha superior, observa-se o uniforme de um sargento de obuseiro com jaqueta e calças bege, botas pretas e chapéu preto com insígnia. Presumivelmente, tem função de patrulha, combate e operações em geral. Esses uniformes cor cáqui, indicam uma maior praticidade para as atividades diárias e função de camuflagem, além dos chapéus servirem para proteção, também podem indicar as patentes e funções de cada militar.

Na parte inferior, datado de 1916, primeiramente, tem-se um general de divisão com uniforme de brim, jaqueta, calças e chapéu bege, afora botas e luvas marrons, para uso diário e oficial. Em seguida, o general de brigada, com uniforme de flanela, semelhante ao anterior com exceção de sapatos marrons, detalhes escuros nos ombros e insígnias diferentes nos bonés, o que indica diferença de função em relação ao outro. Posteriormente, um capitão ajudante de infantaria, com capote verde oliva, calça e boné cáqui, sapatos e luvas marrons, e de costa um tenente de infantaria com uniforme também com ca-

pote verde oliva, contudo, ele usa botas pretas. O uso do capote indicaria uma proteção contra o frio em operações em ambientes com condições climáticas adversas, sendo um uniforme próprio para o inverno.

A seguir, o tambor de infantaria, com uniforme de brim cáqui, com botas marrons segurando um tambor, o que demonstra a indumentária usada pelo tamborileiro, dado ser um uniforme mais simples, mais semelhante aos de uso diário, esse seria para comunicação em campo de batalha, mas se descarta a possibilidade também ser usado em funções cerimoniais. Por fim, um soldado de cavalaria, com o mesmo uniforme, a exceção o uso de botas pretas, o que indica ser usado para funções de combate e ações rotineiras.

Desse modo, pode-se perceber a diversidade de funções dentro do quadro do exército, desde suas funções cerimoniais até operacionais, e as modificações dos uniformes para se adequar a cada uma das necessidades das forças armadas. Os elementos cerimoniais como pluma, detalhes dourados indicam formalidade, tradições, usados em eventos mais formais. Os uniformes cáqui, com bolsas e mochilas são indicativos de operações práticas e campanhas em campos e atividades rotineiras. Além disso, observa-se que mudanças nos chapéus em formato, cores e insígnias demonstram as diferenças de patentes e funções específicas de cada militar.

Figura 3: Aquarelas dos Uniformes do Exército Brasileiro: Estampa N. 205 e 206 – 1917



Fonte: BARROSO, Gustavo; RODRIGUES, J. Wasth. *Uniforme do Exército Brasileiro (1730-1922)*. Paris, A. Ferroud, F. Ferroud, 1922.

Na parte superior da figura 3, tem-se uniformes cor cáqui com botas pretas, usados em campanha, apresentando a princípio uma certa semelhança, contudo, uma análise mais detalhada mostra algumas divergências entre eles. Dessa forma, o primeiro uniforme, usado por um tenente de infantaria traz uma bolsa marrom em transversal, botões pretos, quepe com linha marrom e insígnia preta, que indicam uma formalidade e distinção, segurando uma espada.

Em seguida, um sargento de mesma arma, com quepe bege com linha preta, sua posição de saudação apresenta disciplina e treinamento. Por último um soldado de frente e de costas, com mochila verde como equipamento para operações de longo prazo, somado ao rifle e com quepe bege simples. Destarte, nota-se que são uniformes usados para campo, auxiliando na praticidade, na camuflagem, na proteção das ações de acordo com a condição dos terrenos. Entretanto, apresentam variações quanto a hierarquia e posições a serem desempenhadas.

Na parte inferior, a indumentária possui uma similitude, dado que representam uniformes de parada, com jaquetas azul escuro e calça vermelha com linha azul escuro na lateral, todavia percebe-se algumas contraposições. Em princípio, um soldado do 43º Batalhão de Caçadores em São Paulo, com quepe vermelho e azul escuro, jaqueta azul escuro com botões dourados e detalhes vermelhos nos ombros e punhos, bota marrom e um porta rifle.

Adiante, um clarim de cavalaria trajava, um uniforme semelhante ao anterior, a diferir pelo quepe branco com linha vermelha, luvas brancas, botas pretas, detalhes dourados na jaqueta azul e além de estar a cavalo, segura um trompete com a bandeira do Brasil. A posteriori, o uniforme de um soldado de infantaria, que segura uma espada, com botas e luvas brancas, somado ao quepe branco com pluma vermelha e dragonas douradas nos ombros.

Finalmente, um soldado de mesma arma, com pluma mais simples no quepe e detalhes nos ombros diferentes do uniforme anterior, além de portar um rifle. Em síntese, identifica-se que são trajes cerimoniais e de gala, que marcam distinção, elegância e formalidade com suas cores e elementos decorativos. Não obstante, apresentam os status e hierarquia com os elementos distintivos que são agregados aos uniformes para indicar uma alta posição

entre os pares. Consequentemente, observa-se a comparação entre uniformes usados para ações em campanhas e os trajes usados em cerimônias e eventos de gala.

Segundo Palacios (2018), a França entrou na Primeira Guerra Mundial vestindo seu uniforme convencional, uma jaqueta azul-marinho e calças vermelhas, conhecidas como *pantalon rouge*, sendo usadas desde Napoleão III. À vista disso, era um uniforme com calças que podem ser vistas a longa distância e não seria adequado nessa situação, fazendo com que muitos parlamentares pedissem informações sobre uniformes antes do início da guerra.

Nesse panorama, com uniformes cinzas, os alemães estavam mais preparados. Os britânicos eram marrons (após a guerra contra os *boers* em 1900, eles descobriram que era uma cor que camuflava melhor). Os soldados italianos vestem uniformes verdes. No entanto, políticos e comandantes militares acreditavam que as calças “vermelho-cheguei” representavam “os tempos de glória” da França, razão pela qual os franceses continuaram usando-as. Em 1916, o governo francês decidiu mudar a cor para azul claro após milhares de soldados mortos por causa da questão cromática que eram alvos fáceis para os alemães (Palacios, 2018).

Figura 4: Aquarelas dos Uniformes do Exército brasileiro: Estampa N. 207 – 1918 e Estampa N. 208 - 1919



Fonte: BARROSO, Gustavo; RODRIGUES, J. Wasth. *Uniforme do Exército Brasileiro (1730-1922)*. Paris, A. Ferroud, F. Ferroud, 1922.

Na figura 4 a maioria dos uniformes apresentam a tonalidade cáqui, contudo, há exceções e detalhes a serem analisados devido às diferenças de patentes e funções. Na parte superior, os uniformes datam de 1918. O primeiro uniforme em cor cáqui, com quepe em mesmo tom, apresenta botas pretas altas somadas ao cinto usado para carregar armas e equipamentos, usados pelo soldado de cavalaria em campanha. Ao lado, observa-se um cabo de metralhadora em uniforme de campanha, com

adicional do capote verde e segurando rifle, como citado anteriormente, o uso do capote pode indicar proteção contra o frio e condições adversas.

No centro tem-se o uniforme de um oficial em comissão na Europa, esse foi o uniforme permitido no estrangeiro, durante a Guerra Europeia. A vestimenta contém jaqueta, calça e quepe cáqui, botas pretas, cinto e luvas marrons, indicando ser uniforme de combate ou treinamento. Em seguida, o uniforme de capitão de engenheiros, com fardamento flanela cáqui, com botas pretas e quepe bege, que são indicativas de uso prático para atividades diárias. Por fim, outro uniforme com características parecidas aos anteriores.

Na parte inferior, em 1919, a indumentária de um soldado de cavalaria em uniforme de campanha cor cáqui, com botas pretas o cinto com bolsos indica ser para uso externo, adjacente, o uniforme do soldado de infantaria, jaqueta e calça cáqui e sapato preto para uso interno. Ao centro, em traje branco um sargento de caçadores em uniforme de passeio, com exceção da platina vermelha nos ombros e detalhes dourados, o uniforme é inteiramente branco, do quepe ao sapato. Por fim, tem-se os uniformes do tenente de infantaria e do soldado de artilharia de montanha, ambos em vestimentas de campanha, com diferença na cinta com bolsa no primeiro e mochila no segundo.

Nessa perspectiva verifica-se a variedade de uniformes no quadro militar, que variam conforme as funções a serem exercidas, o clima e território a serem desbravados durante as atividades. Outrossim, as modificações ocorrem de acordo com as patentes, para designar e distinguir a uma primeira vista a missão, o posto ou a atribuição de cada militar envolvido na campanha ou atividade em questão.

Em concordância com Stancik, “Os militares exibiam vistosos uniformes, com suas características calças vermelhas. Os integrantes da cavalaria desfilavam com seus capacetes emplumados, portando espadas e peitorais” (2012, p.104). Desse modo, os soldados franceses que ao invés de trajar uniformes em cores que visassem ocultá-los e camuflá-los nos campos de combate, faziam a operação inversa de apresentar as cores vibrantes da bandeira francesa, sendo empregados dos anos iniciais da Primeira Guerra Mundial e os tornaram alvos fáceis (Stancik, 2012).

Os uniformes da França eram compostos de casaco azul, calças e quepe vermelhos, enquanto outros exércitos já adotavam cores que facilitassem a camuflagem em meio a nova realidade da guerra, ou seja, “tons mais discretos e capazes de confundir os combatentes com o ambiente (Arthur, 2011, p. 41; Hernández, 2008, p. 89-91; Keegan, 2004, p. 30, 101; Tuchman, 1964, p. 48; Willmott, 2008, p. 53 *apud* Stancik, 2012, p.111). Contudo, “a França insistia em dar continuidade ao uso de uniformes cuja adoção ocorreu por volta de 1830” (Stancik, 2012, p.111). Nesse sentido, Barbara Tuchman pontua que:

O alcance de fogo de espingarda atingia somente 200 passos e os exércitos, combatendo a curtas distâncias, não tinham necessidade de se camuflarem [...]. Banir tudo quanto é colorido, tudo quanto dá ao soldado o seu aspecto alegre, [...] é contrário, ao mesmo tempo, ao gosto francês e à função militar” (Tuchman, 1964, p. 48 *apud* Stancik, 2012, p.111).

Assim, “os combatentes trajando azul e vermelho prosseguiram presentes nas fileiras militares e nos postais até o ano de 1915, quando foi adotada a cor cinza-azulado, bem menos ostentadora, para o uniforme militar francês” (Stancik, 2012, p. 112). Conjuntamente, foi substituído o quepe pelo capacete, que forneceria proteção aos soldados, em contraste com os queques que eram

mais um acessório decorativo (Keegan, 2004; Willmott, 2008; Howard, 2010 *apud* Stacik, 2012, p.112).

Portanto, observa-se que houve influência desse uniforme francês nos uniformes de gala do exército brasileiro. Entretanto, as experiências com esses trajes coloridos em campos de batalha fizeram com que os brasileiros adotassem cores que oferecessem melhor camuflagem e proteção nos ambientes de combate, como a cor cáqui ou verde-oliva, que reduziam a visibilidade. Contudo, conforme as figuras evidenciadas, não se nota o uso de capacetes para proteção por parte do exército brasileiro, adotando ainda o quepe servindo como acessório de distinção hierárquica.

Considerações finais

Os uniformes do Exército Brasileiro durante a Primeira Guerra Mundial refletem as culturas e práticas militares da época. Sendo assim, eles não são apenas roupas usadas pelos soldados; eles também representam a memória, a identidade e a evolução da instituição militar brasileira. A organização e a filosofia do Exército Brasileiro mudaram desde a Missão Militar Francesa ao Brasil, assim os uniformes, incorporam padrões e estilos franceses, refletindo essa influência. Além disso, houve reformas inspiradas no modelo francês que se estenderam à doutrina militar, às práticas organizacionais e equipamentos, em uma tentativa de modernizar e alinhar as práticas militares mais avançadas da época.

Portanto, o estudo dos uniformes do Exército Brasileiro oferece uma perspectiva sobre as influências culturais, militares e históricas que moldaram as forças armadas do Brasil. Outrossim, análises e pesquisas sobre unifor-

mes, como na obra *Uniformes do Exército Brasileiro*, de Barroso e Rodrigues, ajudam a compreender de maneira mais aprofundada as mudanças e conexões na história militar brasileira, dado que, registram como os uniformes e o exército evoluíram, revelando a complexa interação entre tradição, modernidade e influência estrangeira.

Assim, este artigo enfatiza a importância de compreender a história militar brasileira em relação as transformações internas e globais que moldaram suas identidades e práticas, contribuindo para aumentar a valorização das vestimentas militares como fontes históricas que transmitem elementos culturais e simbólicos da época, examinando os uniformes do exército brasileiro durante a Primeira Guerra Mundial.

Referências

ARAÚJO, Johny Santana de. A “Missão Militar Brasileira à França” nos Combates da Frente Ocidental (1918). *Sequencia*, n. 112, 2022.

ARAUJO, R. N. de. A influência francesa dentro do Exército brasileiro (1930 – 1964): declínio ou permanência? *Esboços: Histórias Em Contextos Globais*, 15(20), 2009, p.245–273. Disponível em: <https://doi.org/10.5007/2175-7976.2008v15n20p245>

BARROSO, Gustavo. *História militar do Brasil*. – 1. Reimpr. – Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2019.

BARROSO, Gustavo; RODRIGUES, J. Wasth. *Uniforme do Exército Brasileiro (1730-1922)*. Publicação Oficial do Ministro da Guerra comemorativa do Centenário de Independência do Brasil. Paris, A. Ferroud, F. Ferroud, 1922.

CRANE, Diana. *A moda e seu papel social: classe, gênero*

e identidade das roupas. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2006.

EKSTEINS, Modris. *A sagração da primavera: a grande guerra e o nascimento da era moderna*. Rio de Janeiro: Rocco, 1991.

GUERRA, Diniz. Cem anos da Missão Militar Francesa no Brasil e sua contribuição para a evolução da doutrina militar terrestre brasileira. *A Defesa Nacional*, (843). 2021, p. 41-51. Recuperado de <http://www.ebrevistas.eb.mil.br/ADN/article/view/6882>

LIPOVETSKY, Gilles. *O império do efêmero: a moda e seu destino nas sociedades modernas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

STANCIK, Marco Antonio. O imaginário sobre o militar em cartões-postais franceses (1900-1918). *História*. São Paulo. v.31, n.1, jan/jun, 2012, p. 101-120.

PALACIOS, Ariel. 10 coisas que talvez você não saiba sobre a Primeira Guerra Mundial. *O Globo*, 10 nov. 2018. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/epoca/10-coisas-que-talvez-voce-nao-saiba-sobre-primeira-guerra-mundial-23226882#:~:text=A%20Fran%C3%A7a%20entrou%20na%20Primeira,os%20tempos%20de%20Napole%C3%A3o%20III>. Acesso em: 13 jul. 2024.

SOARES, Luiz Carlos; VAINFAS, Ronaldo. *Nova história militar*. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Org.). *Novos domínios da história*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

05



**Para além do som do medo:
representação, heroísmo e
cotidiano em canções sobre
guerras**

Almerito Francisco Oliveira da Silva



"Onde as palavras falham, a música fala."
(Hans Christian Andersen)

Ao longo da história, as guerras transcenderam sua dimensão estritamente bélica, consolidando-se como elementos estruturantes na formação de sociedades, culturas e imaginários coletivos. Desde os conflitos tribais da Antiguidade até as guerras contemporâneas, esses fenômenos não apenas redefiniram fronteiras e sistemas políticos, mas também influenciaram práticas culturais, linguagens artísticas e construções simbólicas. Para o historiador que analisa tais dinâmicas, a guerra configura-se como um fenômeno polissêmico, que reflete e simultaneamente constrói narrativas sobre poder, identidade e resistência, revelando-se um objeto de estudo multifacetado.

No século XX, os desdobramentos globais da Primeira Guerra Mundial (1914-1918) marcaram uma virada paradigmática: os conflitos armados transcenderam a esfera político-militar, assumindo papel catalisador de transformações sociais e culturais sem precedentes. Nesse cenário de rupturas, as manifestações artísticas emergiram como instrumentos críticos capazes de traduzir as angústias e contradições de uma era marcada pela desestabilização de valores tradicionais. Um marco artístico que reflete essas tensões foi o balé "*A Sagração da Primavera*", composto por Igor Stravinsky e coreografado por Vaslav Nijinsky. Um marco artístico que reflete essas tensões foi o balé *A Sagração da Primavera*, composto por Igor Stravinsky e coreografado por Vaslav Nijinsky.

O balé estreou em 29 de maio de 1913 no Teatro dos Campos Elísios, em Paris, pela famosa companhia de Balé Russo, dirigida por Sergei Diaghilev. A obra, concebida como uma representação ritualística de um sacrifício

pagão na Rússia antiga, provocou um dos escândalos mais emblemáticos da história da arte moderna. Sua música, marcada por dissonâncias abruptas, polirritmos selvagens e uma orquestração inovadora, rompeu radicalmente com a harmonia e a estrutura clássica, enquanto a coreografia de Nijinsky substituiu a graça etérea do balé tradicional por movimentos angulares, pesados e primitivistas, inspirados em iconografias tribais.

Figura 1. Quadro Le Sacre du Printemps, 1630



Fonte: Por Peter Paul Rubens - Fotografia digital realizada por Pablo Alberto Salguero Quiles en el Museo del Prado de Madrid (Madrid), Domínio público, <https://commons.wikimedia.org/w/index.php?curid=55106>

A estreia foi marcada por vaias, gritos e confrontos físicos na plateia, dividida entre entusiastas da vanguarda e tradicionalistas chocados. Críticos da época descreveram a música como “bárbara” e a coreografia como “caótica”, refletindo a ansiedade de uma Europa à beira da Primeira Guerra Mundial, onde valores estéticos e sociais estavam em colapso. Nesse contexto, a obra transcendeu o âmbito artístico, convertendo-se em uma alegoria do

colapso civilizatório: assim como sua narrativa ritualística explorava temas de sacrifício e renovação cíclica, a própria guerra seria posteriormente reinterpretada como um mecanismo paradoxal de destruição e regeneração de identidades coletivas.

De mesmo modo, as músicas ligadas a conflitos, revelou-se um vetor de significados ambíguos. Se, por um lado, serviu como instrumento de coesão simbólica – unindo tropas, inspirando resistência ou legitimando narrativas patrióticas –, por outro, tornou-se um espaço de contestação e luto, traduzindo o trauma das sociedades em conflito.

Essa dualidade entre função pragmática e dimensão simbólica remonta aos primórdios das civilizações. No Antigo Testamento, por exemplo, Jeremias 4:5 já destacava o papel da trombeta como tecnologia bélica e artefato cultural: *“Anunciai em Judá, fazei ouvir em Jerusalém, e dizei: Tocai a trombeta na terra; gritai em alta voz e dizei: Ajuntai-vos, e entremos nas cidades fortificadas”*. A passagem não apenas descreve um protocolo militar, mas também codifica o instrumento como metáfora de alerta e resiliência coletiva, evidenciando como a música, desde suas origens, tem operado na intersecção entre estratégia bélica e construção de imaginários sociais.

O vínculo profundo entre arte e guerra evidencia como essas expressões artísticas não apenas representam os eventos históricos, mas também participam ativamente da construção de sentidos sobre eles. Mais do que uma representação, essas formas artísticas moldam a maneira como os conflitos são compreendidos e transmitidos, transformando experiências de dor e violência em narrativas de transcendência e permanência cultural.

Essa plasticidade dessas expressões artísticas exemplificadas em narrar ou reinterpretar a guerra se conecta

diretamente à noção de pluralidade interpretativa proposta por Roger Chartier(1989). Segundo Chartier o autor os produtos culturais, como livros, espetáculos de balé e canções, carregam uma abertura inerente, permitindo múltiplas leituras que dependem dos contextos históricos e sociais em que são consumidos.

Nesse sentido, as músicas que tematizam a guerra assumem diferentes significados: para alguns, podem simbolizar uma celebração de heroísmo e glória; para outros, tornam-se um lamento pelas tragédias humanas. A interpretação, portanto, está profundamente atrelada à perspectiva do ouvinte, moldada pelas circunstâncias históricas que envolvem tanto a produção quanto a recepção da obra.

Para esse artigo será utilizado o método de análise semiótica de conteúdo, a partir das percepções do músico e teórico Luiz Tatit (2001) que se concentra na identificação de temas recorrentes e na forma como o discurso é construído. Esse método permite explorar as representações simbólicas da guerra e da luta social, a construção de personagens, e as mensagens implícitas nas canções. São elas: *"82nd All the Way"* da banda de metal Sabaton e *"Miss Sarajevo"* dueto entre a Banda de pop rock irlandesa U2 e o tenor Luciano Pavarotti (1935-2007). Essas canções, além de seu valor artístico, oferecem uma rica oportunidade de analisar a representação dos conflitos armados e das lutas sociais em diferentes épocas e lugares, funcionando como um espelho crítico de suas respectivas realidades históricas. A música *"82nd All the Way"* reflete a glorificação dos feitos militares, destacando o papel dos soldados na Primeira Guerra Mundial. Por outro lado, *"Miss Sarajevo"* representam uma abordagem mais crítica e humanitária analisando diretamente o cotidiano e o sofrimento dos civis em uma guerra que devastou a Bósnia.

"82nd All the Way": Bravura e patriotismo.

Assim como a arte reflete as tensões de seu tempo, a música atua como um fenômeno multifacetado, capaz de oscilar entre o escapismo e a introspecção, o engajamento político e a construção simbólica. Seu poder reside na capacidade de transitar por experiências antagônicas: pode servir como refúgio para dançar sob a sombra da morte iminente, como na efervescência dos cabarés da Belle Époque, ou como catalisadora de reflexões existenciais, ecoando dilemas humanos amplificados por contextos históricos críticos.

Em períodos de guerra, essa dualidade se intensifica. A música serve como fonte documental de combates, celebra resistências ou incita ódios, tecendo narrativas que conectam eventos históricos à percepção coletiva, como ocorreu com a *Ofensiva Meuse-Argonne* (1918), maior e mais letal operação militar dos EUA até então, travada nos meses finais da Primeira Guerra Mundial.

A batalha, ocorrida entre setembro e novembro de 1918 na região de Argonne (França), mobilizou 1,2 milhão de soldados norte-americanos e resultou em mais de 350.000 baixas, incluindo 26.277 mortes estadunidenses e 28.000 alemãs. A carnificina, agravada pela inexperiência tática de tropas, estratégias questionáveis e a gripe espanhola, revelou o custo humano da industrialização da guerra. Embora secundária na estratégia aliada da Ofensiva dos Cem Dias, a operação consolidou os EUA como potência militar global, marcando sua entrada definitiva no teatro europeu.

Entre os inúmeros episódios da Ofensiva Meuse-Argonne, o feito do soldado Alvin C. York destaca-se como um ícone paradoxal da participação norte-americana na

Primeira Guerra. York, inicialmente um pacifista convicto por sua fé cristã, alistou-se após dilemas éticos e revelou habilidades excepcionais em combate. Em 8 de outubro de 1918, durante uma emboscada na floresta de Argonne, sua ação solitária neutralizou postos de metralhadoras alemãs e resultou na captura de 132 prisioneiros, permitindo o avanço aliado em um setor crítico. Condecorado com a Medalha de Honra do Congresso, York personificou a transição dos EUA de uma nação relutante a uma potência militar, encapsulando os ideais de sacrifício e resiliência que alimentaram a propaganda de guerra. Sua trajetória — do conflito íntimo ao heroísmo bélico — transcendeu o campo de batalha, tornando-se metáfora cultural da dualidade humana em tempos de crise. Em 1941, no limiar da Segunda Guerra, o filme *Sergeant York*, estrelado por Gary Cooper, resgatou sua história para reacender o patriotismo norte-americano, mesclando realidade e mito.

Figura 2. Foto do Soldado Alvin York



Fonte: Brigham Young University Library. Disponível em: <https://net.lib.byu.edu/estu/wwi/bio/xyz/york.html> . Acessado em 19 de Novembro de 2024.

Essa narrativa heroica ganhou uma nova dimensão com a canção “82nd All the Way”, da banda sueca de power metal Sabaton. A música, uma das faixas do álbum *The Great War* (2019), é um tributo à figura de Alvin York e aos soldados da 82ª Divisão de Infantaria Americana, da qual ele fazia parte. A letra da canção celebra os feitos do soldado e resgata o episódio histórico, usando o poder evocativo da música para imortalizar sua história.

A banda, conhecida por abordar temas históricos em suas composições, combina elementos épicos e uma sonoridade vigorosa para recriar o ambiente da guerra, transformando a experiência dos ouvintes em uma viagem pela memória coletiva dos grandes conflitos mundiais. A decisão de escrever sobre guerras foi motivada pelo interesse dos membros Pär Sundström e Joakim Bróden em criar músicas baseadas em histórias reais, algo que acreditavam ser mais cativante e inspiradora para seus fãs (Rodrigues, 2016, p.67- 68).

No alistamento de 1917, um homem de Tennessee
In the draft of 1917, a man from Tennessee
Ele partiu de sua terra Natal para as trincheiras, da terra
da liberdade
Overseas to the trenches he went, from the land of the free
Na guerra ele trouxe duas coisas, um rifle e sua fé
Into war he brought two things along, a rifle and his faith
Entrou para as fileiras como um recruta, atribuído ao 338º
Joined the ranks as a private, assigned to 338th

Lá naquele dia
There on that day
Alvin York entrou na luta
Alvin York entered the fray
Salvando o dia
Saving the day
82º pra sempre
82nd all the way

No fogo do inferno, de Argonne, para ser um herói
Into the fires of hell, the Argonne, a hero to be

Entrou na guerra além do mar
Entered the war from over the sea
Intervenção, 1918, todo o caminho desde Tennessee
Intervene, 1918, all the way from Tennessee
Colina 223
Hill 223

Quando sua fé foi posta à prova, o chamado às armas ele
leva em conta
When his faith has been put to the test, the call to arms
he heeds
No dia 8 de outubro ele foi, se tornou sargento por seus
feitos
On 8 October he went, made a sergeant for his deeds
Destemido, liderando o ataque na guerra, metralhadora
na colina
Fearless, leading the raid of the war, machine gun on the
hill
Ataca o inimigo, capturando os prisioneiros pelo poder
de sua vontade
Charge the enemy taking the prisoners by power of his
will

Lá naquele dia
There on that day
O sargento York entrou na luta
Sergeant York entered the fray
Salvando o dia
Saving the day
82° pra sempre
*82nd all the way*¹⁵

A canção “82nd All the Way”, do Sabaton, retrata o heroísmo de Alvin York de forma glorificadora, enfatizando sua transformação de um homem comum do Tennessee em símbolo de coragem durante a Primeira Guerra. Enquanto exalta seus atos de bravura — como o confronto na *Colina 223* e na *Argonne* —, a música também evoca os custos humanos da guerra, equilibrando celebração e reflexão sobre a tragédia. A letra utiliza marcas semióticas repetitivas («herói», «82nd all the way») e termos épicos («fogo do inferno», «destemido») para construir um tom mítico, tensionando perigo e superação. A fé de York é

15. Fonte: LyricFind. Compositores: Christoffer Roerland / Joakim Broden / Paer Sundstroem. Letra de 82nd All the Way © Warner Chappell Music, Inc.

destacada como força motriz, inicialmente posta à prova, mas reconciliada com seu papel na guerra, consolidando-o como líder moral.

Do ponto de vista cultural, a narrativa do Sabaton molda a memória coletiva (Halbwachs, 1990) sobre a guerra, romantizando o indivíduo como protagonista histórico. Essa abordagem dialoga com a *pluralidade interpretativa* de Roger Chartier (Op. Cit.), pois a música permite leituras divergentes: tributo inspirador para alguns, crítica implícita à glorificação da violência para outros. Ao transformar eventos bélicos em experiências sonoras, o Sabaton transcende o entretenimento, atuando como mediador da memória histórica. Utilizando a intensidade do *power metal*, a banda reativa, no presente, as contradições de um passado marcado por heroísmo e sacrifício, reforçando seu papel como agente cultural que preserva e reinterpreta narrativas de guerra.

Miss Sarajevo: um suspiro de Beleza em meio ao caos.

A Guerra da Bósnia (1992-1995), desencadeada pela fragmentação da Iugoslávia pós-comunista, consolidou-se como um dos conflitos mais complexos e trágicos do século XX, sintetizando tensões étnicas, nacionalistas e geopolíticas herdadas do período socialista. A declaração de independência da Bósnia e Herzegovina, aprovada por referendo em 1992 e rejeitada pela minoria sérvia, acirrou rivalidades históricas entre os três grupos majoritários: bósnios muçulmanos (48%), sérvios ortodoxos (32,5%) e croatas católicos (14,3%). A oposição sérvia, apoiada militarmente por Slobodan Milošević, materializou-se na criação da *República Sérvia* sustentada por estratégias de limpeza étnica e genocídio — como o massacre de Srebrenica

(1995), onde mais de 8.000 homens e meninos muçulmanos foram executados. Paralelamente, a aliança frágil entre croatas e bósnios desintegrou-se em conflitos internos, ampliando a fragmentação territorial e social. Apesar de enfrentarem recursos limitados e adversários militarmente superiores, o Exército da República da Bósnia e Herzegovina demonstrou uma resiliência notável. Episódios como o cerco de Sarajevo, que durou quase quatro anos e resultou em mais de 10.000 mortes, simbolizam tanto a resistência dos bósnios quanto a tragédia humana que se desenrolava.

Esse cenário de caos é retratado no documentário *Miss Sarajevo* (1995), dirigido pelo americano Bill Carter. Após perder sua companheira, Carter viajou para Sarajevo em 1993, vivendo por seis meses em condições precárias enquanto distribuía ajuda humanitária. Suas filmagens revelaram não apenas a devastação material, mas a luta simbólica dos habitantes para preservar identidades culturais e esperança em meio à barbárie.

O cerco de Sarajevo (1992-1996), marcado por bombardeios diários, escassez de alimentos e isolamento extremo, transformou gestos cotidianos em atos de resistência política e cultural. Em um contexto onde a sobrevivência física e psicológica estava sob constante ameaça, atividades aparentemente banais — como caminhar por ruas sob franco-atiradores, organizar concertos em porões ou realizar um concurso de beleza em escombros — adquiriram dimensões revolucionárias.

O icônico concurso *Miss Sarajevo*, realizado em 1993 em um edifício bombardeado, exemplifica essa dinâmica: enquanto candidatas desfilavam com faixas com a frase “*Don’t let them kill us*” («Não deixem que nos matem»), o evento desafiava a desumanização imposta pela guerra, reafirmando a agência de uma população que se recusava

a ser reduzida à condição de vítima passiva. Essas práticas, como analisa a antropóloga Ivana Maček (2009), funcionavam como “*microrresistências*” — estratégias simbólicas para preservar traços de normalidade e identidade coletiva em meio ao colapso. Ao performar rotinas culturais (como arte, moda ou música), os sarajevitas não apenas afirmavam sua humanidade, mas também contestavam a narrativa belicista que os reduzia a «inimigos étnicos»

Figura 3. Capa U2- “Miss Sarajevo” Version Documentary, de Bill Carter



Fonte: FILMAFFINITY, Disponível em: https://pics.filmaffinity.com/passengers_miss_sarajevo-980549176-mmed.jpg . Acessado em Dezembro de 2024.

A canção “Miss Sarajevo”, fruto da colaboração entre a banda irlandesa U2 e o tenor Luciano Pavarotti, transcendeu seu caráter artístico para se tornar um emblema da resistência cultural durante a Guerra da Bósnia . Sua gênese está ligada ao envolvimento de Bono Vox, vocalis-

ta do U2, com o documentário homônimo dirigido por Bill Carter. Ao financiar a pós-produção do filme, Bono propôs o título *"Miss Sarajevo"*, inspirado no concurso de beleza realizado em escombros durante o cerco da capital, e comprometeu-se a criar uma música que encapsulasse o paradoxo vivido pela população: a busca por normalidade em meio ao colapso.

Lançada em 12 de setembro de 1995 no concerto beneficente *"Pavarotti and Friends"* em Modena, Itália, a canção sintetiza a dualidade trágica do conflito por meio de sua estrutura musical e lírica. A letra, escrita por Bono, questiona *"Como se constrói um futuro em meio à ruína?"*, enquanto a fusão entre o rock melancólico do U2 e o operismo dramático de Pavarotti cria uma tensão estética entre desespero e esperança. A inclusão de imagens reais do concurso no videoclipe — onde candidatas exibiam faixas com slogans como *"Don't let them kill us"* — reforça o contraste entre a beleza efêmera e a violência sistemática, transformando a música em um manifesto contra a desumanização da guerra.

A composição é marcada pela combinação da melancolia e da esperança capturadas nas palavras de Bono Vox e pela dimensão lírica e universal conferida pela interpretação de Pavarotti. Esses elementos criaram uma narrativa musical que ecoou a representação do sofrimento e a força do povo bósnio durante a guerra. Mais do que uma peça artística, *Miss Sarajevo* amplificou a mensagem do documentário, reforçando a urgência de atenção às questões humanitárias e transformando-se em um marco de resistência e de solidariedade internacional em um dos períodos mais sombrios da história recente. Vejamos a seguir a letra e tradução da canção:

Há um momento pra se manter distância?
Is there a time for keeping your distance?
Um momento para desviar o olhar?

A time to turn your eyes away?
Há um momento para manter sua cabeça baixa?
Is there a time for keeping your head down?
Para seguir em frente com seu dia?
For getting on with your day?

Há um momento para a sombra e o batom?
Is there a time for kohl and lipstick?
Um momento para enrolar os cabelos?
A time for curling hair?
Há um momento para compras de luxo?
Is there a time for high street shopping?
Para encontrar o vestido certo para se usar?
To find the right dress to wear?

Aí vem ela, oh, oh
Here she comes, oh, oh
Todos se viram para vê-la
Heads turn around
Aí vem ela
Here she comes
Para pegar sua coroa
To take her crown

Há um momento para correr para se proteger?
Is there a time to run for cover?
Um momento para beijar e contar?
A time for kiss and tell?
Há um momento para cores diferentes?
Is there a time for different colours?
Nomes diferentes que você acha difícil soletrar?
Different names you find it hard to spell.

Há um momento para a primeira comunhão?
Is there a time for first communion?
Um tempo para o East 17?
A time for East Seventeen?
Há um momento para se voltar para Meca?
Is there a time to turn to Mecca?
Será que há um momento para ser uma rainha da beleza?
Is there time to be a beauty queen?

Aí vem ela, oh, oh
Here she comes, oh, oh
A beleza faz papel de palhaço
Beauty plays the clown
Aí vem ela
Here she comes
Surreal com sua coroa
Surreal in her crown

Você diz que o rio
Dici che il fiume

Encontra seu caminho até o mar
Trova la via al mare
E assim como o rio
E come il fiume
Você virá até mim
Giungerai a me

Além das fronteiras
Oltre i confini
E das terras secas
E le terre assetate
Você diz que, assim como o rio
Dici che come fiume
Como o rio
Come fiume

O amor virá
L'amore giungerà
O amor
L'amore
E eu não sei mais rezar
E non so più pregare
E no amor não sei mais ter esperança
E nell'amore non so più sperare
E esse amor eu não posso mais esperar
E quell'amore non so più aspettare

Há um momento para amarrar as fitas?
Is there a time for tying ribbons?
Um momento para árvores de Natal?
A time for Christmas trees?
Há um tempo para colocar as mesas?
Is there a time for laying tables?
Quando a noite está programada para congelar?
When the night is set to freeze?

A letra composta por Bono Vox, constrói uma narrativa fragmentada e interrogativa, onde perguntas retóricas funcionam como eixos semânticos para explorar a dissonância entre a normalidade e o caos. Frases como “*Há um momento para sombra e batom?*” e “*Há um momento para correr para se proteger?*” encapsulam a tensão entre práticas cotidianas — associadas à feminilidade, cuidado e sociabilidade — e a brutalidade da guerra, que reduz a existência à mera sobrevivência.

16. *Miss Sarajevo*. Álbum: Original Soundtracks 1 (Passengers). Island Records, 1995. Letra composta por Bono, The Edge, Adam Clayton, Larry Mullen Jr., Brian Eno.

Esses questionamentos, repetidos em tom quase litúrgico, não apenas denunciam a desconexão entre o banal e o trágico, mas também expõem a crise de sentido enfrentada por indivíduos cuja realidade diária é atravessada por bombardeios e escassez. O refrão, “*Aí vem ela...*”, introduz um contraste direto. A “*rainha da beleza*” que surge não é apenas um ícone de beleza, mas também uma figura que carrega em si o surrealismo de ser coroada em um contexto de destruição.

Essa ambiguidade é reforçada pela melodia, que oscila entre a melancolia do rock e a grandiosidade operística, espelhando a dualidade entre esperança e desespero. A parte da canção onde se tem a inclusão de Luciano Pavarotti com versos em italiano, traduzidos como “*Você diz que o rio encontra seu caminho até o mar*”, traz uma dimensão lírica e espiritual à canção, sugerindo que, assim como o rio encontra seu caminho, o amor também pode transcender a guerra, uma metáfora universal de fluidez e conexão, em contraste com as fronteiras e divisões impostas pela guerra, criando uma hibridização estética que, segundo Luiz Tatit (Op. Cit.), constrói uma “*cena semiótica*” multifacetada: o ouvinte é confrontado simultaneamente com a beleza da voz lírica e o horror do contexto narrado, uma tensão que reflete o próprio absurdo da guerra.

A letra ainda explora a complexidade identitária em cenários de conflito através de referências culturais díspares. O verso “*Um tempo para o East 17?*” — alusão à boy band britânica dos anos 1990 — contrasta com “*Um momento para se voltar para Meca?*”, evocando a coexistência forçada entre consumo pop globalizado e fé ancestral. Essa justaposição, como argumenta Stuart Hall (2003) em *Identidade Cultural na Pós-Modernidade*, revela como a guerra reconfigura identidades, fragmentando noções

fixas de cultura e pertencimento. Enquanto a cultura pop oferece um escape efêmero, a prática religiosa emerge como âncora espiritual, questionando quais elementos são prioritários na (re)construção do self em contextos extremos.

Considerações finais

Neste artigo, propomos uma reflexão crítica sobre o papel das representações artísticas da guerra na música popular, posicionando-a não apenas como objeto de estudo histórico, mas como instrumento epistemológico para a compreensão multifacetada dos conflitos humanos. Ao analisar obras como *"Miss Sarajevo"* (U2 e Pavarotti) e *"82nd All the Way"* (Sabaton), demonstramos como a música opera como registro sensível e discurso crítico, capaz de revelar nuances sociais, políticas e afetivas frequentemente negligenciadas pelas narrativas historiográficas tradicionais. Essas canções, situadas em contextos tão distintos quanto a Guerra da Bósnia (1992-1995) e a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), funcionam como microcosmos analíticos, onde se entrelaçam memória individual, trauma coletivo e construção identitária.

A escolha dessas obras não é aleatória: enquanto *"Miss Sarajevo"* emerge de um cenário pós-moderno de globalização cultural, utilizando a hibridização de gêneros (rock e ópera) para traduzir o cotidiano da população em meio ao bombardeios, *"82nd All the Way"* apropria-se da estética épica do *power metal* para resgatar narrativas heroicas da história militar.

Ao longo da análise, observamos que essas composições transcendem a mera documentação de eventos. Em *"Miss Sarajevo"*, as perguntas retóricas — *"Há um mo-*

mento para sombra e batom?” — encapsulam a tensão entre normalidade e caos, expondo a crise de temporalidade vivida por civis em zonas de conflito. Já “82nd All the Way”, ao glorificar a trajetória de Alvin York, revela como o *heavy metal* pode ser instrumentalizado para a construção de mitologias contemporâneas, onde o heroísmo individual é simultaneamente celebrado e questionado. A música, nesse sentido, converte-se em espaço de disputa simbólica, onde se negociam significados sobre violência, sacrifício e resiliência.

Um achado central deste estudo é a capacidade da música popular de sintetizar sentimentos coletivos — dor, desilusão, esperança — em formas esteticamente compactas. Enquanto a historiografia tradicional frequentemente se limita à macroanálise de estruturas políticas ou econômicas, canções como as aqui examinadas dão voz a dimensões subjetivas do conflito: o medo de morrer sob bombardeios (em “Miss Sarajevo”), a angústia ética de conciliar fé e violência (em “82nd All the Way”), ou a nostalgia por uma normalidade obliterada.

Este artigo não apenas corrobora a relevância da música como fonte para a História Militar, mas propõe um paradigma analítico inovador, onde letras, arranjos e performances são lidos como textos culturais estratificados. Ao articular métodos da semiótica, teoria musical e historiografia, demonstramos que canções de guerra operam em três dimensões simultâneas:

Álbuns

ORIGINAL SOUNDTRACKS NO. 1. Passengers. Island Records. 1996. 1CD (ca .58 min.)

SABATON. The Great War. Black Lodge Records, 2019. 1 CD (ca. 38 min).

Livros e artigos

CARTER, Bill. *Fools Rush In*: Nova York: Double Days Books .2004.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano 1. Artes de fazer*. 14. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural: Entre Práticas e Representações*. Rio de Janeiro: Editora Betrand Brasil, 1990.

CHARTIER, Roger. *O Mundo Como Representação*. Revista Estudos Avançados. São Paulo, v. 5, n. 11, abril, 1991.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. 2 ed. São Paulo: Vértice, 1990.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

HOBBSBAWM, Eric. *A Era dos Extremos: o breve século XX. 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

JOE, André. *A História completa que inspirou a canção "Miss Sarajevo"*: Blog U2 sombras e árvores altas. 28 de Maio de 2018. Disponível em: http://sombraisearvoresaltas.blogspot.com/2018/05/a-historia-completa-que-inspiro-cancao_65.html . Acessado em Dezembro de 2024.

MACEK. Ivana. *L'imprevisto e la confusione: metodo e teoria nella Sarajevo sotto assedio*. Antropologia, Vol. II, Número 1 N.S., marco 2015 (pp. 185-201).Disponível em: <https://www.ledijournals.com/ojs/index.php/antropologia/article/view/306> Acessado em Dez de 2024.

NAPOLITANO, Marcos. *História e música: história cultural*

da música popular. 3 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

RODRIGUES, Icles. *Histórias e memórias da segunda guerra mundial e do pós-guerra no leste europeu a partir do heavy metal: análise da obra da banda Sabaton*. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis, 2016.

TATIT, Luiz. *Análise semiótica através das letras*. São Paulo: Ateliê, 2001.

VEYNE, Paul. *Como se escreve a história; Foucault revolucionou a história*. 4ª ed., Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2008

Vídeos

Miss Sarajevo (Documentary Version); Canal U2. [S. l.], 2013. 1 vídeo (5:43 min.), son., color. Disponível em: <https://youtu.be/gdczQ2LsY0I>. Acessado em Dezembro de 2024.

Miss Sarajevo. Luciano Pavarotti, Brian Eno, Bono, The Edge; Canal Luciano Pavarotti. [S. l.] .2019. 1 Vídeo. (6:49 min), son, color. Disponível em: <https://youtu.be/LWXQ-dw-YvVM?si=eRmaS2dELdad-Z0g> Acessado em Dezembro de 2024.

82nd All the way (Official Lyric Video). Canal Sabaton. [S. l.]. 2019. 1 Vídeo. (3:29 min) son, color. Disponível em: <https://youtu.be/0LS0Z8fgill?si=9AEH4je--GbAcuKA> Acessado em Dezembro de 2024.

06

A escrita de Capistrano de Abreu em *Capítulos de História Colonial* (1500 - 1800)

Lucas Gabriel Lopes



Este trabalho terá foco no historiador brasileiro Capistrano de Abreu, que se consolidou como um pilar fundamental dentro da historiografia brasileira, pois, a sua visão crítica e analítica dos fatos históricos tornou-se um diferencial dentro do campo da escrita, desde sua aparição até os dias atuais. A sua principal obra, intitulada *Capítulos de História Colonial, 1500-1800*, publicada em 1907, vai além da narrativa de como foi o período colonial, em que se buscou apresentar, também, a contextualização temporal dos acontecimentos, descrevendo as dinâmicas sociais e as consequências gerais. A obra de Abreu tenta direcionar o leitor a interpretações e análises críticas sobre fatos e personagens que moldaram o Brasil colonial.

A escrita de Capistrano possui caráter inclusivo, pois traz em seu corpo capítulos sobre grupos, à época, considerados marginalizados, assim, demonstrando que esses personagens também são agentes históricos por conta das dinâmicas sociais, econômicas e culturais descritas, tornando-os fundamentais para compreender as raízes históricas brasileira. Além do mais, a obra é atemporal e contribui para a construção da identidade colonial nacional.

Através da vida e obra do Capistrano, o historiador pesquisador pode se inspirar, tendo em vista o cuidado percebido por todo o processo de escrita, de Capistrano, para com suas obras, em que a análise crítica e a analítica dos fatos históricos voltam-se para que os leitores não apenas façam uma leitura simplificada, mas desenvolvam senso crítico sobre o que está sendo discorrido no texto.

Esse artigo propõe analisar todo o processo da escrita de Capistrano de Abreu, tendo como foco a obra *Capítulos de História Colonial, 1500-1800*, em que será

examinada, por meio do campo da historiografia, os elementos constituintes da trama levantados pelo autor, resultando na construção da identidade colonial brasileira e na formação do seu território. Será também observado a temporalidade que Capistrano escreveu a obra, esta sendo a transição entre o findar do século XIX e o início do século XX, em que se destacam as influências que Capistrano recebeu durante a produção dessa obra.

Desse modo, realizou-se contextualizações históricas, sendo-as: Capistrano de Abreu na construção da obra *Capítulos de história colonial, 1500-1800*; o fim do século XIX e início do século XX; e as influências históricas e os debates intelectuais que Capistrano de Abreu recebeu e que refletem na sua obra. Além desses objetivos, interpõe-se sobre a prática historiográfica de Capistrano de Abreu, na qual discorrerá acerca da construção de sua escrita, as influências que moldaram a criação da sua obra e como Capistrano compreendia a história. Por fim, conclui-se com uma breve análise da obra e a ligação para com o Brasil colonial.

Contextualização histórica

No findar do século XIX, o Brasil deparou-se com alguns acontecimentos marcantes, como, por exemplo, a abolição da escravatura, em 1888, e a Proclamação da República, em 1889. As consequências desses eventos foram refletidas na transição dos séculos, logo nas primeiras décadas do século XX, pois já se tinha, no encerramento do século XIX, cenários em que se discutiam as próprias raízes nacionais para a construção da própria identidade nacional.

Apesar dessa busca identitária e da ruptura para

com a visão do outro sobre si, tomava-se, como ponto de partida, a cultura dos povos europeus e colonizadores. Teve-se, no período transicional entre os séculos XIX e XX, bem como destaca Iglésias, a percepção desse impasse para com a vida pessoal de Capistrano, pois “Em país dominado pela cultura francesa, descobre o pensamento alemão: estuda a língua, lê os alemães que lhe dão o essencial para o entendimento da geografia e da história” (2000, p. 117), conhecimentos utilizados para a realização e construção da sua identidade como estudioso e pesquisador brasileiro. Nesta época, a historiografia científica alemã estava se destacando, por ser analítica e multidisciplinar. Para a compreensão do Brasil, tanto na área da história como também da Geografia, Capistrano se aprofundou na escola alemã, pois, almejava um conhecimento amplo acerca do Brasil, para a produção dos seus escritos; em que foram refletidos na sua principal obra - *Capítulos de história colonial, 1500-1800*.

No fim do século XIX e início do XX, o país passou por transições decorrentes de correntes historiográficas europeias; dentre elas, o historicismo alemão e a historiografia positivista. O Brasil também sofria por conta da ausência de fontes históricas sobre as suas raízes, e a historiografia dominante era romântica, destacando heróis nacionais e grandes eventos, pois era uma abordagem idealizadora dos seus personagens e fatos históricos. Com o crescimento da historiografia alemã, autores como Leopold von Ranke, percebeu-se forte influência das perspectivas alemãs no Brasil, sendo, um deles, o próprio Capistrano de Abreu. Os pensadores alemães defendiam que para a produção da história, era necessária uma análise crítica dos documentos, uma interpretação do contexto do fato histórico e objetividade na escrita.

Em 1838 é fundado o Instituto Histórico Geográfico

Brasileiro (IHGB), sendo fundamental para o desenvolvimento da historiografia brasileira, em que teve como foco a produção da história e da preservação de fontes de pesquisa, documental, historiográfica e geográfica. Porém, ainda era uma história pautada nos interesses da elite, possuindo uma visão eurocêntrica em como se representava a história nacional, ou seja, de forma idealizada. Neste cenário, então surge Capistrano de Abreu, posicionando-se contra essa abordagem dominante idealizadora. A sua forma de registrar a história se diferenciou, pois ele não idealizava nenhuma personagem, e não se preocupado apenas em contar a história, mas descrever todo o contexto. Os textos de Capistrano foram de cunho inclusivo, pois, englobavam grupos que eram considerados marginalizados, como, por exemplo, os indígenas como demonstrou Barros (2011, p. 475), ao afirmar que “a tônica desta obra é precisamente a da afirmação de uma identidade brasileira, a princípio em oposição ao colonizador português”.

Todas as ideais que influenciaram Capistrano de Abreu na construção da sua escrita, refletem-se dentro da obra *Capítulos de história colonial, 1500-1800*, como por exemplo, a multidisciplinaridade envolvendo o campo da história e da geografia. Para compreender as regiões do Brasil, a formação e dinâmicas sociais que foram relevantes para o entendimento das origens históricas. Capistrano observou a importância da região e do clima brasileiro, que influenciou diretamente o processo da produção agrícola e do grande espaço territorial que influenciaram diretamente no seu processo de organização, ocupação e colonização no seu território. Através dos recursos metodológicos, como a interdisciplinaridade, a contribuição de Capistrano para a historiografia brasileira é fundamental para o processo da sua consolidação até os dias atuais, ou

seja, ele foi essencial para a formação da identidade colonial brasileira, influenciando escritores posteriores.

A formação da identidade colonial brasileira em Capistrano de Abreu

Capistrano de Abreu, na obra *Capítulos de história colonial, 1500-1800*, descreveu o processo de construção da identidade nacional, dando ênfase nas dinâmicas sociais, pois, para ele, essas dinâmicas eram consideradas fundamentais para a formação identitária nacional. Segundo Iglesias (2000), Capistrano contrapôs à história política dominante no seu período, que era influenciada pela forma europeia e elitista de escrever as narrativas, em que consistia na exaltação de grandes heróis e eventos, excluindo grupos da sociedade. Ele compreendeu que estes grupos e os acontecimentos locais eram relevantes para a compreensão e reprodução da história, bem como valorizava os elementos locais e os grupos marginalizados pela história oficial, dentre estes, os bandeirantes e os indígenas. Para ele, o entendimento das interações entre estes dois grupos, por exemplo, foi essencial no processo da formação da identidade e na expansão territorial do Brasil, como a questão da interiorização da metrópole através dos bandeirantes paulistas, indo além do Tratado de Tordesilhas, desbravando novos espaços geográficos, resultando em um processo cultural e social, que foi essencial para o reconhecimento da brasilidade, “permitindo-nos uma compreensão mais completa desse processo de interiorização da metrópole, que parece ser a chave para o estudo da formação da nacionalidade brasileira” (Dias, 2005, p. 31).

“A identidade nacional é uma criação moderna. Co-

meça a ser construída no século XVIII e desenvolve-se plenamente no século XIX” (Fiorin, 2009, p. 116), e com base nesta citação, compreendemos que no fim do século XIX, o Brasil estava à procura da sua identidade, os pensadores buscavam construir e consolidá-la. Este desejo também se refletia no cenário econômico, político e cultural, porém, Capistrano, através das suas obras, em específico a deste trabalho, ou seja, *Capítulos de história colonial, 1500-1800*, torna-se um divisor de águas, pois contribuiu bastante para o estabelecimento imaginário coletivo sobre uma identidade nacional, em que se teve a ruptura de textos descritores históricos identitários trabalhadas com representatividades idealizadas, como tida na obra *O uruguaio*, de Basílio da Gama, que traz o confronto português e espanhol pelo território brasileiro e destaca como as matas e riquezas naturais do nosso país são belas e exuberantes, enquanto Capistrano distancia-se da colocação imaginativa e representativa dos elementos postos em sua obra, e se apoia na realidade, registrando como os variados grupos sociais se correlacionam no mundo real, assim, a partir dessa gancho, representando essas relações em seus personagens.

Segundo Iglesias, (2008) Capistrano teve a percepção e sensibilidade a respeito da interdisciplinaridade para a compreensão das raízes históricas do Brasil. Esta característica inovadora e criativa de Capistrano, se tornou essencial para o entendimento do processo de formação histórica da identidade brasileira. O conhecimento se manifesta em todas as áreas do saber, as disciplinas não são isoladas entre si, pelo contrário, elas dialogam e complementam-se. Capistrano teve a compreensão que as diferentes perspectivas dos campos da ciência social contribuíam para um mesmo propósito, sendo este, conhecer, através das dinâmicas sociais, o contexto dos fatos

históricos relacionados ao Brasil colonial. A sua admiração pela Alemanha, por exemplo, não impediu de usufruir da interdisciplinaridade, pelo contrário, ele aprendeu sobre fatos relacionados a Alemanha, em que Rodrigues (2008, p. 2000), sobre a vida de Capistrano, revela que ele “[...]”começou consciente ou inconscientemente a deixar crescer no seu coração uma profunda admiração pela Alemanha, a ler e divulgar no Brasil as ideias, teorias e o conhecimento histórico, geográfico e econômicos alemães [...]”. Esta característica interdisciplinar se tornou fundamental dentro da sua metodologia, e análise, em que utilizou elementos, por exemplo, da geografia, e sociologia, para decifrar os enigmas decorrentes das relações sociais no território brasileiro.

Essa abordagem inovadora foi crucial para o desenvolvimento e processo da sua atuação na história. A utilização da interdisciplinaridade contribuiu de forma significativa na formação de *Capítulos de história colonial, 1500-1800*, pois, por exemplo, através da geografia, realizou-se uma observação do território, como era formado, suas especificidades, clima e vegetação, desta forma, ele observou que as questões geográficas foram essenciais em como o colonizador enxergou as terras brasileiras, e como desenvolveu os trabalhos agrários para o estabelecimento de uma economia na colônia. Na sociologia, ele observou que as dinâmicas da sociedade não podiam ser ignoradas, mas era necessário serem levadas em consideração, sendo assim, buscou através das análises sobre os indivíduos e sobre a coletividade presentes no recorte espacial e temporal do período colonial. Ou seja, Capistrano de Abreu usou a ciência social ao seu favor, conseguindo êxito através dos seus estudos, uma grande contribuição na construção da identidade brasileira.

A metodologia historiográfica de Capistrano de Abreu

De acordo com Rodrigues (2008), Capistrano de Abreu é um autor que foi na contramão do pensamento dominante fundamentado na cultura francesa no século XIX, decidindo focar seus estudos e pesquisas na corrente intelectual alemã. Inclusive, esta inspiração se reflete na maneira como ele registra a história, pois, enquanto o romantismo e as idealizações eram comuns em obras que narravam sobre a história do Brasil, Capistrano se tornou um diferencial, demonstrando compreensões diferenciadas sobre fenômenos e fatos históricos. A sua metodologia, com base em correntes historiográficas, como o positivismo e o historicismo, permitiu-o escrever sua obra com uma linguagem de simples entendimento, somente focando em um discurso mais complexo, em momentos específicos, mas, no geral, sendo de fácil compreensão. Sua preocupação não era somente em contar fatos, mas também narrar a contextualização dos eventos, para entendimento aprofundado aos leitores. Ele também se utilizou de outros campos para escrever sobre a história do Brasil, como, por exemplo, dos campos da sociologia e da linguística, em que discorreu e caracterizou eventos históricos e da geografia para explicar como os espaços influenciaram a formação do Brasil colonial, como no trecho a seguir: “na região das secas, esta forma de vegetação chega quase à beira-mar; em quase todos os estados existe, mais ou menos, testemunho e efeito de clima continental” (Abreu 1998, p. 20). Capistrano entendia que a história não era linear, mas se fazia necessário considerar todos os processos que constituíram o Brasil colonial.

Dentre as influências que moldaram a metodologia de Capistrano, as ideias da tradição francesa também

eram muito presentes, até porque o Brasil, no fim do século XIX e início do século XX, passava pelo contexto da Belle Époque, ou seja, período em que o pensamento francês influenciava o país nos campos da cultura, da política e do intelectual, logo, pelo pensamento francês estar permeado no seio social, Capistrano se fazia inserido nesse meio e fazia uso dessas perspectivas. Essa influência pode ser percebida na metodologia que empregava em seus escritos, pois quando teve como objetivo trabalhar e desenvolver narrativas históricas, conectadas com a questão da identidade e de nação, através da escrita, Capistrano refletiu a junção híbrida da corrente historiográfica francesa e da escola alemã.

No trecho “Os donatários saíram em geral da pequena nobreza, dentre pessoas práticas da Índia, afeitas ao viver largo da conquista, porventura coactas nas malhas acochadas da pragmática metropolitana” (Abreu, 1998, p. 48), pode ser observado a influência das duas visões historiográficas, em que mesmo distintas, Capistrano desenvolveu uma conexão entre ambas, onde uma complementou a outra. Também pode ser observado que nessa citação, a historiografia alemã está presente, pois ele escreveu sobre as autoridades, realizando uma análise das estruturas, porém a escola francesa também se encontra presente através da escrita acessível e simples.

Capistrano foi uma pessoa que o seu pensamento não era restrito a uma determinada área do saber, pelo contrário, ele buscou desenvolver seu método científico através da união de diferentes campos do saber, resultando especificadamente, na sua obra *Capítulos de história colonial, 1500-1800*, um documento inovador e inspirador na historiografia brasileira.

A influência francesa foi um fundamento que contribuiu na formação de Capistrano, porém, não limitou o

seu pensamento, pois ele foi além dessa corrente, buscando outras correntes intelectuais, como afirma Rodrigues (2008, p. 197), em que “foi raro aquele que soube mostrar que a Europa não era a França e que outras culturas podiam beneficiar o Brasil”. Ele organizou suas narrativas a partir de regras historiográficas, transformando documentos em interpretações históricas que procuravam dar sentido ao passado brasileiro. Isto se conecta com a afirmação de Certeau, “mais um passo e a história será encarada como um texto que organiza unidades de sentido e nelas opera transformações cujas regras são determináveis” (1982, p. 46). Ele não desistiu da sua missão de escrever a história da forma como julgava certa; e apesar de admirar o historiador Varnhagen, ele realizou críticas em relação a alguns pontos dos seus escritos, e buscava preencher as lacunas que observou em seus estudos.

Por fim, Capistrano também enfrentou problemas, como a escassez de fontes para produzir os seus registros, pois valorizava as fontes primárias, e sempre buscou se fundamentar em materiais documentais, sendo rígido e crítico em relação as fontes que utilizava. Estas características de Capistrano fizeram a sua metodologia ser um marco na historiografia brasileira.

A representação dos grupos marginalizados na narrativa historiográfica de Capistrano de Abreu

O processo de formação da identidade nacional no Brasil deixou grupos marginalizados, como indígenas, negros e pobres, de fora das narrativas históricas dominantes. Capistrano de Abreu tem como destaque, na sua obra, a inclusão em que transcreve, mesmo que de forma sutil, sobre estes grupos e o papel deles na construção da

identidade colonial brasileira, pois, para ele, todos os grupos precisam ser considerados como agentes históricos para haver entendimento dos fatos históricos. E para buscar melhor elucidação do período colonial no Brasil, em sua pesquisa e estudo, discorreu sobre os indígenas, escravizados e sobre as camadas mais pobres da sociedade.

De acordo com Carvalho, "a busca de uma identidade coletiva para o país seria uma tarefa que iria perseguir a geração intelectual da primeira república (1889-1930)" (1990, p. 32). A procura por uma identidade nacional na primeira república excluía os grupos marginalizados. Durante este período, as elites buscavam um país unido, porém, ignoravam e não davam relevância para a contribuição desses grupos menos afortunados. Capistrano de Abreu, mesmo com a utilização de fontes da elite, abordou sobre a relevância desses grupos marginalizados, que eram excluídos da sociedade, para apresentar como eles foram essenciais para a formação do Brasil em diversos âmbitos, como o cultural, o social e o econômico. Capistrano seguiu uma direção diferente em relação a outros historiadores do seu período.

Levando a narrativa do livro em questão, tem-se, no capítulo intitulado *Os sertões*, amostrar dos serviços realizados tanto pelos índios como pelos escravos. Na página 108, por exemplo, apresenta a seguinte descrição: "Escravos serviam de carregadores. Compunha-se a carga de pólvora, bala, machados e outras ferramentas, cordas para marrar os cativos, às vezes sementes, às vezes sal e mantimentos." (Abreu, 1998, p. 104), ou seja, diferentemente das narrativas literárias que buscavam demonstrar um herói como pivô central da trama, percebe-se que Capistrano apresentava detalhes sobre outros personagens que ficavam no background dos acontecimentos do período colonial. Então, nesse tipo de narrativa, vê-se o escravo

na atuação da servidão, com detalhes sobre o que estes poderiam estar exercendo de trabalho.

No trecho seguinte, “Por terra aproveitavam as trilhas dos índios [...]. Os jesuítas chamam à gente de São Paulo mamelucos [...], pois mulheres brancas não chegavam para aquelas brenhas.” (Abreu, 1998, p. 105). Nesse recorte, por exemplo, tem-se o índio como uma figura de serviço para facilitar a exploração e as travessias dos colonizadores, pois estes já haviam traçado trilhas e caminhos pelo sertão, o que poderia facilitar a movimentação por entre os territórios. Outro detalhe nessa parte é sobre como a exploração física das índias era realizada, em que, por conta do espaço sertanejo ser mais isolado e não haver movimentações de civis mulheres ‘brancas’, estes abusavam das índias para satisfazerem-se.

Com esta amostragem dos dois recortes, é percebido o trabalho realizado por Capistrano sobre sua escrita e a ruptura com a estilística em alto que se fazia naquele momento, em que se buscava descrever os acontecimentos através do imaginário e do idealizado, baseando-se no real, enquanto Capistrano apoiava-se no real para descrever os acontecimentos, fugindo somente do que era belo e sublime, e dando espaço para o que também sofria exploração e era excluído.

A conexão entre a história e a identidade nacional na obra de Capistrano de Abreu

Capistrano de Abreu desenvolveu um grande trabalho para a formação de uma identidade nacional. Em sua obra, aprofunda-se sobre a história do Brasil com o propósito de construir narrativas coerentes, atreladas a fatos históricos. Em *Capítulos de história colonial, 1500-1800*,

realiza uma investigação sobre as raízes do Brasil como nação. A visão empregada sobre o período colonial não se limita ao modo de observação eurocêntrica, pois ele observa todas as características sociais que contribuíram para a formação da sociedade brasileira, sua cultura e suas dinâmicas locais. Capistrano compreende que a história não é linear e não é focada somente em descrever fatos. Ele enfatiza sobre todos os desdobramentos referentes ao âmbito social e cultural, sendo considerados como essenciais para a compreensão do país como uma nação.

Capistrano compreende que a escrita da história do Brasil deveria ser realizada com uma perspectiva que desse relevância às características próprias do país. A interação entre os diferentes grupos da sociedade, como os escravos, indígenas e os colonos portugueses foi essencial para a construção de uma cultura híbrida e única. Ela revela sobre as relações de poder, os conflitos na sociedade e as resistências, e em como estes elementos moldaram a criação da sociedade brasileira.

Capistrano, por exemplo, no capítulo intitulado *Primeiros conflitos*, descreve a chegada dos portugueses pouco antes da chegada dos franceses, não descrita, no livro, a diferença temporal. Entretanto, Capistrano (1998), ao tratar desse encontro, expõe a divisão territorial tanto entre os colonizadores portugueses e franceses como das tribos autóctones tupiniquins e tupinambás. Nesse entrave, os tupinambás aliaram-se aos franceses e os tupiniquins aos portugueses, fortalecendo, assim, a rivalidade territorial. Por conta desses embates, logo no início da descoberta do território brasileiro pelos europeus, compreende-se parte da divisão territorial das capitanias brasileiras mais a frente, em que, tanto pela chegada de outras nações como por negociações, houve-se a diversidade de colônias por todo território, assim, dando sentido a plu-

ralidade cultural que encontramos no solo brasileiro hoje, além da forte influência da cultura francesa séculos após, em que Capistrano estava incluindo quando decidiu romper com a visão idealística destes.

“O Estado aparece como algo a que se recorre, como algo necessário e útil, mas que permanece fora do controle, externo ao cidadão” (Carvalho, 1987, p. 146). Esta citação pode se conectar com a análise de Capistrano na sua obra, pois através das suas narrativas, ele destaca uma perspectiva histórica centrada nas elites e nas suas interações com os portugueses. De forma implícita, pode-se perceber, por meio de estudos e pesquisas, que as decisões que moldaram a identidade nacional colonial estavam nas mãos das elites, distante das camadas sociais e dos grupos marginalizados, como fora visto deste os primeiros anos, com os embates territoriais portugueses e franceses, em que estes utilizavam dos conhecimentos dos índios para facilitar a entrada no território e mapear a região, o que possibilitou a dominação e a divisão territorial, resultando, após essa conquista, no massacre indígena que ocorrera durante o período colonial.

Um aspecto importante na narrativa de Capistrano é a importância que ele coloca nos movimentos internos do país. Para ele, a interiorização do território com a expansão do Brasil, as relações dentro do campo econômico e a interação entre diversas culturas, resultou em uma história única, longe do eurocentrismo que estava presente na maior parte das investigações da historiografia daquele período. Capistrano rompeu com a tradição historiográfica da Europa, propondo abordagens inclusivas e focadas nas características peculiares do país.

Capistrano de Abreu, através da sua escrita, buscava ir além de apenas discorrer e apresentar sobre o passado, ele tinha como objetivo fazer com que sua obra servisse

como um guia para o futuro, por isso preocupou-se em desenvolver esforço e dedicação na produção dos seus escritos. Ele desejava oferecer um entendimento claro sobre as raízes do Brasil e sua identidade coletiva. Capistrano não teve como foco apenas relatar sobre o passado colonial, mas também fez uma reinterpretação deste passado, destacando todo o desenvolvimento dinâmico que deu origem a sua identidade. Sua obra é fundamental para a compreensão de que a narrativa precisa dar valor a pluralidade e que reconheça os elementos complexos de um país em uma formação contínua.

A construção intelectual de Capistrano de Abreu e o fundamento para a elaboração de *Capítulos de História Colonial*

O período de 1883 e 1889 foi essencial para a construção intelectual e historiográfica de Capistrano de Abreu, em que ele demonstrou grande esforço e empenho em diversas atividades, como a edição de documentos históricos e a realização de traduções de obras da geografia. Durante esse tempo, Capistrano buscou, de forma intensa, aproximar-se das fontes primárias, resultando na preservação da sua metodologia, o que viria influenciar na produção de sua obra *Capítulos de história colonial, 1500-1800*, publicada em 1907.

"[...] os anos entre 1883 e 1889 correspondem a um período de intensas atividades referentes à edição de documentos inéditos da história brasileira e traduções de obras de geografia", nisto, tem-se a compreensão de que este recorte temporal foi crucial para a formação metodológica de Capistrano de Abreu" (Oliveira, 2006, p. 53).

O período mostrou como Capistrano se preocupava em relação às fontes que utilizava, e valorizava os docu-

mentos históricos, demonstrando rigorosidade na análise desses documentos. A forma analítica e crítica aplicada por Capistrano, teve como resultado positivo e diferenciado no entendimento sobre os processos culturais e sociais que moldaram o Brasil no período colonial, ou seja, este momento foi muito importante para que Capistrano de Abreu criasse narrativas históricas que dessem valor às especificidades brasileiras, desprendendo-se dos modelos europeus de visão e escrita historiográfica.

Capistrano escolheu trabalhar com documentos originais, assim, desenvolveu um padrão de análise crítica com foco em detalhes, em que foram contra as práticas historiográficas que focavam na descrição e na visão europeia. Capistrano não queria apenas selecionar fontes e interpretar esses textos, ele queria ir além, o seu objetivo era compreender os processos históricos que formaram a sociedade brasileira. Este recurso metodológico foi o fundamento da escrita de Capistrano de Abreu em *Capítulos de história colonial, 1500-1800*, em que se realizou análises sobre as relações nos campos econômicos e sociais do Brasil Colonial, de forma criativa, inclusiva e ampla. Em vista disso, os anos de 1883 e 1889 podem ser vistos como fundamentais à vida de Capistrano, pois, neste período, ele desenvolveu instrumentos intelectuais e metodológicos que derivaram a criação de sua principal obra, sendo considerada, até hoje, como marco dentro da historiografia brasileira.

Capistrano de Abreu e a sua pragmática historiográfica

Capistrano de Abreu se destaca por possuir uma perspectiva historiográfica pragmática, focada mais na execução de métodos do que em discussões teóricas ou

filosóficas. “Capistrano não era um teórico dedicado à especulações filosóficas sobre a ciência e a história, mas era muito aplicado na utilização de preceitos que considerasse adequados para elaboração de interpretações sobre o Brasil” (Oliveira, 2011, p. 17). Esta citação fortalece a ideia de que ele priorizava a metodologia na prática, quando se tratava de construir seus escritos. Desta forma, ele buscou, por meio deste recurso, compreender o passado do Brasil.

Capistrano de Abreu não trabalhou para criar formulações de teorias abstratas, ele buscava uma historiografia na prática, baseada em documentos, em que realizava investigações críticas e analíticas. Ele compreendia que os registros historiográficos deveriam ser acessíveis e de fácil entendimento para todos. Por meio desse pragmatismo, Capistrano realizou pesquisas e estudos aprofundados sobre temas importantes e essenciais para a construção do Brasil. Ele focou em compreender e estudar as dinâmicas sociais, culturais e econômicas do período colonial, destacando também as especificidades do território brasileiro.

A postura prática de Capistrano, que se encontra em sua metodologia, afirma a tentativa de unir a ciência histórica e a prática da interpretação, construindo narrativas que pudessem contribuir, de forma direta, com a formação da identidade nacional. Capistrano também se destaca por conta da preocupação imposta no executar dos seus métodos, e com a autenticidade das interpretações realizadas por ele, no que resultou em uma figura única da historiografia brasileira; tendo como propósito ir além dos modelos eurocêntricos tradicionais que dominava a sua época.

Essa abordagem pragmática evidencia a seriedade que Capistrano possuía em relação à formação de uma historiografia sólida e acessível para todos. Capistrano não adentrou em especulações abstratas, pois preferiu ter

como objetivo, buscar e aplicar os métodos e as práticas dos princípios históricos para entender como o Brasil foi construído. A metodologia que ele escolheu para desenvolver e trabalhar teve uma comunicação direta com a sociedade brasileira do seu período, constatando como a história pode ser utilizada para elucidar as raízes sociais e culturais em um país.

Considerações finais

A obra de Capistrano de Abreu representa um marco dentro da historiografia brasileira, em que se destaca por ser uma perspectiva inovadora, baseada na análise crítica em relação ao período colonial no Brasil. Em *Capítulos de história colonial, 1500-1800*, ele não se limita a visão eurocêntrica na história, e nas narrativas tradicionais, pois considera muito importante para a compreensão do passado colonial, o estudo e a análise das dinâmicas internas nos âmbitos social, cultural e econômico, tendo em vista que esses valores contribuíram, e ainda contribuem, diretamente para a construção da identidade brasileira. Sua escrita é baseada em fontes primárias, em que buscou desenvolver e aplicar metodologia prática. Capistrano teve como alvo a produção histórica que estivesse conectada com a realidade brasileira da época, destacando e valorizando as particularidades.

“É seu melhor livro, o mais orgânico, trabalhado, original e fecundo” (Iglesias, 2000, p. 121), nesta citação, Iglesias exalta a principal obra de Abreu, como sendo bem estruturada para um único propósito, sendo produzida com cuidado pautada nos fatos históricos e ocorridos presentes no recorte temporal de 1500 a 1800. Iglesias (2000) também destaca a originalidade, sendo constituído

ao longo da história, uma marca no trabalho de Capistrano. Por fim, utiliza a palavra fecundo, ou seja, a obra deu origem a uma nova perspectiva de analisar e observar a origem do Brasil.

“Capistrano de Abreu iniciou suas reflexões sobre o país privilegiando a natureza em sua relação com a história” (Oliveira, 2011, p. 257). Capistrano era um autodidata bem criativo e inovador na sua forma de observar e registrar a história, pois constatou que a natureza se conectava com a humanidade e suas dinâmicas e que, através dessa perspectiva, os fatores geográficos eram essenciais para o entendimento e compreensão das raízes históricas do Brasil.

Este artigo buscou analisar como Capistrano recebeu influências teóricas e práticas, como a escola alemã e a tradição francesa, para desenvolver a própria metodologia e sua produção escrita. Mesmo com as limitações historiográficas da época, ele buscou fazer das suas narrativas, algo mais inclusivo, abordando sobre grupos marginalizados, mesmo que de forma sutil. Seu trabalho influenciou historiadores posteriores, por conta do modelo de análise que procurava entender as complexidades do Brasil no período colonial, sem deixar de lado a pesquisa e a valorização sobre as especificidades locais.

A metodologia por ele praticada reflete não apenas um rigor documental, mas uma ligação da história com a realidade nacional. Ao abordar sobre particularidades do Brasil, como a construção do seu território e os conflitos sociais, ele desenvolveu narrativas que destacaram os elementos internos e as influências externas. Sua obra consolida-se como uma referência destaque quanto ao entendimento sobre o passado nacional, sendo abordada por pontos de vista criativos e críticos.

Capistrano de Abreu não escreveu somente sobre

o passado, mas realizou interpretações da história, com o foco de entender o presente por meios das suas raízes históricas. Sua contribuição é importante por possuir uma metodologia rigorosa, crítica e analítica, sendo uma influência até os dias atuais. Para os historiadores posteriores a ele, sua obra inspira quanto ao tema de pensamentos do processo da construção da identidade brasileira. Em *Capítulos de história colonial, 1500-1800*, pode-se constatar a importância de pesquisa e estudo, de uma narrativa plural, e pautada na realidade do Brasil.

Referências

ABREU, Capistrano. *Capítulos de história colonial (1500-1800)*. Brasília, Conselho Editorial do Senado Federal, 1998.

Barros, J. D. Duas fases de Capistrano de Abreu: notas em torno de uma produção historiográfica. Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História, [S. l.], v.41, 2011. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/6549>. Acesso em: 18 set.2024.

CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Tradução de Maria de Lourdes Menezes; revisão técnica de Arno Vogel. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *A interiorização da me-*

trópole e outros ensaios. São Paulo: Alameda, 2005.

FIORIN, José Luiz. A construção da identidade nacional brasileira. Bakhtiana: *Revista de Estudos no Discurso*, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 115-126, 2009. Tradução. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/bakhtiniana/article/view/3002/1933>. Acesso em: 18 set. 2024.

IGLESIAS, Francisco. *Os historiadores do Brasil: capítulos de historiografia brasileira*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Belo Horizonte, MG: UFMG, IPEA, 2000.

OLIVEIRA, Josiane Roza de. *Um historiador em formação: os primeiros anos da vida intelectual de Capistrano de Abreu (1875-1882)*. 2011. 309 f. Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde) - Casa de Oswaldo Cruz / Fiocruz, Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/16245>. Acesso em: 18 set. 2024.

OLIVEIRA, Maria da Glória de. *Crítica, método e escrita da história em João Capistrano de Abreu (1853-1927)*. 2006. 183 p. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2006. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/7111>. Acesso em: 18 set. 2024.

RODRIGUES, José Honório. *História e historiografia*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

07

Milton Hatoum, a literatura e uma nova história e memória da ditadura militar

*Vitor Gabriel Bezerra Arrais
Marylu Alves de Oliveira*



O presente trabalho ¹⁷aqui descrito orienta-se pelas reflexões advindas de um relatório final de pesquisa participante do Programa de Iniciação Científica Voluntária da Universidade Federal do Piauí (ICV-UFPI). Orientado pela professora doutora Marylu Alves de Oliveira e realizado pelo discente voluntário Vitor Gabriel Bezerra Arrais, o trabalho possui como temática central e título do plano de pesquisa que o origina a nomeação de “Milton Hatoum entre a memória e a história”. Tal plano faz parte de um “guarda-chuva” do projeto de pesquisa que engloba quantidade maior de discentes (com outros títulos específicos) intitulado “Os lugares mais sombrios: As representações sobre a ditadura militar brasileira (1964-1984) e as construções de conceitos políticos nas obras *A noite da espera* e *Pontos de fuga* de Milton Hatoum”.

À vista disso, o título do trabalho em questão já anuncia a necessidade da discussão e compreensão de questões e conceitos caros às humanidades, enquanto ciência, arte e entendimento analítico do homem no tempo: as noções de memória, história e suas correlações. Igualmente, põe-se em voga desde os objetivos do projeto o debate sobre o uso da literatura, neste caso hatouniana como chave de interpretação e análise de um período histórico sob determinada ótica, a singularidade e o intimismo do estudo do sujeito e suas representações pela escrita ficcional. Para tal empreendimento, fazem-se imprescindíveis leituras de referências no estudo da memória e da história como Michael Pollak, Pierre Nora,

17. Trabalho iniciado a partir de pesquisas propostas por Plano de Trabalho vinculado ao Programa de Iniciação Científica Voluntária (ICV/UFPI) intitulado “Milton Hatoum entre a Memória e a História”, parte do projeto “guarda-chuva” elaborado pela docente Marylu Alves de Oliveira – orientadora da pesquisa –, e intitulado “Os lugares mais sombrios: As representações sobre a ditadura militar brasileira (1964-1984) e as construções de conceitos políticos nas obras *A noite da espera* e *Pontos de fuga* de Milton Hatoum”.

Sandra Pesavento, Denilson Botelho, Hermann Lubbe e François Hartog, que nortearam a teorização e execução no desenvolvimento dessa pesquisa.

O relato de trabalho em foco busca discutir, junto aos referenciais utilizados os aspectos formadores das conceituações e entendimentos sobre memória, história e uso da literatura, bem como de tratar a partir de revisão bibliográfica de obras já produzidas sobre o uso dos escritos de Hatoum em sua dimensão de representação do período ditatorial brasileiro e como chave de entendimento do uso da literatura para captação da memória e da história por pesquisadores dessa seara, atribuindo-lhes, além disso, a dimensão política presente nas obras.

Profundamente analisados na disciplina literária, alguns aspectos caracterizadores da obra de Hatoum podem estar relacionados também à prática histórica e se revelam persistentes nas suas narrativas, como o caráter memorialístico oferecido como uma forma de resgate das constituições específicas de sua trajetória familiar. Associados a esse aspecto memorialístico, são ressaltados o tema da imigração e a ênfase na diversidade linguística que se estabelece entre o estrangeiro e o nativo; portanto, nas singularidades que se firmam entre núcleos de existência que tem suas origens em espaços diversos. A memória na obra hatouniana se apresenta não só como uma forma de compreensão da ancestralidade estrangeira do autor, mas também de apreensões de memórias infantis, com o intuito de lançar luz à percepção de uma identidade que se constituiu entre o universo libanês e o Brasil amazônico (Oliveira, p. 165-166, 2023).

Tomando como base de análise as ideias dispostas por Oliveira (2023) acerca do uso da obra de Hatoum (mais especificamente de seu primeira e célebre lançamento, *Relatos de um certo Oriente*) podemos traçar planos para este trabalho que mostram fazer necessário ir além da reflexão sobre conceitos relevantes à história, memória e literatura. Mas, além disso, nota-se essencial perceber a dimensão que a escrita pode admitir de descrever as individualidades e histórias de vida do próprio autor que escre-

ve a obra; o direcionamento de Milton Hatoum por relatar e descrever modos de vida e formação amazonenses, pela conexão com as origens árabes, os sujeitos apresentados e o próprio recorte temporal-espacial de livros com “Relatos de um certo Oriente” e “Dois Irmãos”, são indicativos da representação direta e da intertextualidade da relação autor-obra entre a história de vida e a memória expressos em suas narrativas. Além disso, as produções analisadas, aliadas às entrevistas do literato estudado, apontam uma profunda ilustração e preocupação política pela escrita e pelo discurso com o período constantemente simbolizado por Hatoum, o da ditadura militar brasileira, vivida pelo autor durante sua juventude. A memória coloca-se, então, como o ponto central de reflexão deste trabalho.

Nesse sentido, versa-se sob a ótica da análise literária, memória e memória coletiva ao analisar as obras de Hatoum que apresentam maior relação com o período da Ditadura Militar no Brasil, o local da juventude acadêmica, de classe média e politizada nesse contexto e, sobretudo, os sentimentos e expressões memorialísticas nas obras “A noite da espera” e “Pontos de Fuga”, que compõem a trilogia em andamento “O lugar mais sombrio”.

Os dois primeiros volumes já publicados que constroem essa trilogia são um conjunto das vivências de Martim e das pessoas que o cercam; configuram-se como romances de formação do personagem principal, que é, também, o narrador da história contada, visto que os escritos são uma composição da memórias anotadas de Martim, um grande diário que acompanha sua trajetória individual, em convivência coletiva, social.

Memória e Literatura: artifícios para o constructo histórico

Distintivamente à concepção de memória, ou mais especificamente, de memória coletiva, apresentada pelo sociólogo Maurice Halbwachs, Michael Pollak apresenta conceitos importantes para a disseminação dessa pesquisa, seja pela interpretação de uma memória e de um esquecimento brasileiro acerca de sua ditadura militar e, sobretudo, do seu caráter socio-politicamente autoritário, seja pela análise da expressão memorialística e com contribuições para o estudo da história presente na atuação literária de Milton Hatoum.

A memória em Halbwachs – que teve grande parte de seus escritos formulados ou publicados durante a década de 1920 – possui um sentido universalizante, estruturante. O enviesamento durkheimiano do sociólogo em questão produz uma ideia da memória coletiva enquanto fato social em funcionamento orgânico na sociedade. Tal assertiva define que toda memória, apesar de ser construída também pelos sujeitos, é coletiva. Interpreta-se, desse modo, que a memória é uma construção positiva, teleológica, centrada na evolução da sociedade, apresentando o que é importante de ser lembrado negativa e positivamente para a construção de uma ordem social, de um progresso para um povo. Essa análise contribui, além da construção da ideia de modernidade e de grandes unidades para o pensamento ocidental moderno,

Nesse sentido, a posição do teórico Michael Pollak (1989) – curiosamente do mesmo ano do lançamento da primeira obra de Milton Hatoum –, de comentário e crítica ao entendimento de memória expresso por Halbwachs e sua ótica durkheimiana, possui pressupostos um tanto mais plurais e menos vinculados à ordem social hegemôni-

ca, preponderante no pensamento estruturalista. Pode-se interpretar que o texto de Pollak dispõe de ideias amplificadas em grande parte a partir dos anos 1970 nas ciências humanas, que pulverizaram os pontos de vista de sujeitos historicamente postos à margem pela narrativa oficial, pela cultura da escrita (acadêmica e literária) dominante. Por conseguinte, podemos analisar uma visão amplamente mais plural na compreensão do teórico social austríaco a respeito da memória, ressaltando seus possíveis “esquecimentos” e “silêncios” como pontos relevantes a serem considerados em suas distintas significâncias.

Uma vez rompido o tabu, uma vez que as memórias subterrâneas conseguem invadir o espaço público, reivindicações múltiplas e dificilmente previsíveis se acoplam a essa disputa da memória, no caso, as reivindicações das diferentes nacionalidades. [...] O longo silêncio sobre o passado, longe de conduzir ao esquecimento, é a resistência que uma sociedade civil impotente opõe ao excesso de discursos oficiais. Ao mesmo tempo, ela transmite cuidadosamente as lembranças dissidentes nas redes familiares e de amizades, esperando a hora da verdade e da redistribuição das cartas políticas e ideológicas (Pollak, p. 05, 1989).

Em virtude de tal análise, faz-se entender a necessidade de estudar a memória, e a memória coletiva para além dos padrões sociais, em espaços costumeiramente esquecidos, postos à margem, fora da história e narrativas oficiais. Uma das abordagens que possibilita a superação dessas lacunas é a literatura, que expressa e interpreta, a partir da ficção, representações da realidade muitas vezes não desejadas, “não-ditas”. Por tal compreensão, através da obra de Milton Hatoum, podemos investigar e aprofundar o estudo da ditadura militar brasileira sob novas óticas e conceitos. Ao passo em que a narrativa oficial pode estimular uma memória branda – e por muitas vezes até positiva – a respeito dos governos entre 1964-1985, as trajetórias singulares representadas por Hatoum põem em

voga a repressão no regime, a luta e a mobilização política de modo a dar voz a sujeitos comumente apartados da memória coletiva e do conhecimento histórico a respeito do período. Além disso, por meio da literatura hatouniana pode-se fazer notável o próprio caráter de análise de seu sujeito e a profundidade de sua memória deixada ser descrita e narrada de forma impessoal, sem que fosse necessária uma identificação que conferisse verossimilhança incontestada.

“A noite da espera” é uma espécie de livro de memórias de Martim, logo, esta dimensão – da memória – encontra-se intrínseca ao processo escriturístico – tanto de Martim quanto de Milton. Contudo, para além de um diário ou conjunto de escritos de memória de seu narrador-personagem, acompanha sua trajetória de formação e amadurecimento, tomada de si (e reflexão sobre os rumos de sua vida) em meio ao contexto ditatorial repressivo – em casa, na escola e na universidade. Ao longo dos escritos de Martim é notável o aflorar de seu envolvimento (e de seus colegas), ainda que tímido quando comparado à atuação de outros personagens, com a militância política e com as questões sociais, que se tornam visíveis a olho nu em visitas às periferias de Brasília e do Distrito Federal, como a Ceilândia, que aparenta fazer “cair por terra” o seu mundo familiarizado em prédios, grandes e belas construções e acesso a bens e direitos básicos.

De modo geral, o protagonista dos escritos de Hatoum se vê inerte frente às situações que o afligem: a iminente perseguição da ditadura ao seu grupo de amigos, a vigilância e proibição impostas pelo seu pai e, decorrente disso, a incapacidade de ver e comunicar-se com sua mãe, que gradualmente se torna uma memória distante.

O narrador, Martim, brasileiro exilado em Paris, narra e descreve os pensamentos, lembranças e ações que lhe

saltam à mente a memória do passado ou o cotidiano do presente, em sua maioria através de seus escritos. A saudade do país de origem, dos amigos, os sonhos com a mãe desaparecida, a relação com outros exilados. O período em questão: 1978, ditadura militar em vigor no Brasil. A narrativa intercala seu presente em exílio em Paris, onde restaram lembranças, mágoas e saudades, ao seu passado e juventude em São Paulo 10 anos antes, anteriormente a 1968, bem como de traços de sua formação – em diversos âmbitos – de 5 anos em Brasília, período que, apesar dos conflitos e tensões com seu pai, a angústia da distância de sua mãe e o medo iminente de perseguição pelos agentes da ditadura, lhe proporciona formação, como afirma o próprio autor da obra, “amorosa, política, intelectual [...]” (Hatoum, 2019). Nesse ínterim, a ficção é utilizada por Hatoum para representar a realidade através da subjetividade da trajetória ficcional de um indivíduo.

Ora, situar a ficção para além do verdadeiro e do falso é não somente restabelecer o imaginário como fundamento do ser, como capacidade humana originária, possível de recriar o mundo por um mundo paralelo de sinais e nele viver; é também admitir que, como analisa Castoriadis, tudo o que existe é identificado, percebido, nomeado, qualificado e expresso pelo pensamento e pela linguagem. Estamos, pois, diante de uma *construção social da realidade*, obra dos homens, representação que se dá a partir do real, que é recriado segundo uma cadeia de significados partilhados. Entre estas formas de recriação do mundo, de forma compreensiva e significada, se situariam a História e a Literatura, como diferentes discursos portadores de um imaginário (Pesavento, 2003, p. 35).

O suposto viés de descompromisso com “o real e verossímil” que transmuta-se de fato apenas para uma não necessidade de comprovação documental – ainda que por vezes esta seja possível –, pontos imbricados à literatura, são o que, na verdade, permitem uma sobreposição de realidades concretas diversas em uma só narrativa, como

faz a obra hatouniana. O personagem Manequim, uma clara alusão, pela descrição, a Fernando Collor de Mello, apresentado por Martim ainda como estudante “boa-pinta [...] filho de um senador de Alagoas.” (Hatoum, 2017, p. 51) que “assassinou um político” (Hatoum, 2017, p. 51), faz parte da elite política e que, por sinal, defendera os militares das mortes de estudantes causadas, ao passo em que concorria às eleições do Grêmio Estudantil pela chapa da direita que “acusava [...] conspiradores comunistas” (Hatoum, 2017, p. 51). Tais descrições apontam a clara relação entre a personagem e o ex-presidente do Brasil, e, além de representarem uma memória de sua atuação ao concorrer às eleições de 1989 – visto que foi muitas vezes classificado como “boa-pinta” e, na corrida presidencial, fez acusações de comunista ao seu adversário Luiz Inácio Lula da Silva – apontam suposta verossimilhança com seu período enquanto secundarista, uma vez que finalizou esses estudos em Brasília, onde se passa o que descreve Martim.

A relevância do uso da literatura advém, como dito, de sua capacidade de exprimir, ainda que isenta de total verossimilhança, fatores do cotidiano, mazelas sociais, condições humanas adversas e representações de sujeitos subalternos que corriqueiramente as narrativas e documentos oficiais – e dominantes – marginalizam, excluem e escolhem esquecer. Não se trata aqui, porém, da perspectiva de reduzir à mera igualdade a História e a Literatura como narrativas ficcionais e irmanadas, haja vista o realce de que “[...] a história não é a arte da invenção, pois continua tendo um compromisso indiscutível com a verossimilhança.” (Botelho, 2016, p. 207). Além disso, contrariamo-nos a uma “égide do mais completo relativismo” (Botelho, 2016, p. 204), em que nada poderia se considerar concreto e factível. Tal análise não significa des-

legitimar o uso da Literatura como fonte, pelo contrário, apenas delimita suas diferenças metodológicas quanto à História, enxergando, ainda, seu poder de reflexão sobre o processo histórico em que a obra em análise foi escrita, a concretude de sua narrativa e as posições de seu autor em meio ao lugar, ao seu tempo e à sua forma de atuação e intervenção nestes âmbitos.

Adicionalmente, a origem amazonense e descendência árabe de Milton Hatoum expressas nas memórias e personagens de suas primeiras obras substituem-se, agora, pelo costume com o urbano, a colocação social e o pensamento político, sobretudo a respeito do decorrer do período ditatorial. Novas memórias do autor se veem acionadas, as décadas que separam a produção dos livros se encarregam de tal feito, visto que estas possivelmente agora indicam aspectos de sua juventude em Brasília, estudando arquitetura. Contudo, essa origem vinculada ao autor da obra se transporta ao personagem Lélío, o Nortista, que, de Manaus, possui uma distinção com os demais personagens, que possuem, também, suas singularidades. O Nortista possui relevância na trama, para além de por ser o colega que mora com Martim – e que, junto com ele, cursa arquitetura – a partir de seu rompimento com o pai, através de sua apresentação como componente do grupo de teatro de Damiano Arcante, e engajar-se na militância com os componentes do grupo de amigos formado no colégio e continuado no campus da Universidade de Brasília, na Livraria Encontro e na revista literária Tribo lançada pelo mesmo grupo.

Ainda que as personagens sejam ficcionais, e a literatura, em sua condição geral, não possua compromisso verossímil, o autor vincula sua obra às condições reais do Brasil naquele período histórico – o assassinato de Edson Luís e outros estudantes, os grandiosos protestos e lutas

estudantis, o lançamento do Ato Institucional nº 5, que marca o enrijecimento e repressão por parte do regime militar são pontos citados e descritos pelo narrador personagem que atestam tal vinculação literária com o real. Apresenta-se, pela trajetória e ponto de vista do indivíduo (Martim), um contexto que representa vivências de uma sociedade em geral, ou de um grupo dela, uma memória coletiva.

Noite do dia 13: notei no rosto do meu pai um regozijo mudo [...]. Só no dia 14 entendi o motivo do júbilo paterno: o Ato Institucional número 5. Nesta última semana de dezembro, Rodolfo empilhou revistas e jornais na mesa da sala e recortou fotografias do rosto de buldogue pelancudo do marechal Costa e Silva; coleciona rostos militares e civis (o ministro da Justiça que redigiu o AI-5, magistrados e políticos bajuladores) e rasga com raiva as fotos de políticos cassados. A mesa da sala ficou coberta de imagens de heróis do meu pai, e o chão repleto de rostos de papel, cortados em tiras finas, como serpentinhas de uma festa macabra. Tive uma vaga consciência de que Rodolfo estava enlouquecendo, percebia sintomas de loucura nos gestos e atitudes dele, e me perguntava quem, ou o quê, ele odiava (Hatoum, 2017, p. 44).

A disparidade entre o que se torna saudoso e inalcançável – a possibilidade de comunicação e expressão de sentimentos que tinha com sua mãe – e o que passa a ser cotidianamente repressor e incomunicativo, agente de censuras – seu pai, apoiador da ditadura – marca as memórias de diversos grupos sociais (estudantes organizados, as esquerdas políticas, etc.) de um tempo e espaço em que a liberdade foi cerceada de vez: entre 1968 e 1974 no Brasil, nos anos de chumbo da Ditadura Militar.

A posição de exílio em Paris, distância de suas pessoas amadas e memória da trajetória de sua vida pelo narrador-personagem Martim deve ser analisada, ainda, como condição intrínseca à disposição em que foram apresentadas as personagens da narrativa, sobretudo em “A noite de espera”, em que muitas vezes se atribui relevo

e coragem a Dinah, Lázaro, Geólogo e Nortista por serem sujeitos que permaneceram e resistiram em suas lutas contra as opressões da Ditadura, à medida que puderam. Martim, contrariamente, analisa-se como hesitante, inerte e desertor, seja por não confrontar seu pai, não persistir em comunicar-se com sua mãe, não ir à última reunião da Tribo em 1972 ou por fugir de Brasília temendo sua prisão pela polícia política. “Já começava a ver a capital e o meu passado com olhos de desertor, me sentia culpado e aco-ardado por fugir, por não ter ido à reunião da Tribo na hora marcada, por não dividir com os meus amigos uma cela da polícia política, uma culpa que crescia, como se fosse um crime. Uma traição à tribo de Brasília.” (Hatoum, 2017, p. 200)

Em “Pontos de Fuga” ampliam-se as perspectivas analisadas. As personagens, em sua maioria estudantes de Arquitetura na USP e moradoras da República da Vidalgia, são de maior número, distintas formas de falar, pensar, escrever e vivenciar o contexto enquanto sujeitos que, em grande parte, carregam semelhanças em meio às suas singularidades: são jovens adultos em seu processo de amadurecimento pessoal e social, convivendo com a distância dos pais, a vivência universitária e seus percalços e a, ainda constante, presença dos perigos de sua posição nos tempos da Ditadura Militar – que para além de marcados por envolvimento sexuais e amorosos, convivem com as saudades, desaparecimentos e assassinatos. Tais dinâmicas ampliam e complexificam a percepção da diversidade memorialística da narrativa, viabilizada pelo acesso aos escritos de memória das diferentes personagens, tornando a trilogia, além de mais plural, mais sombria e subjetiva.

Narrativas de um tempo: vestígios e ponderações finais sobre a Ditadura Militar

A literatura oferece diversas maneiras de compreender os processos históricos. Pode ser vista como uma fonte que apresenta representações que podem ou não refletir a realidade, assim como narrativas alternativas aos eventos históricos. Além disso, a obra literária pode ser usada como objeto de investigação, com o foco no processo de sua construção, sendo de interesse para a área da historiografia. Além de servir como fonte e objeto de estudo, as obras literárias permitem aos historiadores observar diferentes modelos de construção narrativa e formas de estruturação textual, aspectos em que a disciplina literária possui vantagens em relação à história.

Por fim, a literatura nos possibilita olhar para o passado sob uma perspectiva diferente da produção acadêmica em história, permitindo a emergência de novos conceitos que apenas um olhar sensível e poético, como o do escritor, pode proporcionar. Este último aspecto é o foco principal na análise das obras de Milton Hatoum. Nesse sentido, analisa-se as obras de Milton Hatoum no tocante a sua interpretação com base em autores do campo da memória, como Maurice Halbaschws e Michel Pollack, e da literatura como fonte histórica, a exemplo de Sandra Pesavento e Denilson Botelho, para entender como o escrito ficcional pode nos oferecer *pistas* sobre a memória. Ao explorar a relação entre as obras literárias e a produção acadêmica, observa-se como tal feito contribui para a inovação na interação entre história e literatura, resultando na criação de novos conceitos e compreensão de novos aspectos da sociedade em um período, neste caso, na Ditadura Militar.

Os resultados obtidos pela pesquisa desenvolvida são de que se conseguiu compreender e responder às perguntas propostas na pesquisa. Apesar da complexidade do objeto analisado, o extenso acúmulo feito a partir das discussões bibliográficas dos autores citados nesse relatório possibilitaram a compreensão das principais nuances e especificidades que circundam a compreensão da memória, da história e do uso metodológico da literatura para o entendimento de tais aspectos, sobretudo desta posição para com as obras do literato brasileiro Milton Hatoum.

Foi possível refletir de maneira mais ampla, pela perspectiva de Michael Pollak acerca dos usos e abusos da memória, as formas de silêncio e esquecimento de contextos e grupos sociais que se deixam notar nas narrativas oficiais e formas tradicionais de estudo da história. É notável o entendimento do papel da escrita literária como forma de interpretação e representação da sociedade e do homem no tempo, uma vez que, por seu aspecto ficcional, não tem compromisso com a comprovação, com a resposta de perguntas pelo pensamento oficial e dominante de contextos autoritários, afinal não se afirma com certeza ou verossimilhança pura, apenas pode-se ponderar e especular de forma interpretativa, o que pode, ainda, variar de acordo com o leitor e suas próprias memórias e vivências individuais.

É notável a capacidade da literatura de refletir sobre sua própria relação com a política e seus conceitos. Alguns excertos permitem tal reflexão. “Fabius disse que a política podia estar num sonho, na sombra de um texto, no detalhe de um desenho” (Hatoum, 2017, p. 55). Ainda que a assertiva analisada por Martim da fala de seu colega aponte que a política está imbricada na sombra dos textos, essa, na narrativa hatouniana, encontra-se transcendendo

as sombras, materializada na factualidade política dos fatos descritos, vividos e sentidos pelas personagens, sujeitos que dependem e participam dos processos políticos, sejam eles protestos combativos, análises de filmes de Glauber Rocha ou o exílio no exterior.

Martim é um retrato das pessoas que o cercam: com seu tio e com sua mãe – ainda que repudie seu padrao artista – adquiriu apreço e familiaridade com a arte; com seu pai, engenheiro, o urbanismo e a estruturação de prédios. A união dos dois fatores o levaria a escolher a arquitetura para cursar na UnB – ponto que notadamente assemelha a personagem ao seu escritor, Milton Hatoum, e corrobora para a ideia do escrito literário como fonte de apreensão da memória – neste caso em específico, de seu autor.

Hatoum narra através de Martim, seus sentidos vividos e testemunhos escritos, a tensão política e a repressão policial à juventude politizada que irradiava em todos os grandes centros urbanos no dia 29 de março de 1968, que, após a morte do estudante Edson Luís no Rio de Janeiro e, curiosamente, quando se completaria e comemoraria nos dias seguintes os 4 anos do golpe de 1964, a revolta estudantil se afluava, à medida em que a repressão militar se torna marcadamente intensa. Marcava-se nos meses seguintes o início dos “anos de chumbo” da Ditadura.

Os escritos de Hatoum fazem uma alegoria a memórias da história política brasileira de seu período retratado: ao passo em que o pai do narrador – figura que, ainda que civil, pessoa comum, pense e aja a serviço da ditadura – se torna mais obsessivo, controlador, menos comunicativo e mais repressor com o passar do tempo desde os ocorridos de 1968, acompanha-se a mesma dinâmica do regime com o agravamento dos anos de chumbo, cegamente seguindo e vangloriando os atos dos governantes

militares. Em uma situação em que fora questionado sobre o “livreiro vermelho” e seu trabalho na Livraria Encontro, Martim se dá conta de que é vigiado. “[...] Meu pai não anda tão alheio à minha vida. Sem discrição (ou com discrição detetivesca) todos estão atentos à vida de todos. No silêncio da capital, rostos invisíveis vigiam e depois caluniam, acusam, delatam...” (Hatoum, 2017, p. 82). Tal enredo põe em voga, ademais, a participação civil nas formas de repressão, controle e perseguição social de grupos considerados dissidentes ao regime comandado pelos militares no Brasil. Além da força policial, a ditadura dependeu do apoio e da delação da população civil para viabilizar sua vigilância e violência aos indivíduos contrapostos ao autoritarismo militar.

As obras de Milton Hatoum contribuem, além disso, para a história e a apreensão da memória da Ditadura Militar no Brasil para além das formas consolidadas tradicionais pela sua historiografia. Costuma-se dar vazão nos escritos históricos sobre o período e seus conflitos políticos – mesmo com variado uso de fontes documentais – às posições profundamente díspares entre os sujeitos e grupos analisados: destaca-se comumente a figura do jovem militante de esquerda radical, perseguido, torturado, guerrilheiro e heroico em contraposição aos militares, a censura, a repressão e sua força burocrática de autoritarismo, ou mesmo aos cidadãos comuns coniventes com este regime. Entretanto, o relevo dado pela literatura de Hatoum a figuras como Martim, que encontravam-se num limiar entre buscar direitos, ou se aproximar de pessoas que o faziam de maneira combativa (como seu grupo de teatro e a atriz-militante Dinah por quem é apaixonado), e esquivar das possibilidades de perseguição pelas forças opressoras do regime. Ainda que estivesse envolto de militantes em Brasília, como assinalado por Damiano, Martim

"[...] não é líder nem militante, mas trabalha na livraria." (Hatoum, 2017, p. 136). Esta análise pode permitir a representação de muitos brasileiros que, ao mesmo tempo, não eram favoráveis ao regime e evitavam ao máximo os perigos e ameaças de declararem contrariedade. Enriquece-se, assim, a história pelo uso da literatura como fonte, com apreensões memorialísticas que complexificam o entendimento desse período tão relevante para a história do país.

A análise dos sujeitos e narrativas em questão, desenvolveu-se satisfatoriamente na busca por compreender os seus pressupostos formadores e as palavras-chave que o norteiam: história, memória e literatura. Apesar de desafios para o aprofundamento das leituras referenciadas e basilares para a produção de tais reflexões, foi notável a importância dessa proposta investigativa e, suas contribuições são valiosas para a formação de conhecimentos histórico-científicos e da busca pelo amadurecimento de uma pesquisa nas áreas da história, memória e literatura. O literato Milton Hatoum possui obras de grande relevância para a assimilação da literatura brasileira contemporânea e de aspectos caros ao historiador, tanto pela representação de um importante recorte temporal da história brasileira quanto pela profundidade subjetiva e inovadora presente nas trajetórias dos sujeitos que Hatoum dá voz e vez. A dimensão da memória (ponto crucial de estudo para o historiador) em seus escritos é latente, e a pesquisa desenvolvida pôde perceber sua magnitude não apenas por mostrar a militância política, a repressão ditatorial, a diversidade de experiências e subjetividades brasileiras, o exílio, em suas esperas ou pontos de fuga, mas pelos vestígios da vida do próprio autor, os espaços e contextos em que este esteve inserido, aspectos que suas obras e relatos expõem propositalmente ao seu leitor ou deixam

escapar no percurso narrativo. À vista disso, conclui-se que a contribuição dos escritos de Hatoum é notável para a apreensão da memória e para a disseminação da consciência histórica.

Referências

ALMEIDA, Neves; FERREIRA, Jorge. *O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BENTIVOGLIO, Júlio César. Os pontos cegos da história: a produção e o direito ao esquecimento no Brasil – breves notas para uma discussão. *OPSIS*. Catalão, vol. 14, n. 2, p. 378-395, jul-dez, 2014.

BOJIC, Majda. Milton Hatoum, intertextualidade e memória da literatura. *Liubliana: Verba hispânica*, Universidade de Zagreb, vol. 24, n. 1, p. 169-182, jan, 2017.

BOTELHO, Denilson. Combatendo o paradigma Pós-moderno: a Literatura como fonte para a História Social. In: FONTINELES, Cláudia Cristina da Silva; CASTELO BRANCO, Pedro Vilarinho; CRUZ, Marcelo Silva (orgs). *Oficina de Clio: história, cidades e linguagens*. Teresina: EDUFPI, 2016. p. 203-212.

CECCARELLO, Vera Helena Pícolo. Aspectos da ditadura militar presentes nos romances *Dois Irmãos e Cinzas do Norte* de Milton Hatoum. *Revista Eletrônica Literatura e Autoritarismo – Dossiê*, maio, 2012 – ISSN 1679-849X. Acessado em: http://w3.ufsm.br/literaturaeautoritarismo/revista/dossie07/RevLitAut_art08.pdf

HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. Tradução de Beatriz Sidou. 2ª ed. São Paulo: Ed. Centauro, 2013.

HATOUM, Companhia das Letras. *Milton Hatoum fala*

sobre “Pontos de fuga”. Youtube, 2019. Disponível em: <https://youtu.be/yjn65GfHV7Y?si=cydyVw4qBfwyORvw>. Acesso em: 12 de setembro de 2024.

HATOUM, Milton. *A Noite da Espera*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017. 240p. Vol. 01 da trilogia O lugar mais sombrio.

HATOUM, Milton. *Dois Irmãos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

HATOUM, Milton. *Pontos de fuga*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019. 312p. Vol.02 da trilogia O lugar mais sombrio

HATOUM, Milton. *Relato de um certo Oriente*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

HARTOG, François. *Regimes de historicidade: presentismos e experiências do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

JOBIM, José Luís. Migrações políticas nas narrativas de Milton Hatoum e Godofredo de Oliveira Neto. *Revista Araticum*. Montes Claros, vol. 21, n. 1, p. 122-143, maio, 2020.

LUBBE, Hermann. Esquecimento e historicização da memória. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, p. 285-300, vol. 29, n. 57, jan-abr, 2016.

MUGGE, Ernani; MULLER, Iago Ramon; DUARTE, Julia Pruss. A compreensão da história por meio da ficção: o regime militar brasileiro em *A noite da espera*, de Milton Hatoum. *Miguilim*. Crato, vol. 8, n. 2, p. 324-337, maio-agosto, 2019.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Trad: Yara Aun Khoury. *Prof. História*. São Paulo, p. 07-28, dez, 1993.

OLIVEIRA, Marylu Alves de. A ditadura militar e os escombros da memória na produção literária de Milton Hatoum. In: VIEIRA, Lêda Rodrigues; LIMA, Nilsângela Cardoso (Orgs.). *Histórias, narrativas e trajetórias sociais*. Teresina: EdUESPI, 2023, p. 161-187.

PERLATTO, Fernando. História, literatura e ditadura brasileira: historiografia e ficções no contexto do cinquentenário do golpe de 1964. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 30, n. 62, p. 721-740, set-dez, 2017.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. O mundo como texto: leituras da História e da Literatura. *História da Educação*, Pelotas, n. 14, p. 31-45, set. 2003.

POLLACK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

SILVA, Joanna da. Panorama da produção literária de Milton Hatoum e de sua recepção, em homenagem aos vinte anos de *Relato de um certo Oriente*. *Somanlu*. Manaus, vol. 10, n. 1, p. 107-123, jan-jun, 2010.

STELLA, Marcello Giovanni Poci. Milton Hatoum: um clássico contemporâneo. *Tempo Social*. São Paulo, vol. 33, n.1, p. 267-285, jan-abr, 2021.

08

Trabalho e repressão: as representações do trabalho no período da ditadura na obra de Milton Hatoum

*Iara Lua Castelo Branco Vasconcelos
Marylu Alves de Oliveira*



O presente artigo é resultado de um projeto de iniciação científica, intitulado *Os lugares mais sombrios*, que tem como objetivo pesquisar as representações e construções de conceitos sobre a ditadura civil-militar brasileira a partir da análise das obras literárias *A noite da espera* e *Pontos de fuga*, do escritor amazonense Milton Hatoum.

Nesse sentido, a pesquisa se alicerça no campo da História e da Literatura, e busca investigar na ficção os aportes que a conectam com a realidade. Essa relação é recorrente na literatura de Milton Hatoum, pois sempre há, como pano de fundo, a ditadura militar, período marcante na vida do próprio autor e no qual se passam seus enredos. Dessa forma, o suporte teórico do historiador Roger Chartier torna-se imprescindível para esta pesquisa, com o conceito de *Representação* (1990), assim como o conceito de *Memória coletiva* (2013), de Maurice Halbwachs. Esses dois conceitos se direcionam a aprofundar a característica mnemônica que permeia as obras de Hatoum.

As relações familiares são o palco principal dos romances. Outros exemplos são *Dois Irmãos* (2000) e *Cinzas do norte* (2005), construídos sobre o contexto político e social da Ditadura Militar brasileira. No caso da trilogia pesquisada, retrata-se a vida do personagem Martim em seu exílio na cidade de Paris, envolto nas memórias de sua vida, de amigos e familiares. Assim, o protagonista busca acessar os fragmentos de sua memória e de outros com quem a compartilha, como no caso do personagem Nortista, uma das amizades que Martim conserva da adolescência em Brasília, com quem se corresponde por meio de cartas. Nessas cartas, esse personagem contribui com suas próprias memórias, a fim de auxiliar na construção do livro de Martim. O protagonista, então, afirma “sem a

memória dos outros eu não poderia escrever” (Hatoum, 2017, p. 71). Entretanto, observa-se o impasse da memória à medida que ela se fragmenta, seja pelo tempo ou pela dor. O historiador Walter Benjamin descreve o passado como “[...] uma imagem mutilada, torso: um misto indissociável de lembrança e trabalho do tempo, esquecimento” (Seligmann-Silva, 2003, p. 408). O esforço da memória é, portanto, constante e quase impossível, por sempre faltar peças em um todo que foi vivido por muitos.

É no esforço da busca desse passado, pelo protagonista, que Hatoum apresenta aos leitores o seu fio condutor: a memória talhada em um jogo de presente/passado, com cartas trocadas e escritas pelo protagonista. Outra característica fundamental para compreender as obras de Milton Hatoum é seu apreço pela realidade histórica. Mencionou-se, no início, o fato de que as obras aqui estudadas, assim como muitas outras de seu acervo, são descritas tendo como cenário a Ditadura Militar brasileira vivenciada pelo autor. É na maneira como essa realidade é perpassada nas páginas que se concentra esta pesquisa, encontrando, nos perfis dos personagens, dos lugares e de suas vidas, os elementos históricos que restituem esse período da história brasileira. Em outras palavras, é possível compreender as obras *A noite da espera* e *Pontos de fuga* como um esforço de Milton em traduzir os horrores do golpe militar na literatura, as passagens de governos e, com elas, o endurecimento do regime que são sentidas por Martim, o protagonista, além da aura de medo constante, da perseguição, da pobreza e da miséria de se viver ansiando a liberdade. Um dos personagens da trama, o embaixador Faisão, aponta a Martim a sina dolorosa daqueles que viviam o regime. Em suas palavras:

Esses militares e civis são espectros sombrios da nossa velha tragicomédia. Foi isso que murmurou minha consciência quando eu contemplava as carpas no espelho

d'água do Palácio dos Arcos. Os peixes vão morrer no espelho seco, nós todos vamos morrer com sede de liberdade. (Hatoum, 2017, p. 204)

Dessa forma, as tramas dos personagens se entrelaçam à de Martim. Na passagem do tempo, o leitor acompanha a mudança nos cenários e é apresentado ao presente do narrador, que se passa no exílio em Paris e, à medida que as memórias são restituídas, os lugares se alternam. Retorna-se para o Brasil, onde se acompanha o início da adolescência de Martim, em São Paulo, com o seu núcleo familiar: mãe, pai, avós e tio. A ruptura desse espaço ocorre pela decisão da mãe em separar-se do pai, escolha que irá definir um curso importante na narrativa, uma vez que o paradeiro da mãe e a falta de comunicação dela com o protagonista afligem a psique dele, colocando-o em um estado de espera constante. Outrossim, Martim, com a separação, muda-se para Brasília, outra ambientação importante para a obra. O primeiro livro é ambientado quase que totalmente nessa cidade, é nela que os demais personagens que vão habitar a vida do protagonista são apresentados, bem como as ações desenvolvidas por ele e pelos integrantes da narrativa. Esses lugares de memória (Nora, 2012) cristalizam os processos que ocorrem na trama, sendo o combustível da narrativa do texto; são os espaços habitados pelas memórias coletivas dos sujeitos apresentados, que também são compartilhados pelo próprio autor, pois a trajetória de vida de Milton mistura-se com a de seus personagens. propositalmente, a realidade costura-se na literatura, e é na intenção de investigar esses remedos que a presente pesquisa nasce.

Destarte, tendo em vista que se pretende investigar as representações e os recursos que conectam a narrativa à realidade, esta pesquisa concentra-se em dar enfoque aos indivíduos que realizam atividades laborais, na

tentativa de entender, através da vida dos trabalhadores do livro, a relação entre trabalho e repressão durante o regime militar. Além disso, busca-se compreender como cada atividade laboral é percebida dentro da lógica do sistema ditatorial e as consequências que as ações do Estado autoritário têm na trajetória dos personagens, que, assim como os demais elementos dos livros, têm lugar na realidade histórica.

Revisão de literatura

Esta pesquisa constitui-se em dois importantes conceitos do campo da História e da Literatura. O primeiro é o conceito de *Memória Coletiva* (2013), de Maurice Halbwachs, que auxilia a compreender a maneira como Milton Hatoum atua na concepção da memória, compondo uma malha de informações que o protagonista busca acessar no esforço de transcrevê-las. A partir disso, é possível um primeiro questionamento: quais são as razões que movimentam Martim para transformar essas memórias compartilhadas em texto escrito? Nesse ponto, recorre-se ao texto *Exílio e memória na narrativa de Milton Hatoum*, no tópico “Lições do exílio”, em que se entende que a passagem dos personagens hatounianos pelo exílio é um recurso utilizado pelo autor para apresentar ao leitor a perda do sujeito por si mesmo.

A impossibilidade de retorno à sua terra de origem, obriga o protagonista a preservar suas memórias e a de outros sujeitos com quem as viveu. O embate entre a lembrança e o esquecimento impõe ao personagem a busca por esses fragmentos, experienciando o passado agora com outros olhos, fazendo-o enxergar a realidade sob um ângulo divergente da experiência vivida. Como o texto é

narrado por um narrador-personagem, o espectador está preso às percepções unilaterais dele.

O uso do enredo mnemônico constrói, sob aquele que ler, o panorama geral do universo da obra, partindo da motivação de Martim. Utilizam-se artifícios do campo da escrita literária, impondo aos pesquisadores do projeto a análise das obras também através de teorias da literatura e dos mecanismos da linguística, para captar nas obras as representações necessárias para concluir o objetivo da pesquisa. Por isso, o estudo de textos de determinadas áreas, como as Letras, e de estudiosos do campo literário, como o crítico literário Antonio Candido, torna-se irrevogável. Nessa acepção, Cândido disserta que:

A literatura é essencialmente uma reorganização do mundo em termos de arte; a tarefa do escritor de ficção é construir um sistema arbitrário de objetos, atos, ocorrências, sentimentos, representados ficcionalmente conforme um princípio de organização adequado à situação literária dada, que mantém a estrutura da obra. (Candido, 2006, p. 186)

A partir da perspectiva apresentada, é possível afirmar que as escolhas feitas por Hatoum ao longo do texto constroem para o leitor o sentido de sua obra. As representações mentais, sobretudo dos trabalhadores, evocam as suas funções históricas e sociais à medida que o livro exhibe a organização de sua estrutura literária (Candido, 2006).

Por conseguinte, as representações mentais presentes no cerne do gênero ficcional também apresentam um viés historiográfico. Como afirma Roger Chartier, o objetivo do conceito de *Representação* (1990) é identificar os diferentes espaços e momentos em que a realidade social é pensada, construída e lida (Carvalho, 2005). Com isso, a representação dos trabalhadores que aparecem na trilogia *Pontos de fuga* são arquétipos retirados da

história da classe proletária brasileira durante a Ditadura Militar. Nesse viés, fez-se necessária a busca por textos historiográficos que revelassem as condições de vida da classe trabalhadora durante esse regime e a ligação desses sujeitos com a repressão, mais uma vez desvelando a realidade na literatura. Isto posto, o termo *Estado de contrainsurgência* é explorado pelo sociólogo Ruy Mauro Marini (2018), que o define como o surgimento de uma ordem contrarrevolucionária que se insere sob o Estado, afetando sua estrutura e seu funcionamento. Esse estado é dotado de dois aspectos, que o autor apresenta como a *doutrina da contrainsurgência*.

Por esse viés, o primeiro aspecto seria o enfoque militar na luta política. Segundo Marini, um opositor do regime contrarrevolucionário é visto como um inimigo, que não deve ser apenas derrotado politicamente, mas aniquilado. A luta de classes é enxergada como guerra, o que leva à adoção de táticas e de métodos militares de luta (Marini, 2018). Daí é possível pensar os destinos trágicos de muitos trabalhadores brasileiros que reivindicavam seus direitos, já que, segundo o historiador Sérgio Murilo, a partir do golpe de 1964 todas as organizações sindicais do país foram dissociadas de seu cunho político, após longos anos de batalha pela conquista dos direitos trabalhistas, como bem apresenta a historiadora do trabalhismo brasileiro, Ângela de Castro Gomes. Toda a vanguarda do movimento operário foi investigada e perseguida pelos militares, deixando-os sem força sindical e sem o direito à greve. Ademais, sem o auxílio dos sindicatos, os trabalhadores se veem entregues às contradições do espaço urbano.

Segundo Sérgio Murilo Ferreira de Oliveira:

Agora, não mais o operário enfrenta, apenas na fábrica, a luta pela melhoria salarial, como tem que enfrentar o Estado, na cidade, pela defesa de sua habitação, contra sua remoção ou seu afastamento para áreas afastadas do seu lugar de trabalho, por exemplo. (Oliveira, 1987, p. 25)

O trabalhador encontra-se sitiado por problemas materiais, pela piora das condições de vida e pela pressão mental provocada pelo constante estado de vigilância que a repressão policial impõe a todos. Todavia, esse acirramento da luta de classes, impulsiona, no cerne dessa ditadura, o nascimento de outros movimentos, como o movimento feminino e o movimento negro, que se somam às lutas por melhores condições de vida, contando ainda com os movimentos estudantis, todos unidos na tentativa de sobreviver à ação repressiva do Estado.

Por conseguinte, o segundo aspecto da *doutrina da contrainsurgência* está relacionado ao caráter conspiratório que o movimento revolucionário carrega, pois, para seus doutrinadores, o processo revolucionário é externo ao Estado e infiltra-se de fora para dentro. É uma subversão provocada pelo inimigo que deve, portanto, ser extirpada e eliminada, ou seja, extinta do organismo social. Desse modo, muitos trabalhadores foram submetidos a essas ordens, em escalas diferentes, dependendo do ofício.

Ressalta-se que existe uma certa divergência no tratamento com os trabalhadores por parte do regime, pois muitos que exerciam um ofício intelectual eram caçados, torturados, afastados de suas funções ou enviados ao exílio, que condensava todas as alternativas. Já os trabalhadores braçais eram ameaçados pela deterioração das suas condições de vida, por meio dos baixos salários, da proibição de organização, do consumo acirrado, do au-

mento dos preços dos alimentos e do afastamento desses sujeitos dos centros urbanos, obrigando-os a habitar áreas distantes e construir seus próprios espaços. Em ambos os casos, nota-se que a concentração de renda pela burguesia local e externa, características dos países periféricos capitalistas, como o Brasil, é acentuada, prejudicando a classe trabalhadora como um todo, em diversos níveis, aumentando a dificuldade do trabalhador urbano na reprodução de sua força de trabalho (Oliveira, 1987).

Metodologia

A metodologia utilizada para a concepção do projeto teve seu enfoque na pesquisa bibliográfica, realizada inicialmente com a leitura das obras que norteiam a pesquisa: o primeiro e o segundo volume da trilogia *Os lugares mais sombrios*, do autor Milton Hatoum. Esse contato com a literatura de Hatoum motivou a busca por suporte em outras ciências, como a Literatura, por meio dos autores que teorizam sobre teoria crítica literária, a fim de entender as noções básicas que permeiam as minúcias da narrativa que constitui o texto literário. Em consonância com essa ação, o olhar historiográfico surge de forma a se unir às compreensões adquiridas nas representações literárias. Foram selecionados os conceitos de *Memória Coletiva*, *Representação* e *Estado de Contrainsurgência* para aprofundamento dos objetivos da pesquisa; essa escolha será exemplificada no tópico seguinte.

Resultados e discussão

O objetivo central do tópico “Trabalho e repressão”

neste artigo (e no projeto *Os lugares mais sombrios*) é identificar, nas obras *A noite da espera* e *Pontos de fuga*, do escritor amazonense Milton Hatoum, as relações entre trabalho e repressão durante a ditadura militar. Esse objetivo é orientado por outros objetivos específicos, como a catalogação e análise das figuras que trabalham nas obras, a observação da sensibilidade literária em relação ao trabalho intelectual dentro do regime e ao trabalho braçal, intercalando os resultados colhidos para construir o pano de fundo maior que a pesquisa exige. Nesse sentido, para melhor organizar o corolário produzido, é necessário dissertar sobre cada objetivo descrito, respectivamente, em tópicos e com um resultado, para uma melhor compreensão do leitor.

1. Assim que se adentra em *A noite da espera*, é apresentada, pelo narrador, que é o protagonista, Martim, a sua vida no exílio, na cidade de Paris, em 1978. Ao descrever sua rotina, nota-se a profunda infelicidade do personagem, pelas condições em que vive, conforme as palavras de Martim:

Um expatriado pode esquecer seu país em vários momentos do dia e da noite, ou até por um longo período. Mas o pensamento de um exilado quase nunca abandona seu lugar de origem. E não apenas por sentir saudade, mas antes por saber que o caminho tortuoso e penoso do exílio é, às vezes, um caminho sem volta (Hatoum, 2017, p. 14).

O sofrimento do narrador e dos demais personagens que vivem com ele em Paris, permite imaginar as dimensões que a distância forçada de sua terra de origem pode causar na psique dos indivíduos. A espera constante de que será possível retornar é dividida com a certeza quase infame da permanência, ao passo que as memórias da antiga vida invadem o sujeito e o colocam em um esta-

do profundo de pensamento sobre o passado. Ademais, as condições materiais às quais os personagens exilados são submetidos são de qualidade duvidosa. O próprio trabalho de Martim, como professor de português, lhe rende muito pouco, levando-o em busca de bicos. O espaço onde vive mal lhe cabe, e a solidão dos que moram em suas lembranças é insondável.

Em outro momento da narrativa, Martim apresenta ao leitor a vida de outros dois amigos, Anitta e Julião, em iguais posições de trabalho e com dificuldades em realizar determinadas ações devido à estranheza com a língua estrangeira. Há também a troca de correspondências entre o protagonista e seu amigo do passado, o Nortista, um ator que vive no porão de uma casa com a esposa e sem perspectiva de trabalhar com o que ama, a arte. Dando continuidade à catalogação, à medida que o recurso mnemônico da obra é acionado pelo narrador-personagem, mergulha-se no passado dele, e outros perfis de trabalhadores vão surgindo.

Os pais de Martim, parte crucial da trama, representam a camada média das classes. Seu pai, Rodolfo, um engenheiro formado pela Escola Politécnica, é um entusiasta do regime, o típico perfil do cidadão ordinário que é profundamente arraigado às noções morais e religiosas, e que vê no regime militar uma forma de satisfazer seus próprios princípios fascizantes. À vista disso, deve-se mencionar que o conceito de ditadura civil-militar, discutido pela historiografia do regime, considera essa camada média da sociedade brasileira relevante para o assentamento da ditadura.

Do outro lado, há a mãe do protagonista, Lina, uma professora de francês, autônoma, que se apaixona por um artista e decide separar-se do marido, causando uma rachadura na vida de Martim. A constante busca pelo pa-

radeiro da mãe e a amargura que o protagonista nutre pelas escolhas dela levam o leitor a cogitar se o destino de Lina foi sua captura pelo regime, uma vez que ela nutria discordâncias profundas, assim como seu irmão, o tio de Martim, Dácio. Dácio é um ex-engenheiro (para desgosto de Rodolfo), que abandona o trabalho formal para viver o sonho de ser fotógrafo itinerante e tem como foco de sua arte trabalhadores exercendo seus ofícios, também apondo a ameaça que Dácio configura ao sistema. Outrossim, na mudança para Brasília, outros perfis importantes para a pesquisa são apresentados. O grupo de amigos de Martim – Dinah, Ângela, Fabius, Damiano Acante (quem insiste que Martim vá para o exílio), Vana, Nortista e Lázaro – representam a vanguarda estudantil, jovens que exercem comportamentos desviantes e buscam o fim da ditadura, cada um ao seu modo.

Ângela, Fabius e Vana são os sujeitos mais abastados do grupo. Os pais deles exercem funções do alto escalão político. O pai de Ângela é um senador alinhado com os militares, e a tia de Vana, chamada de Baronesa, é uma bajuladora do regime. Entretanto, ela articula a fuga de Martim para São Paulo. O pai de Fabius, Faisão, um embaixador bem-sucedido do Itamaraty, é ameaçado no trabalho, sendo investigado pelo regime, que o afasta de sua função e o condena às peças que sua própria mente, já não tão lúcida, lhe prega. Ele é um sujeito intelectualizado e que lamenta profundamente os rumos que a política brasileira está tomando.

Em outro plano, há os trabalhadores da Livraria Encontro. O proprietário, Jorge Alegre, é uma figura amigável que auxilia Martim e cede um espaço de seu prédio para projeção de filmes e debates do grupo do protagonista, sendo ameaçado pela polícia por essas ações. Por fim, há a mãe de Lázaro, Dona Vidinha, que trabalha de

empregada doméstica na casa de Faisão. Ela e o filho moram na Ceilândia, zona periférica de Brasília. Vidinha vive com medo de que algo aconteça ao filho, um militante estudantil que se desloca da cidade-satélite para o centro para trabalhar.

2. O trabalho intelectual pode ser associado ao conceito de *contrainsurgência*, trabalhado anteriormente, como a segunda doutrina empregada pelo Estado contrarrevolucionário: a de ameaça do processo revolucionário e a necessidade de aniquilar o sujeito que discorda ou desvia da ordem. Esse conceito é caro para que seja possível entender os fins que os trabalhadores intelectuais tiveram; muitos foram presos, torturados ou, na “melhor” das hipóteses, condenados ao exílio, como vemos na trajetória do protagonista.

No caso de Lina e de seu esposo (o artista), a ausência de destino sugere a possibilidade de algo semelhante aos mecanismos mencionados. Outrossim, a constante vigília que a repressão impõe aos trabalhadores intelectuais faz com que muitos enlouqueçam, como no caso do Embaixador Faisão, que é afastado de suas funções mesmo sendo um excelente diplomata, um homem culto e intelectualizado, sendo, por esse motivo, enxergado como perigoso e entrando para o radar dos militares. Os amigos de Martim são estudantes perseguidos por seus envolvimento nas movimentações contra a ditadura, além de tantos outros trabalhadores mencionados, como professores universitários, que foram exonerados de seus cargos, perseguidos e sequestrados de suas vidas pela repressão militar.

3. Os trabalhadores braçais apresentados na obra, assim como os do ofício intelectual, são vigiados de perto, exceto que a arbitrariedade da ditadura se manifesta nas dificuldades impostas no dia a dia. Brasília, cidade onde se passa boa parte da trama, é um canteiro de obras. Os bairros centrais, o planalto, a Asa Norte e a Asa Sul foram levantados pelas mãos de milhares de trabalhadores e trabalhadoras que residem nas periferias do distrito, locais que tornar-se-ão cidades-satélites, igualmente erguidas por essa mesma classe: um operariado que advém das mais diversas partes do país, sobretudo do Nordeste, para ser soterrado pelas cinzas do planalto. Neste trecho do livro, Dinah fala para Martim sobre a recepção dos militares nas cidades-satélites: “a polícia do GDF senta o sarrafo nos pobres de Ceilândia e das outras cidades-satélites [...]”. Como descreve Sérgio Murilo Ferreira de Oliveira, “o Estado tentava vender uma imagem de glória que escondia a deterioração das condições de vida e a exploração da classe operária”. Hatoum evidencia isso ao descrever cada trabalhador mencionado.

Por fim, é possível unir essas análises e discussões e traçar, como resultado para o objetivo principal, que a vida da classe trabalhadora brasileira, sobretudo daqueles que pertencem às classes mais baixas, sofreu um declínio notável nas suas condições de vida, ainda que em graus diferentes, como observado entre os trabalhadores intelectuais e braçais. Todos, exceto aqueles com poder e que compactuam com o regime, eram ameaçados por

ele. O estado de alerta constante e o medo que persegue o protagonista e se entranha em todo o desenrolar da história evidenciam que a repressão é a ferramenta de manutenção da ditadura, cuja constante contrarrevolução é direcionada contra os sujeitos que trabalham.

Considerações finais

A título de conclusão para esta pesquisa, retoma-se o crítico literário Antonio Candido, em sua fala durante entrevista concedida ao canal Roda Educativa. Candido afirma que a literatura é uma necessidade universal; em suas palavras, o homem tem necessidade de efabular, a literatura é o fio que nos liga a vida, não sendo esta, suficiente diante da dimensão da alma humana. O sofrimento e a dor passadas por personagens como Martin, talvez não pudessem tocar aqueles que as vêm escritas em dados frios, entretanto, através da palavra escrita de forma fluída, podemos navegar na direção do suplício dos componentes dessa trama, concedendo a eles um traço de nossa compreensão. Por isto, considera-se que a literatura de Milton Hatoum foi de extrema importância para ultrapassar os limites que separam a História da Literatura, entendendo-as como auxiliares para desvendar as quere-las da narrativa e quanto ela pode guardar da realidade histórica e social. Esta pesquisa proporcionou, a quem a realizou, um avanço nas construções em torno da história do trabalho, evidenciando a capacidade que a ficção tem em traduzir o mundo real e a capacidade do mundo real tem de transformar-se em literatura, provando que o ofício do historiador não se limita apenas às formalidades do passado, mas às articulações deste com as representações do presente e o peso que a memória exerce sobre tudo.

Referências

ALBORNOS, Suzana. *O que é trabalho*. 9ª edição. São Paulo: Brasiliense, 2012.

CANDIDO, Antonio. *Literatura e sociedade: estudos de teoria e história literária*. São Paulo: Editora Nacional, 1976, 5ª edição revista.

CANDIDO, Antonio. *Roda Educativa*. Antonio Candido. YouTube, 6 jun. 2014. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=4cpNuVWQ44E&t=49s>. Acesso em: 20 jan. 2025.

CHARTIER, Roger. *A história cultural entre práticas e representações*. Trad. de Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difusão Editora, 1990.

FICO, Carlos (Org.) et al. *Ditadura e democracia na América Latina: balanço histórico e perspectivas*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

GOMES, Ângela Maria de Castro. A invasão do trabalho. In: _____. *A invenção do trabalhismo*. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005. Cap. 6, p. 211-236.

HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. Tradução de Beatriz Sidou. 2ª ed. São Paulo: Editora Centauro, 2013.

HATOUM, Milton. *A noite da espera*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017. v. 1 da trilogia O lugar mais sombrio.

HATOUM, Milton. *Pontos de fuga*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019. v. 2 da trilogia O lugar mais sombrio.

LOPES DE CARVALHO, Francismar Alex. O conceito de representações coletivas segundo Roger Chartier. *Diálogos: Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História*, v. 9, n. 1, 2005, p. 143-165.

MARINI, Ruy Mauro. O Estado de Contrainsurgência. *Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas*, v. 12, n. 3, p. 1-15, 2018.

OLIVEIRA, Sérgio Murilo Ferreira de. *Os trabalhadores urbanos e a ditadura militar*. Rio de Janeiro: Rev. Adm. Púb. 1987.

VIEIRA, Noemi Campos Freitas. *Exílio e memória na narrativa de Milton Hatoum*. São José do Rio Preto: Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas da Universidade Estadual Paulista, Campus de São José do Rio Preto, 2007.

SELIGMANN-SILVA, Márcio (org.). *História, Memória, Literatura*. O testemunho na era das catástrofes. Campinas, Editora da UNICAMP, 2003.

Nora, P., & Aun Khoury, T. Y. (2012). Entre memória e história: a problemática dos lugares. Projeto História : Revista Do Programa De Estudos Pós-Graduados De História, 10. Recuperado de <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101>.

09

**A clarividência de Lispector
e a transmutação de Suzana
Amaral: a ditadura militar
nas entranhas de *A Hora da
Estrela***

Evandro Araújo Fontinele



A obra *A Hora da Estrela*, de Clarice Lispector, é um romance sobre uma mulher nordestina sonhadora. E, como a autora disse em entrevista à Júlio Lerner, em 1977, não se trata apenas de uma história de uma moça, mas de “uma inocência pisada, de uma miséria anônima.” O livro foi publicado em 1977, pouco antes da morte de Lispector, durante a ditadura militar brasileira. A obra de Clarice foi adaptada para o cinema pela diretora Suzana Amaral, em 1985, período em que o Brasil adentrava a chamada redemocratização.

Como se sabe, nenhuma obra artística é produzida no vácuo do tempo ou do espaço; toda obra artística é condicionada pelo que a cerca. Golpes de estado, guerras, ditaduras, constituem, evidentemente, momentos consideravelmente traumáticos na história das sociedades (Napolitano 2014). Por esse prisma, consequentemente, as produções artísticas pensadas e criadas nesses contextos manifestam anseios e sentimentos da sociedade em que são criadas.

A ditadura militar atravessou as vidas de Clarice e Suzana que, entrelaçadas, não tinham como fugir do inevitável. Este trabalho aponta em direção às brechas da história, o lugar onde opera o historiador. É nas interseções (artista-meio, artista-obra) do livro e filme, que o presente texto buscou sua finalidade, percebendo os contextos, as contradições, as aspirações e a influência da ditadura militar na criação das duas obras citadas.

A clarividência na exceção

A Hora da Estrela, A Culpa é Minha, Ela que se Aranje, O Direito ao Grito, Quanto ao Futuro, Lamento de

um Blue, Ela Não Sabe Gritar, Uma Sensação de Perda, Assovio no Vento Escuro, Eu Não Posso Fazer Nada, Registro dos Fatos Antecedentes, História Lacrimogênica de Cordel ou Saída Discreta pela Porta dos Fundos. Esses são alguns dos títulos que Clarice Lispector pensou para nomear seu último livro publicado em vida. E, de todos esses títulos, uma coisa é certa: ela sabia exatamente o que sua obra *A Hora da Estrela* precisava abordar — a desesperança de um país representada em uma mulher nordestina.

Filha de um casal de origem judaica, Haia Lispector nasceu na Ucrânia em 1920. Acompanhada por sua família, fugiu para o Brasil em meio à perseguição que sofriam os judeus durante a Guerra Civil Russa. No Brasil, adotou um novo nome: Haia – que significa vida ou clara – tornou-se Clarice. Em 1925, a família mudou-se de Alagoas para Pernambuco, Recife, no bairro da Boa Vista – lugar habitado pela comunidade judaica. Na modesta vida que levava a família, a futura escritora aprendeu a ler aos sete anos de idade. No tradicional Ginásio Pernambucano, teve contato com grandes professores, como Olívio Montenegro.

Com uma nova mudança da família em 1935, agora para o Rio de Janeiro, passou a morar no bairro da Tijuca e iniciou o curso superior na Faculdade Nacional de Direito. Seus primeiros passos na carreira como jornalista começaram na Agência Nacional, como redatora e repórter. Em 1942, começou a namorar um colega de faculdade, Maury Gurgel Valente¹⁸. No mesmo ano, em junho, numa carta escrita diretamente ao presidente Getúlio Vargas, Clarice solicitou a naturalização brasileira: “A assinatura de Vossa Excelência tornará de direito uma situação de fato. Crie-me, senhor presidente, ele alargará minha vida. E um

18. Diplomata carioca, iniciou sua carreira em 1940 ingressando no Itamaraty. Em 1943 foi agente de ligação entre o Ministério das Relações Exteriores e as autoridades estrangeiras em Belém do Pará. Clarice mudou-se com ele para Belém onde permaneceram por seis meses antes de se mudarem para Nápoles onde Gurgel serviu como vice-cônsul.

dia saberei provar que não a usei inutilmente” (Lispector, 2015, p. 40-41). Quase um ano após a carta, adquiriu sua naturalização e, no mesmo ano, em 1943, terminou o curso na Faculdade de Direito e se casou com Maury Gurgel no dia 23 de janeiro.

Após ter trabalhado em um hospital dando assistência a brasileiros feridos na Segunda Guerra e realizado grandes viagens por diversos países europeus, Clarice retornou ao Rio de Janeiro, agora morando no bairro do Flamengo. Ela publicou diversas grandes obras que antecederam *A Hora da Estrela*, conhecida como sua produção mais social – no sentido sociológico da palavra. Clarice faleceu em 1977, pouco tempo depois da publicação do livro.

Em *A Hora da Estrela*, acompanhamos um pouco da coitada vida de Macabéa no Rio de Janeiro, uma mulher nordestina que perdera os pais quando ainda morava em Alagoas e depois fora viver sua infância com sua tia nada gentil. Na cidade maravilhosa, era uma mulher invisível, vivia numa eterna sensação de simplesmente não ser. Quando pensava em si mesma, respondia consigo mesma na cabeça: “Sou datilógrafa e virgem, e gosto de Coca-Cola” (Lispector, 2020, p. 32). A história se passa durante os horrores da ditadura militar, quando a literatura e as artes, no geral, estavam sob intenso ataque e censura.

Publicado em 1977, quando o AI-5¹⁹ seria revogado oficialmente apenas dois anos depois (Napolitano, 2014), em janeiro de 1979, *A Hora da Estrela* carrega marcas de um tempo histórico determinante na construção do Brasil de hoje. Naquele momento, em que diversas obras foram censuradas, Clarice talvez tenha procurado alguma forma de se manifestar através das palavras que só ela possuía.

19. Os Atos Institucionais foram decretos emitidos pelo governo militar e o AI-5 é considerado o mais repressivo e autoritário, suas principais medidas foram o fechamento do congresso, a suspensão de direitos políticos, censura e etc.

Na dedicatória do livro, ela declara: “Esta história acontece em estado de emergência e de calamidade pública” (Lispector, 2020, p. 8). E, ainda no início da obra: “[...] esta história será feita de palavras que se agrupam em frases e destas se evolva um sentido secreto que ultrapassa palavras e frases” (Lispector, 2020, p. 12). Soa como algo para muito além de apenas fins literários. Estaria Clarice camuflando sua crítica com o objetivo de passar pela censura? Muito provável.

O livro foi produzido durante a distensão lenta e gradual do governo Geisel, com o recuo dos aparelhos repressivos, mas com o AI-5 ainda em voga. *A Hora da Estrela* trata-se de um romance. E se, por um lado, Clarice estava sendo pressionada por muitos campos e também por parte da esquerda a se posicionar em relação à questão social, por outro, ela adentra seus pensamentos mais íntimos e pessoais a fim de, numa história de ficção, fazer da sua arte mais do que um posicionamento: um entrelaçamento de sua própria vida à abominável realidade da ditadura, visto que o artista usa sua obra “como veículo das suas aspirações individuais mais profundas” (Cândido, 2024, p. 35).

E, assim como Macabéa, Clarice buscava se encontrar, pertencer a algo, e agora fazia parte de um movimento crescente de oposição a uma ditadura que se mostrava cada vez mais desprezível (Moser, 2013). Assim como Macabéa, Lispector também passou boa parte da sua infância no Nordeste brasileiro — pouco tempo em Maceió e depois em Recife — e esse paralelo entre as duas não é coincidência. Macabéa parece ser um reflexo da autora, que é irônica em diversos momentos: “Mas e eu? E eu que estou contando esta história que nunca me aconteceu e nem a ninguém que eu conheça?” (Lispector, 2020, p. 51). Clarice, em *A Hora da Estrela*, escreve ciente de sua

influência e, sobretudo, da conjuntura do Brasil dos anos sombrios iniciados pelo golpe dos militares.

Se o leitor possui alguma riqueza e vida bem acomodada, sairá de si para ver como é às vezes o outro. Se é pobre, não estará me lendo porque ler-me é supérfluo para quem tem uma leve fome permanente. Faço aqui o papel da vossa válvula de escape e da vida massacrante da média burguesia. Bem sei que é assustador sair de si mesmo, mas tudo o que é novo assusta (Lispector, 2020, p. 27).

Uma obra depende estritamente do artista que a produz e “[...] das condições sociais que determinam a sua posição” (Cândido, 2014, p. 40). Por essa perspectiva, Clarice era uma mulher intelectual de classe média alta e que, por conta dessa respaldo social e através da sua obra, nadava contra a corrente em relação aos autores de sua época, por meio, muitas vezes, da subversão das normas da linguagem e experimentação formal, ao mesmo tempo que atuava num campo predominantemente marcado pelo masculino. Portanto, Clarice, não era apenas uma escritora que demonstrava sua originalidade enquanto escritora, mas desempenhava um papel social relevante nesse lugar.

Muito da fama subsequente de Clarice Lispector, sua radadora popularidade junto a um público amplo, repousa nesse livrinho, no qual ela conseguiu juntar todos os fios de sua escrita e de sua vida. Explicitamente judaico e explicitamente brasileiro, ligando o Nordeste da infância ao Rio de Janeiro da vida adulta, “social” e abstrato, trágico e cômico, unindo suas questões religiosas e de linguagem com a força narrativa de seus melhores contos, A hora da estrela é um monumento digno da “genialidade insuportável” de sua autora (Moser, 2013, cap. 45).

Como já mencionado, Macabéa era mais uma no meio de um Rio de Janeiro que a deixava ainda menor, “numa cidade toda feita contra ela” (Lispector, 2020, p. 13). Seu trabalho como datilógrafa assegurava-lhe apenas o básico para não passar fome, e às vezes nem isso. Como

só mais uma no triste cotidiano brasileiro, ela possuía uma leve fome permanente. Mas, acima de tudo, era uma moça que acreditava, apesar de não ter se dado “conta de que vivia numa sociedade técnica onde ela era um parafuso dispensável” (Lispector, 2020, p. 26). Macabéa era uma trabalhadora que não sabia o porquê de existir, de trabalhar ou o que isso significava; ela fazia apenas o que a sociedade esperava de uma mulher que “mal tem corpo pra vender” (Lispector, 2020, p. 11).

A fome marcante de Macabéa é representada culturalmente através da violência, e diversos movimentos artísticos tentaram gritar o que Macabéa e muitos outros brasileiros sentiam. O Cinema Novo²⁰, representado principalmente na figura de Glauber Rocha, importante diretor brasileiro, com sua “Eztetyka da fome”²¹ foi um movimento essencial que discutiu algumas questões onde se enquadra nossa personagem. O Cinema Novo constituiu um processo de representar a realidade brasileira e despertar uma visão crítica da sociedade naquele momento. Macabéa, que sentia fome aqui e ali, era apenas mais uma mulher latina que “não come, mas tem vergonha de dizer isto; e, sobretudo, não sabe de onde vem esta fome” (Rocha, 1965). Clarice, com a obra em questão, de forma única, é bastante enigmática diante da conjuntura daquele tempo faminto. Como jornalista, em uma crônica chamada Daqui a Vinte e Cinco Anos, publicada no Jornal do

20. Movimento revolucionário do cinema brasileiro surgido nos anos de 1950, que foi uma resposta ao cinema comercial que tomava as salas de cinema no Brasil. Inspirado pela Nouvelle Vague na França, também incorporou algumas características do movimento francês, como um cinema mais autoral, mas possuía aspectos próprios que focalizavam a realidade social, a política, a cultura e a fome brasileira. O movimento encontrou seu fim no início da década de 1970.

21. Conceito central do Cinema Novo que buscava incorporar e representar a realidade social do Brasil de forma crua e violenta, sem medo de mostrar a desigualdade social brasileira. Era contrária a “estética de banquete”, que Glauber Rocha atrelava ao cinema comercial, que oferecia entretenimento superficial ao passo que ignorava a realidade social do Brasil. Glauber enxergava o cinema como um aparato político de transformação social.

Brasil, Clarice, sobre a fome brasileira, esclarece:

Tal é a miséria, que se justificaria ser decretado estado de prontidão, como diante de calamidade pública. Só que é pior: a fome é nossa endemia, já está fazendo parte orgânica do corpo e da alma. E, na maioria das vezes, quando se descrevem as características físicas, morais e mentais de um brasileiro, não se nota que na verdade se estão descrevendo os sintomas físicos, morais e mentais da fome (Lispector, 2018).

Culturalmente falando, no período da ditadura, a arte brasileira, contraditoriamente, pareceu alcançar seu auge. “Em meados da década de 1970, o regime militar percebeu que estava perdendo a batalha da cultura” (Napolitano, 2014, p. 252). Apesar da censura que atingia corriqueiramente os tropicalistas e todos os outros movimentos culturais que confrontavam o regime, a música brasileira nunca havia produzido tanto. O rock brasileiro se inovou com Raul Seixas, e os mineiros do Clube da Esquina eram sutis, mas geniais. Gilberto Gil, Chico Buarque e Caetano Veloso eram artistas conhecidos por seu ativismo político, e as questões sociais sempre se manifestavam em suas músicas e apresentações. Todos os três foram exilados e censurados, e isso não foi privilégio apenas deles, visto que

na literatura propriamente dita, a censura foi mais atuante a partir de 1975, contradizendo a própria tendência de ‘abertura’ do regime militar. Até porque o mercado editorial no Brasil conheceu uma grande expansão a partir da segunda metade dos anos 1970. No total, cerca de 200 obras literárias foram proibidas (Napolitano, 2014, p. 254).

Toda manifestação cultural que, sob os olhares dos aparatos de censura, fosse considerada subversiva, foi proibida, destruída, silenciada. Talvez Macabéa tenha ouvido algum músico tropicalista, já que toda madrugada ligava na Rádio Relógio para se atentar à cultura e à hora certa, embora sempre interrompido por anúncios comer-

ciais (Lispector, 2020). Mas o mais provável era que nem soubesse o que ocorria no Brasil naquele momento. Macabéia vivia sem saber o porquê e para quê (Lispector, 2020).

Sutilmente, a ditadura era relatada na pouca voz de Macabéia e dos outros personagens, oprimidos, sem ambições, sem forças para expressar suas vontades e sonhos. Desse modo, contextualizando a obra, podemos pensar da seguinte forma: “toda arte é condicionada pelo seu tempo e representa a humanidade em consonância com as ideias e aspirações, as necessidades e as esperanças de uma situação histórica particular” (Fischer, 1987, p. 17).

A Hora da Estrela é um romance, mas um romance pouco agradável aos olhos mal acostumados. Nossa Macabéia conhece seu amado em um dia qualquer, um homem qualquer que se chama Olímpico. Também era nordestino e também sentia uma leve fome permanente. Macabéia logo se apaixonou por ele; porém, Olímpico não gostava muito da franzina datilógrafa nordestina, sentia, na verdade, pena dela. Mas ambos compartilhavam o fato de serem dois invisíveis no Rio de Janeiro.

Macabéia estava à margem daquela sociedade, uma mulher sem direito ao grito, que compartilhava das angústias da periferia, respaldadas por aquele momento de repressão, e que simboliza o quadro em que se encontrava grande parte da população brasileira. Clarice Lispector dá vida a uma mulher invisível que, a partir de sua pouca voz, demonstra a tentativa de apagamento cultural e censura por parte do regime ditatorial. E, por esse lado, foi na metáfora que muitos escritores da época encontraram uma maneira de expressar suas angústias. “Uma terceira consequência, ainda em função da falta de liberdade, foi o recurso literário à alegoria, que vai desde a voga da literatura fantástica até a intervenção de cenas alegóricas em relatos puramente realistas” (Coelho, 2014, p. 280).

Antônio Cândido (2014), grande sociólogo, teórico e estudioso da literatura brasileira, defende a ideia de que a literatura não é apenas uma expressão individual, mas também reflete e se insere no contexto onde está inserida, na sua realidade histórica e política. Por meio de Macabéa, *A Hora da Estrela* se encaixa no que o sociólogo estabelece como arte de agregação, isto é, o livro incorpora-se “[...] a um sistema simbólico vigente, utilizando o que já está estabelecido como forma de expressão de determinada sociedade” (Cândido, 2014, p. 33).

Compreendendo, então, a obra de Clarice como objeto de análise de um trabalho com intenções historiográficas, é preciso ter em mente que o livro é marcado por um estado de exceção. *A Hora da Estrela* só é *A Hora da Estrela* por conta de seu contexto. Isto é, o livro adquire tal significado quando se aproxima mais, ou menos, de determinado tempo e lugar. Clarice só poderia falar do seu presente. Por isso, o livro adquire seu significado apenas quando lido, quando há uma interação com o leitor, aquele que vos escreve. Segundo Chartier (2001), quando não há essa interação, a obra permanece inerte. Nesse caminho, Antonio Cândido discorre que

[...] não convém separar a repercussão da obra da sua feitura, pois, sociologicamente ao menos, ela só está acabada no momento em que repercute e atua, porque, sociologicamente, a arte é um sistema simbólico de comunicação inter-humana [...] [e que] todo processo de comunicação pressupõe um comunicante, no caso o artista; um comunicado, ou seja, a obra; um comunicando, que é o público a que se dirige; graças a isso define-se o quarto elemento do processo, isto é, o seu efeito (Cândido, 2014, p. 31).

Dessa forma, é interessante pensar a literatura como um possível ou necessário objeto de investigação histórica (Chartier, 2001). Clarice Lispector, ao descrever de forma crua as características e sentimentos sombrios de Maca-

béa, exterioriza, na verdade, de forma intencional ou não, os sentimentos e aspirações da época, daquele fatídico Brasil e daquela sociedade dilacerada, incerta, cansada. Pois, como observa Antônio Cândido, ao analisarmos *A Hora da Estrela* e a conjuntura específica, “[...] percebe-se o movimento dialético que engloba a arte e a sociedade num vasto sistema solidário de influências recíprocas” (Cândido, 2014, p. 34). Percebendo Clarice e sua relevância social, desempenhando um papel importante por meio da sua obra, Cândido compreende a influência e o contato do escritor com o público da seguinte forma:

A literatura é pois um sistema vivo de obras, agindo umas sobre as outras e sobre os leitores; e só vive na medida em que estes a vivem, decifrando-a, aceitando-a, deformando-a. A obra não é produto fixo, unívoco ante qualquer público; nem este é passivo, homogêneo, registrando uniformemente seu efeito. São dois termos que atuam um sobre o outro, e aos quais se junta ao autor, termo inicial desse processo de circulação literária, para configurar a realidade da literatura atuando no tempo (Cândido, 2014, p. 84).

Vale ressaltar que a abordagem aqui proposta não seria possível em outro momento. Só é viável compreender e interpretar da forma apresentada neste trabalho quando partimos de um lugar distante da obra então produzida, portanto, do que me é atual. Sob esse viés, é importante lembrar que, antes de sermos historiadores ou pesquisadores, somos leitores, primeiramente leitores. Logo, precisamos ter em mente a distância que mantemos em relação ao texto com o qual entramos em contato e ao que ele narra, no tocante às verdades possíveis que ele nos proporciona (Pimentel Pinto, 2024).

Nessa lógica, não é objetivo do trabalho – nem seria possível – buscar uma interpretação correta do passado ou da ditadura militar propriamente, pois articular o passado historicamente, segundo Benjamin (2020), não significa

conhecê-lo de fato, mas apoderar-se de uma recordação. Contudo, mesmo sendo uma obra literária, é notável que muitos personagens e fatos são claramente identificáveis, na medida em que o texto ficcional encena o histórico (Mendes, 2008).

Transmutando para as telas

Macabéa adorava ir ao cinema, era seu luxo mensal (Lispector, 2020), e, em uma conversa com seu agora namorado Olímpico, fala que seu sonho era ser artista de cinema. Suzana Amaral, em 1985, transformou esse grande sonho em uma pacata realidade com sua adaptação, ou melhor, transmutação. Transmutar, pois, como Suzana mesma discorre em entrevista concedida à Editora Sarai-va em 2009: “Eu não adapto, eu transmuto”. Esse termo adequa-se perfeitamente a uma obra que leva a essência do encantador livro de Clarice para um filme que não enfrenta dificuldades com as palavras de Lispector e o contexto brasileiro.

Suzana Amaral nasceu em 1932 e se formou na Escola de Comunicação e Arte da Universidade de São Paulo. Após se formar, lecionou por poucos anos na Universidade antes de começar a trabalhar como produtora e diretora na TV Cultura e na Rádio. Suzana fez mestrado em Direção na Universidade de Nova York entre 1976 e 1979.

Uma adaptação cinematográfica de uma grande obra da literatura brasileira suscita grandes expectativas e, dessa forma, a cineasta em questão precisou lidar com o público nesse sentido. Daí vem uma grande dificuldade encarada pela diretora, pois o público espera que a cineasta “[...] mostre o que o texto literário apenas sugere. Enquanto a literatura pode estabelecer uma relação ime-

diata, metafórica com a realidade, espera-se que o cinema estabeleça uma relação imediata, evidente com a mesma realidade" (Guaranha, 2007, p. 26). Transpor uma obra literária, tal como ela é, para o cinema, não é possível, principalmente por se tratarem de linguagens distintas. O que se extrai da obra literária é a possibilidade de fazer, recriar e nascer algo novo, do objeto escrito, uma nova obra artística, um novo objeto (Guaranha, 2007).

Numa perspectiva de pensar o filme como filho de seu tempo, visto que "o cinema é uma instituição inscrita no meio social" (Valim, 2012, p. 285), *A Hora da Estrela* (1985, Suzana Amaral) apresenta um aspecto social bastante evidente. E isso não seria possível sem a sutileza da direção de Suzana, representando esse sentimento de incerteza concreta do período no rosto de Marcélia Cartaxo, atriz que interpreta a personagem. Macabéa parecia sempre desorientada, desnorteada, característica marcante dos brasileiros desse momento. Nesse sentido, por mais que as duas obras, ao tratarem de uma história ficcional, portanto, não real, não possamos esquecer que "adaptado ou não a um projeto deliberado [...], o filme preenche uma função na sociedade que o produz: testemunha o real, tenta agir nas representações e mentalidades, regula as tensões ou faz com que sejam esquecidas" (Vanoye; Golliot-Lété, 1994, p. 58).

Não somente isso, mas o cinema, sendo uma arte da representação, produz símbolos, isto é, gera produções simbólicas que, mais ou menos, exprimem direta e explicitamente o real. Conscientemente ou não, ele expressa um ou vários pontos de vista sobre o mundo real (Vanoye; Golliot-Lété, 1994). Diante disso, o filme de Suzana, uma obra ficcional transmutada, retrata, de uma forma ou de outra, o que lhe é indissociável: o seu presente. Afinal, "[...] o cinema, além de ser um testemunho das formas

de agir, pensar e sentir de uma sociedade, é também um agente que suscita certas transformações, veicula representações ou propõe modelos” (Valim, 2012, p. 285). O autor ainda complementa:

Outrossim, o circuito comunicacional se constitui mediante a relação que os filmes mantêm com seu contexto e com outros meios, contato que dinamiza a veiculação de representações sociais e a sua compreensão pelos atores sociais. É desse modo que o sentido do todo determina a função e o sentido das partes. Além disso, o sentido é algo histórico, ou seja, é uma relação do todo e das partes encarada por nós de determinado ponto de vista, em um determinado tempo, para uma dada combinação de partes, ou seja, não é algo acima ou fora da história, mas parte de um circuito comunicacional, sempre historicamente definido. O sentido e a significação das representações são, portanto, contextuais (Valim, 2012, p. 294).

Adentrando mais o filme propriamente, é muito importante ressaltar que a primeira fala de Macabéa no filme é “sim, senhor”. Ou seja, Macabéa se apresenta ao mundo, ao espectador, obedecendo, como se estivesse recebendo ordens, como um soldado que acata o que lhe é comandado sem hesitar. Suzana, depois de ter tido contato com o livro, relata, em entrevista à Heco Filmes em 2019, que é preciso “entender o que a câmera precisa captar, como captar”. Na mesma entrevista, Suzana também diz que Macabéa era uma “metáfora do Brasil, naquela época de repressão”. Apesar de nunca ter conhecido Clarice pessoalmente, Suzana compreende o que precisa ser captado do livro e faz uma outra obra tão relevante quanto. O filme foi imensamente premiado no Brasil, bem como em festivais internacionais. Marcélia Cartaxo – a atriz que interpreta Macabéa – foi a primeira atriz brasileira a receber o prêmio Urso de Prata (melhor atriz) no Festival de Berlim em 1986.

O filme foi inteiramente filmado em São Paulo. Nesse momento, em 1984, o Brasil já estava adentrando ao

período de redemocratização, com os aparelhos repressivos da ditadura atuando com menos intensidade. Em 1972, durante o governo Médici, o Ministério da Educação iniciou um programa que premiava filmes que adaptavam obras literárias de autores já falecidos (Bernardet, 2009), momento em que Clarice ainda estava viva. No entanto, o que procuro ressaltar é que os pontos de partida para a tomada dessa política foram, principalmente, o prestígio cultural que havia ganhado o Cinema Novo e as pornochanchadas, que o governo desgostava.

Segundo Bernardet (2009), as pornochanchadas eram vistas como “vulgares”, que manchavam a imagem da cultura e da sociedade brasileira. Nesse momento em que o Cinema Novo estava perdendo seu espaço, visto que o governo queria mesmo liquidar o movimento, procurava-se então “um cinema que pudesse ter um certo prestígio cultural” e vender uma certa imagem do Brasil para fora (Bernardet, 2009, p. 78). Jean-Claude Bernardet (2009), professor e escritor, afirma que, por meio dessas medidas, o que os militares buscavam era se livrar das inconveniências de um cinema crítico ao regime.

Além disso, Bernardet destaca que “Ao mesmo tempo, a restrição de ‘autores mortos’ só podia levar a assuntos ambientados no passado, com referências ao presente que só seriam metafóricas ou alegóricas, portanto, amortecidas” (Bernardet, 2009, p. 78). Essa medida forçava os cineastas e produtores a procurarem temas do passado, dessa forma, se afastando da atualidade e evitando qualquer tipo de alusão à ditadura. Outro aspecto que ligava o governo ao cinema eram os filmes históricos, que eram financiados pela Embrafilme²², e que exaltavam a pátria

22. A Embrafilme foi uma empresa estatal criada em 1969 pelo governo com o intuito de promover, financiar e regular a indústria cinematográfica no país. Também tinha o objetivo de estruturar a produção cinematográfica ao passo que buscava diminuir a presença do cinema estrangeiro, principalmente o estadunidense, que dominava as salas de cinema no Brasil.

e o que estava em concordância com o que pensavam os militares. Esses filmes eram produzidos com aspectos nacionalistas bastante evidentes. Ainda sobre as pornochanchadas e essa política por parte do regime, Bernardet aponta que

[...] como a pornochanchada tinha inúmeros inimigos entre cineastas e o público culto, era fácil encontrar um amplo apoio por parte de pessoas que podem exteriorizar sua opinião nos jornais em outros veículos. Ao apoiar a atitude da Embrafilme contra pornochanchada apoiava-se algo muito mais importante: a intervenção clara e direta do Estado na orientação ideológica, estilística, temática da produção cinematográfica (Bernardet, 2009, p. 81).

Sob essa perspectiva, ainda segundo Bernardet (2009), o Governo Geisel foi um dos governos, senão o governo que, desde o início do século XX, deu mais atenção ao cinema. E por que essa forte atenção e empenho dedicados ao cinema? De acordo com Bernardet (2009), o objetivo era criar uma hegemonia ideológica e cultural. Nesse sentido, as medidas do Governo Geisel (1974-1979), de certa forma, anunciam uma continuidade à política do MEC de 1972, de controlar o que era produzido dentro do país, visando utilizar o cinema como ferramenta de propaganda do regime. “A saída foram as adaptações literárias, que transferiram para o cinema o status cultural das obras literárias originais” (Bernardet, 2009, p. 78-79). Em vista disso, o filme de Suzana, lançado em 1985, contou com apoio da Embrafilme, tanto na produção quanto na distribuição da obra. Por essa perspectiva, Valim (2012, p. 285) observa que “a análise das narrativas e do momento de produção dos filmes comprova que estes sempre falam do presente, dizem algo a respeito do momento e do lugar que constituem o contexto de sua produção.”

A *Hora da Estrela*, filme adaptado da homônima obra de Clarice, que retratava uma mulher marginalizada, invisível em meio a uma sociedade carente de espaços

destinados a ela, foi financiado pelo mesmo regime que a oprimia, que assegurava a manutenção dessa sociedade. “Paralelamente a esses procedimentos de vigilância e silenciamento das vozes da oposição cultural e política, o regime militar desenvolveu um conjunto de políticas de incentivo à produção cultural, chegando, em algumas áreas, a apoiar financeiramente a produção e a distribuição das obras, como no caso do cinema” (Napolitano, 2014, p. 254). O que destacamos não significa uma desvalorização ou esvaziamento da pauta da obra – ou da obra propriamente –, muito pelo contrário, salientar isso mostra a complexidade do debate através dessas contradições inerentes ao sistema capitalista, em um período onde as dicotomias não são suficientes para compreendê-lo, bem como, evidencia como atua o artista diante desses contrastes. Nesse caminho, os filmes são indissociáveis dos diversos setores que compõem a sociedade que os produz, seja da economia, da política e, é claro, das outras artes (Vanoye; Golliot-Lété, 1994). Apesar de ter viabilizado a obra financeiramente, a Embrafilme não interferiu necessariamente no conteúdo do filme de forma direta.

Os militares sabiam que o cinema poderia ser uma forte arma de propaganda do regime e “além disso, o mecenato cultural era um importante dispositivo do governo para tentar ‘cooptar’ opositores e mantê-los sob controle, mesmo permitindo certa liberdade de expressão em suas obras” (Napolitano, 2014, p. 257). Nessa mesma perspectiva, Bernardet (2009) esclarece que nesse período era difícil produzir filmes críticos ao regime, uma vez que eram financiados pelo mesmo, portanto, era impensável um filme com críticas fortes e que colocassem em xeque questões ideológicas e morais do governo.

Diante desse quadro significativo, um acontecimen-

to trágico surge naquele momento: quando Suzana Amaral trabalhava na TV Cultura, seu chefe de redação era Vladimir Herzog²³. Herzog foi um dos símbolos de resistência à ditadura, fora torturado e assassinado pelo DOI-CODI²⁴ no ano de 1975, estando sob vigilância dos militares por suspeita de envolvimento com o Partido Comunista Brasileiro (PCB). Herzog havia ido voluntariamente prestar depoimento. Coincidentemente, a esposa de Herzog se chamava Clarice.

Desse modo, as duas obras, apesar de serem ficcionais, estão carregadas pela realidade em que estão inseridas. Isto é, de modo dialético, o contexto em que são concebidas influencia no seu resultado, logo, é passível de estudo histórico. Clarice Lispector nos oferece a possibilidade de pensar a condição da mulher nesse momento, por meio de uma mulher pouco letrada que ganha vida através das palavras. Suzana Amaral, por sua vez, nos apresenta essa mesma mulher antes apenas imaginada – mas real como uma estrela no céu – por meio das imagens, que a envolvem de cores, pois, “no cinema, são as imagens que desfilam e não as palavras” (Vanoye; Golliot-Lété, 1994, p. 65).

A ideia de clarividência surge dessa mulher que enxerga, não além do seu tempo, em primeiro lugar pela impossibilidade, e, em segundo, como historiador, minha preocupação é passar longe desse tipo de espetáculo anacrônico. Mas clarividência justamente por compreender seu presente como ninguém, como alguém que parece distante de si e de todos, de modo a perceber os meandros específicos de sua contemporaneidade. Clarice

23. Trabalhou em veículos de grande importância, como o jornal *Estado de São Paulo* e *TV Cultura*. A morte de Herzog gerou uma grande comoção nacional, tornando-se um marco na luta contra a ditadura no Brasil.

24. (Destacamento de Operações de Informação – Centro de Operações de Defesa Interna) foi um dos principais órgãos de repressão da ditadura. Criado para combater movimentos considerados subversivos ou opositores ao regime.

fica até abismada por saber tanto a verdade, escrevia não necessariamente por causa da nordestina, mas por motivo grave de “força maior” (Lispector, 2020). *A Hora da Estrela* é a hora da morte de Macabéa, quase que atrapalhando o tráfego, pois não seria assim tão relevante; a vida seguiu em frente. “Eu poderia resolver pelo caminho mais fácil, matar a menina-infante: mas quero o pior: a vida” (Lispector, 2020, p. 75). Macabéa saiu discretamente pela porta dos fundos.

Considerações finais

As obras aqui abordadas abrem margem para muitas interpretações e estudos. O que foi contextualizado neste trabalho nos ajuda a refletir sobre a produção literária e cinematográfica durante o período interminável da ditadura militar, bem como, a criação artística de duas mulheres que, sob olhares historiográficos, se materializam a partir de um estado de exceção. Como foi exposto, uma obra artística “[...] constitui um ponto de vista sobre este ou aquele aspecto do mundo que lhe é contemporâneo” (Vanoye; Golliot-Lété, 1994, p. 56). Por fim, a finalidade do trabalho foi perceber as condições históricas de existência onde essas duas obras foram colocadas.

Nenhuma obra é criada e, de forma deliberada ou não, está isenta do ponto de vista do seu discurso, na medida em que a história só acontece no âmbito do discurso e jamais sem ele. Em meio às fontes consultadas e articuladas neste trabalho, foi essencial perceber as condições históricas em que as obras foram produzidas, quais as relações entre artista e meio, entre artista e obra, bem como os significados atribuídos a partir das condições políticas e culturais onde as obras foram criadas, e como esses acon-

tecimentos se manifestam dentro delas.

Referências

BENJAMIN, Walter. *Sobre o conceito de história*. São Paulo: Alameda, 2020.

BERNARDET, Jean Claude. *Cinema brasileiro: propostas para uma história*. São Paulo: Companhia das letras, 2009.

CANDIDO, Antônio. *Literatura e Sociedade*. Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul, 2014.

COELHO, Marcelo. A literatura em choque. In: GOULART; LOSNAK; LUVIZOTTO; NAPOLITANO (org.). *O Golpe de 1964 e a Ditadura Militar em perspectiva*. São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, 2014.

CHARTIER, Roger. *Cultura escrita, literatura e história*. Porto Alegre: ARTMED Editora, 2001.

FISCHER, Ernst. *A necessidade da arte*. Rio de Janeiro: LTC, 1987.

GUARANHA, Francisco Manoel. Literatura e cinema: da palavra à imagem – adaptação e recriação. In: HÖFFLER, Angelica (org.). *Cinema, literatura e história*. Santo André: UniABC, 2007.

LISPECTOR, Clarice. *A hora da estrela*. Rio de Janeiro: Rocco, 2020.

LISPECTOR, Clarice. *Correspondências*. Rio de Janeiro: Rocco, 2015.

LISPECTOR, Clarice. *Todas as crônicas*. Rio de Janeiro: Rocco, 2018.

MENDES, Algemira de Macedo. O tempo e o vento: a leitura da história. In: CARVALHO, Diógenes; MORAIS, Solange (org.). *Língua e Literatura: interfaces da linguagem*. São Luís: Editora UEMA, 2008.

MOSER, Benjamin. *Clarice, uma biografia*. São Paulo: Cosac Naify, 2013.

NAPOLITANO, Marcos. *1964: História do Regime Militar Brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2014.

PIMENTEL PINTO, Júlio. *Sobre literatura e história: como a ficção constrói a experiência*. São Paulo: Companhia das Letras, 2024.

ROCHA, Glauber. (2004 [1965]), Estética da Fome. In: ROCHA, Glauber. *Revolução do Cinema Novo*. Rio de Janeiro: Cosac Naify. pp. 63-67.

VALIM, Alexandre Busko. História e Cinema. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (org.). *Novos domínios da história*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

VANOYE, Francis; GOLLIOT-LÉTÉ, Anne. *Ensaio sobre análise fílmica*. Campinas, SP: Papyrus, 1994

10

**As narrativas da "causa
mortis" do jornalista Vladimir
Herzog no período ditatorial
brasileiro**

*Nilsângela Cardoso Lima
Cristiane Portela de Carvalho
Juliana Fernandes Teixeira*

BR A

BR A

BR A

Em toda sociedade democrática, a imprensa possui função social expressiva, à medida que os meios de comunicação podem funcionar como “fiscalizadores” das ações dos governos, ajudando a “defender” os interesses dos cidadãos.

A legitimidade jornalística está na teoria democrática e, segundo os seus teóricos, assenta claramente numa postura de desconfiança (em relação ao poder) e numa cultura claramente adversarial entre jornalismo e poder [...]. Com a legitimidade da teoria democrática, os jornalistas podiam salientar o seu duplo papel: como **porta-vozes da opinião pública**, dando expressão às diferentes vozes no interior da sociedade que deveriam ser tidas em conta pelos governos, e como **vigilantes do poder político que protege os cidadãos contra os abusos (históricos) dos governantes** (Traquina, 2005, p. 47-48, grifos nossos).

Em períodos ditatoriais, no entanto, o papel da imprensa fica comprometido, visto que ela representa uma “ameaça” aos governos totalitários, à proporção que atua como pilar fundamental de questionamento ao *status quo* estabelecido. Foi assim no Brasil dos anos 1960 e 1970, quando o país estava assolado pela Ditadura Militar, que prevaleceu até a redemocratização, na década seguinte.

Neste âmbito, a grande imprensa brasileira foi cerceada e censurada. O maior golpe contra a democracia, que aniquilou de vez as garantias constitucionais e quaisquer possibilidades de liberdade, atingindo fortemente a imprensa nacional, aconteceu com a instauração do Ato Institucional N° 5 (AI-5), em 13 de dezembro de 1968, no governo do presidente Artur da Costa e Silva.

Dentre as várias medidas que aprofundaram a Ditadura, o AI-5 restringiu a liberdade de expressão e concretizou a censura. Grande parte da imprensa brasileira, notadamente posicionada contra as atrocidades cometidas

pelo regime militar, foi “amordaçada”. Porém, a luta pela liberdade conduziu o trabalho de grandes jornalistas que atuavam naquele período, pois sem liberdade era praticamente impossível exercer com dignidade o trabalho de reportar os fatos de maneira fidedigna.

O papel central do jornalismo, na teoria democrática, é de informar o público sem censura. Os pais fundadores da teoria democrática têm insistido [...] na liberdade como sendo essencial para a troca de ideias e opiniões, e reservaram ao jornalismo não apenas o papel de informar os cidadãos, mas também, num quadro de *checks and balances* (a divisão do poder entre poderes), a responsabilidade de ser o guardião (*watchdog*) do governo. Tal como a democracia sem uma imprensa livre é impensável, **o jornalismo sem liberdade ou é farsa ou é tragédia. O que é o jornalismo num sistema totalitário**, seja nas suas formas seculares, como, por exemplo o fascismo, seja numa forma religiosa, como, por exemplo, o ex-regime dos Taleban no Afeganistão, é fácil de definir: **o jornalismo seria propaganda a serviço do poder instalado** (Traquina, 2005, p. 22-23, grifos nossos).

É fato que os governos totalitários temem uma imprensa livre, pois não desejam que os cidadãos sejam conhecedores dos seus direitos. É mais fácil para estes governos “manipular” pessoas sem criticidade. Neste aspecto, uma imprensa livre configura perigo, pois contribui veementemente para “alertar” os indivíduos contra as truculências impostas pelo poder dominante. Como adverte Sousa (2000, p. 127):

os meios jornalísticos, ao tornarem a sociedade mais tendencialmente conhecida e reconhecível por ela própria, contribuíram, desde que apareceram, para a ocorrência de modificações sociais profundas [...] as pessoas, de algum modo, tornaram-se testemunhas dos acontecimentos que afectam a vida pública, “assistindo” mesmo ao seu desenvolvimento em determinadas circunstâncias.

Dessa forma, políticos e jornalistas não alinhados e discordantes do regime militar, sobretudo, viraram alvo de perseguição por parte dos governantes ditatoriais, para

que não denunciasses as atrocidades cometidas pelo poder totalitário e também para que não incitassem a população a reivindicar seus direitos.

Foi diante desta conjuntura que o jornalista Vladimir Herzog, militante do Partido Comunista Brasileiro (PCB), foi torturado e assassinado pela ditadura militar nas instalações do Destacamento de Operações de Informações - Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-Codi), em São Paulo, logo após ter se apresentado de maneira voluntária para “esclarecer” suas ligações com o PCB. No entanto, o regime militar criou uma narrativa, comumente difundida naquele período, de que o jornalista havia tirado a própria vida.

Frente ao contexto exposto anteriormente, o presente trabalho tem como objetivo analisar as narrativas negacionistas da Ditadura Militar brasileira acerca da morte do jornalista Vladimir Herzog, torturado e morto por aquele regime, em 1975. Para cumprir tal finalidade, o referencial teórico inclui o conceito de culturas políticas, conforme discute Motta (2013a, 2013b, 2014), além de estudiosos do Jornalismo, como Traquina (2005) e Sousa (2000), que debatem a função social da imprensa em diversos contextos.

Em termos metodológicos, este trabalho utiliza a pesquisa histórica, fundamentada em Gil (2008), a fim de analisar o *corpus* da pesquisa. Para tanto, são adotados os seguintes passos, fundamentais para a execução deste tipo de pesquisa: 1) coleta dos dados (documentos e fontes); 2) análise crítica dos dados; 3) interpretação dos dados; 4) conclusões.

O *corpus* da pesquisa é composto por documentos e fontes que tratam do *modus operandi* dos órgãos de repressão política da Ditadura, como o Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) e o próprio DOI-Codi, que

não divulgavam a verdadeira *causa mortis* de suas vítimas, no caso, torturas e assassinatos, mas criavam narrativas de que essas mortes eram ocasionadas por atropelamentos ou suicídios.

Assim, a Ditadura militar brasileira não apenas censurou a imprensa da época, mas também a utilizou como instrumento de difusão e circulação dessas narrativas negacionistas, fazendo com que os principais veículos de comunicação do país omitissem as torturas e os assassinatos de importantes jornalistas, a exemplo de Herzog.

Em termos estruturais, além deste primeiro tópico introdutório, o segundo tópico do presente trabalho discute o contexto ditatorial brasileiro, bem como mostra a importante atuação do jornalista Vladimir Herzog neste âmbito; o terceiro tópico investiga as falsas narrativas criadas pela Ditadura em torno da morte de Herzog, a partir da análise crítica dos dados coletados. Por fim, seguem as considerações finais, que trazem reflexões críticas sobre a censura à imprensa no período ditatorial brasileiro e a necessidade de uma imprensa livre em governos democráticos.

O jornalista Vladimir Herzog e a Ditadura

O exercício do jornalismo raramente é seguro, mas é inegável que a periculosidade da profissão se intensifica em determinados contextos: políticos, ditatoriais, de guerra e afins. Tanto que, muito recentemente, após a eleição de Donald Trump, que assumiu novamente o governo estadunidense em 2025, as *big techs* foram uma das primeiras instituições a retirarem restrições de conteúdo, como ameaças e desinformação, o que complexifica e precariza a prática jornalística. Como já alertava Bucci

(2016), no jornalismo, “quando ameaçam matar, não estão brincando”, embora nem sempre os companheiros políticos, por exemplo, compreendam ou se preocupem de veras com isso.

Assassinatos de jornalistas seguem, independente de estarmos em regimes ditatoriais ou não, atingindo índices alarmantes no Brasil e no mundo; e pouco se faz para mudar. A impressão é que “faz parte do ofício”, ainda que existam instituições como Repórteres sem Fronteiras e *International News Safety Institute* apontando os perigos da profissão. E, aqui, reafirmamos que as mortes independem dos regimes, pois nem sempre ocorrem em governos evidentemente ditatoriais, mas podem também acontecer em contexto de tráfico de drogas, milícias, políticos que agem como se possuíssem as cidades em que atuam, entre vários outros exemplos. “Os assassinos de jornalistas agem como se estivessem acima da lei – exatamente como se sentiam os torturadores que mataram Herzog em 1975” (Bucci, 2016).

E não foi diferente com Vladimir Herzog, 38 anos, então diretor de jornalismo da TV Cultura, assassinado por torturadores no DOI-Codi, em São Paulo, em 25 de outubro de 1975. Antes de morrer, solicitou ajuda dos próprios colegas da imprensa, de quem vinha sofrendo uma campanha difamatória, com a intenção de que o canal que dirigia fosse, no mínimo, silenciado. Porém, de nada adiantou: foi morto duas semanas depois. Destacando esse aspecto, buscamos ressaltar que, em casos como o de Herzog, não é só o regime político que tem responsabilidade, mas toda a sociedade, incluindo o próprio jornalismo. Tanto que, apenas em março de 2013, a viúva, Clarice Herzog, e seus filhos obtiveram um atestado em que está escrito que Vladimir Herzog morreu em consequência dos maus-tratos que recebeu e não por suicídio.

Só não se sabe, ainda, quem executou o crime. E a mando de quem. Quantos anos mais serão necessários para que a informação venha à tona? Quando saberemos o que se passou? As respostas não interessam apenas à história, ao passado. Entender a cronologia do assassinato de Herzog é fundamental se quisermos melhorar nosso presente (Bucci, 2016).

Conforme bem relata Kleinas (2012), o caso Herzog é fundamental para a compreensão de parte da história política recente do Brasil. O suicídio forjado foi contestado pelos seus pares jornalistas, pelo Sindicato dos Jornalistas, pela Arquidiocese de São Paulo e, em vista das pressões, pela comunidade judaica de São Paulo. Tanto que seu sepultamento foi realizado no cemitério israelita do Butantã, em local apropriado para aqueles que não atentaram contra a própria vida, ainda que de maneira tão rápida e discreta que sua mãe quase não chega a tempo para enterrar o próprio filho. Afinal, já era considerada uma vantagem que Vladimir não tenha sido enterrado como suicida. “As contradições e pressões institucionais da coletividade judaica paulistana demonstram o quanto a influência externa, da sociedade brasileira foi importante neste episódio, sem menosprezar a importância das pessoas que individualmente se expuseram em prol da verdade e da luta pela democracia e pelos direitos humanos” (Kleinas, 2012, p. 4).

Vlado Herzog era filho de judeus e nasceu em Osi-
jek, na Iugoslávia, tendo que fugir da perseguição nazista na Segunda Guerra Mundial. Depois de passar pela Itália, já no Brasil, adotou o nome Vladimir e, em 1959, se formou em Filosofia, na Universidade de São Paulo. No mesmo ano, iniciava seu primeiro trabalho como jornalista, no *Estado de S. Paulo*. Em 1973, Fernando Pacheco Jordão chega à direção de jornalismo da TV Cultura e contrata

Herzog para assumir o posto de editor. Juntos, eles criam o “Hora da Notícia”, telejornal diário exibido na emissora, que se destaca pela linguagem que privilegia o depoimento popular e por um viés mais informativo, ao invés da mera propaganda governamental. A nova postura da emissora incomoda o então governador Laudo Natel, e o recém contratado presidente da Fundação Padre Anchieta, Antônio Guimarães Ferri; com isso, a equipe do telejornal é demitida (Albuquerque, 2016).

Posteriormente, o novo governador, Paulo Egydio, deseja reformar a TV Cultura, com péssimos índices de audiência durante a gestão de Walter Sampaio. O novo presidente da Fundação Padre Anchieta, José Mindlim, recontrata Vlado, agora com um cargo maior: o de diretor de jornalismo da TV Cultura. Com isso, o canal retoma sua linha editorial, com avanços ainda mais acentuados. Isso rende críticas e perseguições por parte da própria imprensa especializada, bem como de governantes. Pouco tempo depois, foi morto.

A versão oficial de suicídio foi contestada desde o início. Porém, em acordo com a pesquisa desenvolvida por Albuquerque (2016, p. 15), nossa intenção no presente trabalho é abordar os diferentes posicionamentos

[...] como o que eles são para a história: documentos. Registros documentados de um determinado período sobre uma determinada ótica. Assim, optou-se pela metodologia da Análise Documental, método mais presente nos estudos históricos, que sistematiza e contempla as diferentes dimensões destes documentos.

Antes de seguirmos para a análise, contudo, é importante destacar que o envolvimento de nossas reflexões com posições políticas é evidente e, assim como acontece no jornalismo, impossível de ser desvinculada, subjetivada. O que, por outro lado, não gera uma disputa com seu caráter científico ou metodológico; justamente porque

partiremos do que é informado nos próprios documentos e não em perspectivas pessoais sobre o ocorrido. E, ainda assim, pretendemos, de forma alguma, que o discutido aqui apresenta respostas objetivas, concretas, sem abertura para dúvidas, como também pondera Albuquerque (2016), e que consideramos, na verdade, a postura necessária a qualquer cientista.

Os últimos momentos de Herzog

No período da morte de Vladimir Herzog, mais especificamente um discurso realizado no dia 1º de agosto, iniciou uma ofensiva direta contra jornalistas suspeitos de serem ligados ao PCB. Um deles era Paulo Markun, jovem de 23 anos que trabalhava na TV Cultura, que foi preso junto com a esposa, Diléa Frate, também jornalista, revelando, sob tortura, o nome de onze integrantes do Partido, incluindo o seu chefe: Vladimir Herzog. Durante os interrogatórios, Diléa conseguiu convencer os agentes a deixarem ela e Paulo saírem para ver o batizado da filha, Ana, recém-nascida, onde conseguiram passar para conhecidos os nomes que deixaram vaziar, pedindo para que os alertassem (Albuquerque, 2016).

Dois homens foram até a casa de Vlado procurar por ele, e sua esposa indica que ele se encontrava na *TV Cultura*, para onde os homens se deslocam. Lá, se apresentaram como agentes do DOI-Codi, mas, por ainda ter que fechar o jornal, Herzog promete se apresentar voluntariamente na manhã seguinte, quando é interrogado sob tortura e forçado a assinar uma confissão de próprio punho que, supõe-se, acabou rasgando em pedaços em um surto de fúria. No outro dia, um grupo de jornalistas presos - incluindo Paulo Markun - é chamado para escrever um

perfil psicológico de Vlado. Após a tarefa cumprida, são informados de que Vladimir Herzog se suicidara na prisão, após não resistir à dor de ter entregado seus companheiros comunistas em interrogatório (Albuquerque, 2016).

Narrativas sobre o assassinato de Herzog

O dia 25 de outubro de 1975 marca não apenas a data em que o jornalista Vladimir Herzog se apresentou voluntariamente ao II Exército de São Paulo (DOI-Codi) para prestar depoimento, como também o início da produção de narrativas sobre o acontecimento, considerando que naquele local ele foi preso, torturado e morto.

A morte de Vladimir Herzog chamou a atenção da sociedade e das mídias, que nos dias seguintes ao acontecimento publicavam manchetes e matérias abordando o assunto. Alguns jornais, como a *Folha de São Paulo*, *Jornal da Tarde* e *Estadão*, por exemplo, estamparam em suas páginas a narrativa sustentada pelo II Exército de que Herzog havia cometido suicídio por enforcamento; e ao mesmo tempo publicavam também nota do Sindicato dos Jornalistas colocando em suspeição a versão oficial defendida pelos militares sobre a causa da morte, as circunstâncias em que ocorreu o suicídio e a denúncia de que outros jornalistas se encontravam presos nas dependências do DOI-Codi.

Vladimir Herzog era um jornalista renomado, o que contribuiu para que os questionamentos em torno da *causa mortis* registrada nos laudos técnicos produzidos pelos médicos do Instituto Médico Legal de São Paulo se tornassem pauta nos jornais. A versão oficial comprovava a ocorrência de suicídio por enforcamento, tal como foi impresso na primeira certidão de óbito de Vladimir Herzog.

Em 1975 o Brasil vivenciava o período ditatorial e seus agentes pretendiam silenciar, ou até mesmo aniquilar, todos aqueles que contestavam o regime. Prisões, torturas, assassinatos, violências físicas e psicológicas existiam contra aqueles que se opunham ao regime ditatorial, porém tais práticas eram, e ainda são na contemporaneidade, negadas pelos seus agentes. Dessa maneira, sustentar a versão da *causa mortis* de prisioneiros políticos como suicídio ou ainda afirmar que o desaparecimento de pessoas não tinha relação alguma com a ditadura foi uma prática comum de 1964 a 1985. Até hoje, mortes e desaparecimentos políticos provocados pela repressão não foram devidamente assumidos pelos militares ou pelos defensores da “Revolução²⁵”.

O assassinato de Vladimir Herzog, portanto, não é um caso isolado. Antes, deve ser apontado como parte da cultura política²⁶ do período ditatorial brasileiro marcado por inúmeros casos de violências e registros de vítimas de assassinatos e desaparecimentos que não foram devidamente explicados, motivo pelo qual até hoje familiares clamam por justiça e explicações. Na maioria das vezes, o imbróglio está no campo das disputas de narrativas em que a defendida pelos militares se difere à da família que perdeu um ente querido, a exemplo da *causa mortis* de Vladimir Herzog.

Em 25 de outubro de 1975 inicia uma disputa de narrativas sobre a morte de Vladimir Herzog nas dependências do II Exército de São Paulo (DOI-Codi). A narrativa defendida pelos militares, consagrada pelos falsos laudos

25. De acordo com Motta (2013a, p. 67), “a adoção da expressão “revolução” (e eles não usavam aspas) revela o modo positivo como encararam o novo regime, que utilizava esse termo para obter legitimidade”.

26. Entende-se por cultura política um “[...] conjunto de valores, tradições, práticas e representações políticas partilhado por um determinado grupo humano, que expressa uma identidade coletiva e fornece leituras comuns do passado, assim como fornece inspiração para projetos políticos direcionados ao futuro”, conforme Motta (2014).

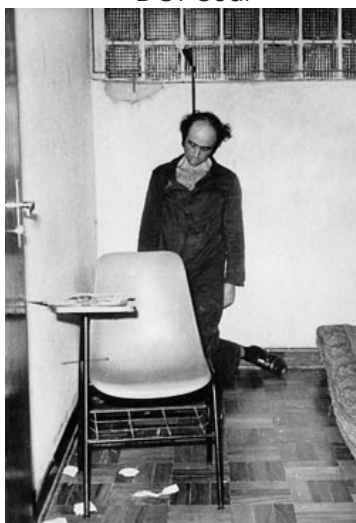
técnicos da perícia médica, não convence a família, os amigos e uma parcela da sociedade que tem ciência dos crimes e torturas cometidos pelas organizações militares contra os opositores da Ditadura.

A versão de que “Vladimir Herzog morreu por voluntário suicídio, por enforcamento, não sendo apurado qualquer crime previsto no Código Penal Militar, transgressão disciplinar, previsto nos Regulamentos Militares em qualquer ilícito penal” (Inquérito..., 1975), divulgada na nota do comandante do II Exército, general Eduardo D’Ávila Mello e publicada no jornal *Estadão*, de 29 de dezembro de 1975, no entanto, não foi aceita por uma parcela significativa da sociedade. Ou seja, opositores ao regime ditatorial discordaram da versão oficial e, então, fizeram uso da imprensa para colocar em xeque o inquérito que concluía pelo suicídio de Herzog. Tal versão teve como resposta a aversão da família de Herzog, jornalistas, sindicalistas, liberais, estudantes etc., que, junto ao Sindicato dos Jornalistas, recorreram contra o relatório final do inquérito instaurado para apurar as causas da morte de Vladimir Herzog e alegavam que o arquivamento do inquérito não exauria todas as possibilidades de descobrir a verdade: maus-tratos durante o tempo em que esteve no DOI-Codi.

De acordo com Kleinas (2012, p. 18), a farsa do suicídio do jornalista Vladimir Herzog defendida pelo II Exército de São Paulo (DOI-Codi) serviu de munção para a oposição combater ainda mais a repressão e lutar pela retomada da democracia, dando “suporte à campanha pela anistia política e pelo fim da tortura nos porões da ditadura”. Além disso, a tese do suicídio, por enforcamento, de Vladimir Herzog, defendida pelos militares, e que ficou cravada na certidão de óbito, ampliava a suspeita de maus-tratos e do assassinato sob tortura.

O atestado de óbito produzido em outubro de 1975 registrava a morte de Vladimir Herzog por asfixia mecânica, tendo como suporte o laudo médico do perito que detalhava o enforcamento com o cinto do macacão de prisioneiros amarrado a uma grade de 1,63cm de altura. Junto ao laudo oficial da perícia médica há também uma foto do suposto suicídio, em que Vladimir Herzog se encontra com os pés tocando ao chão e os joelhos fletidos para comprovar o enforcamento nas dependências do DOI-Codi, como pode ser observado na Figura 1.

Figura 1: Imagem produzida pelo fotógrafo Silvaldo Leung Vieira, no dia 25 de outubro de 1975, nas dependências do DOI-Codi



Fonte: <https://www5.usp.br/noticias/relatorio-mostra-como-o-iml-contribuiu-com-o-regime-militar/>. Acesso em: 10 set. 2014.

A imagem usada para reforçar o laudo necroscópico falso dos médicos-legistas Harry Shibata, Arildo de Toledo Viana e Armando Canger Rodrigues, do Instituto Médico-Legal (IML) de São Paulo, ao mesmo tempo, serviu

para colocar em xeque a narrativa da asfixia mecânica sustentada pelos militares, ao considerar que na posição em que Vladimir Herzog se encontrava o enforcamento era impossível, como pode ser observado na Figura 1. Analisando a imagem, outros indícios se somavam às suspeitas do enforcamento, a exemplo do uso do cinto para o suicídio, pois os prisioneiros políticos não usavam cintos, que eram retirados juntos com os cordões dos sapatos logo que adentravam nas celas do DOI-Codi.

As suspeitas de que o laudo da morte Vladimir Herzog era falso aumentavam a cada novo detalhe que se somava às demais informações já publicadas. Logo, a confirmação da existência das marcas de torturas no corpo de Vladimir Herzog, posteriormente relatadas pelo rabino Henry Sobel, responsável por enterrá-lo numa sepultura comum do Cemitério Israelita do Butantã, era mais uma constatação dos maus-tratos contra presos políticos no DOI-Codi.

Decerto, a falsificação da causa da morte de Vladimir Herzog gerou, dentre outros sentimentos, revolta, descontentamentos e reivindicações tanto da família quanto das pessoas que lutavam contra a Ditadura. A família de Herzog, inconformada com a possibilidade de ter em suas mãos uma certidão de óbito que negava a realidade dos fatos, solicitou a retirada da asfixia mecânica por enforcamento que constava no laudo necroscópico e, por conseguinte, exigiu a retificação da *causa mortis* no documento de óbito do jornalista Vladimir Herzog.

Desde 1975, a família de Herzog solicitava da justiça brasileira reparação histórica sobre o suicídio por enforcamento do jornalista. Porém, em 1976, o inquérito foi arquivado e a causa da morte de Vladimir Herzog não foi elucidada pela Justiça, que manteve a versão suicídio. Somente em 1978, o juiz federal Márcio Moraes pediu a apu-

ração do caso e responsabilizou o governo federal pela morte do jornalista Vladimir Herzog. É a partir de então que a versão de assassinato por tortura começa a ter existência do ponto de vista legal.

Embora a ação do juiz federal representasse um grande avanço em 1978, a certidão de óbito de Herzog permanecia com a causa morte “asfixia mecânica por enforcamento. Tendo sido declarante: Erich Leschziner”. Em maio de 2012, com a criação da Comissão Nacional da Verdade, através da Lei 12.528/2011, que tinha por finalidade apurar as violações de direitos humanos de 1946 a 1988, foi que alguns dos casos de abusos de poder, torturas, mortes e prisões que aconteceram no Brasil durante o regime ditatorial foram devidamente esclarecidos por meio do acesso a novos documentos, depoimentos, audiências públicas e produção de laudos periciais. Entre os casos investigados pela Comissão Nacional da Verdade, o de Vladimir Herzog veio à tona, de maneira que em 2013 um novo atestado de óbito foi registrado constatando a causa morte “lesões e maus tratos”. Ou seja, a morte de Herzog se tratava de um assassinato sob tortura, como fica claro na nova certidão da Figura 2.

Figura 2: Certidão de óbito de Wladimir Herzog (2013)

[illegible]

Fonte: <https://vladimirherzog.org/novo-atestado-de-obito/>. Acesso em: 15 set. 2024.

A segunda certidão de óbito de Vladimir Herzog trazia à baila outra narrativa que retificava uma versão falsa sustentada por longos anos pelos militares, atestando a existência da violência e morte no II Exército de São Paulo (DOI-Codi). Todavia, mesmo com a publicação de uma nova certidão de óbito comprovando que a causa morte de Herzog foi lesões e maus-tratos, e não o suicídio por enforcamento, as narrativas negacionistas não deixaram de ser (re)produzidas e reforçadas.

No século XXI, especialmente com o aumento do negacionismo e da produção de *fake news* impulsionadas por governantes conservadores da direita, como Donald Trump, nos Estados Unidos, e Jair Bolsonaro, no Brasil, as narrativas produzidas com a pretensão de negar e falsear a existência das práticas de violência durante a Ditadura Militar continuam e, de certo modo, ganham novo pro-

tagonismo. Autodeclarado defensor da Ditadura Militar para o Brasil como um regime necessário para manter distante o perigo do comunismo e da esquerda no país, Jair Bolsonaro é um dos políticos brasileiros que, na contemporaneidade, sustentam a versão dos militares de que Vladimir Herzog se suicidou, como pode ser observado nas Figuras 3 e 4.

Figura 3: Declaração de Bolsonaro no Portal Brasil 247, em 07/07/2018



Fonte: Portal Brasil 247.

Figura 4: Declaração de Bolsonaro no Portal UOL, em 07/07/2018



Fonte: Portal UOL.

A declaração de Jair Bolsonaro citando o suicídio como *causa mortis* de Vladimir Herzog, publicada pelos portais *Brasil 247* e *UOL*, por exemplo, se deu em 2018, ano eleitoral em que se apresentava como pré-candidato à Presidência do Brasil e na semana em que a Corte Interamericana de Direitos Humanos, de forma unânime, condenou o Brasil pelo assassinato do jornalista Vladimir Herzog. A fala de Bolsonaro alcança visibilidade na mídia, dentre outros motivos, porque mantém a narrativa negacionista de alguns militares e membros da sociedade civil em torno da existência de maus-tratos durante a Ditadura Militar no Brasil. Daí, afirmar que “Herzog se suicidou” ou que suicídios aconteciam durante a Ditadura Militar é uma forma descarada de negar os crimes contra a humanidade, as torturas, os assassinatos, as prisões, as violências físicas e psicológicas etc. que aconteceram no período de 1964 a 1985.

Considerações finais

Analisar as narrativas produzidas em torno da *causa mortis* do jornalista Vladimir Herzog em uma das celas do II Exército de São Paulo (DOI-Codi) requer perícia e tocar na ferida de muitos brasileiros e brasileiras, para além da família Herzog, que perderam um ente querido no período ditatorial vigente no país de 1964 a 1985. Porém, entende-se que o tema não deve ficar nos escombros da História, muitos menos silenciado por um conjunto de narrativas negacionistas que, na contemporaneidade, reacendem afirmações da inexistência de torturas, assassinatos, prisões e vários tipos de violências físicas, morais e psicológicas de pessoas que foram identificadas como contrárias à Ditadura Militar.

Em 2024 fez sessenta anos da Ditadura Militar instaurada no país, a partir do momento em que o então Presidente João Goulart foi deposto, em 31 de março de 1964, e uma junta militar assumiu o poder no Brasil. Já o ano de 2025 arremata quarenta anos da retomada da democracia no país, como também marca os cinquenta anos do assassinato do jornalista Vladimir Herzog, que foi preso, torturado e morto pelos agentes militares, em tese, pela ligação ao Partido Comunista Brasileiro (PCB) e oposição ao regime.

Nesses cinquenta anos, desde o assassinato de Vladimir Herzog em 25 outubro de 1975, tem sido uma luta constante em combater a versão oficialmente apresentada pelos militares de que ele havia cometido suicídio na cela em que estava detido no II Exército de São Paulo (DOI-Codi). Nesse sentido, este artigo tem o papel histórico, político e ético de combater o negacionismo, especialmente as narrativas que visam a rejeitar a realidade dos fatos de que Vladimir Herzog, assim como muitos outros

presos políticos, sofreram maus-tratos, perseguições, inquéritos arbitrários, pressões, cassações, exílio, atentados e, por fim, a morte.

Na condição de jornalista, membro do PCB, questionador dos abusos, do autoritarismo e da violência do regime militar no Brasil, Vladimir Herzog não apenas sofreu o impacto da censura, que pretendia calar a imprensa e seus profissionais, como perdeu a vida ao se apresentar voluntariamente ao DOI-Codi para prestar depoimento. Nesse sentido, o presente trabalho se soma aos demais existentes sobre o tema que reclamam por uma maior investigação, julgamento e punição daqueles que cometeram crimes contra a humanidade no período da Ditadura Militar, assim como pretende reforçar, com base nos dados encontrados no *corpus* da pesquisa, que o regime ditatorial brasileiro, além de “amordaçar” a imprensa da época e seus profissionais, também foi empregado para fazer circular e reverberar narrativas negacionistas, por meio da divulgação da inexistência das torturas e dos assassinatos de jornalistas, como o de Herzog, que eram, e ainda são, sustentadas por versões fictícias de que prisioneiros políticos cometeram suicídios ou, simplesmente, desapareceram. Tais narrativas negacionistas são produzidas a fim de esconder e negar que militares cometeram maus-tratos e outras arbitrariedades contra aqueles que eram considerados “inimigos da Revolução”, comunistas, subversivos e/ou opositores do regime ditatorial brasileiro.

Referências

ALBUQUERQUE, Mateus Coelho Martins de. *O jornalismo matou Vladimir Herzog?* um estudo dialético. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (TCC - Curso de Comunicação Social – Jornalismo). Universidade Federal de Santa Maria.

Santa Maria, RS, 2016.

BOLSONARO comete ignomínia na TV e diz que Herzog se suicidou. Disponível em: <https://www.brasil247.com/brasil/bolsonaro-comete-ignominia-na-tv-e-diz-que-herzog-se-suicidou>. Acesso em: 10 set. 2024.

BUCCI, Eugênio. *Vladimir Herzog e a violência contra jornalistas*. São Paulo: Revista ÉPOCA, 2016. Disponível em: <https://epoca.oglobo.globo.com/colunas-e-blogs/eugenio-bucci/noticia/2013/07/vladimir-herzog-e-violencia-contrajornalistas.html>. Acesso em: 10 jan. 2025.

DOMINGUES, Joelza Ester. *Assassinato de Vladimir Herzog na cela do DOI/CODI*. Disponível em: <https://ensinarhistoria.com.br/linha-do-tempo/assassinato-de-vladimir-herzog/>. Acesso em: 10 set. 2024.

ESTADO brasileiro é responsável por não investigar e punir morte de Vladimir Herzog. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/justica/estado-brasileiro-e-responsavel-por-nao-investigar-e-punir-morte-de-vladimir-herzog-2xc2vpni2u5aza8d9g2lzzgv0/>. Acesso em: 10 set. 2024.

ESTADO de S. Paulo. *Inquérito conclui pelo suicídio de Vladimir Herzog* [sic.]. São Paulo, 29 dez. 1975.

KLEINAS, Alberto. *A morte de Vladimir Herzog e a luta contra a ditadura: a desconstrução do suicídio*. 2012, 119f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Universidade de São Carlos. São Carlos, 2012.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. A ditadura nas representações verbais e visuais da grande imprensa: 1964-1969. In: *Topoi*, v. 14, n. 26, jan./jul. 2013a, p. 62-85. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/topoi/v14n26/1518-3319-topoi-14-26-00062.pdf>. Acesso em: 01 set. 2024.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia. In:

MOTTA, Rodrigo Patto Sá Motta. (Org.). *Culturas políticas na História: novos estudos*. 2. ed. Belo Horizonte, MG: Fino Traço, 2014.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Ruptura e continuidade na ditadura brasileira: a influência da cultura política. In: ABREU, Luciano Aronne de; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Autoritarismo e cultura política*. Porto Alegre: FGV: Edipucrs, 2013b.

NOVO atestado de óbito. Disponível em: <https://vladimirherzog.org/novo-atestado-de-obito/>. Acesso em: set. 2024.

RELATÓRIO mostra como o IML contribuiu com o regime militar. Disponível em: <https://www5.usp.br/noticias/relatorio-mostra-como-o-impl-contribuiu-com-o-regime-militar/>. Acesso em: 10 set. 2014.

ROMANCINI, Richard; LAGO, Cláudia. *História do jornalismo no Brasil*. Florianópolis: Insular, 2007.

SOUSA, Jorge Pedro. *As notícias e os seus efeitos: as "teorias" do jornalismo e dos efeitos sociais dos media jornalísticos*. Coimbra: MinervaCoimbra, 2000.

"SUICÍDIO acontece, pessoal pratica", diz Bolsonaro ao se referir a Herzog. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/eleicoes/2018/noticias/2018/07/07/suicidio-acontece-pessoal-pratica-diz-bolsonaro-em-referencia-a-herzog.htm?cmpid=copiaecola>. Acesso em: 10 set. 2024.

TRAQUINA, Nelson. *Teorias do jornalismo: porque as notícias como são*. Vol. I. 2. ed. Florianópolis: Insular, 2005.

11

O cenário dos povos indígenas na ditadura militar: uma análise do relatório final da Comissão Nacional da Verdade

*Claudia Cristina da Silva Fontineles
Maria Cristina de Sousa Brito
Ravenna Maria Anjos Pereira*



O presente trabalho propõe uma discussão sobre o cenário dos povos indígenas durante o período da ditadura militar. Apresenta-se aqui uma análise documental do relatório final da Comissão Nacional da Verdade (CNV) que foi finalizado em dezembro de 2014, durante o governo de Dilma Rousseff, presidente da época que sancionou a Lei nº 12.528, de 18 de novembro de 2011, que trouxe a instituição da CNV em exercício.

Este trabalho tem como objetivo principal promover a importância da CNV sobre os povos indígenas. Atribui-se ao documento relevância no campo do tempo presente, principalmente quando diz a respeito ao campo da História e da Memória, operando como uma versão da história vista por baixo, que promove a busca da participação justa de diversos grupos sociais no processo de justiça transicional da democracia.

Discute-se amplamente os grupos sociais que eram compostos em sua maioria pela classe média na época ditatorial como os estudantes, artistas, religiosos, intelectuais, até mesmo militares que se opuseram contra o regime. No que diz respeito às camadas sociais mais pobres, o foco academicista costuma ser grupos como os operários e trabalhadores rurais (ligas camponesas), etc. O relatório da CNV aborda diversos aspectos sociais, desde grupos étnicos, gêneros e sexualidades, isso reflete como essa abordagem ajuda na transição de justiça, quando incluímos várias camadas populares que se tornaram marginalizadas através do processo de exclusão ocorrido no período ditatorial.

Em geral, o documento utilizado neste estudo, o *Texto 5: Violações de Direitos Humanos dos Povos Indígenas* (Brasil, 2014), fornece-nos uma série de dados e

informações sobre as violações físicas e étnicas realizadas por ações diretas ou de omissão do próprio Estado no período da ditadura militar brasileira. Esses dados mostram que o regime militar afetou um povo que já vinha sendo alvo de violência e negligência sistêmica por parte dos governos anteriores, e percebe-se que, no período militar, diante da intensa repressão social, essas violações se intensificaram deixando consequências graves nos povos originários do Brasil.

Debates contemporâneos: marco temporal e a política de terras

Dessa forma, este relatório representa um grande avanço para as temáticas indígenas, contribuindo também para discussões mais recentes, como a do marco temporal, que, até os dias de hoje, vem sendo amplamente debatido no Supremo Tribunal Federal (STF), essa tese jurídica opera, inclusive, como uma limitação dos direitos dos indígenas em relação à ocupação de suas terras, consequentemente lhe negando seus direitos. A produção dos estudos da temática indígena, deve se fazer mais presente no campo social e acadêmico, contribuindo para os debates da demarcação de terras indígenas que estão em disputas até atualmente.

A tese do marco temporal se baseia na lógica jurídica que concede direitos apenas aos territórios que estavam em disputa judicial ou ocupadas no momento da implantação da Constituição Federal de 1988, com a justificativa de evitar conflitos fundiários, porém, não se configura como um processo justo e democrático, pois o território indígena é originário. Além disso, deve-se considerar que existe um histórico de invasão e expulsão de territórios in-

dígenas antes da Constituição de 1988, impedindo a ocupação de diversas etnias pelo território brasileiro.

Essas disputas do Estado com as terras originárias decorrem de um antigo legado da apropriação de terras em prol do desenvolvimento econômico do país. Através do documento, podemos observar que esse interesse econômico das terras é histórico para além da colonização brasileira, é perceptível que o governo sempre vem colocando o plano econômico em primeiro lugar, utilizando até mesmo os próprios órgãos de políticas indígenas para interesses próprios, comprometendo os direitos dos indígenas.

A violência contra os povos indígenas durante a ditadura militar (1964-1985)

Nos anos anteriores da ditadura militar, por meio do documento no qual vemos os anos de 1946 a 1968, já havia práticas de favorecimento de esbulhos de territórios indígenas e omissão por parte da corrupção cometida pelos órgãos estatais. Principalmente a partir da subordinação do órgão Serviço de Proteção aos Índios (SPI), podemos ver esses crimes documentados no Relatório Figueiredo.

O Relatório Figueiredo, nomeado assim por ter sido produzido pelo procurador Jader de Figueiredo Correia, foi um relatório com cerca de 7 mil páginas, publicado em 1967. Nesse documento, o procurador aponta os principais crimes genocidas realizados contra os indígenas.

Os delitos cometidos podem ser apresentados agrupados por espécie, conforme o esquema abaixo:

1. CRIMES CONTRA A PESSOA E A PROPRIEDADE DO ÍNDIO

1.1 Assassinatos de índios (individuais e coletivos: tribos)

1.2 Prostituição de índias

- 1.3 Sevícias
- 1.4 Trabalho escravo
- 1.5 Usurpação do trabalho do índio
- 1.6 Apropriação e desvio de recursos oriundos do patrimônio indígena
- 1.7 Dilapidação do patrimônio indígena
 - a) Venda de gado
 - b) Arrendamento de terras
 - c) Venda de madeiras
 - d) Exploração de minérios
 - e) Venda de castanha e outros produtos de atividade extrativistas e de colheita
 - f) Venda de produtos de artesanato indígena
 - g) Doação criminosa de terras
 - h) Venda de veículos
- 2. ALCANCE DE IMPORTÂNCIAS INCALCULÁVEIS
- 3. ADULTERAÇÃO DE DOCUMENTOS OFICIAIS
- 4. FRAUDE EM PROCESSO DE COMPROVAÇÃO DE CONTAS
- 5. DESVIO DE VERBAS ORÇAMENTÁRIAS
- 6. APLICAÇÃO IRREGULAR DE DINHEIROS PÚBLICOS
- 7. OMISSÕES DOLOSAS
- 8. ADMISSÕES FRAUDULENTAS DE FUNCIONÁRIOS
- 9. INCÚRIA ADMINISTRATIVA.

Tamanhos são os crimes. O Serviço de Proteção aos Índios degenerou a ponto de persegui-los até o extermínio. Relembrem-se aqui os vários massacres, muitos dos quais denunciados como escândalo, sem, todavia, merecer maior interesse das autoridades (Cabral; Morais, 2020, p. 110 *apud* Brasil, 1968, p. 4915-6).

A inclusão do Relatório Figueiredo na Comissão Nacional da Verdade é essencial para reforçar que as violações desses direitos são históricas e sistemáticas. Além disso, auxilia no contexto da extinção da SPI, impulsionada por estas denúncias, e, logo após, surge a Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai), com o objetivo de substituir o antigo órgão de políticas públicas indígenas, o qual não operava de acordo com a legislação vigente.

A FUNAI e a subordinação ao governo ditatorial

Portanto, podemos observar que, no período ditatorial, configura-se de fato uma política de Estado de ação

e omissão mais forte, sendo praticado de forma sistemática nos anos da ditadura, percebe-se cada vez mais forte as ações diretas, como por exemplo, a negligência na saúde indígena e a expulsão dos povos das terras através das ações instruídas pela Funai (Brasil, 2014, p. 209).

Através do relatório, podemos afirmar que as políticas indigenistas implementadas no governo militar possuíam forte base das ideias desenvolvimentistas que estavam em ascensão no contexto da ditadura civil-militar. O projeto desenvolvimentista trouxe o foco do governo para a construção de hidrelétricas e rodovias para a extração de madeira e outros interesses comerciais com o objetivo de intensificar o crescimento econômico do país, essas ideias desenvolvimentistas ficaram mais fortes no momento dito de “milagre econômico” pelos militares (Napolitano, 2014, p. 136). Podemos observar o exemplo da Rodovia Transamazônica, abordado no relatório da CNV, no qual se percebem ações diretas do estado que operava acima do interesse da proteção ao território indígena.

O Plano de Integração Nacional (PIN), editado em 1970, preconiza o estímulo à ocupação da Amazônia. A Amazônia é representada como um vazio populacional, ignorando assim a existência de povos indígenas na região. A ideia de integração se apoia em abertura de estradas, particularmente a Transamazônica e a BR 163, de Cuiabá a Santarém, além das BR 174, 210 e 374. A meta era assentar umas 100 mil famílias ao longo das estradas, em mais de 2 milhões de quilômetros quadrados de terras expropriadas. Na época, o ministro do Interior era o militar e político José Costa Cavalcanti, um dos signatários do AI-5, que ficaria no cargo de 1969 até 1974, apoiado por Costa e Silva (a quem ajudara a ascender a presidente) e por Médici. 18 Costa Cavalcanti ele próprio declara que a Transamazônica cortaria terras de 29 etnias indígenas, sendo 11 grupos isolados e nove de contato intermitente – acarretando em remoções forçadas. Para a consecução de tal programa, a Funai, então dirigida pelo general Bandeira de Mello, firmou um convênio com a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) para a “pacificação de 30 grupos indígenas arredios” e se tornou a executora de uma política de contato, atração e remoção de índios de seus territórios

em benefício das estradas e da colonização pretendida (Brasil, 2014, p. 209).

As ações diretas do Estado juntamente com a omissão, operaram de forma significativa nas violações dos direitos dos indígenas. A consequência dessas ações traçava um cenário de genocídio de diversas etnias indígenas como os povos Xetá, Tapayuna, Avá-Canoeiro, Parakanã, Yanomami, Waimiri Atroari, entre outros inúmeros abordados no relatório.

Por meio da análise do relatório, podemos destacar os principais tipos de violações que se intensificaram no regime militar, como as práticas de esbulho (retirada violenta), a legalização de arrendamentos e as declarações de inexistência de indígenas (genocídio terceirizado). As violências físicas podemos destacar: sequestros, prisões, cárcere privado, torturas, contaminação de doenças, estupro, assassinatos, envenenamento etc.

Genocídio e necropolítica

Sobre as ações diretas do Estado, podemos destacar um termo utilizado no relatório da CNV: genocídio terceirizado. Essa expressão é utilizada no relatório para caracterizar os crimes diretos realizados pelos órgãos responsáveis pelas políticas de proteção indigenistas, que geralmente eram realizados de forma sistemática e corrupta. Segundo a CNV (Brasil, 2014, p. 207), esses órgãos emitiram certidões que declaravam a inexistência de grupos indígenas em territórios de interesse econômico, tais declarações – não regulamentadas a propósito – serviam de “passe livre” para invasão e, consequentemente, exploração de territórios para fins comerciais.

Diante disso, podemos também debater como es-

sas violações sistêmicas podem se configurar como uma necropolítica, pois, a partir do momento em que os povos indígenas foram incorporados ao discurso de “inimigos internos”²⁷, institui-se uma política que favorece o extermínio dos povos originários. Alvarenga e Júnior (2019) abordam esse debate do viés da biopolítica de Michel Foucault e do conceito de necropolítica de Mbembe, os quais afirmam que as táticas empregadas por militares e órgãos públicos, como a Funai, no período ditatorial – quais sejam cadeias específicas para indígenas e a ausência da ilegalidade dessas ações, mesmo havendo um órgão protetor; trabalho forçado, em que há uma ideologia de integração em prol apenas do progresso econômico; além da omissão de vacinação e de segurança pública – evidenciam essa relação de poderes entre o Estado e os povos originários.

Violações dos direitos indígenas

As violações sofridas pelos indígenas não foram acidentais, mas sistêmicas, pois são resultados diretos de políticas estruturais do Estado, tanto por ações diretas quanto pelas omissões realizadas. Conflitos, expulsão e/ou remoções forçadas, negação dos direitos territoriais, omissão de vacina preventiva, infecções e epidemias, prisões, sequestros, torturas e assassinatos. Esse foi o cenário em que as populações indígenas conviveram ao longo dos anos durante o governo autoritário.

Segundo os resultados da investigação da CNV, as transferências forçadas geralmente serviam para viabilizar obras de infraestrutura e na implantação de projetos

27. O relatório aborda o momento em que os povos indígenas passam a ser considerados uma “ameaça” à segurança nacional, utilizando o termo “inimigos internos” (Brasil, 2014, p. 211) do regime militar.

agroindustriais. Por exemplo, a Rodovia Transamazônica, ou BR-230, construída durante o governo do militar Emílio Garrastazu Médici, foi um projeto desenvolvimentista da ditadura militar, impulsionou o desmatamento e a degradação da floresta e impactou os povos indígenas. Dentre eles, causou remoções forçadas para o povo Parakanã, expulsos à força para a construção da rodovia. Além disso, o relatório pontua que muitos dos povos indígenas tentavam voltar para a sua terra a pé em uma longa caminhada. Os indígenas eram vistos como suspeitos, inimigos internos, sob a acusação de serem influenciáveis por interesses estrangeiros ou por estarem no caminho de algum projeto desenvolvimentista:

O ideário do desenvolvimento e do progresso dos governos militares, no período de 1964-1985, foi materializado no Programa Nacional de Desenvolvimento (PND) e no Plano de Integração Nacional (PIN). O primeiro (PND), foi um plano econômico iniciado em 1968, tendo como principal objetivo preparar a infraestrutura necessária para o desenvolvimento do país, enfatizando-se os setores de transporte e telecomunicações e produção energética. O Programa de Integração Nacional (PIN), decretado em 1970, estava baseado na proposta de uso de mão de obra nordestina liberada pelas secas de 1969 e 1970, e na noção de “vazios demográficos”, ignorando-se a presença indígena naqueles espaços ainda não alcançados plenamente pela expansão capitalista, avaliando-se que essas eram “terra sem homens” (Castro; Sousa Neto; Vargas, 2024, p. 127).

Outro processo de violação dos direitos indígenas destacados pelos estudos da CNV são os direitos territoriais, com inúmeras tentativas de negação da existência dos povos. A chamada “certidão negativa” era um pré-requisito para a concessão de incentivos fiscais em empreendimentos na Amazônia, assim, era necessário solicitar à Funai o documento com a confirmação da ausência de povos indígenas na área solicitada. Contudo, nos relatos trazidos no relatório, o órgão não tinha total conhecimento das áreas habitadas e nem condições de determinar

com precisão se existiam ou não pessoas nas áreas pleiteadas. Assim, não era incomum a emissão de “certidões negativas” sem o estudo minucioso da região solicitada, o que implicou em invasões dos territórios de diversos povos indígenas e na sua conseqüente remoção forçada.

Segundo as pesquisas da comissão, o órgão da Funai atuou diretamente no processo de remoção de alguns povos indígenas, como as comunidades Kaiowá e Guaraní, e disponibilizou veículos, motoristas e alimentos para viabilizar as transferências das pessoas. Além disso, demonstrando o alinhamento do órgão à política do regime militar, as investigações destacam como não ocorria de maneira adequada a aplicação das leis indigenistas, principalmente na questão da demarcação das terras dos povos indígenas.

Outra problemática que se agravou devido às ações e omissões do governo em relação aos povos indígenas foi a disseminação de doenças, como malária, varíola, sarampo, gripe, entre outras. Isso se deve à política de saúde. O primeiro contato com as comunidades indígenas foi extremamente perigoso, pois os indígenas não tinham imunidade às doenças. Nos anos 1950, as políticas de atenção à saúde dos povos indígenas e as vacinações preventivas foram sistematizadas. Contudo, durante a ditadura militar, essa iniciativa nunca foi prioridade, evidenciado pela diminuição de recursos dos órgãos responsáveis pela saúde dos indígenas. Um exemplo foi o caso do povo Yanomami, que, em 1975, teve a campanha de vacinação diminuída drasticamente de três semanas para apenas dois dias e meio.

Segundo relatos testemunhais e documentos, a Funai, responsável à época pela saúde indígena, não realizou satisfatoriamente campanhas de vacinação prévias, não controlou a situação sanitária dos trabalhadores que entravam em contato com os índios, não controlou o acesso de pessoas não autorizadas à área de

ocupação indígena, não deu apoio às missões religiosas que atuavam na região, no sentido de aparelhá-las e prepará-las para a tarefa, tampouco deu o suporte necessário nos momentos de crise (Brasil, 2014, p. 232).

Os povos indígenas tentaram resistir às remoções forçadas, às invasões e às explorações, como resposta o governo privava a liberdade dos resistentes através de métodos ilegais, como o encarceramento, a aplicação de tortura e maus-tratos às populações indígenas, “molda-se uma cultura de repressão para subjugar os índios atingidos e silenciar a luta por seus direitos frente a política desenvolvimentista do Estado Brasileiro a época” (Brasil, 2014, p. 239).

Outra ponta a destacar é a perseguição ao movimento indígena durante o contexto da ditadura militar. Segundo os relatos e as investigações da comissão, as lideranças indígenas e seus aliados passaram a ser monitorados pelo serviço de inteligência do governo, descrevendo suas atividades como “subversivas” e seus membros taxados como “comunistas”. Com histórico de reclamações de líderes do movimento em relação às assembleias, pois proibiam “os indígenas de irem às assembleias ou de punir os que houvessem delas participado, ou mesmo de espioná-las” (Brasil, 2014, p. 250).

Assim, como consequência dessas políticas do Estado, a CNV estimou que 8.350 indígenas foram mortos, é importante ressaltar que incluem apenas os casos estudados pela comissão, o número exato durante o período deve ser maior. As violências infligidas no período autoritário são hoje lembradas pelas comunidades indígenas que reivindicam o direito da reparação, da posse de territórios expropriados.

Resistência dos povos indígenas

As resistências indígenas, durante o período autoritário no Brasil (1964-1985), foram marcadas por vários conflitos, como a luta contra a expropriação de terras, a violência do Estado e as políticas de integração forçada. Isso resultou na intensificação do ataque aos direitos indígenas por meio da implementação de projetos desenvolvimentistas e da construção de estradas, hidrovias e projetos agropecuários. Em resposta a isso, as lideranças de diversos povos começaram a se organizar para lutar e resistir contra as violações cometidas pelo Estado.

Em 1974, realizou-se em Diamantino, cidade localizada no estado de Mato Grosso, a primeira de várias assembleias que resultaram mais tarde, em 1980, na formação da União das Nações Indígenas (UNI). A UNI, então, tornou-se a primeira organização indígena de caráter nacional, o que foi de suma importância no processo de elaboração da Constituição de 1988, principalmente em relação aos direitos à terra dos povos indígenas.

A primeira assembleia indígena, chamada eufemisticamente de “confraternização dos grupos indígenas”, ocorreu de 17 a 19 de abril de 1974 na Missão Anchieta de Diamantino (MT). A Funai foi convidada e mandou uma observadora para o encontro, a antropóloga Ana Maria da Paixão, da Divisão de Estudos e Pesquisas da direção do órgão em Brasília. De religiosos compareceram lási, Balduino, Tomás Lisboa, Adalberto, o irmão Luís e o padre Rodolfo Lunkenbein, da Missão Salesiana de Merure, em Mato Grosso. Entre os índios, apareceram catorze líderes das etnias bororo, apiaká, tapirapé, xavante, ribaltas, nambikwara, irantxe, pareci e kayabi (Valente, 2017, p. 298).

Os indígenas que participaram da primeira assembleia em Diamantino relataram sobre os problemas enfrentados em suas comunidades, e o principal tema de discussão foi a questão do território. Os indígenas pediram que novos encontros fossem realizados para a continuidade

das discussões em prol da luta indígena. A ditadura, em resposta a essa movimentação, começou a perseguir e sabotar as reuniões indígenas:

Tanto o endurecimento da política indigenista como a repressão ao movimento político-indigenista que se gestava para fazer frente ao contexto da ditadura militar intensificam-se sobremaneira após o AI-5. A partir de 1970, com a edição do Decreto no 66.882, a Funai incorpora formalmente atividades de assessoramento de segurança e informações à sua estrutura organizacional, por meio de uma "Seção de Segurança e Informações", vinculada à Divisão de Segurança e Informações (DSI) do Ministério do Interior (Brasil, 2014, p. 247).

Assim, a partir do serviço de inteligência, líderes e apoiadores das lutas indígenas passaram a ser monitorados e perseguidos, pois, segundo o relatório da CNV, as reuniões e os encontros eram considerados "subversivos" ou "agitadores". Além disso, o relatório aponta que, especificamente na década de 1970, houve registro de reclamações feitas por lideranças indígenas, primeiro devido à proibição da realização de assembleias e segundo porque, para qualquer deslocamento entre as aldeias, os indígenas necessitavam de um documento informando os motivos e o tempo de permanência.

Contudo, apesar das represálias por parte do governo e da Funai, os encontros continuaram acontecendo e, como mencionado anteriormente, um dos diversos encontros estabelecidos com as lideranças indígenas e as comunidades gerou a criação de uma organização em prol da causa indígena. Em abril de 1980, reuniram-se diversos caciques do Mato Grosso do Sul, no Teatro Glauce Rocha em Campo Grande, no I Seminário Sul-Mato-Grossense de Estudos Indígenas. No encontro, os representantes das comunidades indígenas discutiram suas reivindicações e denunciaram a ausência de um representante na Funai. No fim da reunião, foi defendida a realização de uma co-

missão de dezesseis caciques para a formação de uma organização, tendo como base a união das diversas comunidades indígenas. Assim, foi criada a União das Nações Indígenas (UNI).

O estatuto dizia que a UNI não tinha fins lucrativos “nem caráter político-partidário ou religioso”. Entre seus quatro objetivos estavam a promoção da “inviolabilidade e demarcação de suas terras”, o uso “exclusivo das riquezas naturais e de todas as utilidades nelas existentes” e a assessoria a indígenas e suas comunidades “no reconhecimento de seus direitos”. A entidade previa a realização de assembleias gerais com representantes de cada comunidade filiada (Valente, 2017, p. 405-406).

O papel da organização em prol da articulação indígena nacional foi de suma importância, principalmente após a promulgação da Constituição Federal de 1988, assumindo a tarefa da demarcação de terras e a proteção dos bens indígenas.

Além disso, outra organização que se destacou no trabalho de luta e resistência contra as violências praticadas pelas instituições do Estado durante o regime militar, foi o Conselho Indigenista Missionário (Cimi). A Igreja, através da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), anunciou a formação do conselho durante o III Encontro sobre a Pastoral Indígena, realizado em 23 de abril de 1972. Conforme Cavalcante (ano), os principais objetivos do Cimi eram

promover a pastoral indígena, desenvolver a formação teológica, antropológica e técnica dos missionários, “conscientizar o povo brasileiro a respeito da causa indígena”, cuidar do relacionamento entre missões indígenas, a CNBB e os órgãos do governo federal e planejar outros encontros sobre a pastoral indígena. E havia o sexto objetivo, o mais surpreendente de todos, cuja importância só seria mais bem compreendida depois: assessorar juridicamente os missionários na defesa das terras e patrimônios indígenas. Ou seja, os missionários se tornariam agentes políticos e jurídicos em disputas de terras e em defesa dos índios, algo bem diferente da postura contemplativa (Valente, 2017, p. 290).

A organização participava ativamente da luta pela causa indígena. Valente (2017) afirma como a Cimi estava em plena ação nas aldeias e comunidades, através das assembleias indígenas. Além disso, recebeu recursos para auxiliar a criação da UNI e apoiava os encontros e reuniões realizadas pelos indígenas.

Nos anos 1970, o cacique xavante Mário Juruna destacou-se como uma das principais lideranças na causa da demarcação de terras. Em 1982, foi eleito deputado federal pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT). No Congresso, reivindicava a saída dos militares do governo, os direitos indígenas e a entrega da direção da Funai para os indígenas. Além disso, colaborou na criação da Comissão Permanente do Índio no Congresso Nacional, no documento há a seguinte justificativa para a criação da comissão:

O indígena, como pessoa física de direitos e obrigações relativas, tem sido frequentemente objeto das mais diversas agressões contra não só a sua pessoa, mas, principalmente, contra a sua forma de vida. Pessoas que não se conscientizaram suficientemente do papel social do índio, aproveitam-se de sua situação para a concorrência desenfreada que caracteriza a sociedade de consumo de massa em que vivemos. [...] Existe uma extrema necessidade de se realizar estudos especiais e elaborar legislação sobre o problema do índio. Para tanto, a Comissão Permanente do índio poderá atender e suprir necessidades, contribuindo, de forma ponderável, para que a sociedade nacional reconheça o débito adquirido para com aqueles que foram os primeiros povoadores de nossa terra (Brasil, 1983).

O trecho foi retirado do documento da Comissão do Índio. Ele reflete uma análise sobre a condição de vida dos povos indígenas no Brasil, aponta para a necessidade de reconhecimento dos seus direitos e reivindica a proteção contra as violências sofridas e agravadas com o regime autoritário.

Outra importante liderança na luta indígena foi o cacique Marçal de Souza Tupã I, que, desde a década de 1970, denunciava a invasão e a exploração nas terras de seu povo no Estado do Mato Grosso do Sul. O líder chegou a se encontrar com o Papa João Paulo II, em que relatou e denunciou o genocídio dos povos indígenas e o perigo que lideranças como ele sofriam diante do sistema militar. Somado a isso, enfrentavam com coragem aqueles que tentavam invadir e os expulsavam de seus territórios, tanto por meios pacíficos, com tentativas geralmente frustradas de negociação com a Funai, quanto por confrontos violentos, em que as comunidades lutavam para a preservação de sua terra e cultura.

Considerações finais

A partir desta discussão, evidencia-se a importância de analisar o cenário dos povos indígenas na ditadura militar. Os tópicos discutidos aqui servem como reflexão sobre a luta pelos direitos indígenas, influenciando diretamente o combate aos discursos preconceituosos enraizados na sociedade brasileira. Ademais, aflora também a consciência sobre a necessidade de maior atenção à criação das leis de direitos indígenas e à forma como seus elaboradores podem se beneficiar desse contexto para a realização de práticas ilícitas que afetam os direitos humanos desses povos. Nesse sentido, ao compreender a complexidade dessa temática, percebe-se a crescente necessidade de ampliar os debates indígenas no campo acadêmico e social.

É necessário compreender essa questão, pois discursos preconceituosos são motivados pelo apagamento histórico da memória desses grupos, sendo

esse apagamento impulsionado principalmente por práticas promovidas pela necropolítica. O entendimento dessas violências sistêmicas é essencial para eliminarmos o racismo que acomete os diversos povos indígenas do território brasileiro. Portanto, ao analisarmos o contexto histórico por meio da questão indígena, é possível traçarmos, de forma crítica, uma linha do tempo de como ocorreu a criação das leis relacionadas aos povos indígenas e seus direitos. Foi possível observar, ainda, que a formulação dessas leis foi influenciada por interesses políticos e econômicos.

Vimos que, em todo o período analisado no relatório da Comissão Nacional da Verdade, identifica-se que, desde o início, a legislação indígena expressa uma manipulação legislativa e a presença de práticas ilícitas, como, por exemplo, grilagem, exploração das comunidades e dos recursos naturais, além da destruição das comunidades e da natureza, entre outros. A partir dessa análise, a reflexão abordada pode ajudar os leitores a entenderem a importância de uma maior participação indígena na defesa dos interesses da comunidade originária.

Sendo assim, compreender essa temática nesse âmbito reforça a necessidade de ampliarmos as discussões sobre a questão indígena no Brasil. Para que, além do reconhecimento da violência estatal – como comprova a Comissão Nacional da Verdade –, também seja reconhecida a luta recorrente das comunidades indígenas, de maneira que possamos promover justiça e políticas públicas que garantam os direitos humanos dos povos indígenas. Além disso, ao reconhecermos a importância dos povos indígenas na esfera social, principalmente no debate político, torna-se possível a promoção do respeito aos indivíduos que compõem as inúmeras comunidades indígenas presentes no Brasil.

Podemos concluir, portanto, que o cenário da ditadura militar contribuiu para a forte consolidação das práticas negligentes já existentes no processo histórico da nossa sociedade. No período ditatorial, o Estado utilizou diversas formas de repressão e exclusão social nas camadas populares, impactando principalmente os grupos mais vulneráveis, como os povos indígenas, que até hoje enfrentam violações sistemáticas de seus direitos.

O reconhecimento da consolidação da necropolítica nesse contexto é um passo fundamental para a justiça de transição. Mesmo que a punição dos responsáveis por esses crimes não tenha sido realizada, o reconhecimento dessas ações promove a construção de uma memória histórica que caminha em busca da justiça social. Por isso é importante pontuar que o negacionismo pode ocasionar a negação da reparação histórica dos povos que foram violentados pelo regime.

Dessa forma, o reconhecimento torna-se importante principalmente para os povos indígenas, que enfrentam há muito tempo essas formas de opressão promovidas e omitidas pelo Estado. O genocídio e o etnocídio que acometem esses povos até os dias de hoje são reflexos dessas práticas do passado, que obtiveram continuidade por meio da marginalização dessas comunidades.

Por fim, reforça-se aqui como o debate público é necessário para que a implementação de novas políticas públicas indígenas assegure a proteção e a preservação dos direitos indígenas, bem como sua cultura e seu legado. Para além disso, este trabalho demonstra a essencialidade de compreender os impactos – negativos – da ditadura militar no reconhecimento histórico dos povos indígenas. Por fim, a justiça de transição deve ir além da compreensão e do reconhecimento histórico, devendo ser constituída por formas de reparação que garantam o di-

reito à terra, à cultura e à liberdade social e política dos povos originários.

Referências

ALVARENGA, Rodrigo; AMÉRICO JUNIOR, Elston. Da biopolítica à necropolítica contra os povos indígenas durante a ditadura militar brasileira (1964-1985). *Ciências Sociais Unisinos*, São Leopoldo, v. 55, n. 2, p. 212-222, maio/ago. 2019. Disponível: https://revistas.unisinos.br/index.php/ciencias_sociais/article/view/csu.2019.55.2.07. Acesso em: 11 dez. 2024.

BRASIL. Texto 5 – Violações de direitos humanos dos povos indígenas. In: BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. *Relatório: textos temáticos*. Comissão Nacional da Verdade. Brasília: CNV, 2014. 416 p. (Relatório da Comissão Nacional da Verdade; v. 2) Disponível em: https://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/relatorio/volume_2_digital.pdf. Acesso em: 20 nov. 2024.

BRASIL. Câmara dos Deputados. *Comissão do Índio*, 1983. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1244037. Acesso em: 10 dez. 2024.

CABRAL, Rafael Lamera Giesta; MORAIS, Vitória Larissa Dantas de. *Direito e Desenvolvimento*, João Pessoa, v. 11, n. 1, p. 106-122, jan./jun. 2020. Disponível em: https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&ved=2ahUKEwi47LmKirKMAxXSrZUCHQr5G_QQFnoECB8QAAQ&url=https%3A%2F%2Fperiodicos.unipe.br%2Findex.php%2Fdireitoedesenvolvimento%2Farticle%2Fdownload%2F1218%2F706%2F4451&usg=AOvVaw07uIRXa_OjngfiM3XdccA7&opi=89978449. Acesso em: 10 dez. 2024.

CASTRO, Iára Coelho de; SOUSA NETO, Miguel Rodri-

gues de; VARGAS, Vera Lúcia Ferreira. Os povos indígenas e a ditadura: violência, memória e história. *História Revisita*, v. 29, n. 1, p. 123-140, 2024. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/historia/article/view/79245> Acesso em: 10 dez. 2024.

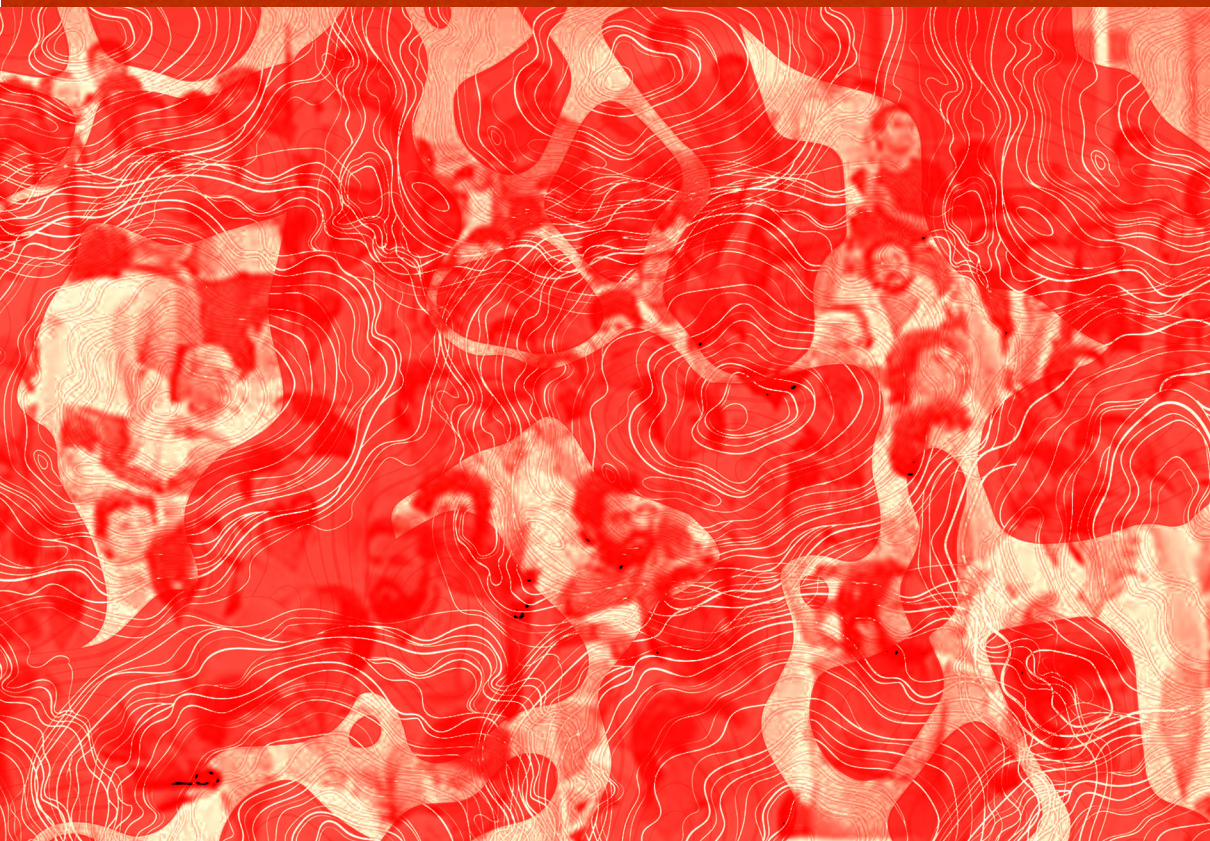
CODATO, Adriano Nervo. Uma história política da transição brasileira: da ditadura militar à democracia. *Revista de Sociologia Política*, Curitiba, v. 25, 2005. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/rsp/article/view/7074>. Acesso em: 11 dez. 2024.

NAPOLITANO, Marcos. *1964: História do Regime Militar Brasileiro*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2014.

12

Representações nos espaços públicos de debate em saúde: análise dos agentes que integraram as Conferências Nacionais de Saúde (1941-1963)

*Paulo Vinícius Figueiredo Pontes
Antonia Valtéria Melo Alvarenga*



 O presente estudo propõe uma análise das Conferências Nacionais de Saúde (CNS), espaços públicos de deliberação coletiva sobre as diretrizes que devem nortear a saúde pública no Brasil. As Conferências Nacionais de Saúde foram instituídas durante o governo de Getúlio Vargas, pela Lei n. 378, de 13 de janeiro de 1937, como parte de uma ampla reforma conduzida pelo então ministro da Educação e Saúde Pública, Gustavo Capanema. Essa reforma tinha como objetivo reorganizar a estrutura institucional do ministério, ampliando os serviços públicos de saúde em diversas regiões do país. Por meio da sistematização das normas e do aprimoramento do funcionamento do órgão, buscava-se conferir ao Ministério da Educação e Saúde Pública maior capacidade para coordenar e uniformizar as ações de saneamento e saúde.

Nesse contexto, as Conferências Nacionais de Saúde, de acordo com Lemos (2018, p. 637), surgiram com a finalidade de informar ao governo federal sobre as atividades relacionadas à educação e à saúde em todo o país, além de orientá-lo na execução de serviços e na concessão de auxílios e subvenções federais, sem possuir caráter deliberativo. Para isso, elas eram realizadas “através da participação dos diferentes atores e segmentos envolvidos no processo” (Guizardi, 2004, p. 16).

A escolha de focar nesta pesquisa na I, II e III Conferências Nacionais de Saúde deve-se ao fato de que, nessas três primeiras edições do evento, predominou a visão sanitarista “clássica”. Sob essa perspectiva, a saúde pública é entendida como uma condição essencial para o desenvolvimento econômico e social, abordando a questão dos recursos humanos na área da saúde a partir de sua formação e atribuindo ao médico o papel de protagonista

central (Brasil, 1993, p. 7). Nessa mesma perspectiva, foi estabelecido o recorte temporal desta pesquisa, abrangendo o período de 1941 a 1963. Conforme aponta Brasil (1993, p. 7):

Consideramos que, tanto pela temática tratada quanto pela forma de abordá-la, é possível distinguir no período das nove Conferências três momentos ou etapas: o primeiro cobre de 1941 a 1963 (1ª a 3ª Conferências), o segundo de 1967 a 1980 (4ª a 7ª Conferências) e o terceiro de 1986 a 1992 (8ª e IX CNS).

Com esse intuito, o objetivo desta pesquisa é analisar os perfis dos agentes que participaram da 1ª, 2ª e 3ª Conferências Nacionais de Saúde, buscando compreender quem, do ponto de vista profissional e político, foram os participantes desses eventos. Assim como, dedica-se também a identificar os grupos que foram excluídos desses espaços de debate, analisando os fatores que condicionaram sua ausência. A partir dessa análise, pretende-se responder à questão central da pesquisa: quais eram os perfis dos agentes que participaram das Conferências Nacionais de Saúde e que razões podem oferecer explicações para a exclusão de determinados grupos?

A análise dos perfis dos agentes das I, II e III Conferências Nacionais de Saúde é fundamental para compreender as dinâmicas que influenciaram o desenvolvimento das políticas públicas de saúde no Brasil do século XX, bem como o papel das Conferências Nacionais de Saúde na organização do Estado. Investigar quem foram os participantes desses processos, assim como os fatores que levaram à exclusão de determinados grupos, permite uma reflexão mais aprofundada sobre as limitações da participação popular nas decisões que norteiam as políticas de saúde pública no Brasil e em outras questões de interesse público.

A metodologia empregada nesta pesquisa é de

abordagem qualitativa, conduzida por meio da análise de fontes bibliográficas e documentais. As principais fontes primárias utilizadas incluem o documento da 1ª Conferência Nacional de Saúde e os Anais da 3ª Conferência Nacional de Saúde. Infelizmente, não foi possível identificar os Anais ou o relatório da 2ª Conferência Nacional de Saúde no site do Ministério da Saúde ou em arquivos especializados, onde é possível encontrar as demais edições, mas apenas informações referentes à data de sua ocorrência, temática e outros detalhes a respeito de sua programação. A fundamentação teórica está embasada na literatura que aborda temas como História da Saúde, História das Políticas Públicas de Saúde e as Conferências Nacionais de Saúde, apoiada por contribuições de autores como Lemos (2018), Cardoso (2013), Hochman (2006) e Alvarenga (2013).

Para o trabalho com as fontes utilizadas na pesquisa, foi empregado o método de análise documental proposto por André Cellard, que se organiza em duas etapas: a análise preliminar e a análise propriamente dita. Segundo Cellard (2008, p. 305), o exame preliminar consiste em uma apreciação crítica de cinco dimensões que estruturam o documento. Essas dimensões incluem o contexto social em que o documento foi produzido; o autor ou os autores responsáveis pela sua elaboração, incluindo os interesses que motivaram a sua criação; a autenticidade e a confiabilidade do texto; a natureza do texto; e, por fim, os conceitos-chave e a lógica interna do conteúdo, o que envolve a compreensão do significado das palavras no contexto em que foram empregadas e a avaliação da coerência interna do texto.

Já a análise propriamente dita envolve a coleta e interpretação de informações significativas, visando esclarecer o objeto de estudo e contribuir para a solução dos

problemas formulados na pesquisa. Nesse sentido, a aplicação dessa etapa na investigação dos documentos busca compreender os elementos fundamentais que permitem responder à questão central desta pesquisa: quais eram os perfis dos participantes das Conferências Nacionais de Saúde e que razões podem oferecer explicações para a exclusão de determinados grupos?

A escolha da metodologia proposta por André Cellard, a análise documental, deve-se à sua adequação para investigar o conteúdo e o contexto histórico dos documentos analisados. Essa abordagem permite um exame dos significados, intenções e processos históricos que os documentos expressam, além de oferecer ferramentas sistêmicas para interpretar os elementos que envolvem o material em análise.

Saúde Pública na primeira metade do século XX

No século XX, ocorreram transformações nas normas e práticas que passaram a orientar a saúde pública desse período. Mendes (1996) identifica três principais modelos predominantes de Saúde Pública no Brasil ao longo do referido século: o Modelo sanitarista-campanhista, o Modelo médico-assistencial-privatista e o Modelo neoliberal de assistência à saúde.

O primeiro modelo, adotado no início do século XX, foi o sanitarista-campanhista, cujo objetivo era implementar políticas de saneamento em áreas estratégicas para a circulação de mercadorias, como portos e zonas de exportação. A prioridade dessa política residia na erradicação e controle de doenças transmissíveis, a exemplo de epidemias como a febre amarela, a peste bubônica e a varíola. As ações de saneamento eram inspiradas em moldes

militares e combatiam doenças de massa que poderiam afetar negativamente as exportações e comprometer a qualidade dos produtos destinados ao mercado externo. Nesse contexto, tal enfoque era essencial para proteger a economia nacional, que tinha como base predominante o modelo agroexportador.

O segundo modelo que predominou no século XX, o modelo assistencial-privatista, adotado a partir da década de 1920, tem base no sistema das Caixas de Aposentadoria e Pensões (CAPs), regulamentadas pela Lei Eloy Chaves, de 23 de janeiro de 1923, e sancionada pelo presidente Arthur da Silva Bernardes. O sistema de caixas previdenciárias, fundado nas contribuições dos trabalhadores e empregadores, visava oferecer assistência médica para os trabalhadores e seus dependentes, aposentadoria e pensões aos familiares. A gestão dessas caixas ficava a cargo dos próprios trabalhadores, com representação das empresas. No entanto, esse modelo resultou em uma oferta desigual de assistência médica, já que grande parte da população brasileira não estava inserida em atividades empresariais, permanecendo dependente dos programas sanitários esporádicos oferecidos pelo Estado.

Segundo José da Rocha Carneiro (2013, p. 7), a ascensão de Getúlio Vargas ao poder trouxe uma nova dinâmica ao movimento iniciado em 1934, com a nomeação de Gustavo Capanema para o Ministério da Educação e Saúde e a reforma de 13 de janeiro de 1937. A centralização do poder e a redução da autonomia das instituições médicas e científicas ocorreram com a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública no início dos anos 1930, que passou a coordenar políticas em nível federal, estadual e municipal.

A partir da década de 1930, as Caixas de Aposentadoria e Pensões (CAPs) deram lugar aos Institutos de Apo-

sentados (IAPs), com a intenção de integrar categorias de trabalhadores em nível nacional, agora com contribuições tripartites: trabalhador, empregador e Estado. Apesar de os trabalhadores poderem participar no gerenciamento das ações dos IAPs, esse período foi marcado por desigualdade na assistência, conforme apontado por Carvalheiro (2013, p. 7). Além disso, o modelo dos IAPs, em que diversos grupos ocupacionais eram definidos pelo Estado para ter acesso a benefícios e serviços, não foi a única solução proposta (Hochman; Fonseca, 2006, p. 77).

Com o início da Era Vargas, o setor público brasileiro passou por uma série de reformas voltadas para a consolidação de um Estado forte e centralizado. Para que esses ideais se concretizassem, foi necessária a criação de um aparato governamental que operasse em todo o território nacional, integrando ações nas esferas federal, estadual e municipal dentro de um projeto unificado (Alvarenga, 2022, p. 79). Nesse contexto, em 14 de novembro de 1930, foi instituído o Ministério da Educação e Saúde Pública (MESP) por meio do Decreto nº 19.402. Inicialmente, o ministério criado foi encabeçado sucessivamente por Francisco Campos, Belisário Penna e Washington Pires, até que, em julho de 1934, Gustavo Capanema Filho assumiu a pasta.

A princípio, a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública não resultou em mudanças significativas para a saúde pública brasileira. No entanto, foi com a reforma do MESP proposta em 1935, implementada por Gustavo Capanema a partir de janeiro de 1937, que se estabeleceu uma política de saúde mais estruturada. Essa reforma consolidou a estrutura administrativa do ministério e alinhou-se aos princípios fundamentais que orientaram a política social do governo Vargas, dando início a um processo de centralização e organização das ações de

saúde em todo o território nacional (Hochman; Fonseca, 2006, p. 78).

Nesse contexto de transformações no campo da saúde pública, foram instituídas as Conferências Nacionais de Saúde pela Lei nº 378, de 13 de janeiro de 1937, como um dos principais instrumentos de uma ampla reforma coordenada por Gustavo Capanema, então ministro da Educação e Saúde Pública. Além das Conferências, foram criadas as delegacias federais de saúde e os serviços nacionais. Todos esses instrumentos que faziam parte da reforma complementavam a proposta de centralização administrativa, pois, como afirma Fonseca (2007, p. 145), "traçavam-se, assim, estratégias que possibilitassem ações coordenadas e centralizadas segundo uma lógica coerente e articulada, ações estas orientadas pelo objetivo de ampliar a abrangência do poder público em todo o território nacional".

Representações nos espaços públicos de saúde

Estas Conferências se destinam ao objetivo de firmar princípios e entendimentos que articulem o Ministério da Educação e Saúde com as administrações estaduais, e, por intermédio destas, com as administrações municipais, tudo afim de que a educação e a saúde, em todo o território do país, se organizem em termos de serviços públicos nacionais convenientemente racionalizados, mediante a cooperação das três ordens da administração pública, a federal, a estadual e a municipal, com a participação ainda dos serviços da iniciativa particular (Brasil, 141, p. 9).

Nesta exposição de motivos do Ministério da Educação e Saúde relativamente aos questionários feitos aos Governos Estaduais, Gustavo Capanema descreve o papel das Conferências Nacionais de Saúde na articulação entre o Ministério da Educação e Saúde e as administra-

ções estaduais e municipais, com o objetivo de organizar e racionalizar os serviços de saúde no Brasil, por meio da cooperação entre os níveis federal, estadual e municipal e com a colaboração do setor privado.

Dentro desse contexto, os agentes que participaram das Conferências Nacionais de Saúde tornaram-se peças-chave no processo de construção das políticas públicas de saúde no Brasil. Esses agentes, oriundos de diferentes segmentos e com distintas formações e interesses, desempenharam um papel crucial ao dialogar sobre os rumos que a saúde pública no país deveria seguir. Ao mesmo tempo, foram responsáveis por estabelecer as prioridades e diretrizes que orientaram a implementação das políticas de saúde, bem como por definir os temas que deveriam ser discutidos durante as Conferências.

A 1ª Conferência Nacional de Saúde, depois de muito adiada, ocorreu entre os dias 10 e 15 de novembro de 1941 e teve como temas centrais de deliberação: 1. Organização sanitária estadual e municipal; 2. Ampliação e sistematização das campanhas nacionais contra a hanseníase e a tuberculose; 3. Determinação das medidas para o desenvolvimento dos serviços básicos de saneamento; 4. Plano de desenvolvimento da obra nacional de proteção à maternidade, à infância e à adolescência.

O documento em questão, referente à 1ª Conferência Nacional de Saúde, é um relatório oficial, o que confere autenticidade às informações. Foi elaborado durante o período do Estado Novo, quando os setores de educação e saúde estavam sob a responsabilidade do mesmo Ministério da Educação e Saúde Pública (MESP) (Brasil, 2009, p. 12). Este documento reúne diversos outros materiais, como decretos, portarias e questionários, relacionados tanto à 1ª Conferência Nacional de Saúde quanto à 1ª Conferência Nacional de Educação. Os textos ali compila-

dos têm como autoria Gustavo Capanema. Dessa forma, a natureza do documento é administrativa e institucional, pois foi produzido por uma comissão organizada pelo Ministério da Educação e Saúde Pública visando consolidar as decisões tomadas durante a Conferência e apresentar um plano orientador para o governo federal e os gestores de saúde do Brasil.

Na 1ª Conferência Nacional de Saúde, os participantes foram divididos entre os integrantes da Comissão Preparatória e os convidados. É importante destacar que, nesta primeira Conferência, a Portaria Ministerial nº 73 (Brasil, 1941, p. 5) não definiu nomes ou pessoas específicas para compor a Comissão Preparatória ou para serem convidados. Em vez disso, estabeleceu os cargos que essas pessoas deveriam ocupar. Isso significa que, ao invés de nomear indivíduos específicos, foram indicados os cargos ou funções necessárias para formar a comissão e selecionar os convidados.

Quanto à Comissão Preparatória, foi determinado que o presidente da 1ª Conferência Nacional de Saúde seria o então Ministro da Educação e Saúde Pública, Gustavo Capanema. O vice-presidente seria o Diretor do Serviço de Estatística da Educação e Saúde da época, Mário Augusto Teixeira de Freitas, conforme o IBGE. O Secretário-Geral da Conferência seria o Diretor do Serviço Nacional de Leprosia. Por fim, os relatores gerais da Conferência seriam os Diretores do Departamento Nacional de Saúde e do Departamento Nacional da Criança. Além disso, os convidados para a Conferência incluíram as maiores autoridades administrativas de cada área nos estados federativos, bem como técnicos do serviço público regional.

No entanto, é importante destacar que, apesar da organização formal e da presença de autoridades governamentais e técnicas, a 1ª Conferência Nacional de Saúde,

como muitos outros eventos do período, ocorreu dentro de um contexto político e ideológico conhecido como Estado Novo, marcado pelo centralismo autoritário e pela ênfase no controle estatal sobre as esferas sociais. Como apontado por Rayla Amaral Lemos:

Cabe contextualizar histórica e ideologicamente a ocorrência da Conferência, instaurada no envoltório populista em que a mobilização popular ainda era esvaziada de estruturação técnica, ideológica e bastante massacrada pelo caráter populista do governo em questão, sendo, na verdade, um encontro restrito de lideranças do Ministério da Saúde com praticamente nenhuma participação comunitária (Lemos, 2018, p. 640).

Nessa perspectiva, é possível compreender que, embora a Conferência tenha sido apresentada como um marco de articulação entre os níveis federal, estadual e municipal e como um espaço técnico para o planejamento da saúde pública, ela refletia as limitações estruturais e políticas do governo da época. A ausência de participação comunitária ou de grupos sociais mais amplos evidência que, em vez de promover um diálogo aberto e democrático, o evento estava alinhado ao caráter elitista e excludente das políticas públicas vigentes. Isso revela como a 1ª Conferência Nacional de Saúde, apesar de formalmente organizada, estava mais voltada para consolidar decisões de cúpula do que para incluir de maneira significativa as demandas populares ou construir um projeto de saúde pública que atendesse à pluralidade das necessidades da sociedade brasileira.

Assim, a 1ª Conferência Nacional de Saúde, ao mesmo tempo que representava um avanço institucional na organização da saúde pública, também simbolizava as contradições de um regime que, sob o manto do populismo, restringia os espaços de participação social efetiva, limitando a representatividade e o alcance democrático das decisões ali tomadas.

A 2ª Conferência Nacional de Saúde foi realizada entre os dias 21 de novembro e 12 de dezembro de 1950, durante a gestão de Pedro Calmon, então Ministro da Educação e Saúde Pública, no governo de Eurico Gaspar Dutra. A 2ª Conferência teve como tema central o debate sobre a legislação referente à higiene e à segurança do trabalho. No entanto, há uma significativa lacuna histórica em relação a esse evento, uma vez que não existe um relatório oficial que registre ou apresente um parecer sobre os debates e deliberações ocorridos nessa Conferência.

Como destaca o Conselho Nacional de Secretários de Saúde (CONASS): “Conforme o Ministério da Saúde, não há relatório de Anais ou qualquer registro conhecido da 2ª Conferência” (Brasil, 2009, p. 13). Sem registros oficiais, torna-se difícil avaliar o impacto desse encontro na mobilização social em torno do tema, assim como identificar com precisão os agentes que participaram da Conferência. Essa ausência de documentação reforça a fragilidade no processo de construção histórica das Conferências de saúde no Brasil. Ainda assim, as poucas informações disponíveis podem servir como ponto de partida para nortear a busca por respostas a essas questões.

A 2ª Conferência Nacional de Saúde manteve um caráter predominantemente técnico e centralizado. O evento foi presidido pelo então Ministro da Educação e Saúde Pública, Pedro Calmon M. de Bittencourt, e reuniu principalmente administradores do Ministério da Saúde e representantes estaduais, cujas discussões estavam alinhadas principalmente aos interesses dos setores médicos e às prioridades governamentais da época (Lemos, 2018, p. 638). Esse enfoque técnico reforçava a predominância de uma abordagem administrativa e especializada, e a composição dos participantes refletia esse perfil institucional. Estavam presentes representantes dos estados, das Dele-

gacias Federais de Saúde, dos Serviços do Departamento Nacional de Saúde (DNS) e dos Serviços de Saúde das Forças Armadas (Cardoso, 2013, p. 2). Esses grupos, em sua maioria vinculados à estrutura estatal, contribuíram para consolidar um modelo de Conferência que priorizava a gestão técnica e burocrática das políticas de saúde, em detrimento de uma abordagem participativa que incluísse segmentos mais populares da sociedade.

Por fim, a 3ª Conferência Nacional de Saúde ocorreu em 1963, na cidade de Niterói, instituída por meio do Decreto nº 52.301, de 24 de julho de 1963 (Brasil, 1963). O evento trouxe como principais propostas e demandas para deliberação questões fundamentais para a situação sanitária da população brasileira. Entre os temas discutidos estavam: 1) a situação sanitária da população brasileira; 2) a distribuição e coordenação das atividades médico-sanitárias nos âmbitos federal, estadual e municipal; 3) a municipalização dos serviços de saúde e 4) a fixação de um plano nacional de saúde.

O evento foi realizado durante o governo de João Goulart e teve como Ministro da Saúde da época Wilson Fadul. É relevante destacar que, dez anos antes, o Ministério da Educação e Saúde Pública havia sido dividido. Segundo o Conselho Nacional de Secretários de Saúde (CONASS): “Em 25 de julho de 1953, foi criado o Ministério da Saúde, iniciativa mais voltada a separar os dois setores (saúde e educação) do que a promover a resolução dos problemas sanitários do país” (Brasil, 2009, p. 13). Após a separação ministerial, houve a definição das “Normas Gerais sobre Defesa e Proteção da Saúde” com a aprovação da Lei nº 2.312, de 3 de setembro de 1954, constituindo “um dos pontos fundamentais da Política Sanitária daquela época, cuja regulamentação, em 21 de janeiro de 1961, instituiu o Código Nacional de Saúde. Essa foi, talvez, a

primeira tentativa de organização de um sistema de saúde nacional” (Brasil, 2009, p. 13).

O documento em questão refere-se aos Anais da 3ª Conferência Nacional de Saúde de 1963, publicado em agosto de 1992 pela Prefeitura de Niterói. Essa publicação traz a transcrição do documento oficial do evento, cuja autoria é atribuída a Wilson Fadul, então Ministro da Saúde. Portanto, os Anais trata-se de um documento oficial, elaborado com caráter administrativo e institucional, o que confere autenticidade às informações ali registradas.

Diferentemente do relatório da 1ª Conferência Nacional de Saúde, que se limita a mencionar os agentes participantes de forma genérica, indicando apenas os cargos ocupados pelos membros da comissão organizadora e os convidados, o documento da 3ª Conferência Nacional de Saúde apresenta uma descrição mais detalhada e estruturada dos agentes que compuseram o evento.

O presidente da Conferência foi o então Ministro da Saúde, Wilson Fadul. A comissão organizadora foi presidida pelo Diretor-Geral do Departamento Nacional de Saúde, Dr. Arnaldo Beiró de Miranda, que também exerceu a função de Vice-Presidente da 3ª Conferência Nacional de Saúde. O secretário da comissão, que acumulava também o cargo de Secretário-Geral da Conferência, era o então Diretor da Divisão de Organização Sanitária do período, Dr. Mário Magalhães da Silveira. Além dessas lideranças, a comissão contou com a participação de doze membros do Ministério da Saúde, sendo eles: Dr. Celso Arcoverde de Freitas, Dr. Nilson dos Santos de Freitas Guimarães, Dr. Woodrow Pimentel Pantoja, Dr. Aristides Celso Lima Verde, Dr. Adelmo de Mendonça e Silva, Dr. Felipe Nery Guimarães, Dr. Fernando Seidl, Dr. Cláudio Magalhães da Silveira, Dr. Hermes Affonso Bartholomeu, Dr. José Aluísio de Castro e Dr. Odair Behn Franco.

Além desses, também participaram como convidados do evento: os Diretores Gerais do Departamento Nacional de Saúde; os Diretores Gerais do Departamento Nacional da Criança; os Diretores Gerais do Departamento Nacional de Endemias Rurais; o Diretor da Escola Nacional de Saúde Pública; o Diretor do Instituto Oswaldo Cruz; o Superintendente da Fundação Serviço Especial de Saúde Pública; os Membros do Conselho Nacional de Saúde; o Chefe, o Subchefe e os Assessores do Gabinete do Ministro da Saúde; o Superintendente da Campanha de Erradicação da Malária; os Membros da Comissão Organizadora, Diretores de Serviço e Divisões Técnicas do Ministério da Saúde; os Delegados Federais de Saúde e da Criança; o Secretário Executivo do Grupo de Planejamento; o Diretor da Divisão de Higiene e Segurança do Trabalho do MTPS; os Representantes dos Serviços de Saúde das Forças Armadas; os Secretários de Saúde dos Estados e do Distrito Federal; os Diretores de Saúde dos Territórios; os Representantes do SENAM, SUDENE, SPVEA, SPVFS; e o Presidente do Conselho Médico da Previdência Social, além do Diretor Geral do SAMDU. Todos esses participantes tinham direito a voto durante as deliberações das sessões que ocorreram durante o evento.

Por fim, a 3ª Conferência Nacional de Saúde contou com a participação de assessores técnicos dos Secretários de Saúde dos Estados, do Distrito Federal e dos Diretores de Saúde dos Territórios. Esse fato marcou uma transformação em relação à participação nas Conferências, pois, conforme destaca o relatório da Conferência,

Seus integrantes eram ainda representantes do governo federal e dos estados e territórios, mas significou uma primeira ampliação dos atores participantes: estabeleceu que os dirigentes dos estados poderiam '[...] fazer-se acompanhar de assessores técnicos em todos os trabalhos [...]' (Brasil, 1992, p. 9).

Ao analisar as 1ª, 2ª e 3ª Conferências Nacionais de Saúde, é possível traçar perfis comuns entre os participantes de cada uma dessas edições. Revela-se, assim, uma composição com um perfil institucional, técnico e científico, no qual a participação predominante se deu por: 1. Representantes oficiais de serviços de saúde pública; 2. Representantes oficiais de entidades científicas; 3. Representantes oficiais de órgãos integrados aos programas de desenvolvimento econômico e social; 4. Assessores técnicos.

Nas Conferências Nacionais de Saúde aqui analisadas, a participação foi predominantemente de agentes ligados à gestão pública e à área científica, refletindo uma centralidade administrativa no debate sobre a saúde pública, no contexto político e social do Brasil da época. Este modelo conferiu ao evento um caráter mais técnico e especializado, com pouca abertura para a inclusão de representantes da sociedade civil ou para a discussão de demandas populares.

Embora tenha favorecido a organização e execução de ações focadas em aspectos técnicos da saúde, esse formato também reforçou o distanciamento entre as Conferências e a sociedade. Como destaca Lemos (2018), "As Conferências Nacionais de Saúde (CNS) são uma expressão material da participação social no âmbito da saúde no Brasil" (p. 635). No entanto, essa participação era restrita, com as Conferências funcionando, em grande parte, como espaços de discussão para um grupo especializado e governamental, limitando a verdadeira representação da sociedade civil nas decisões sobre a saúde pública. Esse distanciamento evidencia uma limitação significativa no envolvimento da população nos debates, comprometendo a construção de uma saúde mais participativa.

Assim, é possível identificar um agente em comum

que tem sua participação excluída das Conferências Nacionais de Saúde: a sociedade civil. Nesse sentido, o Estado via as Conferências Nacionais de Saúde como um meio de exercer controle sobre a sociedade civil, utilizando-as para consolidar sua autoridade e centralizar as políticas públicas nas áreas de saúde e saneamento.

Desse modo, as Conferências Nacionais de Saúde funcionavam não como espaços de diálogo democrático, mas como ferramentas do governo para dialogar diretamente com os agentes participantes que representavam a burocracia estatal e os setores técnicos, com o objetivo de implementar ações de coordenação e uniformização em nível nacional. O Estado não via a sociedade civil como um parceiro ou agente ativo nesse processo, mas como um objeto de intervenção e discussão. Essa dinâmica excluía a participação efetiva da população nos processos decisórios, reforçando a lógica de um controle centralizado, em que a sociedade não era considerada um agente de interesse direto, mas sim o sujeito sobre o qual as decisões do Estado seriam implementadas.

Esse modelo reflete uma visão centralizada, em que o Estado assume um papel de autoridade máxima, sem a devida consideração de que a inclusão de camadas populares poderia trazer uma perspectiva mais abrangente e representativa nas políticas de saúde. A sociedade civil, em vez de ser vista como parte da solução, era tratada como algo a ser moldado pelas políticas estatais, refletindo uma abordagem que, embora eficaz em termos de implementação técnica e organização, falhava em integrar os cidadãos nas discussões sobre as necessidades e os direitos relativos à saúde. Assim, a centralização do poder nas mãos do Estado nas Conferências reflete um controle de cima para baixo, com um foco em administrar a saúde pública a partir de uma visão técnica e institucionalizada,

ao invés de promover uma saúde pública mais inclusiva e participativa. Não há realmente como pensar em diálogo com a estrutura de poder vigente, marcadamente autárquico e de clima ideal para o “antidiálogo”. Esse é um traço que Paulo Freire (2011) afirma fazer parte da estruturação da sociedade brasileira:

Entre nós, pelo contrário, o que predominou foi o mutismo do homem. Foi a sua não-participação na solução dos problemas comuns. [...] É que em todo o nosso background cultural, inexistiam condições de experiência, de vivência da participação popular na coisa pública. Não havia povo [...] (Freire, 2011, p. 71).

Essa reflexão está diretamente relacionada ao contexto de exclusão popular que permeou a história do Brasil. Freire recorre ao conceito de “mutismo” para ilustrar a incapacidade da população de participar ativamente das decisões políticas e sociais, uma limitação não de condição fisiológica ou intelectual, mas de natureza cultural e histórica. Nesse sentido, o mutismo simboliza a falta de voz da população nas escolhas que afetam suas próprias vidas. A sociedade civil, assim, não era considerada um agente transformador, mas sim um objeto passivo das políticas estatais, que tomavam decisões sem consultar as reais necessidades do povo.

No contexto das Conferências Nacionais de Saúde, essa lógica de exclusão e controle reflete-se na forma como esses eventos eram estruturados e nas relações estabelecidas. Durante as primeiras edições, as Conferências foram dominadas por representantes da burocracia estatal, técnicos e especialistas, que moldavam as políticas de saúde sem considerar a participação efetiva da sociedade civil. Esse modelo reforçava a ideia de que a população não deveria ser protagonista nas discussões sobre a saúde pública, mas sim um objeto de intervenção do Estado, cujas políticas seriam impostas sem um real diálogo com

os cidadãos.

Esse cenário contribuiu para a manutenção de um modelo de saúde pública que não atendia às reais necessidades da população, especialmente das classes mais marginalizadas, e refletia um sistema político-social em que a participação cidadã era secundária. A lógica centralizadora das Conferências reforçou a ideia de que o Estado detinha o conhecimento e a autoridade para definir o que era melhor para a saúde pública, sem levar em conta a experiência vivida pela população, o que limitava a efetividade das políticas de saúde e sua capacidade de transformar a realidade social.

Considerações finais

Em conclusão, a partir do estudo realizado, percebe-se que as Conferências Nacionais de Saúde desempenharam um papel significativo como espaços públicos de deliberação coletiva sobre as políticas públicas que deveriam orientar a saúde no Brasil. Esses eventos promoveram a participação de diversos agentes, com um aumento expressivo no número de convidados a cada Conferência, destacando-se alguns desses agentes ao receberem maior protagonismo, incluindo o direito ao voto.

Entretanto, as Conferências Nacionais de Saúde revelaram-se como espaços públicos cuja participação social era marcadamente centralizada e excludente em relação à sociedade civil. O perfil predominante dos participantes era composto por agentes com trajetórias institucionais, técnicas e científicas, priorizando abordagens tecnocráticas e burocráticas na gestão pública. Embora as Conferências tenham sido apresentadas como arenas de deliberação sobre questões cruciais de saúde e saneamento, elas

falharam em conceder à sociedade civil um papel ativo e transformador nas decisões. Ao invés disso, a sociedade foi tratada como objeto das políticas estatais, sendo frequentemente excluída das discussões sobre suas próprias demandas e necessidades.

Essa estrutura centralizadora limitou significativamente a participação social e restringiu a formulação das políticas de saúde a uma perspectiva predominantemente tecnocrática e institucional. Como resultado, as Conferências não conseguiram incorporar efetivamente as vozes e as demandas da população, reduzindo seu potencial como ferramentas de democratização e inclusão social.

A ausência de uma verdadeira representatividade e o foco em abordagens técnicas distanciaram as Conferências do ideal de construção coletiva, perpetuando um modelo de gestão que, apesar de buscar avanços no setor da saúde, não integrou de maneira adequada os sujeitos que mais vivenciam as dificuldades do sistema. Para superar tais limitações, seria necessário repensar o formato das Conferências, ampliando os mecanismos de inclusão e valorização das demandas populares, a fim de garantir que as políticas de saúde reflitam de maneira mais justa e equitativa as necessidades da sociedade brasileira como um todo.

Referências

ALVARENGA, Antonia Valtéria Melo. *Nação, país moderno e povo saudável: política de combate à lepra no Piauí*. Teresina, Eduespi, 2022.

BRASIL. *1º Relatório da Conferência Nacional de Saúde, 1941*. Relatório final da 1ª Conferência Nacional de Saúde. Rio de Janeiro: Ministério da Saúde, 1941.

BRASIL. *Anais da 3ª Conferência Nacional de Saúde, 1963*.

Situação Sanitária da População Brasileira: apreciação geral do problema. Niterói: Secretaria Municipal de Saúde de Niterói, 1992.

BRASIL. Conselho Nacional de Secretários de Saúde. *As Conferências Nacionais de Saúde: Evolução e perspectivas*. Brasília: CONASS, 2009.

BRASIL. *Decreto nº 52.301, de 24 de julho de 1963*. Dispõe sobre a convocação, nos termos do parágrafo único do art. 90, da Lei nº 378, de 13 de janeiro de 1937, da III Conferência Nacional de Saúde. Brasília, 1963.

BRASIL. Ministério da Saúde. *A questão dos recursos humanos nas Conferências Nacionais de Saúde (1941-1992)*. Cadernos de Recursos Humanos em Saúde, Brasília, 1993.

CARDOSO, Naiara Prato. As Conferências Nacionais de Saúde: de instrumentos para o controle estatal aos fóruns de participação democrática. In: *Jornada de Pós-Graduação em História das Ciências e Saúde, Anais*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2013. pp. 1-11.

CARVALHEIRO, José da Rocha. A construção da saúde pública no Brasil no século XX e início do século XXI. In: ROCHA, Aristides Almeida; CESAR, Chester Luiz Galvão; RIBEIRO, Helena (Org.). *Saúde pública: bases conceituais*. 2. ed. São Paulo: Atheneu, 2013. pp. 23-39.

CELLARD, André. A análise documental. In: POUPART, Jean et al. (Org.). *A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos*. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2014. pp. 295-316.

FONSECA, Cristina Maria Oliveira. *Saúde no Governo Vargas (1930-1945): dualidade institucional de um bem público*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2007.

FREIRE, Paulo. *Educação como prática da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

GUIZARDI, Francini Lube et al. Participação da comunidade em espaços públicos de saúde: uma análise das Conferências Nacionais de Saúde. *Revista de Saúde Coletiva*. Rio de Janeiro, n. 1, pp. 15-39, 2004.

HOCHMAN, Gilberto; FONSECA, Cristina. O que há de novo? Políticas de saúde pública e previdência, 1937-45. In: PANDOLFI, Dulce (Org.). *Repensando o Estado Novo*. 1. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 1999. pp. 73-94.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Mário Augusto Teixeira de Freitas*. Disponível em: <https://memoria.ibge.gov.br/historia-do-ibge/pioneiros-do-ibge/20978-mario-augusto-teixeira-de-freitas.html>. Acesso em: 20 de Março de 2025.

LE MOS, Rayla Amaral. Conferências Nacionais de Saúde e a construção do Sistema Único de Saúde – SUS: uma revisão. *Revista APS*. São Paulo, n. 4, p. 635 - 645, 2018.

MENDES, Eugênio. *Uma agenda para a saúde*. São Paulo: Hucitec, 1996.

13



Animais de terreiro no Maranhão: um olhar para o município de Coelho Neto

*Mateus Costa Cordeiro
Noely Lima Araújo
Alcebíades Costa Filho*



Esse trabalho busca apresentar as formas tradicionais de produção rural, em específico a criação de animais de terreiro, visto que essa atividade contribui para a alimentação de famílias e para a formação de pecúlio, um bem de valor que a família produtora pode utilizar em eventualidades futuras. Com isso, pretende-se verificar se essas práticas ainda se fazem presentes em comunidades do Maranhão, com foco de observação no município de Coelho Neto.

Para isso, realizou-se uma pesquisa bibliográfica a fim de se conhecer o contexto em que esse tipo de economia tem se desenvolvido, com ênfase no século XX, período em que a monocultura estava entre as principais atividades da economia brasileira. Optou-se pela pesquisa de campo, com aplicação de formulários em escolas do município de Coelho Neto, objetivando evidenciar se esse tipo de criação permanece ativo, mesmo após a instalação do agronegócio na região, atividade que modificou significativamente as formas de viver.

É necessário entender a história dessa prática no Brasil, visto que ela existe desde o período da colonização. Segundo Caio Prado Júnior (2011), no Período Colonial, o setor agrícola brasileiro produzia, primeiramente, para exportação, e, em segundo lugar, para o mercado interno, com a agricultura de subsistência, a produção de alimentos. É interessante fazer essa ligação entre mercado interno e produção agrícola de subsistência, pois são intrínsecos um ao outro, no sentido de que tanto os produtos agrícolas, procedentes da roça, como a pequena criação, animais de terreiro, são comercializados nas feiras, gerando assim uma renda para as famílias.

No Período Colonial, focava-se bastante no sistema de plantation. Sabe-se que havia um monopólio de ter-

ra muito grande nas mãos dos fazendeiros, que eram os principais produtores e investidores nesse mercado agro-exportador. Nesse sentido a ideia de comercialização no mercado interno não era tão atraente quanto a comercialização com as nações europeias, visto que o comércio externo era o que trazia evidência e lucros altos para as Coroas colonizadoras da época, incluindo Portugal, de quem o Brasil era colônia.

Da colônia até hoje, famílias menos abastadas buscam meios de se subsistir, conseguir produtos de que necessitam para a sua manutenção; por esse motivo, cultivam roças com gêneros alimentícios e também criam animais de pequeno porte para o abate e consumo. Essas atividades tiveram um papel muito importante no sustento das famílias. No entanto, a partir da década de 1970, com o viver em cidades, a industrialização e o incremento do agronegócio, inicia-se um declínio das atividades de subsistência, e a criação de animais ficou cada vez mais restrita às comunidades rurais. Assim, surge a necessidade desse estudo, tendo como objetivo investigar o valor social que atividades como a criação de animais de terreiro ocupam na vida das comunidades rurais, procurando evidenciar se essas atividades resistem ao impacto da organização da estrutura do agronegócio.

Agricultura familiar

No Brasil, o setor produtivo sempre investiu na monocultura de exportação, por conta disso, os pesquisadores buscaram entender o funcionamento desse tipo de cultivo e sua importância para a sociedade brasileira. Porém, a partir de meados do século passado, houve mudanças, no sentido de que os pesquisadores passaram a

investigar outras formas de cultivo, outras formas de viver que não se restringissem ao estudo do setor de exportação, tendo em vista que, quando se estuda a monocultura, fala-se de um modelo de produção agrícola que beneficia os grupos sociais dominantes, as elites.

Com as mudanças do foco de pesquisa, aspectos da produção agrícola que antes não eram interessantes para os pesquisadores passaram ao foco de observação. Em decorrência disso, surgiu o interesse em conhecer mais sobre as relações de produção no mundo rural, as formas de abastecimento do mercado interno, a agricultura de alimentos, evidenciando o trabalho das famílias mais pobres, os saberes e práticas tradicionais, todos esses elementos, que antes eram desinteressantes, tornaram-se alvo de pesquisa.

Em 1981, em obra hoje considerada um marco nos estudos sobre história da agricultura no Brasil, Maria Yedda Leite Linhares e Francisco Carlos Teixeira da Silva apresentaram um estudo que visava ressaltar a importância do mercado interno brasileiro, ao longo do século XIX. Indo em contracorrente de uma historiografia que explicava o país a partir tão somente de seus condicionantes externos, aqueles historiadores somaram esforços para produzir pesquisas em história da agricultura no Brasil, permitindo que uma nova geração fizesse originais perguntas a fontes antes pouco utilizadas. Inseridos num período historiográfico cuja marca era a utilização do método quantitativo, eles contribuíram para a consolidação de metodologias e modelos capazes de confirmar a importância do mercado interno no país, a despeito de sua "vocalização agrícola-exportadora" (Motta, 2008, p. 96).

Os historiadores também passaram a se interessar pela agricultura familiar. Estudos sobre essa modalidade de agricultura estão no centro dos interesses dos pesquisadores do campo da História.

No cenário contemporâneo, o termo agricultura familiar surge a partir dos movimentos sociais e trabalhistas, que tinham como objetivos nomear e, conseqüentemente, conseguir mais direitos às pessoas que atuavam na

produção rural voltada para o mercado interno e a subsistência, tendo em vista que a mão de obra familiar não era valorizada.

De acordo com Márcia Motta:

A agricultura familiar também se apresenta como categoria analítica e conceitual. Sob essa perspectiva, é uma forma, entre tantas outras, de organização e gestão das relações de produção e trabalho, cujo eixo fundamental está referenciado à dinâmica da constituição da família (composição e ciclo de vida). Perde-se no tempo e no espaço e engloba a pressuposta agricultura de subsistência (isto é, de orientação do uso de fatores de produção por referências marginais aos princípios de mercado), a economia camponesa (modo de produzir orientado por objetivos e valores construídos pela vida familiar – historicamente datada porque articulada à presença do Estado, da cidade e da sociabilidade comunal). Essas formas de integração se objetivam norteadas por valores outros que não apenas o encapsulamento da gestão por princípios de mercado. Os produtores de subsistência e os camponeses coexistem no tempo e no espaço social com agricultores orientados pelas condições de articulação com o mercado (os especializados ou policultores mercantis), também qualificados como agricultores familiares modernos.

Para efeito de construção de uma definição geral (conceitualmente universalizável), capaz de referenciar de forma abstrata a extensa diversidade de situações históricas e socioeconômicas e de tipo econômicas, a agricultura familiar corresponde formas de organização da produção em que a família é, ao mesmo tempo, proprietária dos meios de produção e executora das atividades produtivas. Essa condição imprime especificidades à forma de gestão do estabelecimento: referência racionalidades sociais compatíveis com o atendimento de múltiplos objetivos socioeconômicos; interfere na criação de padrões de sociabilidade entre as famílias de produtores, e constrange os modos de inserção, tanto no mercado produtor quanto no consumidor.

Como a capacidade e as condições de trabalho são articuladas a partir das relações familiares, deve-se levar em consideração a diferenciação de gênero, os ciclos de vida e o sistema de autoridade familiar. Os trabalhadores familiares não podem ser peremptoriamente dispensados, porque, em geral, também são filhos. Eles devem ser alocados segundo ritmos, intensidades e fases do processo produtivo. São então sustentados nas situações de não trabalho e integrados segundo projetos possíveis para constituição e expansão do patrimônio familiar, para inclusão de novas gerações, conforme as alternativas de

sucessão ou de negação da posição. Essas alternativas são assim interdependentes da avaliação da posição e das viabilidades de reprodução da categoria socioeconômica (Motta, 2005, p. 23-26).

Em perspectiva histórica, é possível admitir que o termo agricultura familiar abranja diversas atividades desenvolvidas no meio rural, que vão para além da questão do cultivo de alimentos, incluindo a criação de pequenos animais, a indústria doméstica, o extrativismo (coleta vegetal, caça e pesca), a comercialização de produtos em pequenas feiras temporárias, ou seja, várias atividades praticadas pelas famílias rurais para sua subsistência. O termo adquire um sentido de categoria de pesquisa, apontando para um modo de vida no mundo rural.

Vale ressaltar que a legislação federal sobre a agricultura familiar, a exemplo da Lei nº 11.326 de 24 de julho de 2006, que estabelece as diretrizes para formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais, reforça essa visão plural de atividades desenvolvidas pelas famílias que vivem no mundo rural.

Neves (2012) refere-se a essa legislação:

Em consequência, o engajamento orientado para a construção de um projeto político para agricultores familiares adquiriu grande importância. Ele correspondeu ao deslocamento social de um segmento de trabalhadores e produtores pobres (nos termos da atribuição de sentido por abrangência econômica, política e cultural), secularmente marginalizados dos privilegiados investimentos destinados à agricultura – nesse caso, entenda-se a agroindústria exportadora; ou de trabalhadores politicamente emergidos pela expropriação inerente à consolidação de processos de concentração fundiária e seus desdobramentos, ainda objetivados pela agroindústria ou pelo agronegócio (Neves, 2012, p. 38).

É uma legislação importante e necessária para a visibilidade de grupos invisibilizados ao longo da história, para que pudessem conseguir apoio e financiamento por

parte do Estado para suas atividades, necessárias para se-
guir vivendo e produzindo no âmbito rural.

Considerando que as comunidades classificadas
como agricultoras familiares são formadas por pessoas
mais pobres, que muitas vezes têm dificuldade de aces-
so aos benefícios disponíveis para os setores de produ-
ção em larga escala, em decorrência disso, acabam sendo
marginalizados e inferiorizados, percebe-se que a legisla-
ção permite visibilidades.

Animais de terreiro

Embora pouco visíveis no conjunto dos agroecossiste-
mas, os pequenos animais neles exercem múltiplas fun-
ções econômicas, ecológicas e socioculturais. Não é sem
razão que ações orientadas para revalorizar os pequenos
criatórios têm se revelado como importantes “portas de
entrada” de processos de transição agroecológica nos
mais diversificados contextos socioambientais. Em geral,
essas ações incrementam os níveis de integração entre
os subsistemas produtivos nas unidades familiares, o que
permite o alcance de maior autonomia técnica e econô-
mica pela via da reciclagem interna e do enriquecimento
biológico de materiais orgânicos localmente disponíveis.
Possuindo geralmente proles numerosas, rápido cresci-
mento e reduzidos intervalos de tempo entre as gera-
ções, os pequenos animais demandam menos energia
por unidade reprodutora do que os de grande porte.
Essa elevada capacidade reprodutiva confere aos pe-
quenos animais grande eficiência no processo de con-
versão dos alimentos disponíveis em produtos de alta
qualidade protéica. Em razão de seu pequeno porte,
suas carnes podem ser totalmente consumidas após o
abate, fato esse de fundamental importância em locais
nos quais as condições para a conservação de alimentos
perecíveis não estão disponíveis. De grande aceitação
nos mercados locais, os pequenos animais constituem-se
também em poupanças vivas que podem ser acionadas a
qualquer momento pelas famílias produtoras, sobretudo
pelas mulheres e jovens, aqueles que, via de regra, se
responsabilizam mais diretamente pelos cuidados com
a manutenção desse criatório. Quando orientada para o
mercado, é uma atividade que não exige infraestruturas
caras e sofisticadas e pode ser realizada em áreas muito
pequenas, como os quintais domésticos. Em razão des-

sas e de outras características, a criação de pequenos animais apresenta-se como atividade de baixo risco econômico e de alta rentabilidade para a agricultura familiar (Freire, et al, 2005).

A longa epígrafe trata da lida com pequenos animais, como suínos, aves domésticas e caprinos, uma prática secular que serve não só para o consumo dos criadores, mas também para abastecer o mercado interno. Essa pequena criação é denominada de criação de animais de terreiro, uma vez que os animais são criados nos arredores da casa. O terreiro de casa

É também o lugar dedicado ao cultivo de plantas medicinais, da horta, de frutíferas, e à criação de animais de terreiro. Nele, gera-se renda, recebem-se os vizinhos e educam-se os filhos e as filhas. É, enfim, um grande laboratório da vida para a agricultura familiar (Freire, et al. 2005, p. 22).

A família organiza esse tipo de criação nos arredores de suas vivendas, com mão de obra não remunerada, em geral, quase sempre trabalho das mulheres e crianças menores.

Embora seja um espaço no qual as agricultoras fazem o “dinheiro pequeno” ou de onde obtêm rendas não monetárias que asseguram maiores níveis de autonomia alimentar para a família, o arredor de casa raramente é percebido e valorizado por sua importância econômica, tornando-se, por isso, vulnerável em face da pressão exercida pela necessidade de terras para o plantio dos roçados (Freire, et al, 2005, p. 21).

Em relação aos cuidados com os animais, pode variar de uma região para outra ou de acordo com as condições de cada produtor. Muitos preferem criar os animais presos em chiqueiros, enquanto outros os criam livremente no entorno da casa. Brandão (1995) destaca uma região onde os animais são criados soltos.

Não há, em Urucuia, muitos produtores que se dedicam a construir e manter galinheiros em suas propriedades. Raramente individualizadas, as aves permanecem nos

terreiros durante o dia, recolhendo-se, à noite, nos galhos altos das árvores do quintal. Galos, galinhas, cocãs (galinhas da angola), perus e patos são criados para se reverterem em fonte de alimento para as famílias ou em rendimentos financeiros para as mulheres, as principais responsáveis pelo “criatório” (Brandão, 1995).

Ainda sobre esse aspecto da forma de criar os animais soltos, Pereira (2015) aponta sobre a criação de suínos:

A produção de porcos também obedece ao mesmo “sistema”. Soltos, esses animais raramente são confinados em chiqueiros e podem ser encontrados circulando pelos terreiros da propriedade rural. Criados em número variável, os suínos são engordados, vendidos ou abatidos em prol do consumo familiar. As obrigações para com sua criação se dividem igualmente entre homens e mulheres (Pereira, 2015, p. 67).

Já Freire (2005) destaca uma criação de aves em confinamento:

As telas de arame atendem às necessidades das famílias de forma diferenciada. Algumas utilizam as cercas para organizarem uma horta de plantas medicinais, outras para isolar o plantio de verduras, outras para separar áreas de pasto. Entretanto, a melhoria das instalações para o criatório das aves foi a destinação preferencial dada aos cercados financiados por esses fundos rotativos solidários. Com um espaço isolado, as agricultoras puderam refazer e aumentar seus plantéis e melhorar a qualidade de seus animais, minimizando muitas das dificuldades de manejo sanitário e reprodutivo (Freire, 2005, p. 22).

Como forma de ilustrar melhor aspectos da criação de terreiro, optou-se por apresentar algumas fotografias da criação de animais de terreiro em um dos povoados visitados.

Figura 1 - vaca no curral



Fonte: imagens dos autores.

Figura 2 - galinha no ninho



Fonte: imagens dos autores.

Figura 3 - bode e galinhas no terreiro



Fonte: imagens dos autores.

Figura 4 - porcos no chiqueiro



Fonte: imagens dos autores.

Nota-se que esses animais são criados nos arredores da casa, ou seja, no terreiro, apresentando estrutura de uma pequena produção, um pequeno empreendimento familiar voltado para o sustento e para a comercialização nas feiras regionais. Observa-se que se trata de um tipo de produção voltado para o abastecimento da família e, em segundo plano, para o mercado interno, a venda nesses comércios são responsáveis por auxiliar e colaborar no sustento da família produtora, de modo que os lucros acabam ajudando a suprir possíveis necessidades, seja ela alimentícia ou até mesmo de higiene pessoal que a família possa vir a precisar.

A criação de animais de terreiro é uma prática secular que agora sofre o impacto danoso de novas formas de organização da vida e da produção. Há uma redução agravante de interesse por essa atividade, principalmente entre os mais jovens, que acarretando transformações nas formas de viver no mundo rural.

A criação dos animais de terreiro em Coelho Neto

O município de Coelho Neto, localizado no leste maranhense, forma, juntamente com os municípios de Caxias, Aldeias Altas, Duque Bacelar e São João do Sóter, a Região de Desenvolvimento dos Timbiras. A área se caracteriza pela predominância de palmeiras, apresentando uma extensão vegetal rica em biodiversidade. O município possui a área territorial rural maior que a urbana, com indícios de formas de viver rural.

Permanecem muito fortes no município os pontos de venda de animais e verduras, além das feiras, do mercado e das praças, especialmente nas zonas periféricas

da cidade. Ainda há feiras semanais com grande fluxo de pessoas, especialmente da zona rural. Isso reflete uma adaptação estratégica dos produtores que, em sua maioria, dependem dessas vendas para sustentar suas famílias.

Considerando tudo isso, realizou-se a aplicação de questionários a fim de identificar a criação de animais de terreiro e outras práticas tradicionais da agricultura familiar no município de Coelho Neto. Nesse sentido, as perguntas foram direcionadas ao tipo de produção realizado no município em questão, dando destaque aos aspectos que fazem parte do processo de criação, os elementos de manejo, além de focar também no cultivo de subsistência, apontando quais são os produtos mais cultivados. Desse modo, o formulário foi aplicado em escolas de ensino fundamental e médio, bem como com alguns produtores, com o objetivo de destacar a importância da produção familiar, especialmente da criação de animais, para as famílias produtoras, além das diversas práticas tradicionais transmitidas de geração a geração.

Os resultados obtidos revelaram que a criação de animais de terreiro permanece uma prática significativa no município de Coelho Neto. De acordo com os dados, 84% dos entrevistados responderam que suas famílias continuam com a criação nos arredores de casa, enquanto 16% afirmaram não realizar essa atividade. Quanto ao tipo de animal criado, predominam as galinhas, chamando atenção o grande número de criadores de patos; em seguida, há a criação de suínos, e aparecem também caprinos e ovinos; enquanto o gado miúdo atinge quase metade da criação de terreiro. Os resultados apontam que as atividades de criação de terreiro permanecem no meio rural, em declínio, e que sua finalidade tende mais para o consumo próprio do que para a comercialização.

Em relação à forma de criação foi relatado que a

maioria das famílias mantém os animais em ambientes fechados, como galinheiros e chiqueiros, modelo que permite maior controle e segurança dos animais; também praticam a criação em espaços abertos, em menor escala. Entretanto, o ato de manter os animais em ambientes fechados se populariza, diferentemente da prática da criação extensiva, modo tradicional de criação de animais.

A respeito da alimentação dos animais de terreiro, essa que também passou por modificações, os entrevistados informaram que compram ração industrializada e comercializada no mercado, o que facilita o controle da alimentação e a saúde dos animais, principalmente quando mantidos confinados. Contudo, ainda fazem uso de restos de alimentos, conhecidos como “lavagem”, especialmente para os suínos enchiqueirados.

Sobre a comercialização dos produtos, apenas uma parcela pequena dos entrevistados afirmou que comercializa animais, enquanto a maioria não realiza essa prática. A venda de animais de terreiro, tem diminuído ao longo dos anos, sendo vista por muitos como uma prática sem importância para a segurança financeira das famílias. A criação de animais passou a ser mais voltada para o consumo próprio e menos para a comercialização, demonstrando uma mudança nos hábitos das comunidades.

Quanto a outras atividades, observa-se que metade dos entrevistados possui canteiros em casa para cultivar hortaliças, tendo em vista que o cultivo se dá por costume e também por compor os hábitos alimentares da comunidade local, com temperos como coentro e cebolinha, produtos bastante consumidos no dia a dia. No entanto, alguns produtores eventualmente comercializam esses produtos em pequena quantidade.

A inserção de tecnologias e o avanço do agronegócio são novos desafios impostos às famílias que vivem no

mundo rural. Por um lado, há o risco de se perder as práticas culturais e a autonomia que elas garantem à comunidade, especialmente no que se refere ao modo de vida e ao uso de recursos locais. Por outro lado, há a necessidade de melhorar a produtividade e a qualidade das hortaliças e dos animais de terreiro, adotando práticas mais eficientes para uma concorrência de mercado. Assim, é necessário proteger e encontrar soluções que permitam a adaptação às novas condições sem que se percam as tradições que moldaram a identidade da população rural ao longo dos anos.

Nesse sentido, observa-se que as ações comunitárias que integrem as gerações mais velhas com as mais novas, por meio de feiras de produtos locais do agricultor que ocorrem no município através do poder municipal, e as práticas de ensino sobre agricultura sustentável contribuem para a manutenção e valorização das práticas tradicionais, ao mesmo tempo em que abrem espaço para inovações que atendam às demandas da segurança alimentar e financeira dos agricultores.

Os dados coletados confirmam que, apesar das mudanças nos modos de vida e nas práticas econômicas, a criação de animais de terreiro e o cultivo de hortaliças ainda desempenham um papel importante na produção de subsistência no município de Coelho Neto. Essas práticas, embora adaptadas às novas realidades, continuam a ser um reflexo da cultura e da tradição das comunidades, mantendo sua relevância tanto econômica quanto social. Nesse sentido, destaca-se a manutenção de práticas rurais tradicionais no contexto de uma sociedade em transformação.

Considerações Finais

Por fim, considera-se que a criação de animais de terreiro continua fazendo parte do cotidiano da população em determinadas regiões do Brasil, contribuindo para a alimentação familiar, proporcionando uma independência financeira à população rural, e constituindo-se como uma atividade histórica que se mantém viva na atualidade, apesar das modificações que se apresentam a partir da década de 1970, com as novas estruturas econômicas no mundo rural.

Por fim, as práticas tradicionais de criação de animais de terreiro e o cultivo de hortaliças, mesmo com as mudanças impostas pela modernização, continuam sendo pontos essenciais na economia familiar nas comunidades de Coelho Neto. Portanto, há a necessidade da preservação dessas práticas. A transmissão desses conhecimentos, ainda que tenha se enfraquecido, continua presente na vida das comunidades rurais. Apesar de a transmissão desses saberes tradicionais ter se fragilizado com o desinteresse de novas gerações, observa-se que essas atividades ainda refletem a formação social da comunidade. O desafio é equilibrar a preservação dessas práticas com as exigências de um mundo em constante mudança.

Referências

ALTIERI, Miguel A. Agroecologia, agricultura camponesa e soberania alimentar. *Revista Nera*, n. 16, p. 22-32, 2012.

ALMEIDA, Alfredo Wagner B, MOURÃO, Laís. *Questões agrárias no Maranhão contemporâneo*. Manaus: UEA Edições, 2017.

ALMEIDA, Alfredo Wagner B. de. *A ideologia da decadência: leitura antropológica a uma história da agricultura do Maranhão*. Rio de Janeiro: Editora Casa 8/ Fundação Universidade do Amazonas, 2008.

ANDRADE, Manoel Correia. *A Terra e o homem no Nordeste: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste*. São Paulo: Atlas, 1986.

ASSUNÇÃO, Matthias Röhrig. *De caboclos a bem-te-vis: formação do campesinato numa sociedade escravista: Maranhão, 1800 - 1850*. São Paulo: Annablume, 2015.

ASSUNÇÃO, Matthias Röhrig. *Exportação, mercado interno e crises de subsistência numa província brasileira: o caso do Maranhão, 1800-1860*. Estudos Sociedade e Agricultura, 2000.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *A partilha da vida*. GEIC/ Cabral Editora, 1995.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *Diário de campo: a antropologia com alegoria*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Tempos e espaços nos mundos rurais do Brasil. *RURIS (Campinas, Online)*, v. 1, n. 1, 2007.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues; LEAL, Alessandra. Comunidade tradicional: conviver, criar, resistir. *Revista da ANPEGE*, v. 8, n. 09, p. 73-91, 2012.

CALDEIRA, Clóvis. *Mutirão: formas de ajuda mútua no meio rural*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1956.

CALDART, Roseli Saleti (Org.). *Dicionário da educação do campo*. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2012.

CORREIA, Augusto Manuel. *A Agricultura Familiar versus*

A Agricultura De Subsistência no âmbito da Segurança Alimentar no Espaço dos países da CPLP. Segurança Alimentar e Nutricional na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa: desafios e perspectivas, *Fundação Fio-Cruz, Instituto de Higiene e Medicina Tropical*, Rio de Janeiro, 2013, pp. 119-133, 2013.

DA SILVA, José Graziano. O novo rural brasileiro. *Nova economia*, v. 7, n. 1, p. 43-81, 1997.

FERREIRA, Márcia Milena Galdez Ferreira, ROCHA, Cristiana Costa (Org.). *O rural no meio norte: terra, trabalho e cultura*. São Luís: Editora UEMA, 2022.

FERREIRA, Jurandyr Pires et al. Enciclopédia dos municípios brasileiros. (*No Title*), 1958.

FREIRE, Adriana Galvão et al, "No arredor de casa, os animais de terreiro". *Revista Agriculturas*, v. 2 – n. 4, dezembro de 2005.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Ed. Nacional, 1980.

FREIRE, Adriana Galvão et al. "No arredor de casa, os animais de terreiro". *Revista Agriculturas*, v. 2, n. 4, 2005.

GOMES SOUZA, Angela Fagna; BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Ser e viver enquanto comunidades tradicionais (Be and live as the traditional community). *Mercator*, v. 11, n. 26, pp. 109-120, 2012.

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. *Os novos dados do mapeamento de economia solidária no Brasil: nota metodológica e análise das dimensões socioestruturais dos empreendimentos*. Brasília, DF, 2016.

MOTTA, Márcia. *História social da agricultura revisitada: fontes e metodologia e de pesquisa*. 2008.

MURGEL, Ângelo A. A casa rural brasileira. *Revista do Serviço Público*, v. 3, n. 3, p. 76-85, 1949.

NEVES, D. P. "Agricultura familiar". In: Motta, M. (org.). *Dicionário da terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

PEREIRA, Luzimar Paulo. O movimento dos bichos: notas etnográficas sobre animais, seres humanos e espaços em Urucua, MG. *RURIS (Campinas, Online)*, v. 9, n. 1, 2015.

PEREIRA, Isabel Brasil et al. *Dicionário da educação do campo*. 2012.

PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2008.

PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tânia Regina de (Orgs.). *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2009.

PRADO JR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. Editora companhia das Letras, 2011.

PRODANOV, Cleber Cristiano. *Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico*. Novo Hamburgo, Feevale, 2013.

ROSA, Marcelo do Nascimento et al. Modo de Ser e de Viver: As Estratégias de Reprodução Camponesa na Comunidade Ribeirão em Catalão-GO. In: *Estudos Interdisciplinares em Ciências Ambientais, Território e Movimentos Sociais*. Blucher Open Access, 2016.

SILVA, *Estrutura Agrária e produção de subsistência na agricultura brasileira*, 1978. Fonte: São Paulo: Hucitec, 1978.

VAINFAS, Ronaldo; CARDOSO, Ciro Flamarion. *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

14

**O ensino de história
em debate: reflexões
contemporâneas a partir
da Olimpíada Nacional de
História do Brasil**

*Ítala Teixeira de Sousa
Cláudia Cristina da Silva Fontinele*



 estudo da História é, por excelência, uma ponte entre o passado e o presente. A construção do conhecimento histórico não se limita à análise de acontecimentos passados isolados; ela se revela como uma ferramenta para compreender as dinâmicas do presente, uma vez que passado e presente são partes indissociáveis de um mesmo processo histórico. A História, como ciência dos homens no tempo, transcende a mera coleta de fatos, promovendo reflexões que iluminam tanto os eventos já consolidados quanto aqueles que ainda estão em curso. Nesse contexto, a Olimpíada Nacional em História do Brasil (ONHB) destaca-se como um espaço pedagógico que aproxima o ensino básico das discussões acadêmicas, incentivando o pensamento crítico sobre o tempo presente por meio do diálogo com o passado.

Marc Bloch, ao definir a História como a “ciência dos homens no tempo”, reforça essa indissociabilidade entre passado e presente. Em suas palavras: “A incompreensão do presente nasce fatalmente da ignorância do passado. Mas talvez não seja menos, vão esgotar-se em compreender o passado se nada se sabe do presente” (Bloch, 2001, p. 65). A partir dessa perspectiva, o historiador não deve se limitar à análise das conjunturas históricas passadas; é imprescindível que ele também esteja atento ao que permeia o seu próprio tempo, compreendendo as relações dinâmicas que conectam esses dois âmbitos temporais.

Essa reflexão nos conduz à relação intrínseca entre a ONHB e o campo de estudo da História do Tempo Presente. A ONHB, ao propor debates atualizados e questões que conectam diferentes temporalidades, materializa a prática do pensamento histórico que transita en-

tre a memória e a análise crítica. Assim como Bloch, Jean Lacouture destaca a importância de se pensar a história em construção. Em sua abordagem sobre a “história imediata”, ele defende que os acontecimentos contemporâneos devem ser narrados por aqueles que os vivenciam, garantindo uma visão original do momento: “História imediata deveria ser escrita por aqueles que vivenciaram os acontecimentos, havendo assim uma narrativa original do momento” (Lacouture, 1990, p. 222).

Contudo, ao propor a análise dos fatos enquanto estes ainda se desenrolam, a História do Tempo Presente enfrenta um desafio peculiar. Hannah Arendt expressa sua desconfiança em relação a interpretações realizadas “ao calor do momento”. Para ela, “a ação só se revela plenamente para o contador da história [storyteller], ou seja, para o olhar retrospectivo do historiador, que realmente sempre sabe melhor o que aconteceu do que os próprios participantes” (Arendt, 2010, p. 240). Sob esse ponto de vista, o pesquisador imediato, ao ignorar o “epílogo” dos acontecimentos, enfrenta tanto a especificidade quanto a fragilidade de sua abordagem, como argumenta Lacouture (1990).

Apesar dessas controvérsias, a História do Tempo Presente permanece como um campo aberto a inúmeras possibilidades interpretativas. Ela não se limita a uma linearidade previsível, mas constitui um meio no qual o historiador vivencia as singularidades de seu próprio momento histórico, assumindo os riscos e os desafios inerentes a essa prática. Como observa Lacouture, a proximidade com os acontecimentos torna o trabalho do historiador imediato rico em detalhes, ainda que sujeito a reviravoltas e interpretações futuras.

Nesse sentido, a ONHB torna-se um laboratório privilegiado para o desenvolvimento dessas competências

críticas. Ao engajar os estudantes em reflexões que conectam o presente ao passado, ela contribui para a formação de cidadãos capazes de interpretar e atuar em seu tempo histórico, evidenciando que a História não é um exercício estático, mas um campo dinâmico e transformador.

É compreensível seu difícil campo de delimitação, mas ainda se faz de extrema importância a capacidade de engajar o historiador em lutas políticas e ideológicas de seu tempo, assumindo sua condição enquanto sujeito histórico.

De acordo com Lucilia de Almeida Neves Delgado e Marieta de Moraes Ferreira, a História do Tempo Presente deve ser feita a partir da “presença ativa de sujeitos protagonistas ou testemunhos do passado que possam oferecer seus relatos e narrativas como fontes históricas a serem analisadas por historiadores” (Delgado; Ferreira, 2013, p. 24). Assim, com as autoras, podemos compreender que a “história imediata” se relaciona com uma pluralidade de fontes, à memória social viva, além de documentos audiovisuais, fotografias, escritos literários, jornais, etc. Essa pluralidade de fontes resulta em uma grande diversidade de procedimentos metodológicos ao historiador, possuindo cada uma suas especificidades.

Em meio aos fatos supracitados, percebemos que as categorias próprias à História do Tempo Presente não se restringem apenas ao meio acadêmico, à medida que, ainda de acordo com Delgado e Ferreira (2013), sua prática metodológica não se aplica apenas ao campo universitário, mas também aos professores de História da Educação Básica. Estes devem “dominar múltiplas linguagens, múltiplos conteúdos que ajudem o aluno a entender processos e desenvolver um senso crítico, e a história do tempo presente é um espaço privilegiado para esse exercício” (Delgado; Ferreira, 2013, p. 32). Nesse sentido, Dias

(2021) afirma:

Assim, como se vê, embora a História do Tempo Presente não seja uma abordagem simples, a mesma ainda oferece a elaboração de um conhecimento histórico, não apenas no campo das pesquisas desenvolvidas pelos historiadores nas universidades e nos centros de pesquisa, mas também no Ensino de História na Educação Básica.²⁸

Dessa forma, podemos adentrar de fato no objeto de estudo em questão. Nos últimos anos, a Olimpíada Nacional de História do Brasil (ONHB) tem se consolidado como uma iniciativa de grande relevância para promover um posicionamento crítico acerca da História do Brasil no âmbito da Educação Básica. Atuando como um espaço de reflexão e debate, a ONHB traz temáticas que dialogam diretamente com agentes e questões da sociedade contemporânea, ao mesmo tempo em que se conecta à História do Tempo Presente. Por meio das questões propostas, as provas detalhadas funcionam como uma propulsora de consciência histórica para estudantes, abrangendo participantes desde o 8º ano do Ensino Fundamental até o final do Ensino Médio, acompanhando-os em um processo contínuo de formação crítica e reflexiva.

A partir de estudos que analisam a temática, é possível compreender a formação da ONHB como um agente significativo dentro do Ensino de História. Como destacam Cunha, Charrone, Fontineles e Sousa (2024), a Olimpíada foi criada em um contexto desafiador, em que as práticas pedagógicas relacionadas ao ensino de História enfrentavam dificuldades no Brasil. Segundo os autores:

Dessa forma, quando observamos os momentos governamentais que passamos nos últimos anos e o quanto estes foram nocivos para a educação brasileira, compreendemos o papel da Olimpíada Nacional de História do Brasil (ONHB), que, com sua criação em 2009, antecedeu a reforma do Novo Ensino Médio, e continuada

28. DIAS, Rodrigo Francisco. A Olimpíada Nacional em História do Brasil e a História do Tempo Presente. *Revista de História e Estudos Culturais*, vol. 18, nº 2, jul/dez, 2021.

posteriormente, vai passar a ter cada vez mais importância, uma vez que os livros didáticos, com o passar dos anos, foram se tornando cada vez mais escassos em informações e alusões históricas de valor. Em meio a isso, a ONHB vem a ser uma continuidade como forma de resistência ao ensino que veio a se tornar precarizado.²⁹

Como destacado anteriormente, a Olimpíada Nacional de História do Brasil (ONHB) foi criada em 2009 pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), inicialmente como um projeto de extensão do Museu Exploratório de Ciências. A organização começou com a liderança dos historiadores Iara Lis Schiavinatto, José Alves Freitas Neto e Eliane Moura da Silva, que, posteriormente, contaram com o apoio de alunos da pós-graduação em História, formando uma equipe comprometida com a inovação no ensino da disciplina.

A estrutura da ONHB é organizada de maneira a contemplar diferentes etapas de ensino e promover ampla participação. A Olimpíada inicia com um período de inscrições, abertas tanto para escolas públicas quanto privadas. Enquanto os estudantes de escolas públicas podem contar com isenções ou descontos, os de escolas privadas devem arcar com uma taxa de inscrição. A participação exige a formação de equipes compostas por três estudantes da mesma instituição de ensino (desde o 8º ano do Ensino Fundamental até o Ensino Médio) e um professor orientador. Esse professor pode ser graduado em História ou outro profissional responsável pela área de Humanas na instituição.

A competição é estruturada em sete fases, sendo

29. CUNHA, Raimundo Nonato da Nóbrega; CHARRONE, João Paulo; FONTINELES, Cláudia Cristina da Silva; SOUSA, Ítala Teixeira de. O PIBID/ História e a Olimpíada Nacional em História do Brasil: um instrumento de letramento histórico do tempo presente. In: CHARRONE, João Paulo; MONTEIRO, Francisco Gleison da Costa; SILVA, Márcio Douglas de Carvalho e. Ensino de História e experiências pedagógicas nos programas de iniciação à docência. *Coleção Anais do IV Seminário de Pós-Graduação em História do Brasil - Escrita da História: cultura e poder*, v. 4, 1. ed. Teresina: Cancioneiro, 2024, p. 107.

as seis primeiras realizadas de forma totalmente on-line. Cada fase desafia os participantes com questões que exigem pesquisa, análise crítica e interpretação de fontes históricas. A sétima e última fase, realizada presencialmente em Campinas-SP, é uma oportunidade para os finalistas vivenciarem um ambiente acadêmico e de troca de experiências.

Entretanto, é fundamental ressaltar que a ONHB não recebe apoio governamental direto da federação brasileira. Essa ausência de financiamento público torna necessária a cobrança de taxas de inscrição, o que, por vezes, cria barreiras financeiras para estudantes interessados. Casos emblemáticos de arrecadação de verbas por parte de alunos e professores são conhecidos, com mobilizações que envolvem rifas, campanhas de doação e outras iniciativas para custear tanto as taxas de inscrição quanto os custos de deslocamento e estadia para a etapa final em Campinas.

Apesar dos desafios financeiros, a ONHB tem se consolidado como uma iniciativa de grande impacto educacional, fomentando o ensino de História de maneira interdisciplinar, crítica e acessível. Sua proposta pedagógica oferece aos estudantes não apenas a oportunidade de aprender sobre o passado, mas também de desenvolver habilidades fundamentais, como a análise de documentos históricos, o pensamento crítico e a capacidade de articular ideias em equipe.

Essa estrutura inovadora reflete o compromisso da UNICAMP em propiciar uma experiência educacional transformadora, que, mesmo diante da precarização do ensino e da ausência de suporte governamental, reafirma a importância da História como instrumento de cidadania e formação crítica.

Ademais, com Cunha, Charrone, Fontineles e Sou-

sa (2024), ainda percebemos que a única Olimpíada de História do Brasil, além de propiciar uma melhor qualidade de ensino de História, também se volta dentro de um contexto global de valorização das Ciências Humanas. Além de salientar a valorização da ciência e incentivo à expansão do conhecimento crítico. Outrossim, alinhado a outros bons resultados dentro da América Latina – Argentina e México, a UNICAMP também deu o primeiro passo para que a Olimpíada de História também tivesse espaço no Brasil. Desde sua primeira edição em 2009, contou com a participação de 3.915 equipes, e continuamente manteve seu crescimento, atingindo até 51.237 equipes no último ano, em sua 16ª edição, em 2024. E com isso, percebemos sua notoriedade em meio ao ensino de história precarizado brasileiro. Com Costa Júnior (2017), podemos compreender aspectos que são tratados dentro das fases da Olimpíada, quando afirma em:

As questões e as tarefas propostas pela ONHB envolveram um conjunto de atividades – refinamento das pesquisas na internet, leitura e interpretação de diversos gêneros textuais escritos e não-escritos, entrevistas, observação participante, registros escritos, orais e visuais – que superaram as discussões meramente conteudistas que, não raro, ocorrem no cotidiano das aulas de História e de outras disciplinas. [...]. Além disso, revelou a implicação cultural, social e política dessa estratégia pedagógica para a formação humanística de estudantes de cursos técnicos, que, ao longo da história, no Brasil, têm sido vistos apenas como formadores e qualificadores de mão de obra para o mercado de trabalho. Por conseguinte, as atividades da ONHB proporcionaram uma articulação entre trabalho, ciência, cultura e tecnologia no Ensino Médio, além de práticas pedagógicas de pesquisa como processo educativo, a interdisciplinaridade, o respeito à diversidade e o trabalho como princípio educativo, sob uma perspectiva de formação humana, como defendem os estudiosos da Educação Profissional.³⁰

30. COSTA JÚNIOR, José Gerardo Bastos da. *A Olimpíada Nacional em História do Brasil (ONHB) e o Ensino Médio Integrado do IFRN*. 2017. 157 f. Dissertação (Mestrado em Ensino) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, Universidade Estadual do Rio Grande do Norte, Universidade Federal do Semi-Árido, Mossoró-RN, 2017, p. 144.

Com isso, é possível observar que a formação proposta aos estudantes da educação básica por meio da Olimpíada Nacional de História do Brasil (ONHB) se destaca de maneira significativa e relevante. Ao proporcionar aos estudantes a oportunidade de participar de debates e atividades de aprofundamento histórico, a ONHB oferece um espaço de aprendizado que, na atual formação curricular brasileira – pautada pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e pelos Parâmetros Curriculares para a Educação Básica (PCDB) –, é relativamente escasso. A Olimpíada, ao integrar questões contemporâneas e documentos históricos, amplia o horizonte de conhecimento dos alunos, enriquecendo suas práticas educativas com uma abordagem crítica e contextualizada.

Não podemos deixar de ressaltar a importante contribuição da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) para essa iniciativa. Além de ser a única instituição a promover uma Olimpíada de História do Brasil, a UNICAMP disponibiliza aos participantes um vasto acervo digitalizado de documentos, o que os apoia em seus estudos e facilita a realização das seis fases on-line da competição. Esse acervo não só fornece uma base teórica sólida, mas também oferece os recursos necessários para que os estudantes desenvolvam suas habilidades metodológicas, como análise crítica de fontes, interpretação e contextualização histórica.

Segundo Rodrigo Francisco Dias (2021), outro aspecto relevante da ONHB é a sua proposta pedagógica, que não avalia o conhecimento prévio de História dos participantes. Em vez disso, a Olimpíada facilita um processo de aprendizagem ativa, estimulando os estudantes a se apropriarem dos novos conhecimentos históricos propostos de maneira autônoma e reflexiva. Dias também destaca que as questões elaboradas pelos organizadores da

competição têm uma abordagem ampla e heterogênea sobre o que constitui um “documento histórico”. Isso demonstra a atenção dos organizadores às discussões historiográficas contemporâneas, garantindo que os alunos se envolvam com diferentes tipos de fontes, como documentos escritos, imagens, testemunhos e outros registros históricos.

Portanto, é possível perceber que a ONHB amplia o campo de conhecimento dos estudantes da educação básica, oferecendo-lhes uma visão mais abrangente e diversificada sobre as fontes históricas. Essa abordagem contribui significativamente para a formação de cidadãos críticos, capazes de analisar o passado e suas implicações no presente.

Por outro lado, no período de 2016 a 2020, o contexto educacional brasileiro foi marcado por uma crise no ensino, especialmente no que tange à História, devido à implementação da “Reforma do Novo Ensino Médio”, proposta pelo governo de Michel Temer. Essa reforma, que gerou intensos debates no meio educacional, foi amplamente criticada por seu impacto negativo sobre o ensino de História, pois desvaloriza e precariza ainda mais a disciplina, que já enfrentava desafios em termos de recursos e condições de ensino. Como apontam Sousa e Costa Júnior (2016), a reforma representa uma tentativa de redução da carga horária de disciplinas como História, prejudicando o aprofundamento e a reflexão crítica sobre o passado e seus desdobramentos na sociedade contemporânea.

Essa reforma, ao direcionar o Ensino Médio para uma formação mais técnica e voltada ao mercado de trabalho, acabou deixando de lado a importância de uma educação integral e crítica, que deveria ser fundamental no processo de formação de cidadãos conscientes de sua

história e de seu papel na sociedade. Nesse cenário, a ONHB se apresenta como uma alternativa de resistência, proporcionando aos estudantes uma formação histórica mais completa e comprometida com a construção de uma consciência crítica, essencial para enfrentar os desafios impostos pelas mudanças curriculares recentes.

A polêmica reforma do Ensino Médio nos preocupou quanto ao espaço da História enquanto disciplina e quanto à contribuição cultural dos povos negros africanos e à reflexão sobre suas histórias, letras, músicas, poemas, fotografias, e toda essa variedade foi transformada em fontes e comparada para estimular a consciência crítica dos alunos. A Olimpíada nos proporcionou a relação da história local e regional com a história nacional e universal³¹

Além de debates em meio a educadores, na ONHB, a 1ª questão da 9ª edição/ 2017 (período onde a proposta havia sido recém aprovada) abordou a temática que ainda estava muito recente no meio governamental e educacional brasileiro. Os documentos abordados na questão foram dois, sendo um anexo da página do Senado Federal via *Twitter* do início de 2017, onde apareciam dois quadros referentes a informações e mudanças que ocorreriam a partir da Reforma do Ensino Médio, bem como as alterações de carga horária, além de falar sobre os chamados “itinerários formativos” – disciplinas que cabem à escolha do estudante. A respeito da questão, apresentaram as seguintes alternativas:

A. Exemplos dentro e fora do Brasil mostram que governos tendem a interferir nos currículos escolares com o intuito de controlar a formação do pensamento crítico.

B. No primeiro quadro fica evidente que a disciplina de História foi retirada do currículo obrigatório do Ensino Médio. O segundo quadro, publicado uma semana de-

31. SOUZA, Francisco das Chagas Silva; COSTA JÚNIOR, José Gerardo Bastos da. A Olimpíada Nacional em História do Brasil (ONHB) como prática pedagógica no ensino médio integrado do IFRN. *Revista História Hoje*, v. 5, n. 10, p. 66-86, 2016. Disponível em: 66-86. <https://doi.org/10.20949/rhhj.v5i10.273>. Acesso em: 25 de set 2023.

pois, devolve a possibilidade de História ser uma das disciplinas obrigatórias a serem definidas pela Base Nacional Comum Curricular.

C. A publicação das informações por meio de twitter oficial indica uma estratégia de fazer circular, nas redes sociais e visando um público jovem, uma informação resumida e imediata.

D. As mudanças são um grande avanço para o Ensino Médio, e a rapidez para sua aprovação se deu atendendo ao clamor dos alunos que ocuparam as escolas pelo país.³²

Podemos avistar com as alternativas acima pelo menos duas alternativas que poderiam ser acionadas como as corretas, e com isso, apontamos ao estudante seu papel de “historiador” ao se debruçar com as informações perante os jornais e documentos oficiais a respeito da temática para que assim eles respondam com a alternativa mais adequada. A questão vai exigir uma leitura crítica e uma pesquisa de como as propostas chegaram até a população brasileira, em especial a professores, estudantes e famílias. Além de tocar sobre a reflexão de uma educação escolar que não esteja apenas atrelada ao mercado de trabalho, mas sim para a integração de conhecimentos históricos e da consciência histórica (Dias, 2021).

A respeito da temática de consciência histórica, com Rüsen (2011), é a narrativa histórica que possibilita a exposição das particularidades da consciência histórica. Assim, compreendemos que é a partir de uma correlação entre passado e presente que se constrói o processo de conscientização, definindo a mesma não apenas como o conhecimento sobre a História, mas a capacidade do indivíduo de fazer articulações entre passado e presente e refletir sobre os acontecimentos, não partindo apenas de

32. As alternativas das questões não são avaliadas em certo e errado, mas sim com pontuações de níveis de assertividade, onde o parâmetro faz de 0 a alternativa errada e 5 a mais adequada. Assim, os valores atribuídos pela comissão organizadora para as alternativas a essa questão segundo o gabarito oficial foi de respectivamente: 5, 1, 4 e 0 pontos.

um ensino que se volta a números e datas. A ONHB, enquanto propiciadora de tais debates, se volta não apenas para a construção de uma medalha olímpica, mas também para a difusão de um ensino de história democrático com qualidade.

Portanto, a partir das análises relacionadas entre o Ensino de História no Brasil contemporâneo e a Olimpíada Nacional de História do Brasil, bem como suas apresentações em suas propostas de questões com o passar dos anos, podemos perceber a ONHB enquanto propiciadora de um desenvolvimento à consciência histórica, bem como, além de favorecer um letramento histórico facilitado, didático e envolvente a partir da análise de imagens, documentos, músicas e movimentos culturais de modo amplo. Favorecendo um ensino de qualidade, a UNICAMP, a partir da ONHB vem a qualificar e propiciar um ensino de história mais crítico, reflexivo e democrático.

Referências

ABUD, Kátia Maria. O ensino de história como fator de coesão nacional: os programas de 1931. *Revista Brasileira de História*, São Paulo: Anpuh/Marco Zero, v. 13, n. 25/26, p. 163-174, 1993.

AMORIM, Mariana de Oliveira; MELLO, Rafaela Albergaria; RALEJO, Adriana Soares. BNCC e Ensino de História: horizontes possíveis. *Educar em Revista*, Curitiba, v. 37, 2021.

ARENDT, Hannah. *A Condição Humana*. 11. ed. Tradução de Roberto Raposo. Revisão técnica e apresentação de Adriano Correia. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

AZEVEDO, Patrícia Bastos de; MONTEIRO, Ana Maria Ferreira da Costa. A sala de aula e a produção de sentido em práticas de letramento na história ensinada. *Práxis Educativa*, Ponta Grossa, v. 8, n. 2, p. 559-580, jul./dez. 2013.

BASTOS ROCHA, Helenice Aparecida. Letramento(s) histórico(s): uma proposta plural para o ensino e a aprendizagem de História. *Revista Territórios E Fronteiras*, v. 13, n. 2, p. 275-301, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.22228/rtf.v13i2.1061>. Acesso em: 25 set. 2023.

BITTENCOURT, Circe (org.). *O saber histórico na sala de aula*. São Paulo: Contexto, 1998.

BITTENCOURT, Circe. *Ensino de história: fundamentos e métodos*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BITTENCOURT, Circe. Propostas curriculares de história: continuidades e transformações. In: BARRETO, Elba Siqueira de Sá (org.). *Os currículos do ensino fundamental para as escolas brasileiras*. São Paulo: Autores Associados/FCC, 1998. p. 127-161.

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Educação é a Base. Brasília, DF: MEC, CONSED, UNDIME, 2017.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei n.º 13.415/2017, de 13 de fevereiro de 2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13415.htm. Acesso em: 27 set. 2023.

COSTA JÚNIOR, José Gerardo Bastos da. A Olimpíada Nacional em História do Brasil (ONHB) e o Ensino Médio Integrado do IFRN. 2017. 157 f. Dissertação (Mestrado em Ensino) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, Universidade Estadual do Rio Grande do Norte, Universidade Federal do Semi-Árido, Mossoró-RN, 2017.

LACOUTURE, Jean. A história imediata. In: LE GOFF, Ja-

cques (org.). *A História Nova*. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 1990. p. 215-240.

PANIAGO, Mayra. *A Olimpíada Nacional em História do Brasil (ONHB): contribuições para a aprendizagem histórica de jovens estudantes da educação básica brasileira*. 2023. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2023.

15

**As prescrições em torno das
obras de ciências humanas
e sociais aplicadas para o
ensino médio de 2021**

*Nádia Narcisa de Brito Santos
José Petrúcio de Farias Júnior*





Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) de 2021 se apresenta como um marco singular no cenário educacional brasileiro, especialmente no que se refere à disponibilização de obras didáticas voltadas ao Ensino Médio, visto que fora o primeiro a selecionar obras didáticas para as áreas de conhecimento, em especial as Ciências Humanas e Sociais Aplicadas (CHSA). Este programa revela uma seleção de textos que se destinam a pavimentar o caminho do conhecimento escolar para gerações vindouras, cultivando o intelecto e estimulando uma visão acerca de nosso sistema-mundo³³.

Neste estudo, o objetivo foi investigar o processo de seleção das obras destinadas às CHSA e compreender de que modo se deu a configuração dessa área no contexto do PNLD/2021. Para tanto, atentamos para a estruturação curricular das CHSA e, em particular, analisamos a posição do conhecimento histórico escolar dentro dessa área. Em suma, este trabalho procura analisar os critérios que nortearam a escolha das obras para o PNLD, bem como compreender a organização da área de CHSA e o papel atribuído à História nesse panorama, cujo delineamento

33. “O conceito de “sistema-mundo” é um movimento de protesto dentro das ciências sociais eurocêntricas contra as análises que utilizam a categoria “sociedade”, entendida como equivalente ao “Estado-nação”. Outra maneira de dizer o mesmo seria usar a noção de “sociedade-mundo”, ou seja, a ideia de que vivemos sem temporalidades e espacialidades de “sociedades globais”, e não de “sociedades nacionais”. A base da teoria do sistema-mundo é que existem processos e estruturas sociais cujas temporalidades e espacialidades são mais amplas que as dos “Estados-nações”. Estes, em todo caso, capturam dentro de suas fronteiras, de forma ativa/passiva, singularidades de processos globais de ampla duração e ampla espacialidade que ocorrem “mais além” e “dentro” de suas fronteiras e estruturas, atravessando-as transversalmente. Processos que ocorrem “dentro” das fronteiras dos Estados-nações se referem a processos comunitários de larga duração, por debaixo do Estado-nação, em que muitas ocasiões estão também conectados a processos “mais além”, que ocorrem por cima deste Estado. A modernidade tem construído e privilegiado a “sociedade” sobre a “comunidade”, praticando o destrutivo “comunitaricídio” para encaixar todos nas “sociedades”, ficcionalmente chamadas “nacionais”. (Grosfoguel, 2023, p. 56).

foi determinado pelas diretrizes do Programa.

Nossa análise toma como documento o Edital do PNLD/2021, que define as diretrizes para a inscrição e avaliação das obras didáticas. Para as editoras, a participação no PNLD assume uma importância estratégica fundamental, sobretudo em termos financeiros. A inclusão de suas obras no Programa garante uma fonte de receita estável e substancial, dado o volume expressivo de exemplares adquiridos pelo governo federal. Tal previsibilidade financeira permite às editoras um planejamento mais robusto, mitigando os riscos do mercado livre, onde a demanda muitas vezes se apresenta volátil. Além disso, a aprovação pelo PNLD confere às editoras um acréscimo significativo em termos de prestígio e credibilidade, facilitando a comercialização de outros títulos fora do âmbito do Programa.

As aquisições realizadas no âmbito do PNLD 2021 foram organizadas em cinco categorias de obras, conforme detalhado pelo Edital de 2019, a seguir: Obras Didáticas de Projetos Integradores e de Projeto de Vida para estudantes e docentes do Ensino Médio (Objeto 1); Obras Didáticas por Áreas do Conhecimento e Obras Didáticas Específicas para discentes e professores do Ensino Médio (Objeto 2); Obras de Formação Continuada destinadas aos professores e equipes gestoras das escolas (Objeto 3); Recursos Digitais (Objeto 4); e Obras Literárias (Objeto 5).

É necessário esclarecer que, embora o Objeto 2 do PNLD de 2021 faça menção a obras didáticas específicas, o que poderia sugerir a presença de livros didáticos para cada componente curricular, no Guia de obras didáticas do Programa, os materiais específicos referem-se exclusivamente aos de Língua Portuguesa, Língua Inglesa e Ciências Humanas e Sociais Aplicadas em diálogo com a Matemática. Assim, para o Programa de 2021, o ensino

de História integra-se às obras de CHSA, sendo apresentadas tanto nos livros didáticos organizados por áreas do conhecimento quanto nos que promovem o diálogo entre CHSA e Matemática, configurando uma intersecção das obras específicas (Brasil, 2019).

É importante ressaltar que, no Edital de 2019, não se especificou a aquisição de obras voltadas diretamente para os componentes curriculares. A concepção de obras “autocontidas” parte do princípio de que cada volume deve eleger as habilidades, tanto gerais quanto específicas, articuladas às competências da área do conhecimento. Nesse novo paradigma, há um claro deslocamento da ênfase no conhecimento disciplinar – central nos editais anteriores – para um enfoque maior no desenvolvimento de competências e habilidades, em consonância com as orientações da Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

Este estudo se concentra especificamente nos materiais de CHSA em diálogo com a Matemática e no Objeto 2 do PNLD de 2021, que compreende as obras didáticas organizadas por área de conhecimento, com destaque especial às obras destinadas à área de CHSA. O foco recai sobre esses materiais por direcionarem o componente curricular de História, núcleo de nossa pesquisa, e por articularem-no às novas diretrizes curriculares. Tal articulação possibilita uma análise da integração das competências e habilidades gerais e específicas na abordagem do conhecimento histórico escolar, permitindo-nos refletir sobre as implicações pedagógicas e epistemológicas dessa relação no âmbito educacional recente.

Por fim, nossa concepção de currículo é aquela defendida por Arroyo (2013), que o considera como um território em disputas e contradições, enredado por diferentes agentes e espaços. As questões de ordem econômica, política e social também referendam os conflitos em tor-

no do currículo, a exemplo dos movimentos sociais que trazem indagações para o campo e pressionam por uma formação mais afirmativa para suas coletividades e pelo trato de seus conhecimentos e experiências como saberes legítimos (Arroyo, 2013).

A acepção de currículo de Sacristán (2017) também nos agrada. Nela, o autor o concebe como um processo dinâmico e complexo que envolve não apenas a seleção de conteúdos, mas também sua organização, implementação e avaliação dentro de um contexto educacional mais amplo. Sacristán (2017) destaca a importância de se considerar não apenas o que é ensinado, mas como e por quem é ensinado, bem como as implicações políticas, sociais e culturais do currículo.

Ele enfatiza a necessidade de se adotar uma abordagem crítica e reflexiva em relação ao currículo, reconhecendo suas dimensões políticas e ideológicas e seu papel na reprodução ou transformação das estruturas sociais existentes. Sacristán (2017) também destaca a importância da participação dos diferentes atores educacionais - professores, alunos, comunidade escolar e sociedade em geral - no processo de construção e implementação do currículo, e que requer uma abordagem problematizadora do conhecimento na promoção de uma educação emancipatória.

O Programa Nacional do Livro e do Material Didático de 2021

O PNLD tornou-se um Programa do governo federal brasileiro que avalia e disponibiliza livros didáticos de maneira sistemática, regular e gratuita às escolas públicas da Educação Básica nas etapas do Ensino Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio. O Programa atende às

instituições das redes federais, estaduais, municipais e distrital, assim como escolas comunitárias, confessionais e filantrópicas sem fins lucrativos e conveniadas ao Poder Público. O objetivo central do PNLD é oferecer a discentes e docentes pertencentes às escolas que se encaixam no perfil descrito material didático para o apoio do ensino-aprendizagem nos estudos formais nas etapas mencionadas (MEC, 2023).

Coordenado pelo FNDE, o Programa segue um fluxo bem definido que inclui etapas como seleção, avaliação, escolha e distribuição dos materiais. A primeira fase é marcada pela publicação de um edital pelo FNDE que estabelece os critérios técnicos e pedagógicos para a produção e avaliação das obras. Esses parâmetros são alinhados às legislações como Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), nº9.394/1996, BNCC, Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs), as quais orientam as editoras a desenvolverem materiais compatíveis com os objetivos educacionais nacionais. Após a publicação do edital, as editoras interessadas inscrevem suas obras e submetem à análise dos livros dos discentes e os manuais dos professores.

A etapa subsequente envolve a avaliação das obras por especialistas, geralmente vinculados a universidades e outras instituições públicas de Ensino Superior. Vale ressaltar que a participação dos professores universitários nesse processo teve início em 1996 e trouxe uma perspectiva acadêmica para a seleção dos livros didáticos, conferindo rigor científico e pedagógico à escolha dos materiais destinados ao ensino público. Ao longo do tempo, essa prática foi consolidada e ampliada, passando a abranger diversas áreas do conhecimento e possibilitando uma seleção fundamentada em critérios educacionais e científicos.

As obras que atendem aos critérios estabelecidos no Edital do Programa são aprovadas e incluídas no Guia

do PNLD, que funciona como uma seleção dos livros aceitáveis pelo Programa. Esse Guia, por sua vez, serve como um catálogo orientador para as escolas na escolha dos materiais didáticos. A decisão sobre quais obras utilizar fica a cargo das escolas participantes, cujos professores, de forma grupal ou individual, analisam as opções disponíveis no Guia e selecionam os materiais que melhor atendem às necessidades pedagógicas de seus estudantes e aos projetos educativos de suas instituições.

Após a seleção dos livros, o FNDE procede à aquisição direta junto às editoras, valendo-se de recursos públicos para viabilizar a produção em larga escala. A logística de distribuição, um dos maiores desafios enfrentados pelo Programa, dar-se-á no transporte dos materiais a todas as regiões do Brasil, atendendo desde as escolas urbanas até as mais remotas, na tentativa de garantir o acesso universal aos conteúdos educacionais. Desse modo, o PNLD se consolida, como afirma Silva (2014), enquanto uma das políticas públicas de maior envergadura e impacto em termos de investimento e acessibilidade no campo da educação brasileira.

O PNLD de 2021, em particular, destacou-se de forma ímpar ao adaptar seu escopo e abrangência às demandas do Ensino Médio impostas pela reforma do referido ensino, instituída pela Lei n.º 13.415/2017. Essa reforma agenciou uma reconfiguração do conhecimento escolar, consolidando-o em grandes áreas de conhecimento, sem delimitar explicitamente os componentes curriculares que as compuseram. A partir dessa nova orientação, o planejamento, a elaboração e a produção das obras didáticas passaram a ser norteados por um conjunto de habilidades gerais e específicas articuladas às competências das respectivas áreas de conhecimento e às competências gerais da BNCC, bem como pelos objetos de conhecimento pre-

vistos para os componentes curriculares (Brasil, 2019).

Segundo Perrenoud (1999), a competência é definida como a capacidade de agir de forma eficaz em situações específicas, fundamentando-se em conhecimentos, porém sem restrição exclusiva a eles. Em outras palavras, competência envolve a aplicação prática e contextualizada do saber, integrando habilidades, atitudes e valores em resposta a desafios concretos. As habilidades, por sua vez, são desdobramentos dessas competências, as quais materializam o domínio teórico em ações específicas, evidenciando a capacidade do indivíduo de traduzir conceitos abstratos em práticas operacionais e adaptáveis às realidades enfrentadas.

Assim sendo, as competências e habilidades enfatizadas pela BNCC incluem a capacidade de análise, a resolução de problemas, o raciocínio lógico, a compreensão leitora, o domínio de procedimentos metodológicos (habilidades procedimentais), a comunicação eficaz, a valorização do comportamento colaborativo (habilidades atitudinais) (BNCC, 2018). Embora seja indubitavelmente relevante para a formação integral dos estudantes, essa abordagem tende a diluir a especificidade do conhecimento histórico escolar. Coadunamos com Maria Aparecida Santos (2021), ao afirmar que o ensino de História, sob a perspectiva da BNCC, tende a ser tratado como um mero veículo para o desenvolvimento de competências e habilidades genéricas, em vez de um campo que exige um aprofundamento crítico e contextualizado.

Nesse sentido, em uma sociedade regida por princípios neoliberais, a educação passa a ser concebida como um instrumento a serviço do mercado, no qual a ênfase recai sobre o “saber-fazer” inerente às competências e habilidades. Conforme Oliveira (2021), essa orientação tende a promover uma educação que privilegia a aplicação

imediate e prática do conhecimento, muitas vezes em detrimento a um compromisso mais profundo com a reflexão crítica e a práxis sociopolítica. Dessa forma, a educação se transforma em um mecanismo de adaptação às demandas econômicas, subordinando os processos formativos à lógica produtivista e instrumental, em vez de promover uma formação abrangente que também incluía a capacidade de questionamento e transformação social.

Essa mudança não apenas redefine a organização do material didático, mas também remete a transformações mais amplas no campo educacional, ao alinhar-se às diretrizes da BNCC, homologada em 2018, e à ênfase no desenvolvimento de competências que se prescreve como eixo estruturador do processo de ensino-aprendizagem no mundo, desde a década de 1960, como assevera Freitas (2018).

Para Sacristán (2017), o currículo contém uma natureza interrelacional, sendo tecido por uma dinâmica de complementaridade e interdependência entre seus níveis constitutivos. Nesse sentido, o documento curricular prescrito, como é o caso da BNCC, uma vez elaborado e aprovado conforme as condições previamente discutidas neste trabalho, percorre as vias das políticas de implementação, que têm como objetivo concretizar suas diretrizes. No caso em questão, essa materialização ocorre por meio do currículo planejado, aqui exemplificado no PNLD de 2021.

O Programa se destaca como uma política de implementação, sendo responsável por traduzir o currículo prescrito em materiais didáticos que atendam às demandas educacionais estabelecidas nos documentos legislativos. Nesse cenário, o currículo transita pelos diversos níveis que o compõem – prescrito, planejado, organizado, em ação e avaliado – articulando-se em um processo contínuo e integrado. Sacristán (2017) alerta para a necessidade de

evitar a hierarquização desses níveis, enfatizando que sua interação é dialógica e simultânea.

Desse modo, para o autor “Desentranhar desse processo de ‘construção curricular’ é condição não apenas para entender, mas também para detectar os pontos neurálgicos que afetam a transformação processual, podendo assim incidir mais decisivamente na prática” (Sacristán, 2017, p. 102). Sob tal perspectiva, o PNLD não apenas representa uma transposição das orientações da BNCC, mas também desempenha um papel ativo na articulação entre os níveis do currículo, evidenciando as complexidades e os desafios inerentes à sua implementação na dinâmica do cenário educacional.

Em vista disso, cabe aqui compreendermos a organização das obras do PNLD de 2021 para o Ensino Médio. De acordo com o Edital publicado em 2019, as obras dividem-se em cinco objetos distintos: 1. Obras didáticas de Projetos Integradores e de Projeto de Vida destinadas aos estudantes e docentes do Ensino Médio; 2. Obras didáticas por áreas do conhecimento e obras didáticas específicas, voltadas aos discentes e professores do Ensino Médio; 3. Obras de formação continuada, destinadas aos professores e à equipe gestora das escolas públicas de Ensino Médio; 4. Recursos digitais; e 5. Obras literárias.

É necessário esclarecer que, embora o Objeto 2 faça menção a obras didáticas específicas, o que poderia sugerir a presença de livros didáticos para cada componente curricular, no Guia de Obras Didáticas do Programa, os materiais específicos referem-se exclusivamente aos de Língua Portuguesa, Língua Inglesa e Ciências Humanas e Sociais Aplicadas em diálogo com a Matemática. Assim, para o Programa de 2021, o ensino de História integra-se às obras de CHSA, sendo apresentadas tanto nos livros didáticos organizados por áreas do conhecimento quanto

nos que promovem o diálogo entre CHSA e Matemática, configurando uma intersecção das obras específicas (Brasil, 2019).

A proposta do PNLD 2021 rompeu com a linearidade sequencial que caracterizava os volumes destinados ao Ensino Médio até o PNLD de 2018. Nesse novo formato, cada obra deveria, conforme o Edital (2019), ser autocontida, ou seja, completa e compreensível em si mesma, sem depender de informações externas para seu entendimento. Conforme a Oliveira (2024), essa abordagem visava “assegurar” que a progressão das temáticas ocorresse no interior da própria obra, promovendo uma integração orgânica entre os conteúdos.

Nessa perspectiva, buscava-se substituir a fragmentação curricular predominante até então, introduzindo uma organização de ordem interdisciplinar estruturada por áreas do conhecimento. Dessa forma, o novo formato pretendia não apenas “facilitar” o acesso ao conteúdo, mas também fomentar uma aprendizagem conectada às “realidades educacionais contemporâneas”.

O conjunto dos **seis volumes do livro do estudante** deve abordar, de maneira equânime, todas as competências gerais, específicas e habilidades de cada área do conhecimento (com exceção de língua inglesa na área de linguagens e suas tecnologias). Ao se abordar as habilidades e as competências específicas, deve ser explicitada a devida articulação delas com as competências gerais, os temas contemporâneos e as culturas juvenis, conforme indicado pela BNCC (Brasil, 2019, p. 5) (grifos do autor).

As coleções, compostas por seis volumes, conforme previsto no edital de 2019, destacam que o foco recai sobre o desenvolvimento de competências como eixo estruturante, com destaque para o trabalho com o conhecimento aplicado. Essa abordagem se alinhava às competências gerais e específicas estabelecidas pela BNCC, as

quais deveriam estar articuladas aos temas contemporâneos transversais e às culturas juvenis. Cabe aqui explicar, conforme Laval (2019), que a substituição do conceito de *conhecimento* pelo de *competências* se alinha aos “quatro pilares da educação” delineados no relatório da UNESCO de 1996: aprender a ser; aprender a fazer; aprender a conviver; aprender a conhecer. Para o referido autor:

Por trás da substituição da qualificação pela competência está em jogo a substituição da validação do valor pessoal conferida pelo Estado pela validação conferida por um “mercado do valor profissional” mais flexível e transparente. [...]. Na medida em que não podemos prescindir completamente do sistema educacional, a tendência é introduzir a “lógica da competência” na escola e combinar a certificação concedida pelo sistema educacional à determinação mais estrita da formação da mão de obra pelas empresas que fazem uso dela (Laval, 2019, p. 79).

Laval (2019) identifica uma mudança de validação do valor pessoal e profissional, anteriormente conferido pelo Estado por meio de certificações formais – como diplomas, essa validação passa a ser atribuída a um “mercado do valor profissional”. Esse meio, idealmente mais flexível e transparente, avalia o indivíduo com base em suas competências, ou seja, em habilidades demonstráveis e aplicáveis às demandas deste mercado de trabalho. Com a adoção da lógica da competência, não é possível prescindir completamente do sistema educacional tradicional.

Para Laval (2019) há uma relação mais estreita entre a certificação educacional e os interesses do mercado de trabalho. As empresas, ao utilizarem a mão de obra, passam a influenciar de forma mais direta os padrões de formação, estabelecendo um controle estrito sobre os perfis profissionais desejados. Nesse cenário cresce a instrumentalização da educação, na qual a função social e emancipatória da escola é tensionada, senão substituída, pelas exigências econômicas e produtivas.

Desse modo, vislumbra-se a tendência de incorporar tal lógica ao sistema educacional, orientando a escola a adotar critérios e práticas voltadas ao desenvolvimento e à validação de competências. Esse movimento almeja responder simultaneamente às exigências do mercado e às presumidas expectativas de formação individual e coletiva. Sendo assim, a inclusão de temas contemporâneos articulados às culturas juvenis emerge como uma estratégia para tornar o processo educativo mais “relevante”, conectando-o às “demandas” da sociedade contemporânea.

Essa reconfiguração estrutural não apenas alterava a organização dos materiais didáticos, mas também se apresentava como um esforço claro de alinhar as práticas pedagógicas às novas demandas formativas preconizadas pela legislação educacional ligada à empregabilidade, uma mudança paradigmática que em tese buscava um currículo integrado e dinâmico que ultrapassasse a simples transmissão de conteúdos e passasse, supostamente, a priorizar o desenvolvimento integral do estudante.

A adoção da perspectiva de obras autocontidas no PNLD de 2021 revela uma mudança paradigmática na concepção de ensino-aprendizagem: a centralidade das competências e habilidades sobre o conhecimento dos conteúdos específicos de cada disciplina. Essa abordagem rompe com a tradição dos editais anteriores, solicitando um deslocamento significativo, onde o foco deixa de ser o domínio sistemático do conhecimento científico para concentrar-se no desenvolvimento das capacidades de aplicação prática e integração interdisciplinar.

Ao privilegiar o desenvolvimento de habilidades dissociadas do rigor conceitual das ciências, corre-se o risco de esvaziar a função formativa da educação. Ao priorizar as competências em detrimento ao conhecimento discipli-

nar, fragmenta-se o saber, enfraquecendo a profundidade necessária para a construção de uma formação sólida e fundamentada. Dessa forma, a discussão acerca do modelo de obras autocontidas ultrapassa a simples esfera metodológica, inserindo-se em um debate sobre os objetivos e os sentidos da educação no século XXI. Tal reflexão nos instiga a questionar: a quem, de fato, está a serviço a educação no tempo presente? Nessa ótica, o Edital de 2019 revela alguns elementos que podem esclarecer essa questão, conforme se segue:

Outro diferencial importante dessa reformulação do ensino médio é o posicionamento do **estudante no centro do processo de ensino e aprendizagem**. A intenção é assegurar que a escola se organize de forma a **acolher as culturas juvenis** e os **estudantes em suas singularidades e pluralidades**, respeitando os seus direitos e considerando suas diferentes características, interesses, ritmos, aspirações e papéis sociais. O propósito também é promover o **desenvolvimento integral** desses jovens, contemplando as dimensões intelectual, física, social, emocional e cultural, promovendo assim uma formação para resolver demandas complexas do cotidiano, exercer a cidadania e atuar no mundo do trabalho (Brasil. 2019, p. 50) (Grifos do autor).

A centralidade conferida ao estudante, apresentada como uma valorização de suas singularidades e pluralidades, desloca a responsabilidade pelo aprendizado e pela formação para o próprio indivíduo, reforçando assim o discurso neoliberal do “saber-fazer”. Desse modo, o sucesso ou o fracasso educacional passa a depender das condições pessoais do estudante, atenuando as influências estruturais que permeiam a educação. A ênfase no “saber-fazer” em detrimento ao “saber-sobre” sublinha a importância da aplicação prática do conhecimento, em vez da transmissão sistemática de conteúdos teórico-científicos organizados de maneira cumulativa.

Nesse sentido, corroboramos com Oliveira (2024) ao afirmar que a obra autocontida do PNLD/2021, ao se es-

truturar em torno de habilidades gerais e específicas, propõe-se como base para um desenvolvimento “integral do estudante”. Contudo, está claramente direcionado a atender às metas e demandas do mercado de trabalho, priorizando a resolução de problemas práticos e a preparação para a inserção no mundo produtivo. Assim, enquanto aparenta “modernizar” o currículo, a reformulação do Ensino Médio descrita mantém o sistema educacional como ferramenta de validação e certificação de competências.

Nessa acepção, Freitas (2018) e Laval (2019) convergem ao destacar que as demandas do mercado de trabalho reduzem a formação cidadã a uma mera utilidade prática, em que a educação neoliberal, “[...] não se resume aos conhecimentos escolares, mas depende de “valores comportamentais” e “capacidade de ação”, com a escola sendo obrigada a adaptar os alunos aos comportamentos profissionais que lhes serão exigidos posteriormente.” (Laval, 2019, p. 81). Ao abarcar as dimensões intelectuais, físicas, sociais, emocionais e culturais, o PNLD/2021 revela-se essencialmente funcionalista, pois privilegia a preparação de indivíduos adaptáveis e multicompetentes, voltados para a adaptação às exigências das competências do mercado de trabalho.

O acolhimento das culturas juvenis e das aspirações dos estudantes, conforme apresentado nos marcos educacionais, pode ser interpretado como uma estratégia de personalização do ensino que, ao emular a segmentação característica do mercado, trata a educação como um serviço flexível, adaptável a nichos específicos. Tais nichos orientam os chamados itinerários formativos previstos na BNCC, concebidos como a parcela diversificada do currículo em que o estudante supostamente possui a “liberdade de escolha” dos conteúdos a serem estudados, desde que compatíveis com a “oferta” disponibilizada pela ins-

tituição escolar.

Embora essa abordagem se apresente sob o véu da inovação, sua implementação revela contradições que aprofundam desigualdades educacionais. O caráter desigual emerge, sobretudo, nas limitações financeiras das escolas públicas, que frequentemente restringem a oferta de itinerários formativos a opções menos abrangentes e atrativas. Acerca desta temática, Luther e Gehard (2018, p. 299) destacam que o “descrédito no ensino formal e público emerge como resultado direto da precarização estrutural que acomete as salas de aula”.

Os autores ainda ponderam que, diante de um cenário em que o estudante é privado de condições básicas — como acesso à luz, água, alimentação, mobiliário adequado e materiais escolares indispensáveis à construção e reconstrução do conhecimento —, torna-se imperativo questionar: “como repensar as práticas pedagógicas?” (Luther; Gehard, 2018, p. 299). Mais que isso, tal reflexão nos instiga a ampliar o escopo da indagação: como conceber um currículo inovador e integrado para o Ensino Médio, conforme preconizado pelas políticas atuais, sem antes enfrentar a precarização das escolas e das condições de trabalho docente? A interdependência entre estrutura física, dignidade profissional e qualidade pedagógica desafia qualquer tentativa de reforma educacional que ignore o alicerce material sobre o qual repousa a formação do indivíduo e a própria função social da educação.

Considerações finais

Conforme argumentado por Arroyo (2013), o currículo transcende a simples sequência de conteúdos e metodologias adotadas nas instituições educacionais, con-

figurando-se como um campo onde se manifestam e se disputam variadas formas de poder. Assim, a escolha do que será incluído ou omitido do currículo remete diretamente aos interesses e aos valores dos grupos dominantes nos setores educacionais. Esta seleção não é neutra; antes, constitui um meio de exercício de controle sobre o conhecimento transmitido. Desse modo, o currículo é instrumentalizado como uma ferramenta de dominação na qual autoridades educacionais e políticas governamentais determinam quais saberes serão legitimados, muitas vezes relegando aos professores, estudantes e comunidades um papel marginalizado ou nulo na tomada de decisões.

Os currículos recaem em validações que, dentro de uma sociedade na qual o conhecimento é componente essencial a qualquer setor produtivo e profissional, têm uma forte incidência no mercado de trabalho. A ordenação do currículo faz parte da intervenção do Estado na organização da vida social. Ordenar a distribuição do conhecimento através do sistema educativo é um modo não só de influir na cultura, mas também em toda a ordenação social e econômica da sociedade. Em qualquer sociedade complexa é inimaginável a ausência de regulações ordenadoras do currículo. Podemos encontrar graus e modalidades diferentes de intervenção, segundo épocas e modelos políticos, que têm diferentes consequências sobre o funcionamento de todo o sistema (Sacristán, 2017, p. 108).

O currículo, ao privilegiar determinados conteúdos, enaltece certas histórias e culturas, enquanto marginaliza ou exclui outras. Pode reforçar desigualdades, impactando a identidade e o senso de pertencimento dos estudantes. Contudo, o currículo não é apenas um campo de dominação, mas também um espaço de resistência. Educadores e comunidades em geral podem engajar-se em lutas por currículos mais representativos, desafiando as estruturas de poder estabelecidas (Gomes, 2005). Nesse sentido, o currículo desempenha um papel crucial na formação das identidades dos estudantes, construindo a percepção dis-

cente sobre si mesmo e sobre o mundo ao valorizar certos conhecimentos e narrativas (Silva, 2023).

As disputas em torno do currículo não são meramente acadêmicas; remetem e têm impacto em questões geopolíticas mais amplas do nosso sistema-mundo. Por exemplo, os debates e embates sobre a inclusão escolar de temas como gênero, sexualidade, relações étnico-raciais frequentemente espelham lutas pelo reconhecimento e direitos que envolvem narrativas que desafiam estruturas hierárquicas em todo o globo. Compreender o currículo como um território de disputa e poder implica reconhecer que as decisões curriculares são sempre geopolíticas e acarretam consequências para a educação e o sistema-mundo, ou seja, em um mundo como um sistema integrado e interdependente, no qual as relações econômicas, políticas, culturais e sociais entre os países são fundamentais para a compreensão das dinâmicas globais (Arroyo, 2013).

Constata-se, até o momento, que a Reforma do Ensino Médio provocou modificações substanciais na apresentação e organização dos currículos planejados nas obras didáticas, substituindo a estrutura baseada nos componentes curriculares para uma organização em áreas do conhecimento. A carência de um espaço claramente explícito para os conceitos científicos no currículo planejado por meio do Edital do PNLD de 2021 não só esvazia a base teórica do ensino, como também compromete a edificação de um pensamento crítico, capaz de propiciar uma compreensão das ciências e sua aplicação em nosso sistema-mundo. A reforma educacional, ao conduzir um ensino-aprendizagem nesses aportes, fragiliza o currículo ao privar os educandos dos alicerces teóricos indispensáveis para a análise fundamentada, enfraquecendo sua capacidade de interpretar, questionar e intervir de maneira

informada e consciente na realidade que o cerca.

Nesse escopo, o cenário da Reforma do Ensino Médio conduz a um empobrecimento da experiência educacional e à vinculação do ensino à empregabilidade e à resolução de “demandas” cotidianas, sob a lógica utilitarista do mercado neoliberal. Dessa maneira, os estudantes provenientes de escolas públicas são, em geral, direcionados a posições laborais de menor qualificação, enquanto os discentes das escolas privadas, com acesso a itinerários mais diversificados e robustos, encontram-se mais bem posicionados para alcançar ocupações de maior prestígio e remuneração. Assim, a promessa de um currículo plural e emancipador acaba reproduzindo e reforçando as desigualdades estruturais que permeiam nosso sistema-mundo.

Referências

BRASIL, Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular: educação é a Base*. Brasília: MEC, 2018.

BRASIL. Edital de Convocação Nº 03/2019 - CGPLI. *Edital de convocação para o processo de inscrição e avaliação de obras didáticas, literárias e recursos digitais para o programa nacional do livro e do material didático PNLD 2021*. Brasília: MEC, 2019.

BRASIL. *Guia PNLD 2021*. Brasília: MEC, 2021. Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcgclefindmkaj/https://www.gov.br/fnde/pt-br/acao-a-informacao/acoes-e-programas/programas/programas-do-livro/pnld/guia-do-livro-didatico/copy_of_Guia_pnld_2021_didatico_Apresentacao.pdf. Acesso em 03/01/2025.

FREITAS, Luiz Carlos de. *A reforma empresarial da educação: nova direita, velhas ideias*. 1. ed. São Paulo: Express

são Popular, 2018.

LAVAL, Christian. *A escola não é uma empresa: o neoliberalismo em ataque ao ensino público*. São Paulo: Boitempo, 2019.

LUTHER, Alessandra; GERHARDT, Tatiana Engle. Educação obrigatória, êxodo rural e fechamento das escolas do campo no Brasil. *Revista Saberes da Amazônia*, v. 3, n. 07, p. 281-310, 2018. Disponível em: <<https://www.fcr.edu.br/ojs/index.php/saberesamazonia/article/view/292>> Acesso em: 12 nov. 2019.

OLIVEIRA, Carla Silvino de. "Professora, o livro didático de História sumiu!": o ensino de História e os livros didáticos no contexto da reforma do ensino médio. In: FARIAS JÚNIOR, José Petrúcio de; ROVAL, Marta Gouveia de Oliveira; SILVA, Giovani José da. (Org.). *Livros didáticos e ensino de História*. v. 1. Teresina: EDUFPI, 2024.

PERRENOUD, Philippe. *Construir as competências desde a escola*. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.

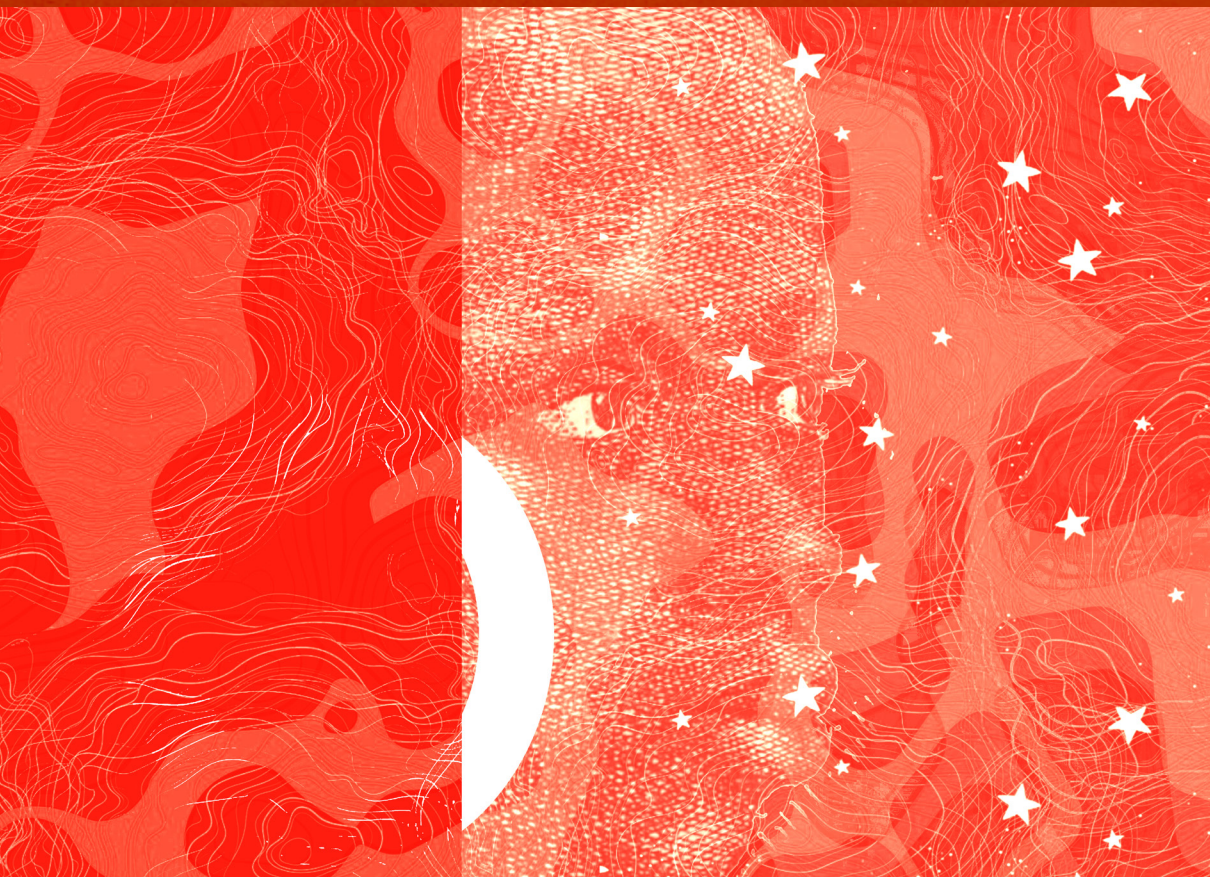
SACRISTÁN, Gimeno. *O currículo: uma reflexão sobre a prática*. Porto Alegre: Penso, 2017.

SANTOS, Maria Aparecida Lima dos. Ensinar História na Base Nacional Comum de Formação de Professores: a atitude historiadora convertendo-se em competências. *Educar em Revista*, Curitiba, v. 37, e77129, 2021.

16

**Apoio didático para docentes
dos anos iniciais do ensino
fundamental nas aulas de
História, a partir de aportes
teóricos dos pensamentos
feministas negros**

*Hellen Pabline Leal Conceição
Joseanne Zingleara de Soares Marinho*



 O texto apresentado foi construído a partir das vivências proporcionadas pelo curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Ensino de História (ProfHistória), da Universidade Estadual do Piauí (UESPI), *Campus Alexandre Alves de Oliveira*, e tem como parte da proposição dissertativa a criação de um material didático. Para essa composição, foi elaborado um Caderno de Atividades intitulado “Pensamentos Feministas Negros nas aulas de história: possibilidades para uma Educação Antirracista (1º ao 5º ano do ensino fundamental)”, desenvolvido a partir dos estudos sobre as possibilidades teórico-metodológicas que os pensamentos feministas negros oferecerem aos anos iniciais do ensino fundamental para o componente curricular de História, do 1º ao 5º ano. Elaborado para ser lido por professoras/professores³⁴, as sugestões e teorias apresentadas podem ser pensadas e adaptadas para as áreas de humanidades dos anos seguintes do ensino básico, público e privado.

A fim de promover uma reflexão sobre a importância de conhecer perspectivas de pensadoras negras para o exercício do nosso ofício e práticas teórico-metodológi-

34. A língua também é um espaço de poder. A língua adotada como oficial no Brasil é o português, inserida de forma violenta no território compreendido como brasileiro, ela possui uma estrutura que privilegia o sujeito masculino. Cotidianamente, utilizamos expressões como “todos”, “os sujeitos históricos”, “os professores”, “os pesquisadores”, dentre outras palavras, para significar uma coletividade composta por homens e mulheres. Acreditamos que essa perspectiva da língua formal, que habituamos a exercer em nossa fala e em nossa escrita, silencia outras pessoas. Por entender a importância de procurar alternativas na própria língua portuguesa que permitam revelar as problemáticas das relações de poder, seja na escrita ou na fala, assim como também expressar uma maior multiplicidade de existências, a fim de ir contra uma narrativa comum colonial, optamos por utilizar a estrutura “feminino/masculino” na escrita. Colocamos em evidência a presença feminina na história, ao trazer primeiramente a palavra que atribui essa conotação e, em seguida, trazemos o significante masculino. Porém, entendemos que ainda é uma escrita limitada, pois há vários grupos LGBTQIAPN+ que não se sentem contemplados com uma significação binária dos gêneros. Isso evidencia a urgência de mais espaços para as discussões, que problematizem as limitações da língua portuguesa nas universidades e em nossas escolas.

cas enquanto professoras/professores-historiadoras/historiadores, fizemos a escolha de quatro pensadoras negras para a composição do Caderno de Atividades: a africana Chimamanda Adichie, a estadunidense bell hooks, a brasileira Lélia Gonzalez e a também brasileira, do Piauí, Leticia Nascimento. Dividido em quatro capítulos temáticos, que abordam cada uma das autoras, o caderno traça suas trajetórias de vida e contribuições intelectuais para a construção do conhecimento.

Ao longo das suas caminhadas, essas autoras elaboraram diversas discussões e conceitos, por isso, diante das possibilidades analíticas, fizemos escolhas acerca do aporte teórico desenvolvido por essas pensadoras negras. O Caderno de Atividades contém sugestões de atividades e recursos audiovisuais que podem ser pensados e realizados em sala de aula a partir desses diálogos, como atividades com a utilização de bonecas *Abayomi*, perguntas dissertativas, sugestões de livros infantojuvenis, vídeos, músicas, jogos, contação de histórias, perfis de redes sociais e leituras acadêmicas, que orientam para uma educação antirracista.

Neste trabalho, optamos pelo aprofundamento nas discussões proporcionadas pelas intelectuais negras Chimamanda Adichie e bell hooks. Utilizamos as autoras como suporte para pensar um ensino de história antirracista.

Pensamentos Feministas Negros e Ensino de História

Por muito tempo, o conhecimento acadêmico privilegiou um determinado tipo de saber e de sujeito, colocando à margem histórias e pessoas, que hoje compreendemos que também fazem parte do que chamamos de

História. Essa construção do conhecimento tradicional repercutiu na organização dos conteúdos legitimados como saber escolar. Nesse contexto de construção da disciplina, os pensamentos feministas negros passaram a receber maior reconhecimento público nas universidades e nas escolas do Brasil apenas nas décadas que sucederam os anos 1980 (Soihet; Pedro, 2007). O homem heterossexual, sem deficiências, branco, europeu e de elevada condição financeira era o sujeito ao qual a História se detinha, sendo ele próprio escritor da narrativa tida como verdadeira e oficial, sendo uma História única que falava de si e para si.

Movimentos crescentes de luta e legitimação de direitos sociopolíticos por grupos feministas reivindicaram o lugar das mulheres nas discussões históricas. Em 1949, a filósofa Simone de Beauvoir (2019, p. 11) diz que “ninguém nasce mulher: torna-se mulher”. Ao tratar “sexo” como característica biológica e “gênero” como construção social, ela desafiou ideias que ainda não tinham sido questionadas, de forma a ganhar notoriedade no espaço público. Entretanto, é importante entender que as movimentações históricas feministas irão atribuir, ao longo do tempo, diferentes significações às ideias de “sexo biológico” e de “gênero”, portanto, são movimentos plurais.

A estudiosa Linda Nicholson (1999) comenta que, no final da década de 1960, a distinção entre feminino e masculino ocorria por meio de fatores biológicos. A existência do sexo biológico era o fator utilizado pela sociedade para distinguir o masculino do feminino. Para a autora, essa ideia é limitada, pois leva a um entendimento de que há “dados” fisiológicos que são utilizados de formas semelhantes em todas as culturas para distinguir as mulheres dos homens. Ela ainda alerta que análises que seguem essa lógica não dão conta de explicar aquelas/aqueles que fogem da norma. Uma das problemáticas ma-

nifestadas por militantes, por exemplo, era questionar um feminismo que estava sendo desenvolvido e reivindicava direitos que atendiam apenas às demandas de mulheres brancas, heterossexuais, sem deficiências, europeias, de classe média, o que chamamos de feminismo hegemônico.

Questionou-se a falta de representatividade dentro do próprio movimento feminista, em pautas que não contemplavam as mulheres não brancas, sem homens, sem filhos, lésbicas, trans e pobres, que temos como foco, para pensar as lutas contra o silenciamento público, inclusive acadêmico, que invisibilizou diversas formas de (r)existências. De Mulher, passou-se a estudar as Mulheres, no plural, observando agora variáveis como raça/etnia, classe, geração e sexualidade. Diante de tantos marcadores, é importante dialogar com o conceito de Interseccionalidade (Akotirene, 2019), pois as desigualdades não acontecem isoladamente. Da mesma forma, não podemos falar de luta de mulheres, de movimentos feministas, no singular, pois é importante entender as camadas que atravessam essas lutas.

Na movimentação de mulheres nos anos finais do século XIX na Europa, por exemplo, de reivindicação de direitos cíveis no âmbito público, como participação no voto e legitimidade da administração de bens e fortunas, as demandas eram voltadas principalmente às mulheres brancas de classe social mais abastada. Apesar de, na prática, essas mulheres serem subordinadas a seus maridos e pais, elas não eram coisificadas como as mulheres negras. No Brasil, nos anos do século XIX, pela lei, as mulheres negras sequer eram consideradas como seres humanos no contexto escravista. É importante atentar também para o fato de que as mulheres brancas pobres, assim como as moradoras do campo, ainda recebiam o gozo da humani-

dade, e não eram tratadas legalmente como propriedade e objeto de outrem, recebiam, assim, algum nível de privilégio social (Silva, 2019). Homens negros também eram subjugados à posição de escravizados e não recebiam os mesmos privilégios sociais e econômicos destinados ao homem branco.

Para refletir acerca do conceito de Interseccionalidade, é interessante pensar a frase “E não sou uma mulher?”, atribuída a um discurso improvisado associado à figura de Sojourner Truth, no ano de 1851. O discurso indica que no século XIX mulheres negras já denunciavam a invisibilização sofrida em suas pautas e existências sociais. Sojourner Truth lançou uma problemática à universalização da categoria “mulher” e evidenciou a diferença de tratamento recebido pelas mulheres negras, inclusive em relação à conquista de direitos políticos, como o de serem reconhecidas em suas humanidades:

[...] Aquele homem ali diz que é preciso ajudar as mulheres a subir numa carruagem, é preciso carregar elas quando atravessam um lamaçal e elas devem ocupar sempre os melhores lugares. Nunca ninguém me ajuda a subir numa carruagem, a passar por cima da lama ou me cede o melhor lugar! E não sou uma mulher? Olhem para mim! Olhem para meu braço! Eu capinei, eu plantei, juntei palha nos celeiros e homem nenhum conseguiu me superar! E não sou uma mulher? Eu consegui trabalhar e comer tanto quanto um homem – quando tinha o que comer – e também aguentei as chicotadas! E não sou uma mulher? Pari cinco filhos e a maioria deles foi vendida como escravos. Quando manifestei minha dor de mãe, ninguém, a não ser Jesus, me ouviu! E não sou uma mulher? [...] (Ribeiro, 2017, p. 20-21).

Em sua denúncia, além de questionar a “mulher” enquanto versão inferior e menos capacitada intelectualmente em relação ao homem, a ativista negra também questiona o tratamento recebido por mulheres negras, que não eram vistas como sujeitas merecedoras de algum tratamento especial, como a gentileza de receber ajuda

ao subir em uma carruagem. A fala da ativista fornece indícios de que é necessário pensar a mulher atravessada pelas categorias de raça e classe, já que, enquanto escravizada, demonstrou um olhar acerca dos direitos das mulheres que iam além dos manifestados pelas feministas brancas da convenção que participava, levando à reflexão de que há várias possibilidades de ser mulher, e que o debate também precisava ser visto e discutido pelas mulheres brancas, pelos homens negros e pelos homens brancos.

No Brasil, Lélia Gonzalez (2020) ajudou a aprofundar essa perspectiva ao afirmar que o lugar em que nos situamos define nossas interpretações sobre os fenômenos do racismo e do sexismo. A autora entende que a articulação de ambos os marcadores produz efeitos violentos para a população negra, mas principalmente para a mulher negra. Lélia Gonzalez examina a misoginia dos homens brancos e identifica esse problema dentro do próprio movimento negro por parte dos homens negros. Ela também faz um paralelo ao identificar que a experiência histórica comum do racismo atravessa muito mais mulheres e homens negros em suas pautas, ligando-os e contemplando as necessidades das mulheres negras mais ao movimento negro do que ao feminismo hegemônico. A pensadora exemplifica: a exploração do trabalho doméstico exercido por mulheres negras permitiu que muitas mulheres brancas fossem “liberadas” para se engajar na luta “das mulheres.”

Dessa maneira, vemos a complexidade do pensamento feminista negro. Entender que mulheres negras e homens negros vivenciam a sociedade de uma forma diferente de mulheres brancas e homens brancos contribui para o avanço das discussões dos movimentos negros e também dos movimentos de mulheres. Por isso, é importante conhecermos os pensamentos de intelectuais

negras, em prol de uma sociedade mais igualitária para todas/todos. Para discutir, inclusive, a presença de pessoas negras e sua pluralidade de existir, nesse lugar de falta na história oficial do Brasil, é necessário pensar o ensino de História.

Ao pensar o livro didático, a historiadora Maria Aparecida da Silva (2021) traz a contribuição do movimento negro ao denunciar e questionar o estereótipo racista e a subalternização das/dos personagens negras/negros. A denúncia também contestou de que forma essas representações afetavam crianças e adolescentes negras/negros, assim como afetavam a formação das crianças brancas. Para o primeiro grupo, a autora explica, discutiu-se a destruição da autoestima, já para o segundo grupo, a solidificação de um imaginário de inferioridade da sujeita/sujeito negra/negro, interferindo em ambos os grupos, na limitação da diversidade étnico-racial e cultural humana.

A luta do movimento negro adentra territórios institucionais e educacionais em busca de políticas de natureza reparatória e compensatória. Como exemplo, temos a Lei 10.369/2003 e a Lei 11.645/2008, a primeira institui a obrigatoriedade da temática sobre o estudo da história e cultura afro-brasileira, já a segunda aprofunda as análises de constituição do Brasil, instituindo nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, tanto públicos quanto privados, o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena. As demandas exigidas por diversos grupos e movimentos feministas (indígenas, LGBTQIAPN+, movimento negro, feminista negro, transfeministas, por exemplo) trouxeram impasses, atribuindo um caráter incompleto à disciplina História. Tanto o homem quanto a mulher são produtos de um meio social, por isso, sua condição é variável (Soihet; Pedro, p. 2007). Consequentemente, as disputas em torno da noção de humanidade perpas-

sam nossas concepções de sociedade e de criança, assim como o que entendemos por educar. Com o auxílio de Carolina Pinho e Elisa Amaral (2022, p. 120), compreendemos a educação como:

processo de transmissão e apropriação por cada indivíduo do patrimônio cultural, intelectual e social desenvolvido pela humanidade. Essa apropriação produz em nós a humanidade que foi construída coletivamente por nossa espécie e que vem sendo repassada de geração em geração, proporcionando nossa reprodução material e intelectual. [...] Esse é um processo de formação do indivíduo, mas também do coletivo, uma vez que permite ao indivíduo se entender como sujeitos e se inserir na sociedade.

Dessa forma, é possível perceber como os conhecimentos produzidos por pensadoras negras englobam orientações e considerações que podem ser utilizadas em nosso fazer como educadoras/educadores e comunidade escolar, sendo um desses articuladores pensar em nós enquanto coletivo (Moraes, 2021). Com isso, pode-se colaborar para a formação de sujeitas e sujeitos plenos de humanidade que se sintam encorajadas/encorajados para a transformação.

Entendemos também a importância das pensadoras feministas negras como suporte teórico-metodológico para falar de uma educação antirracista, que favoreça análises mais plurais sobre a história e o ensino de História. O antirracismo na escola não deve ser entendido apenas como respeito ou a simples tolerância às diferenças, mas como um impulsionador de mudanças reais nas estruturas sociais. Compreendemos as práticas antirracistas como aquelas voltadas a uma denúncia contra o racismo com vias à sua desarticulação e subversão, que também têm no contexto escolar um lugar de luta e potencial de transformação. Entendemos esse enfrentamento como uma iniciativa de todas/todos aquelas/aqueles que têm com-

promisso com a valorização das múltiplas humanidades na escola e na sociedade (Pinheiro, 2023).

Aportes teóricos para pensar uma Educação Antirracista

Diante do contato com a rica produção intelectual negra em variadas áreas de conhecimento, defendemos que os pensamentos feministas negros elaboram discussões revolucionárias que podemos utilizar para pensar um ensino de história antirracista, que proporcione a capacitação de sujeitas/sujeitos e, assim, promova mudanças sociais com o objetivo de construir uma sociedade livre. Nossas práticas pedagógicas seriam mais ricas se incorporássemos epistemologias, contribuições de intelectuais negras em nosso repertório de compreensão de mundo, humanidade e educação. Dessa, forma, nos debruçaremos sobre algumas interlocuções possíveis a partir dos pensamentos desenvolvidos por Chimamanda Adichie e bell hooks.

A pensadora Chimamanda Adichie é escritora criativa nigeriana e grande nome do feminismo negro atual. Nasceu em 15 de setembro de 1977, em Enugu, embora tenha crescido em Nsukka, na Nigéria, localizado no continente Africano. Quinta filha de seis irmãos, sua família é de origem cultural Igbo, com mãe e pai falantes de igbo. Sua mãe, Grace Ifeoma, graduou-se em Sociologia e exerceu o ofício de tabeliã. Seu pai, James Nwoye Adichie, foi professor de Estatística da Universidade da Nigéria.

Ela completou o ensino médio no colégio da universidade onde seu pai lecionava e, posteriormente, estudou Medicina e Farmácia em Nsukka por um ano e meio, mas logo percebeu que não queria seguir essa carreira. Desde a juventude, teve contato com a literatura e escrevia suas

próprias histórias. Aos dezenove anos mudou-se para os Estados Unidos da América (EUA), com bolsa de estudos em Comunicação na Universidade de Drexel, na Filadélfia. Transferiu-se para a Eastern Connecticut State University, onde se formou em Comunicação e Ciências Políticas. Em 2003, defendeu seu mestrado em Escrita Criativa e no mesmo ano publicou seu primeiro romance, *Hibisco Roxo*.

Nos anos seguintes, a autora publicou outros romances ficcionais reconhecidos e premiados, que trazem histórias e dramas sociais de personagens nigerianos, assim como personagens imigrantes nos EUA. Em 2008, defendeu seu mestrado em História Africana pela Universidade de Yale, e publicou, em 2013, o romance *Americanah*, eleito um dos dez melhores do ano pelo *New York Times Book Review* e vencedor do *National Book Critics Award*.

Em 2009, sua conferência "O perigo de uma história única" no *TED Talks* ganhou visibilidade mundial, já somando mais de vinte milhões de visualizações no canal do YouTube. Em 2013, sua segunda conferência no *TED Talks*, "Todos nós deveríamos ser feministas", ganhou espaço nas redes sociais, fazendo parte da música *Flawless*, da artista estadunidense Beyoncé. Ambas palestras também foram transformadas em livros.

As conferências relacionam suas vivências e estudos acadêmicos para falar de como nossa ideia de sociedade hoje é construída a partir de uma visão histórica única contada pelos "vencedores", criando narrativas desumanizadoras, limitadas e unicamente negativas sobre as pessoas negras.

Chimamanda Adichie relata que seu primeiro contato com a literatura foi por meio de romances britânicos e estadunidenses. Neles, os personagens eram pessoas brancas de olhos azuis, que brincavam na neve e que falavam sobre como era bom um dia finalmente ficar enso-

larado. Eram temáticas distantes de sua realidade, porém foram as histórias às quais teve acesso. Quando começou a escrever suas próprias histórias, ainda criança, os personagens descritos eram os mesmos que ela cresceu lendo, assim, percebeu o “quão impressionáveis e vulneráveis somos diante de uma história, particularmente durante a infância” (Adichie, 2019, p. 13); ela pensava que as histórias só poderiam ser contadas dessa forma. Mas, ao conhecer livros africanos, descobriu que pessoas como ela também poderiam existir na literatura, outras possibilidades de mundo passaram a ser imagináveis para a pensadora, passando a ser esses os personagens que protagonizariam os livros que ela viria a escrever.

Ao longo de sua trajetória, Chimamanda Adichie foi colhendo vivências sobre o que nomeou de “o perigo de uma história única”. Quando se mudou para os EUA, percebeu que as outras pessoas tinham histórias únicas sobre ela, ao saberem que veio da África. O que essas pessoas conheciam do continente africano eram apenas histórias de tristeza, doenças, pobreza, paisagens de savanas e animais exóticos. Percebeu, também, que ela própria tinha formado em seu imaginário histórias únicas acerca de outros grupos sociais. Ela afirma que todas essas histórias únicas estão ligadas às relações de poder, do que “é a habilidade não apenas de contar a história de outra pessoa, mas de fazer que ela seja sua história definitiva” (Adichie, 2019, p. 23), o que pode criar discursos únicos de experiências negativas sobre o povo, impedindo que um olhar seja lançado para as outras características e histórias que o formam. A temática discutida pela autora nos permite entender que

as histórias importam. Muitas histórias importam. As histórias foram usadas para espoliar e caluniar, mas também podem ser usadas para empoderar e humanizar. Elas podem despedaçar a dignidade de um povo, mas também

podem reparar essa dignidade despedaçada (Adichie, 2019, p. 32).

A estudiosa propõe dialogar com a diversidade dos grupos sociais para que eles possam contar as versões de suas próprias histórias, as partes negativas e as positivas, reconhecendo nos conhecimentos desenvolvidos por pessoas negras um importante aporte epistemológico para refletir outros lugares e a multiplicidade de humanidades possíveis.

A pensadora estadunidense bell hooks foi professora, pesquisadora, escritora, teórica feminista e crítica cultural, referência no movimento negro e feminista. Batizada com o nome Gloria Jean Watkins, adotou o pseudônimo bell hooks em homenagem à sua bisavó, Bell Blair Hooks. Ela nasceu em 25 de setembro de 1952, no sul dos Estados Unidos da América (EUA), em Hopkinsville, Kentucky, e faleceu em 15 de dezembro de 2021, em Berea, Kentucky. Sua mãe, Rosa Bell Watkins, era dona de casa e seu pai, Veodis Watkins, era zelador. Foi criada com mais cinco irmãs e um irmão.

Na década de 1950, no sul dos EUA, uma das poucas opções de carreira para mulheres negras era a docência, então, desde a infância bell hooks se viu destinada a ser professora. Nos seus primeiros anos de formação escolar, estudou em escolas públicas, no contexto de segregação racial, destinadas apenas a crianças negras, com aulas ministradas em sua maioria por professoras também negras. Desde cedo, gostava de escrever e encontrou nessas escolas um ambiente de valorização da criatividade, com uma pedagogia que não estava voltada apenas para transmissão de conteúdos, mas para uma experiência educacional anticolonial e de resistência.

Na adolescência, perdeu o gosto pelo ambiente escolar, pois passou a frequentar escolas dessegregadas. Em

um contexto de ações afirmativas da luta dos movimentos pelos direitos civis – em especial do movimento negro, que lutou contra as leis que oficializam a separação entre pessoas negras e brancas nos assentos de transportes, nos bebedouros, nas escolas etc. –, a estrutura escolar de então ainda carregava a posição de subordinação para pessoas negras. Esperava-se a obediência, com aulas lecionadas por professores brancos que subjugavam a humanidade desse público e com um conhecimento centrado no acúmulo de informações.

Formou-se em licenciatura em Letras na Universidade de Stanford, na Califórnia, em 1973. Na academia, bell hooks também encontrou um ambiente autoritário. Neste espaço, lutou para ser uma pensadora independente e insurgente, por acreditar que a educação tem a capacidade de nos fazer livres. Em 1976, concluiu o mestrado em Inglês na Universidade de Wisconsin-Madison. Em 1983, concluiu o doutorado em Literatura, na Universidade da Califórnia, com um trabalho sobre a escritora negra Toni Morrison. Foi professora em diversas universidades e escreveu livros que abordam temas que dialogam com a pedagogia crítica, produção cultural, amor, autoestima e as relações de raça, gênero e classe.

Autora de diversos livros como *E eu não sou uma mulher? Mulheres negras e o feminismo* (1981) e *Teoria Feminista: Da margem ao Centro* (1984), partiu de sua experiência de vida e de sua atuação no movimento negro e do movimento de mulheres, questionando o machismo dos militantes homens negros e o racismo dentro do movimento feminista hegemônico branco de classe média. Encontrou nos escritos do brasileiro Paulo Freire um suporte teórico que a ajudou a elaborar seu entendimento da educação como uma ação libertadora e uma pedagogia crítica. Dessa relação surgiram obras como *Ensinan-*

do a *Transgredir: A educação como prática de liberdade* (1994). Sempre preocupada em desenvolver uma pesquisa que atingisse também as massas, bell hooks escreveu livros em uma linguagem acessível, como comenta em *O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras* (2000).

Também produziu livros infantis, como *Meu crespo é de rainha* (1999), *Minha Dança Tem História* (2002) e *A pele que eu tenho* (2004) por acreditar que “a literatura infantil é um dos locais cruciais para a educação feminista, para conscientização crítica, exatamente porque crenças e identidades ainda estão sendo formadas” (hooks, 2019, p. 46). bell hooks escreveu ainda, em seu livro *Teoria feminista: da margem ao centro*, que “o feminismo autoriza homens e mulheres, meninos e meninas, a participarem em condições iguais da luta revolucionária” (2019, p. 53). Ao fazer essa reflexão, a pensadora entende que o movimento feminista deve dialogar com todas as formas de opressão, pois entende que a raça e a classe promovem diferentes maneiras de vivenciar o mundo. Lutar contra o patriarcado não nega o fato de que homens negros não são beneficiados da mesma forma que os homens brancos na sociedade. Pela experiência do racismo, mulheres do movimento negro puderam verificar que possuem mais em comum com homens negros do que com a experiência vivida por mulheres brancas, em decorrência do sistema racista.

Isso não significa que as muitas mulheres negras não reconhecem o machismo exercido pelos homens negros, mas entendem que os homens também são afetados, com as devidas observações, pelo sistema patriarcal racista, que os tolhem de sentir, objetifica seus corpos e cria estereótipos de marginalidade de crianças e adolescentes. Não é possível lutar contra o sexismo se não for junto com

os homens. O feminismo é um movimento político que busca transformar a sociedade como um todo e, para isso, é necessário a participação de todas e todos.

É importante que pessoas brancas participem da luta antirracista, que contribuam e entendam seu lugar enquanto pessoas brancas racializadas que recebem privilégio em uma sociedade organizada de forma hierárquica, para que, assim, também lutem contra essas estruturas. Da mesma forma, a pensadora destaca a importância de homens também entenderem que possuem um papel fundamental na luta feminista, “isso não significa que os homens estejam mais preparados para liderar o movimento feminista; significa que eles deveriam participar da luta de resistência tanto quanto as mulheres” (hooks, 2019, p. 65). Por isso é interessante a perspectiva adotada pela pensadora bell hooks, de que o feminismo é para todo mundo, por entender que historicamente houve um movimento feminista branco hegemônico que excluiu diversos grupos, os quais colaboraram e colaboram para desenvolver uma compreensão mais complexa da sociedade, visto que nossas sociedades são atravessadas por marcadores como raça, sexo, classe, idade, orientação sexual, entre outros.

bell hooks argumenta que, antes de tudo, é preciso mudar a nós mesmas/mesmos, pois mulheres e homens são educadas/educados para a manutenção de um sistema racista e sexista, que pode ser observado nos currículos, nas escolas, nas universidades e nos ambientes de sociabilidades. O movimento feminista precisa ser antirracista. Uma educação baseada em uma visão feminista crítica, que esteja disposta a educar garotos e homens, junto com a conquista de direitos de garotas e mulheres, pode renovar nossa humanidade e ajudar a elaborar um movimento que seja realmente para todo mundo e colabore para uma sociedade igualitária.

Considerações finais

Partindo do entendimento de que as perspectivas e os estudos desenvolvidos por pensadoras feministas negras precisam ser valorizados na prática historiográfica e no ensino de história, compreendemos que um diálogo com intelectuais negras colabora para uma educação comprometida com o antirracismo, especialmente no contexto dos anos iniciais do ensino fundamental. Desta maneira, ler e conhecer essas vozes questionadoras possibilita reconsiderar nossas práticas e o ambiente escolar, ao conectar conceitos como raça e gênero para pensar como estamos elaborando a História, quais personagens estamos acionando em nossas narrativas e qual abordagem podemos adotar em busca de uma educação que valorize as várias possibilidades de existir de nossas crianças.

O Caderno de Atividades, que teve parte do aporte teórico que foi utilizado para o seu desenvolvimento apresentado aqui, buscou estabelecer um diálogo com professoras/professores dos anos iniciais do ensino fundamental, bem como com educadoras/educadores das séries seguintes do ensino básico, público e privado. Entendemos que é importante que pessoas brancas, mulheres e homens, também participem da luta antirracista, que contribuam e entendam seu lugar como pessoas racializadas, para também lutarem por uma sociedade mais igualitária. O antirracismo não é um movimento que deva ser defendido apenas por pessoas negras, mas, sim, um compromisso coletivo.

Precisamos chegar antes, para que crianças e adolescentes negras/negros tenham referências positivas de si e que ajam em direção à sociedade. A ciência histórica e a escola aparecem como espaços importantes para se

pensar os diversos agentes sociais educacionais. A escrita da história e a organização escolar refletem as concepções de humanidade que nossa sociedade carrega. Os pensamentos feministas negros possibilitam a ampliação de nosso olhar para as construções e silenciamentos em nossas narrativas históricas. Que autoras e autores utilizamos em nossas análises? Que mulheres e homens são apresentadas/apresentados em nossas narrativas históricas e de que forma? Pensar que nada é natural é um desafio que resulta em disputas e questionamentos que, por sua vez, refletem nossas identidades, brincadeiras e socializações no ambiente escolar. Por isso mesmo, podem abrir possibilidades de repensar e buscar mudanças, a fim de colaborar para uma educação antirracista.

Referências

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. *O perigo de uma história única*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

AKOTIRENE, Carla. *Interseccionalidade*. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo: a experiência vivida*. 5. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2019.

bell hooks. In: *Enciclopédia Mulheres da Filosofia*. Disponível em: <https://www.blogs.unicamp.br/mulheresnafilosofia/bell-hooks/>. Acesso em: 8 jan. 2024.

CARDOSO, Cláudia Pons. *Amefricanizando o feminismo: o pensamento de Lélia Gonzalez*. In: *Estudos Feministas*, Florianópolis, 22(3): 320, setembro/dezembro/2014.

Chimamanda Adichie (1977). In: *Biografias de Mulheres*

Africanas. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/africanas/chimamanda-adichie-1977/>. Acesso em: 03 jan. 2024.

GONZALEZ, Lélia. *Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos*. Organização Flavia Rios, Márcia Lima. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

hooks, bell. *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade*. 2. ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2017.

hooks, bell. *O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras*. 3. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2019.

hooks, bell. *Teoria feminista: da margem ao centro*. São Paulo: Perspectiva, 2019. Disponível em: <https://pdfs.semanticscholar.org/15b8/5c43ae733216f9b45d-181450d8ebbcc53acb.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2015.

MORAES, Eunice Léa de. *Educação libertadora e feminismo negro: uma teia conceitual de resistência à interseccionalidade das opressões de gênero, de raça e de classe*. Curitiba: CVR, 2021.

NASCIMENTO, Letícia Carolina Pereira do. *Transfeminismo*. São Paulo: Jandaíra, 2021.

NICHOLSON, Linda. *Interpretando o gênero*. 1999. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/11917/11167>. Acesso em: 21 jul. 2022.

RIBEIRO, Djamila. *O que é lugar de fala?* Belo Horizonte (MG): Letramento: Justificando, 2017.

PINHEIRO, Bárbara Carine Soares. *Como ser um educador antirracista*. São Paulo: Planeta do Brasil, 2023.

PINHO, Carolina; MESQUITA, Tayná Victória de Lima (org.). *Pedagogia Feminista Negra: primeiras aproxima-*

ções. São Paulo: Veneta, 2022.

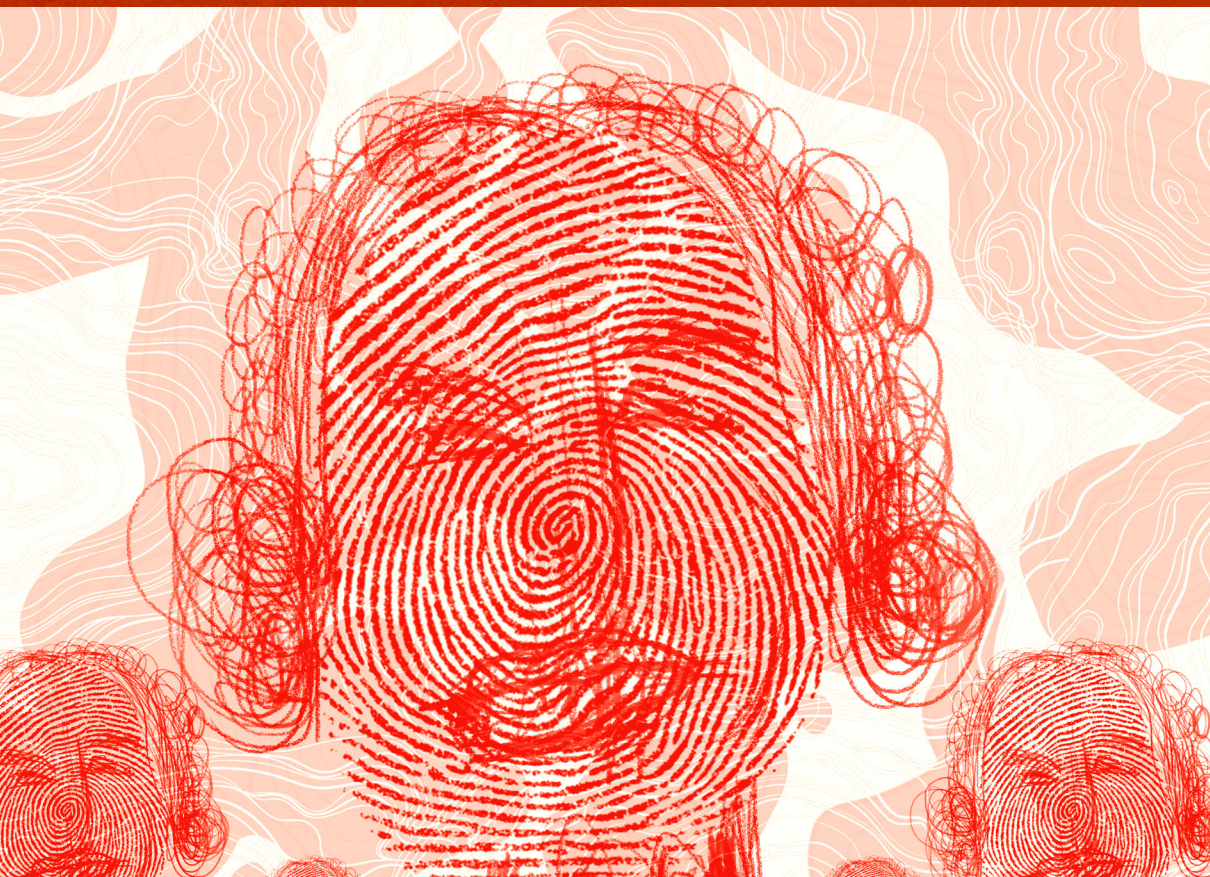
SILVA, Maria Aparecida da. Formação de educadores/as para o combate ao racismo: mais uma tarefa essencial. In: CAVALLEIRO, Eliane (org.) *Racismo e anti-racismo na educação: repensando nossa escola*. São Paulo: Selo Negro, 2001.

SOIHET, Rachel. PEDRO, Joana Maria. A emergência da pesquisa da História das Mulheres e das Relações de Gênero. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo: ANPUH, 2007.

17

PEC das Domésticas: uma análise interseccional da história das trabalhadoras domésticas negras

*Ana Victoria Leite Rocha
Claudia Cristina da Silva Fontineles*



Este trabalho tem como objetivo problematizar as desigualdades e hierarquias sociais vivenciadas pelas trabalhadoras domésticas no Brasil, por meio da análise da cobertura midiática acerca da equiparação dos direitos dessas profissionais em relação aos de outras categorias. A investigação é fundamentada na Proposta de Emenda Constitucional nº 72 de 2013, que estabeleceu a igualdade de direitos trabalhistas entre as trabalhadoras domésticas³⁵ e os demais trabalhadores urbanos e rurais, além da Lei Complementar nº 150/2015. O estudo concentra-se na cobertura realizada por veículos de comunicação de grande alcance, como *Folha de S. Paulo*, *O Globo* e *Estadão*, entre outros, no período de 2012 a 2015, quando os debates e discussões em torno do tema alcançaram maior visibilidade.

Além disso, refletimos sobre como a desigualdade social é evidenciada e perpetuada quando uma categoria profissional historicamente marginalizada – as trabalhadoras domésticas – se aproxima, por vias legais ou econômicas, das condições laborais das demais categorias. A representação midiática das transformações legislativas revela uma tentativa de reforçar fronteiras sociais, nas quais a desigualdade não só se mantém, como é naturalizada, contribuindo para a invisibilização de conquistas essenciais à construção de uma sociedade mais igualitária

35. Nesta pesquisa, utilizamos o termo “domésticas”, ao invés de “domésticos”, sempre que possível. Esta escolha terminológica se deve ao fato de que nosso foco é a trabalhadora (mulher). Além disso, nossa escolha é fortalecida pelo fato de que as mulheres representam 92% das pessoas ocupadas no trabalho doméstico no Brasil, das quais 65% são negras. Dado comprovado pela agência Brasil. Vilela, Pedro Rafael. Mulheres negras são 65% das trabalhadoras domésticas no país. *Agência Brasil*, 27 abr. 2022. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2022-04/mulheres-negras-sao-65-das-trabalhadoras-domesticas-no-pais#:~:text=As%20mulheres%20representam%2092%25%20das,das%20quais%2065%25%20s%C3%A3o%20negras>. Acesso em: 9 ago. 2024.

no mundo do trabalho

Nesse sentido, por meio de uma análise crítica do discurso midiático, buscamos problematizar os mecanismos pelos quais a mídia tanto perpetua estigmas quanto obstrui o reconhecimento integral dos direitos das trabalhadoras domésticas. Além disso, é fundamental compreendermos que o discurso emerge das relações de poder que permeiam os sujeitos sociais, sendo sustentado ou silenciado por motivações políticas, ideológicas e estruturais. Portanto, examinar as narrativas em torno da PEC das Domésticas durante sua implementação é crucial para identificarmos não apenas os argumentos contrários e favoráveis à proposta, mas também a quais grupos elas se dirigem e a quais interesses privilegiam. Assim, o discurso não deve ser entendido como algo neutro ou imparcial, mas como uma estrutura narrativa que, em grande parte, atende aos interesses das classes responsáveis por sua fabricação.

Diante de tais provocações, este trabalho busca destacar que, no momento histórico da promulgação da PEC das domésticas, a narrativa predominante foi marcada por uma preocupação centrada nas condições dos empregadores perante a necessidade de regulamentar o trabalho das trabalhadoras domésticas. Tal discurso negligenciou o histórico de subalternidade vivenciado por essas profissionais, tradicionalmente excluídas da história trabalhista brasileira. Em vista disso, pretendemos elucidar como o trabalho doméstico pode ser compreendido como um locus privilegiado para a análise das dinâmicas de privilégio e das desigualdades estruturais que formam o Brasil.

Este artigo está dividido em duas partes principais. A primeira parte objetivamos discernir o lugar histórico ocupado pelas trabalhadoras domésticas no Brasil, ado-

tando uma perspectiva interseccional³⁶ para analisarmos como esse espaço de trabalho tem sido historicamente marcado por exclusões sociais múltiplas e interligadas. Por meio dessa análise, discutimos como as desigualdades de classe, gênero e raça moldaram e continuam a moldar as experiências das trabalhadoras domésticas, consolidando uma posição de subalternidade trabalhista e social que é reproduzida e reforçada ao longo da história brasileira.

Na segunda parte, com base na análise das fontes e no referencial teórico-metodológico, examinamos como o contexto da promulgação da PEC das Domésticas expõe dinâmicas de poder no mundo do trabalho. Nosso objetivo é discutir como as narrativas sobre essa conquista histórica tenderam a minimizar sua importância para as trabalhadoras domésticas e, em sentido mais amplo, para a classe trabalhadora brasileira. A análise revela que a cobertura midiática e o discurso público frequentemente adotaram a perspectiva que leva em consideração a visão dos empregadores, destacando seus supostos ônus e preocupações, enquanto marginalizavam a trajetória de luta e as conquistas concretas dessas profissionais. Assim, este trabalho visa: (1) restituir às trabalhadoras domésticas seu lugar como protagonistas históricas de sua emancipação; e (2) desconstruir os arcabouços narrativos que, ao naturalizar desigualdades, invisibilizam avanços fundamentais na construção de direitos trabalhistas e cidadania efetiva.

36. Interseccionalidade é um conceito teórico desenvolvido por Kimberlé Crenshaw que analisa como diferentes eixos de opressão (como raça, gênero, classe e sexualidade) se interconectam de modo a produzir formas específicas de discriminação e marginalização. Originalmente aplicado para explicar a violência contra mulheres negras, o termo hoje é usado para examinar como identidades sociais sobrepostas criam experiências únicas de privilégio ou exclusão. Para tanto, ver: Crenshaw, Kimberlé. *Mapping the Margins: Intersectionality, Identity Politics, and Violence Against Women of Color*. Stanford Law Review, vol. 43, n. 6, jul. 1991, p. 1241-1299.

Trabalhadoras Domésticas na História: perspectivas interseccionais

Para concebermos o lugar histórico das trabalhadoras domésticas no Brasil, é essencial adotarmos uma perspectiva interseccional, capaz de revelar como gênero, raça e classe social se entrelaçam para moldar suas experiências ao longo do tempo. Essa abordagem permite enxergar que a predominância de mulheres negras e pobres nesse setor não é uma mera coincidência, mas o resultado de estruturas patriarcais e raciais profundamente enraizadas na formação social brasileira. Essas estruturas, consolidadas durante o período colonial e reforçadas ao longo dos séculos, perpetuaram um sistema de desigualdades que ainda se mantém nos dias atuais.

Desde o início da colonização, o trabalho doméstico foi marcado por uma lógica de opressão que associava as tarefas manuais a populações negras escravizadas. Durante séculos, as mucamas³⁷ assumiram funções que iam muito além das atividades domésticas, incluindo cuidados com os filhos dos senhores, a manutenção das casas e, muitas vezes, o atendimento de “demandas sexuais” dos homens brancos. Essas mulheres negras, em suas múltiplas funções, eram sistematicamente subordinadas, enquanto as mulheres brancas, aliviadas das responsabilidades do cuidado e da manutenção doméstica, consolidaram uma posição social superior.

Além disso, o trabalho doméstico no Brasil carrega uma herança direta da escravidão, um legado que define e perpetua estigmas associados à raça e ao gênero. Como

37. Mucama era a designação dada, no Brasil, às mulheres negras escravizadas dos seus senhores. Assim também era conhecida a moça escolhida para auxiliar em serviços domésticos ou fazer companhia a pessoas da família, geralmente as sinhás.

aponta Sueli Carneiro³⁸, “essa ocupação tem sido historicamente designada às mulheres negras, reforçando sua marginalização em uma sociedade estruturalmente racista”. Durante o período escravocrata, as tarefas atribuídas às mulheres negras, como o cuidado das casas, cristalizaram estereótipos como o de ‘mucama’ e ‘mãe-preta’, papéis que moldaram as representações sociais dessas mulheres e fixaram sua posição subalterna, e que é percebido na figura das trabalhadoras domésticas.

Ao refletir sobre a construção da identidade das trabalhadoras domésticas no Brasil, Lélia Gonzalez introduz o conceito de “mucama permitida”, ressaltando a continuidade simbólica entre a escravizada doméstica e a trabalhadora doméstica contemporânea. Para Gonzalez, mesmo após a abolição formal da escravidão, persiste o que ela denomina de “neurose cultural brasileira” — um conjunto de práticas e mentalidades que mantém as bases hierárquicas e racistas da sociedade colonial. Segundo ela:

“Quanto à doméstica, ela nada mais é do que a mucama permitida, a da prestação de bens e serviços, ou seja, o burro de carga que carrega sua família e a dos outros nas costas. Daí, ela ser o lado oposto da exaltação; porque está no cotidiano. E é nesse cotidiano que podemos constatar que somos vistas como domésticas. Melhor exemplo disso são os casos de discriminação de mulheres negras da classe média, cada vez mais crescentes. Não adianta serem “educadas” ou estarem “bem-vestidas” (afinal, “boa aparência”, como vemos nos anúncios de emprego é uma categoria “branca”, unicamente atribuível a “brancas” ou “clarinhas”). Os porteiros dos edifícios obrigam-nos a entrar pela porta de serviço, obedecendo instruções dos síndicos brancos”.³⁹

Neste âmbito, a trabalhadora doméstica encarna um legado histórico de subordinação que remonta ao período

38. Carneiro, Sueli. *Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil*. São Paulo: Selo Negro, 2011, p.128.

39. Gonzalez, L. *Racismo e sexismo na cultura brasileira*. Revista Ciências Sociais Hoje, 1984. p. 230-231.

escravocrata, particularmente no que diz respeito às mulheres negras. Embora a abolição tenha sido formalmente instituída, as estruturas simbólicas e hierárquicas perpetuam condições análogas à servidão, como destacado por Lélia Gonzalez. A autora demonstra como essas profissionais foram sistematicamente representadas de modo a reforçar sua subalternidade, com representações ancoradas na figura da “mucama permitida” — estereótipo que naturaliza desigualdades e silencia as violências estruturais vivenciadas por essas mulheres.

Esse conceito não apenas revela a naturalização das trabalhadoras domésticas como figuras subalternas no espaço doméstico, mas também desvela a perpetuação de estereótipos que cristalizam a ideia de um “destino racializado” para as mulheres negras na sociedade brasileira. Em outras palavras, a desigualdade que atravessa essa categoria profissional não se limita à sua manutenção estrutural: ela é ativamente legitimada, incorporada ao imaginário social como parte indissociável da “ordem natural” das relações cotidianas. Assim, seu trabalho é sistematicamente desvalorizado – não só deixando de ser questionado enquanto mecanismo de opressão, como também sendo negado em sua condição de labor digno e direitos plenos.

Além do exposto, cumpre ressaltar a necessidade de ampliar a historicização do trabalho doméstico para além do período escravocrata. Como demonstram os estudos, a imbricação entre trabalho doméstico e mulheres negras mostra-se inegável, porém é no contexto pós-abolição que essa dinâmica assume novas configurações⁴⁰. Esse

40. Importantes contribuições para se pensar esse contexto: Souza, Flávia Fernandes de. *Criados, escravos e empregados: o serviço doméstico e seus trabalhadores na construção da modernidade brasileira* (cidade do Rio de Janeiro, 1850-1920). Rio de Janeiro: UFF, 2017. Peçanha,, Natália Batista. “*Precisa-se de uma criada estrangeira ou nacional para todo o serviço de casa*”: cotidiano e agências de servidoras/es domésticas/os no mundo do trabalho carioca (1880-1930). Seropédica - RJ: UFRRJ, 2018.

período histórico - particularmente entre o fim do século XIX e as primeiras décadas do século XX - evidencia uma heterogeneidade na composição da força de trabalho doméstico, marcada pela presença majoritária de população negra já formalmente emancipada.

Nesse contexto de transição entre uma ordem escravista e os primórdios do capitalismo brasileiro, emergiram as primeiras tentativas de regulamentação do trabalho doméstico. Tais iniciativas, sob o pretexto de organizar o setor, tinham como objetivo central frear a rotatividade da mão de obra, privilegiando claramente os interesses patronais. Mais do que simples medidas administrativas, essas normas representavam um sofisticado mecanismo de controle social que perpetuava a exploração do trabalho doméstico, servindo aos propósitos das elites econômicas em processo de modernização.

Como demonstra a historiadora Flávia Fernandes de Souza em seu estudo sobre o Rio de Janeiro - então capital imperial - esse período assistiu a uma notável diversificação do contingente de trabalhadores domésticos. Escravizados, libertos, trabalhadores livres, nacionais e imigrantes compunham um mosaico laboral complexo, que coexistiam com crescentes demandas por regulamentação. O poder público, pressionado pelas classes dominantes, passou a implementar medidas que visavam principalmente:

Em linhas gerais, os estudiosos do tema observaram que, entre os anos 1880 e 1900, uma série de iniciativas foram tomadas ou esforços foram realizados por representantes governamentais e autoridades policiais objetivando o estabelecimento de regras para a atuação de trabalhadores domésticos em espaços urbanos brasileiros. De maneira mais ou menos padronizada, tais tentativas de regulamentação ou efetivas implantações de medidas regulamentadoras do serviço doméstico tiveram em comum, entre outros aspectos, a determinação de

que as criadas e os criados domésticos deveriam realizar uma matrícula, em órgão determinado para tal fim, bem como utilizar uma caderneta de identificação, para o registro de dados pessoais e questões concernentes aos contratos de trabalho. Da mesma forma, os historiadores que estudaram o assunto chegaram à conclusão que tal processo esteve diretamente associado à abolição da escravidão e à imediata pós-emancipação no Brasil.⁴¹

É possível notarmos que as primeiras tentativas de regulamentação do serviço doméstico no Brasil revelam uma clara orientação em favor dos interesses patronais e governamentais, em detrimento das necessidades das próprias trabalhadoras. A implementação de medidas como a caderneta e a matrícula demonstra um esforço sistemático de controle sobre essa categoria laboral, com o objetivo explícito de limitar sua mobilidade entre os espaços públicos e privados. Essas políticas de controle eram justificadas oficialmente por preocupações com a segurança e estabilidade doméstica. No entanto, os estudos históricos mostram que elas representavam, na prática, a continuidade de dinâmicas sociais de poder que buscavam subjugar e disciplinar um segmento composto majoritariamente por mulheres negras e de baixa renda. A caderneta, em particular, tornou-se um instrumento de vigilância e restrição da liberdade dessas trabalhadoras.

A análise dessas medidas regulatórias iniciais permite compreendermos que a legislação sobre trabalho doméstico serviu primordialmente como mecanismo de manutenção das hierarquias sociais. Mais do que proteger direitos, essas normas buscavam consolidar uma estrutura de dominação que remontava ao período escravocrata, agora adaptada às novas condições do trabalho livre. O caráter racializado e classista dessas políticas fica evidente quando se examina seu público-alvo principal.

Nesse âmbito, a regulamentação do trabalho do-

41. Ibid., p.397.

méstico assumiu um duplo papel: por um lado, respondia às demandas das elites por controle da mão de obra; por outro, reforçava a posição subalterna das trabalhadoras negras na estrutura social. Esse processo histórico ajuda a explicar as persistentes desigualdades que marcam a categoria até os dias atuais.

Em relação à criação das cadernetas no período do pós-abolição, a historiadora Natália Peçanha estudou especificamente como se deu a criação das cadernetas de controle para as trabalhadoras domésticas. Em sua pesquisa sobre a criminalização do serviço doméstico e de suas trabalhadoras, Peçanha destaca a relevância de uma abordagem interseccional para compreendermos como os marcadores sociais de raça, classe e gênero foram fundamentais para a construção de estigmas disseminados pela imprensa carioca no final do século XIX e início do século XX. Segundo Peçanha, as políticas emancipatórias, que culminaram na abolição da escravidão, trouxeram à tona o dilema de como lidar com a população negra recém-liberta. Esse cenário, no cenário do trabalho doméstico, foi caracterizado pela construção de uma imagem unânime da classe trabalhadora como “perigosa”, o que gerou uma necessidade de controle e disciplinamento:

A preocupação em relação à classe dos/as trabalhadoras mostrava-se como algo visível no mundo capitalista, tornando o serviço doméstico uma atividade que foi alvo de constantes argumentos acerca da idoneidade e periculosidade de trabalhadoras/es no alvorecer e consolidação do capitalismo. Desta forma, a questão da classe e do gênero, uma vez que a feminização do serviço doméstico foi um dos motivos para sua degradação, mostra-se como um ponto fundamental para o entendimento das diversas representações negativas em relação a esta atividade. Entretanto, sobretudo para o caso brasileiro, a questão racial andou junto, e, muitas vezes, determinou políticas de controle e disseminação de representações negativas sobre os comportamentos e práticas sociais das trabalhadoras negras.⁴²

42. *Ibid.*, p. 182.

Desse modo, a análise do trabalho doméstico no Brasil, especialmente o trabalho das mulheres negras, revela uma complexa teia de relações sociais que, ao longo da história, perpetuaram a marginalização dessas trabalhadoras. Como evidenciado pela pesquisa de Natália Peçanha, as práticas de criminalização e estigmatização do serviço doméstico se inserem em uma lógica de controle e disciplina que refletem a busca por uma ordem social que favorecia especialmente aos interesses da classe dominante. O processo de subordinação das trabalhadoras domésticas, especialmente das mulheres negras, nunca foi apenas uma questão de classe, mas sempre esteve intrinsecamente ligado à construção social da raça e do gênero.

A interseccionalidade, enquanto conceito teórico, se revela essencial para compreendermos como essas dimensões de classe, raça e gênero se entrelaçam e formam experiências únicas de opressão e exclusão. Para as trabalhadoras domésticas negras, a interseccionalidade não é apenas uma ferramenta analítica, mas uma chave para entendermos como a multiplicidade de marcadores sociais as posiciona de maneira distinta dentro da estrutura social e econômica do Brasil.

Ao adotarmos uma perspectiva interseccional, torna-se possível percebermos a multiplicidade de formas pelas quais as trabalhadoras domésticas negras foram atravessadas pela história. Sua identidade e posição social não podem ser compreendidas de maneira isolada, mas sim a partir de uma análise que considere a interdependência entre raça, classe e gênero, e como essas dimensões moldaram, e ainda moldam, as trajetórias e as lutas dessas mulheres. Nesse sentido, a interseccionalidade não só ilumina as desigualdades estruturais, mas também oferece um caminho para a compreensão das formas como essas trabalhadoras se constituem como sujeitas históricas, que

resistem e reagem a essa opressão de maneiras multifacetadas e complexas.

Portanto, entendermos o trabalho doméstico a partir da interseccionalidade nos permite percebermos a persistência de uma marginalização histórica que, longe de ser um fenômeno isolado ou de se restringir à escravidão, se prolonga na modernidade, configurando-se como uma das expressões mais evidentes das desigualdades de classe, raça e gênero no Brasil. Assim, a reflexão sobre essas questões exige uma análise que, ao mesmo tempo, reconheça as especificidades das experiências dessas mulheres, mas também situe essas experiências em uma perspectiva mais ampla de luta contra as diversas formas de opressão que as atravessam.

A Proposta de Emenda Constitucional das Domésticas: A Lei que expôs as Desigualdades de Gênero e Raciais no Brasil

A Proposta de Emenda Constitucional nº 72/2013, conhecida como PEC das Domésticas, surgiu como uma resposta histórica à precariedade jurídica que marcava o trabalho doméstico no Brasil. Aprovada em 2013, essa emenda constitucional estendeu aos trabalhadores domésticos direitos já garantidos a outras categorias profissionais, como salário mínimo, jornada de trabalho definida, adicional noturno, FGTS obrigatório e horas extras. A proposta buscava corrigir uma dívida histórica com uma categoria composta majoritariamente por mulheres negras, que durante décadas ficaram à margem da legislação trabalhista brasileira.

A mídia brasileira, ao abordar a PEC das Domésticas, privilegiou uma narrativa que enfatizava os impactos econômicos da medida para as famílias empregadoras.

Os principais veículos de comunicação destacaram repetidamente o aumento de custos para os patrões, muitas vezes apresentando a legislação como um ônus para as classes média e alta. Essa abordagem criou um enquadramento discursivo que colocava em oposição os interesses dos empregadores e os direitos das trabalhadoras. A cobertura jornalística do período revelou uma assimetria na representação dos atores envolvidos. Enquanto as preocupações dos empregadores recebiam amplo espaço nos noticiários, as vozes das próprias trabalhadoras domésticas eram frequentemente marginalizadas ou completamente ausentes. Os grandes meios de comunicação pouco exploraram como a nova legislação poderia contribuir para a redução das desigualdades sociais e de gênero no país.

O discurso midiático sobre a PEC acabou por reforçar estereótipos históricos associados ao trabalho doméstico. Ao tratar os direitos trabalhistas como “privilégios” e focar nos supostos prejuízos para os patrões, a imprensa perpetuou uma visão que naturaliza a subalternidade das trabalhadoras domésticas, em sua maioria mulheres negras e pobres. Essa abordagem ignora o caráter reparador da medida e seu potencial transformador para milhões de trabalhadoras brasileiras.

Ao observar como o trabalho doméstico é tratado no noticiário, nota-se a naturalização de posições de poder e o reforço das subalternidades de gênero e raça, além de uma clara desigualdade na valorização desse tipo de trabalho. A hipótese central é que, nos jornais impressos de grande circulação, a questão do trabalho doméstico está predominantemente vinculada a uma abordagem econômica, com ênfase nos impactos da nova legislação sobre a vida dos patrões.

Em outras palavras, o tema ganhou destaque na

medida em que as mudanças na legislação afetavam diretamente os interesses econômicos dos funcionários. Esse foco é, em grande parte, reflexo do perfil da audiência desses veículos: as classes populares consomem mais notícias veiculadas pela televisão, enquanto os jornais e revistas impressos, especialmente os de grande circulação nacional, são predominantemente consumidos pelas classes média e alta, por meio de assinaturas pagas. Além disso, o fato dos jornalistas, em sua maioria, virem dessas mesmas classes sociais reforçam essa visão predominantemente “classe média” sobre o tema. Dessa forma, o tratamento dado à questão do trabalho doméstico nos meios de comunicação reflete e perpetua as preocupações de uma elite econômica, muitas vezes em detrimento das perspectivas e experiências das trabalhadoras.

Esse viés pode ser observado na matéria “Patrão gastará R\$ 234 a mais por mês com a doméstica” (Figura 1), publicada no jornal *Folha de São Paulo*, que exemplifica a ênfase nas preocupações patronais com os custos adicionais decorrentes da regulamentação, sem abordar de forma significativa o impacto positivo da legislação sobre a vida das trabalhadoras.

Figura 1: Reportagem publicada em 21 de março de 2013, pelo jornal Folha de S. Paulo



Fonte: Kaoru, Thâmara; LAZARINI, Luciana; Gerciana, Cristiane. Patrão gastará R\$ 234 a mais por mês com a doméstica. Agora, 21 mar. 2013. Disponível em: <https://agora.folha.uol.com.br/trabalho/ult10106u1249868.shtml>. Acesso em: 18 abr. 2024.

A matéria enfatiza detalhadamente os cálculos sobre como a ampliação dos direitos, especialmente em relação às horas extras, influenciará os orçamentos domésticos de quem emprega trabalhadoras domésticas. O foco no impacto financeiro para os patrões obscurece o fato de que a PEC visa corrigir uma situação de desigualdade, buscando assegurar a essas trabalhadoras direitos básicos, como a remuneração justa por horas extras, previdência social e melhores condições de trabalho. Ao apresentar os números de forma alarmante, a reportagem reforça a percepção de que a legislação trará ônus para os empregadores, enquanto a valorização do trabalho doméstico e a promoção de justiça social são relegadas a segundo plano.

O mesmo acontece na matéria do *Estado de Minas*, intitulada “*Conquista das domésticas vai pesar bolso dos patrões*” (Figura 2), refletindo uma visão alinhada aos in-

teresses da classe média, ao destacar as dificuldades financeiras que a PEC das Domésticas impõe aos empregadores, em detrimento dos direitos conquistados pelas trabalhadoras. O foco no “fardo” das novas exigências financeiras e na complexidade das regras de jornada sugere uma deslegitimação das conquistas trabalhistas, tratando as empregadas como um “fardo” para os patrões, em vez de profissionais que merecem dignidade e reconhecimento.

Figura 2 : Reportagem publicada em 25 de março de 2013, pelo jornal Estado de Minas



Fonte: Lenoir, C, & Monteiro, T. (2013, 25 de março). A conquista das domésticas vai pesar no bolso dos patrões. Encontro. Estado de Minas. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/economia/2013/03/25/internas_economia,362382/conquista-das-domesticas-vai- pesar-bolso-dos-patroes.shtml#google_vignette Acesso em: 16 de fev. 2022

Tais abordagens evidenciam as resistências por parte das classes médias brasileiras às mudanças promovidas pela PEC, priorizando as preocupações dos empregadores e minimizando o impacto positivo da legislação sobre a vida das trabalhadoras domésticas. Em ambas matérias, a PEC é apresentada como uma complicação indesejada,

perpetuando a visão de que a relação com os empregados domésticos é um privilégio a ser mantido, em vez de uma relação laboral que deve ser regida por justiça e respeito.

A análise revela também que a relação entre patrões e empregados é frequentemente abordada sob a ótica da “parceria”, um termo que minimiza a desigualdade estrutural que caracteriza o trabalho doméstico. Essa noção de parceria não reflete a realidade das relações de poder, onde a dependência econômica e a vulnerabilidade das trabalhadoras estão sempre presentes. Ao promover uma narrativa que sugere uma relação de igualdade entre patrões e empregados, a mídia falha em capturar a complexidade das interações sociais que permeiam o trabalho doméstico, resultando em uma representação distorcida que perpetua as desigualdades existentes.

Além disso, a cobertura midiática frequentemente recorre à apresentação de dados econômicos e estatísticas que se concentram nas implicações financeiras da legislação para os empregadores, enquanto a vida das trabalhadoras continua a ser um assunto deixado de lado. Essa abordagem evidencia uma falta de sensibilidade para com as questões de gênero e raça que permeiam a ocupação, bem como uma resistência em reconhecer o trabalho doméstico como uma questão social relevante que demanda atenção e respeito.

A matéria “Nova divisão (forçada) do trabalho no lar: psicanalista prevê ‘confusão emocional’ para casais e até aumento de divórcios” (figura 3) , publicada pelo jornal *O Globo*, revela uma clara resistência da classe média à redistribuição das tarefas domésticas, especialmente no contexto das mudanças trazidas pela Proposta de Emenda à Constituição (PEC) das Domésticas. O uso do termo “forçado” na manchete sugere que a inclusão dos homens nas atividades do lar é percebida como uma imposição

indesejada, refletindo a resistência a uma reorganização mais equitativa do trabalho doméstico. A ênfase nas possíveis consequências, como o aumento de lucros, aponta para uma preocupação da classe média com a desestabilização das dinâmicas familiares tradicionais, mais do que com a promoção da justiça social ou a valorização do trabalho doméstico. Essa abordagem reforça a ideia de que a redistribuição do trabalho doméstico representa uma ameaça à estrutura familiar e social predominantemente, centrada na posição de gênero e na invisibilidade do trabalho das mulheres negras.

Figura 3: Reportagem publicada pelo Jornal O Globo em 07 de abril de 2013



Fonte: Spitz, Clarice; Andreoni, Manuela. Nova divisão (forçada) do trabalho no lar: psicanalista prevê 'confusão emocional' para casais e até aumento de divórcios. Para a antropóloga, a nova geração terá ganhos. *O Globo*, 07 abr. 2013. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/economia/nova-divisao-forcada-do-trabalho-no-lar-8048833>. Acesso em: 21 mai 2024.

Ao destacar as implicações emocionais e financeiras das mudanças legais, a questão ignora a relevância de uma reflexão mais ampla sobre os direitos das trabalhadoras domésticas e a necessidade de um reconhecimento mais equitativo dessa atividade. A resistência da classe média ao PEC das Domésticas, ao focar nos impactos sobre as famílias de classe média, sublinha uma visão desvalorizadora do trabalho doméstico, perpetuando a desigualdade

de de gênero e classe. Uma narrativa que sugere que a mudança é “forçada” e que ela pode gerar desequilíbrios emocionais nas relações familiares reflete um desconforto com a ruptura de estruturas de poder historicamente condicionantes, onde o trabalho doméstico é visto como exclusivo de mulheres ou de trabalhadores de classes mais baixas. Essa perspectiva revela um dilema social em que as classes médias e altas são privilegiadas, em vez de enxergar as mudanças como uma oportunidade para promover maior igualdade e justiça social.

A reflexão de Cida Bento sobre a branquitude⁴³ e seus pactos narcísicos se tornam particularmente relevantes ao analisar a resistência da classe média à Proposta de Emenda à Constituição (PEC) das Domésticas, que visava equiparar os direitos trabalhistas dos empregados domésticos aos de outros trabalhadores urbanos e rurais no Brasil. Para Bento, a branquitude se constitui como um pacto tácito, uma estrutura de privilégios que visa manter o status quo da dominação racial, social e econômica.

Esse pacto, longe de ser explícito, é sustentado por um silêncio coletivo que garante aos brancos a manutenção de privilégios, especialmente aqueles que se relacionam com a subordinação histórica das populações negras. A PEC das Domésticas, ao garantir direitos como descanso e jornada de trabalho, confronta diretamente a estrutura de privilégios da branquitude, ao ameaçar a posição racial e social construída ao longo dos séculos. Nesse sentido, a resistência das classes médias e altas à legislação não se dá apenas por uma questão de adaptação, mas como uma forma de proteger o pacto tácito que se posiciona como beneficiária de um sistema que historicamente explora a classe trabalhadora, predominantemente composta por mulheres negras.

43. Bento, Cida. *Pacto da branquitude*. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

A PEC, ao expor a dependência das classes médias e altas do trabalho doméstico, revela que ter uma empregada doméstica não era apenas uma questão de conveniência, mas sim um privilégio a ser suspenso e defendido. A resistência às mudanças que impactam diretamente esse privilégio reflete o medo da perda de um status simbólico e concreto, associado ao poder de controle sobre o trabalho da mulher negra. Esse momento evidenciou, ainda, como a visão da classe média se mantém enraizada em um pacto narcísico de autopreservação, no qual a perda do privilégio de ter uma empregada doméstica é vista como uma ameaça ao seu lugar social. A narrativa da branquitude, ao se aliciar na invisibilidade do sofrimento negro e na negação dos privilégios brancos, tem se sustentada por meio da marginalização e da desvalorização do trabalho doméstico. A PEC, ao mudar esse panorama, não apenas evidencia a luta pelos direitos das trabalhadoras domésticas, mas também desafia um pacto estruturante de desigualdade, mostrando que a manutenção dessa prioridade não pode mais ser naturalizada ou ignorada.

A resistência à PEC das Domésticas e a manutenção dos privilégios associados ao trabalho doméstico não apenas expõe as estruturas de branquitude, mas também destaca a urgência de se compensar a construção das identidades negras, especialmente por meio de uma lente interseccional. A interseccionalidade, como conceito, revela as múltiplas dimensões da opressão que as mulheres negras enfrentam, combinando as questões de raça, gênero e classe em uma teia complexa de exclusões e desigualdades. O trabalho doméstico, historicamente ocupado por essas mulheres, é um exemplo claro de como essas múltiplas camadas de opressão se entrelaçam, colocando-as em posições de subordinação não só no mercado de trabalho, mas também no tecido social. Ao

repensarmos as identidades negras sob essa perspectiva, é fundamental reconhecer que as conquistas, como as garantidas pela PEC, vão além da justiça trabalhista; elas são passos essenciais para a descolonização das mentes e das práticas sociais que ainda sustentam privilégios históricos.

Revisitar as formas de construção e representação das identidades negras permite que se desafiem as narrativas hegemônicas que naturalizam as desigualdades e a invisibilidade da contribuição das populações negras para a sociedade. A luta das trabalhadoras domésticas não é apenas pela garantia de seus direitos, mas também pela reconfiguração das identidades negras, que precisam ser pensadas de maneira plural e interseccionada. O reconhecimento e a valorização dessas identidades, assim como o rompimento com os pactos de branquitude e de privilégio, são fundamentais para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. É necessário, portanto, que a sociedade reexamine suas práticas e desconstrua os estigmas fiscais, abraçando a interseccionalidade como ferramenta central na luta pela igualdade e pela verdadeira emancipação das mulheres negras no Brasil.

Referências

AKOTIRENE, C. *Interseccionalidade*. São Paulo: Selo Sueli Carneiro; Editora Jandaíra, 2020.

ALMEIDA, S. *Racismo estrutural*. São Paulo: Selo Sueli Carneiro, Editora Jandaíra, 2020. BENTO, Cida. *Pacto da branquitude*. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BERNARDINO-COSTA, Joaze. *Sindicatos das trabalhadoras domésticas no Brasil: teorias da descolonização e saberes subalternos*. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

Brites, J. *Afeto e desigualdade: gênero, geração e classe entre empregadas domésticas e seus empregadores*. *Cadernos Pagu*, v. 29, p. 91-109, jul./dez. 2007.

BURKE, Peter; BRIGGS, Asa. *Uma história social da mídia: de Gutenberg à Internet*. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2004-2006.

CARNEIRO, Maria Teresa; ROCHA, Emerson. As mulheres da ralé. In: SOUZA, Jessé (org.). *A ralé brasileira: quem é e como vive*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009. p. 125-143.

CARNEIRO, Sueli. *Dispositivo de racialidade: a construção do outro como não-ser como fundamento do ser*. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.

CARDOSO, L. Branquitude acrítica e crítica: a supremacia racial e o branco anti-racista. *Revista Latinoamericana de Ciências Sociais*, v. 8, n. 1, p. 607-630, 2010.

CHALHOUB, Sidney. Trabalhadores e vadios; imigrantes e libertos: a construção dos mitos e a patologia social. In: CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2008.

CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo, 2016.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970*. Trad. de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São

Paulo: Edições Loyola, 2012.

GRAHAM, Sandra Lauderdale. *Proteção e obediência: criadas e seus patrões no Rio de Janeiro, 1860-1910*. Tradução de Viviana Bosi. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1992.

HALL, Stuart. *Cultura e representação*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio Apicuri, 2016.

HOOKS, bell. *Olhares negros: raça e representação*. São Paulo: Elefante, 2020. KILOMBA, G. *Memórias da planta-ção: episódios de racismo cotidiano*. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LINDEN, Marcel van der. *Trabalhadores do mundo: ensaios para uma história global do trabalho*. Campinas, SP: Unicamp, 2013.

MACHADO, Bárbara A. *O pensamento feminista “amefri-cano” e a ideia de articulação entre gênero, classe, raça e sexualidade: ferramentas de análise para a história das sociedades americanas*. *Revista Eletrônica da ANPHLAC*, n. 27, 2019.

NASCIMENTO, Beatriz. *Por uma história do homem negro*. In: RATS, A. *Eu sou atlântica: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento*. São Paulo: Instituto Kuanza, 2006.

PEÇANHA, Natália Batista. *“Precisa-se de uma criada estrangeira ou nacional para todo o serviço de casa”*: cotidiano e agências de servidoras/es domésticas/os no mundo do trabalho carioca (1880-1930). Seropédica - RJ: UFRRJ, 2018.

SOUZA, Flávia Fernandes de. *Criados, escravos e empregados: o serviço doméstico e seus trabalhadores na construção da modernidade brasileira (cidade do Rio de Janeiro, 1850-1920)*. Rio de Janeiro: UFF, 2017.

18

Movimento feminista: historiografando ideias e (ato)ações de mulheres décadas de 1970 e 1980

Luciana Farias de Araújo Andrade
Francisco de Assis de Sousa Nascimento



A reflexão proposta neste artigo é parte de uma pesquisa de doutorado no Programa de Pós-Graduação em História do Brasil, com início em 2023, que objetiva analisar as trajetórias das mulheres docentes e as disputas por espaços de saber e poder em interface com a categoria de gênero no período que corresponde a instituição da Escola Técnica Federal do Piauí ao Instituto Federal - Campus Teresina Central (1970-2000).

Não há como refletir os processos de inserção das mulheres em espaços de saber e poder sem reconhecer a importância dos movimentos feministas nessa arena de disputas. Segundo Scott (1992), a política feminista seria o primeiro passo para a escrita da história das mulheres, mas pondera sobre a polarização masculina e feminina, pois essa dificulta o entendimento do mundo com um outro olhar e nos aprisiona em conceitos prontos. A esse respeito, ela afirma:

A história das mulheres, sugerindo que ela faz uma modificação da "história", investiga o modo como o significado geral daquele termo foi estabelecido. Questiona a prioridade relativa dada a "história do homem", em oposição à "história da mulher", expondo a hierarquia implícita em muitos relatos históricos. E, mais fundamentalmente desafia a competência de qualquer reivindicação da história de fazer um relato completo quanto à perfeição e a presença intrínseca do objeto da história – o Homem universal (Scott, 1992, p. 63).

Analisar a circulação de ideias feministas e a organização dos primeiros movimentos em Teresina, na segunda metade do século XX, demonstra-se a importância da apreciação da história de homens e mulheres como um campo em que o poder é articulado. Ou seja, é nas relações sociais entre homens e mulheres onde se forja a manutenção e articulação do poder com base nos valores

dominantes, porém considerando como essas relações são constituídas de acordo com cada momento histórico.

Os anos de 1970 são caracterizados por uma reorganização do movimento de mulheres que se estabeleceu como um sujeito coletivo que marcou forte presença na cena política nacional, em especial nas mobilizações contra a carestia, reunindo principalmente mulheres pobres ou dos estratos médios organizados em associações de bairro e sindicatos para lutar contra a alta da inflação, por melhores condições de vida e pela segurança alimentar.

O movimento feminista e movimento de mulheres⁴⁴ representava a própria pluralidade dos movimentos, segundo Sader (2010), não refletia distinção em camadas ou classes sociais diversificadas, pois, muitas vezes, as pessoas circulavam de um movimento para outro, denotando diferentes formas de expressão.

Ainda sob um regime de ditadura militar, nos anos de 1970, sendo estes os mais difíceis, em que o general Médice governava com um aparato repressivo de grandes proporções, os espaços para qualquer tipo de manifestação pública foram reduzidos a zero. Especificamente a partir de 1975, em um momento inaugural, o general Geisel, que já havia assumido o governo prometendo uma distensão política gradual e controlada, teve o ano marcado na história do feminismo com a decisão da Organização das Nações Unidas – ONU, definindo-o como Ano Internacional da Mulher⁴⁵ e o primeiro ano da década da

44. O movimento de mulheres é um fenômeno anterior à década de 1970 e que continuou a existir paralelamente a todo o desenvolvimento do feminismo. Se não se pode tratar os movimentos de mulheres como algo totalmente dissociado do movimento feminista, deve-se reter de qualquer forma sua especificidade: foram movimentos organizados não para pôr em xeque a condição de opressão da mulher, como no caso do feminismo, mas para, a partir da própria condição de dona-de-casa, esposa e mãe, intervir no mundo público (Pinto, 2003, p. 43).

45. A Organização das Nações Unidas (ONU) institui 1975 como o Ano Internacional da Mulher e o período de 1975 a 1985 como Década da Mulher. O Objetivo dessas ações era possibilitar uma discussão, em nível mundial, das

mulher, realizando ainda uma conferência sobre o assunto na cidade do México.

A questão da mulher ganha, a partir daí, um novo status, tanto diante de governos autoritários e sociedades conservadoras como em relação a projetos ditos progressistas que viam com grande desconfiança a causa feminista. As primeiras manifestações do movimento feminista surgem como força coletiva elencando questões contra as desigualdades entre os sexos, passando a fazer parte da pauta política nacional (Pinto, 2003).

Claudia de Lima e Costa (2009) destaca que os movimentos feministas dos anos 1970 incidiram em um erro significativo não incorporando em suas agendas as demandas das feministas negras e lésbicas, que posteriormente fizeram fortes críticas a essa lacuna nos anos 1980. Mas, ainda assim, a reconstrução dos movimentos negros brasileiros deu-se no contexto de articulação dos movimentos sociais e feministas no cenário nacional. As mulheres negras estabeleceram seu espaço próprio de luta tanto no movimento feminista quanto no movimento negro (Nepomuceno, 2012, p. 400).

O início da década de 1980 marca o momento de consolidação do movimento feminista no Brasil, período em que o processo de redemocratização no país estava em curso e, para muitos analistas econômicos, é considerada como uma década perdida, enquanto para uma abordagem política esse momento, definitivamente, não foi o caso. O movimento feminista tomou novos rumos. A questão política parecia dominar o feminismo em 1982, quando das primeiras eleições gerais no país (exceto para presidente da República). Com o processo de redemocratização mais avançado surgia uma nova divisão entre as feministas: de um lado ficaram as que lutavam pela insti-

questões que tinham as mulheres como protagonistas, por exemplo, saúde, direitos sexuais e reprodutivos, cidadania, emancipação e violência.

tucionalização do movimento e por uma aproximação da esfera estatal e, de outro, as autonomistas, que viam nessa aproximação um sinal de cooptação.

Ao longo dessa década, surgem fortes grupos feministas temáticos, associados ou não a essa dicotomia, dentre eles se destacam os que passaram a tratar da violência contra a mulher e da saúde. Além disso, nos anos de 1980, nasce o que se poderia chamar de feminismo acadêmico, que teve como base de desenvolvimento o Departamento de Pesquisa da Fundação Carlos Chagas, em São Paulo, e em pesquisas de ciências humanas e educação realizadas nas grandes universidades do país, em algumas das quais surgiram Núcleos de Pesquisa em Estudos da Mulher.

Nesse artigo, nossa análise trabalha com fontes escritas e orais. No primeiro momento, pretende-se compreender como as ideias feministas circulavam na cidade de Teresina, na década de 1970, por meio de jornais impressos, sobretudo o jornal “O Dia”, já que nessa época ainda não se tinha movimento de mulheres e feminista organizado. No segundo momento, nosso foco serão os relatos de mulheres representantes do movimento feminista em Teresina durante a década de 1980, a partir de matéria veiculada pelo Portal Cidade Verde.

Ideias feministas em circulação

Em nosso processo de investigação as fontes jornalísticas através de seus discursos nos apontam preceitos, perspectiva de mundo e condutas determinando e fortalecendo atribuições sociais a serem efetuadas tanto por mulheres quanto por homens na vivência pública e privada. Agem como espelhos do comportamento feminino e também como incentivadores de mudanças de comporta-

mento, considerando que este meio de comunicação trabalha com uma representação como visão do mundo que pode ou não corresponder à realidade. Sobre isso, Tânia de Luca nos diz:

A escolha de um jornal como objeto de estudo justifica-se por entender-se a imprensa fundamentalmente como instrumento de manipulação de interesses e de intervenção na vida social; nega-se, pois, aqui, aquelas perspectivas que a tomam como um mero “veículo de informações”, transmissor imparcial e neutro dos acontecimentos, nível isolado da realidade político-social na qual se insere (Luca, 2005, p. 128).

Portanto, para análise do contexto local na cidade de Teresina, o jornal nos serve como importante suporte para apreensão da circulação de ideias e valores de mudanças e continuidades nas relações de gênero. A análise de matérias e notícias veiculadas, na década de 1970, com centralidade nas mulheres nos apontou indicativos. Observamos um número frequente de publicações, em especial no jornal “O Dia” que tratava de temas, como cuidado com a família, saúde, vestimenta, violências domésticas, vida social e, entre esses assuntos, também abordavam a liberação sexual, sexualidade, contracepção, divórcio, educação e trabalho.

Todas as mudanças ocorridas na década de 1970, que apresentamos no âmbito do contexto nacional reverbera nos noticiários locais. No contexto teresinense, não existia presença de movimentos de mulheres e feministas organizados, mas os jornais encarregavam-se da circulação destas ideias. Com relação a ampliação dos direitos das mulheres e do ideário feminista circulavam com muita frequência, tanto positiva, como na forma de resistência às mudanças na vida das mulheres.

Ao escrever e descrever o cotidiano, a imprensa vai construí-lo e inventá-lo com nuances únicas, pois lhe confere autenticidade na escolha de notícias e imagens. O

retrato da cidade e de seus reais moradores, bem como a criação e o imaginário do jornal, são realizados por meio do discurso jornalístico, que se constitui em um jogo de expressão de palavras e imagens (Sousa, 2021).

Imagem 1 - Embaixador brasileiro – Lauro Escorel – representa o governo na cidade do México (1975)



Legenda: "...é um erro permitir que as paixões políticas prevaleçam sobre os legítimos objetivos da reunião dedicada aos problemas das mulheres em todo mundo" e "insisto na necessidade de uma atitude mais sóbria com relação aos problemas de igualdade entre os sexos".

Fonte: Jornal "O Dia", 02 de julho de 1975.

A matéria apresenta a participação do representante da delegação do governo brasileiro em encontro sobre direitos das mulheres, ocasião em que esse demonstra forte discordância em temas relacionados a "igualdade entre os sexos" que, segundo ele, "está provocando declarações violentas e apaixonadas pelas mulheres", sendo necessário que o "plano que resultasse desse encontro respeitasse as peculiaridades culturais e nacionais de cada país". Tal reação do embaixador brasileiro demonstra resistência em aceitar propostas que impactariam diretamente na vida das mulheres, nas desigualdades de gênero, sobretudo

do nas relações de poder.

Outro tema que pautou debate e atravessou a sociedade brasileira e teresinense, confrontando valores tradicionais da família, inclusive de encontro aos preceitos da Igreja Católica, foram as discussões da Lei do Divórcio em 1977. Depois de 26 anos de luta política pelo divórcio, o senador Nelson Carneiro (MDB-RJ) conseguiu aprovar, no Congresso, emenda constitucional alterando trecho da Carta que impedia a dissolução do vínculo matrimonial. Foi essa mudança que abriu caminho para a Lei do Divórcio⁴⁶. Os debates sobre aprovação da Lei do Divórcio estiveram presente no cenário local, onde imprensa promovia enquetes:

Imagem 2 - Lei do divórcio: está no Congresso um projeto de lei criando no Brasil a instituição do divórcio



Legenda: Matéria que vem causando muitos debates em todo o país. Aqui em Teresina, O Dia saiu à rua fazendo perguntas a respeito do assunto. O resultado da enquete apontou grande maioria de pessoas contra o divórcio, principalmente famílias católicas, jovens que desconhecem o problema e recém-casados.

Fonte: Jornal "O Dia", 16,17 fev. de 1975.

46. A Lei do Divórcio permitiu que homens e mulheres voltassem a casar no civil. O Brasil acabou sendo um dos últimos países do mundo a instituir o divórcio. Dos 133 Estados integrantes. <https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/arquivo-s/divorcio-demorou-a-chegar-no-brasil/divorcio-demorou-a-chegar-no-brasil> acesso: 03/12/2024.

Em contraposição ao julgamento desta enquete, que resultou opiniões contrárias ao divórcio, em uma Coluna Social comandada por Elvira Raulino também foi realizada uma enquete com mulheres representantes de diferentes segmentos da sociedade teresinense sobre a provação ou não da lei. Segue a notícia:

Imagem 3 – Mulheres são a favor do divórcio



Legenda: "Em edição anterior "O Dia" ouviu opiniões de autoridades sobre a instituição do divórcio no Brasil. Hoje, através de Elvira Raulino, seis mulheres são pesquisadas sobre o assunto e todas elas se manifestam a favor da aprovação do projeto do senador Nelson Carneiro. A própria entrevistadora dá sua opinião na enquete realizada. Antes apenas homens, o arcebispo, um advogado e pessoas de outras classes sociais se manifestaram sobre o assunto... procurei ouvir opiniões de mulheres".

Fonte: jornal "O Dia", 20 de fevereiro de 1975.

Vê-se que os jornais, com suas matérias e notícias, influenciavam novos comportamentos, formas de pensar e agir diante das condições das mulheres e suas relações com as instituições, mesmo o jornal sendo um veículo de

comunicação acessível a uma parcela limitada da população de Teresina. As matérias sobre aprovação da Lei do Divórcio nos instigam a aprofundar o olhar sobre esse evento como uma importante ruptura, pois o consideramos como um ato de liberdade, visto que o divórcio é majoritariamente exigido pelas mulheres, mais até do que a inquietude dos domínios privado e público, já que se trata de um ato que força o privado a se tornar público.

Essa discussão acalorada deve ser analisada mais do que um acontecimento na história das mulheres. Se as consequências deste direito são objeto de debates, suas condições de produção podem nos interessar mais ainda, concedido numa alínea, num projeto de lei sem relação direta com a vida das mulheres, parece fora das lutas feministas que contribuíram para obtê-la. Reencontrar o sentido de um acontecimento que leva a ruptura, é recusar supostas evidências.

O movimento feminista brasileiro, mesmo com suas contradições e pouca visibilidade social, contribuiu de maneira fundamental no enfrentamento as desigualdades sociais e na garantia de direitos civis e sociais. É a partir dessa movimentação que as mulheres vão rompendo com a tradição cultural que lhes reservava o papel prioritário no espaço privado (casa e família), enquanto o espaço público era monopolizado pelos homens.

Mulheres no enfrentamento ao patriarcado

A iniciativa da ONU em instituir a Década da Mulher (1975-1985) se irradiou para um campo mais amplo dos direitos humanos e, com o surgimento do Movimento Feminino pela Anistia, em 1979, permitiu a volta das exiladas no começo dos anos 1980. Esse reencontro contribuiu

para fortalecer a corrente feminista no movimento das mulheres brasileiras unindo a luta pela democratização no Brasil com a discriminação específica das mulheres.

Fazendo um balanço da “década da mulher”, Moraes (1985) mostra que, após a retomada de movimento de massas no final de 1970, surgiram vários jornais feministas como o Brasil Mulher⁴⁷, Mulherio⁴⁸ e o Nós Mulheres⁴⁹, que denunciavam a opressão sexual das mulheres. Cresceu a presença feminina na arena nacional, como nos debates das eleições diretas para governadores, em 1982, e na luta por Diretas Já, de 1984. A criação do Conselho Nacional do Direito da Mulher, em 1984 foi resultado de uma mobilização Movimento de Mulheres pelas Diretas-Já (Pinto, 2010).

No campo das lutas gerais, o movimento feminista começou a demandar questões específicas de maior importância para as mulheres, como o enfrentamento a violência de gênero e em defesa da saúde reprodutiva. A luta contra a violência doméstica e demais violências sexistas possibilitou o surgimento de grupos de mulheres organizadas, como o SOS-Violência. O enfrentamento a violência contra a mulher tem importante conquista com a instalação da primeira Delegacia Especializada no Atendimento da Mulher – DEAM na cidade de São Paulo.

47. O periódico “Brasil Mulher” foi o primeiro periódico da imprensa alternativa feito por mulheres e dirigido às mulheres. O jornal era editado pela Sociedade Brasil Mulher. Sua primeira publicação se deu no ano de 1975, considerado pela ONU o Ano Internacional da Mulher e seu último exemplar foi publicado em 1980. Ao todo foram publicadas 20 edições (16 edições regulares e quatro edições “extras”) <https://acervo.fpabramo.org.br/index.php/jornal-brasil-mulher>. acesso:16.12.2024

48. O jornal Mulherio, ícone do jornalismo feminista brasileiro, foi publicado entre os anos de 1982 – 1988, período após a abertura política. <https://www.fcc.org.br/repositorios/mulherio/acesso:16.12.2024>

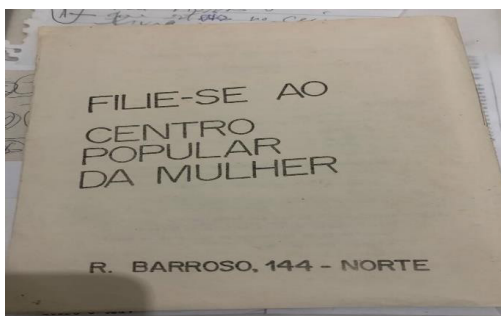
49. Jornal era publicado pela Associação de Mulheres. Teve curta, mas expressiva duração. Sua primeira publicação se deu no ano de 1976 e seu último exemplar foi publicado em 1978. Ao todo foram publicadas 8 edições. <https://acervo.fpabramo.org.br/index.php/jornal-n-s-mulheres>. acesso:16.12.2024

Ato(ações) primeiras ressonâncias em Teresina

As primeiras movimentações começam a surgir, em Teresina, no início da década de 1980, com convocações públicas nos jornais para organização das mulheres na cidade como a do Centro Popular da Mulher em 1984 publicada no jornal:

"Unificar e organizar as mulheres pela plena igualdade social. Este é o objetivo principal do Centro Popular da Mulher, que será lançado no próximo sábado em Teresina. A coordenadora do CPM, Maria do Espírito Santo Cavalcante, informou ontem que esse movimento surgiu em Teresina há pouco mais de um ano e está estruturado nos bairros da Nova Brasília, Promorar e Piçarreira. O trabalho inicial do CPM, segundo ela, é de conscientização. 'Mas nossa luta não é específica da mulher. Ela é geral'. As principais lutas encampadas pelo CPM são pela completa emancipação da mulher, ampliação do mercado de trabalho e contra a violência" (O Dia, 05 de dezembro, 1984).

Imagem 04 – Publicação no jornal do Centro Popular da Mulher em 1984



Fonte: Arquivo Pessoal – Jornalista/ativista Glória Sandes.

Como referência na historiografia local, o trabalho da historiadora Jayra Barros Medeiros, que objetivou ve-

rificar a participação direta e indireta das mulheres nos movimentos políticos sociais em Teresina nas duas últimas décadas do século XX, contribui para nosso estudo. Isso porque as ideias se transformam em (ato)ações das mulheres na cidade, nas décadas de 1980 e 1990. Elas passam a ocupar o espaço público, identificando-se ou não como feministas, observa-se um certo exercício de poder, pois o poder é uma característica inevitável e irrefutável de todas as relações sociais.

O “poder”, entendido como um termo polissêmico, no singular tem conotação política designando basicamente a figura central do Estado, que comumente se supõe masculina. No plural ele se estilhaça em fragmentos múltiplos, que equivale as influências difusas e periféricas, em que as mulheres têm grande parcela como afirma Michelle Perrot “Se elas não têm o poder, as mulheres têm, diz-se, poderes. No Ocidente contemporâneo, elas investem no privado, no familiar e mesmo no social, na sociedade civil.” (PERROT, 2017, p. 153). Assim, a análise do poder das mulheres também é um jogo de poder.

Nesse sentido, o movimento de mulheres na capital buscava uma maior organização, com o Centro Popular da Mulher que tinha como principais reivindicações: A luta pela emancipação da mulher, Direito ao Trabalho (ampliação do mercado de trabalho, direito a profissionalização, direito a creches e escolas), Direito a maternidade, Direito a vida social e política, liberdade de manifestação e expressão fora do lar (ESTATUTO-CPM, 1985)⁵⁰. Como resultado das primeiras (ato)ações das mulheres de forma mais organizativa temos a criação do Conselho Municipal do Direito da Mulher – CMDM⁵¹, em 1986, na cidade de

50. Arquivo pessoal – Jornalista e feminista Glória Sandes

51. O Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de Teresina– CMDM foi criado pelo Decreto nº 815, de 08/05/1986, e reorganizado pelas Leis nº: 2.220 de 11/08/1993, Lei complementar nº 3.970 de 12/05/ 2010; Lei nº 4.566 de 14 de maio de 2014 e Lei complementar nº 5.045 de 11/07/2017. Atualmente está

Teresina.

Para as representantes do movimento de mulheres teresinense, a Delegacia da Mulher foi uma conquista muito importante e simbólica, como resultado das lutas feministas lideradas por mulheres como Glória Sandes, Vilma Alves, Dulce Silva, na cidade de Teresina. Inicialmente, ocorreu o anúncio de criação da delegacia em 1985, porém só foi inaugurada em fevereiro de 1989, como relata Glória Sandes.

Imagem 5 - Movimento de mulheres teresinense a Delegacia da Mulher



Legenda: "Participei, quando era militante do Centro Popular da Mulher, juntamente com minhas companheiras de luta da época (Lourdes Rufino, Maria Gomes, Francineide, Marineide e tantas outras) da proposta de criação da primeira delegacia da Mulher em Teresina. Lembro que foi no segundo governo Alberto Silva. Fiz um protesto, por causa da demora em instalar e porque notamos que o governador não estava muito interessado, mas fez o maior alarde na inauguração. A filha dele foi que se interessou e então secretário de Segurança instalou. Meu protesto foi só entrar na delegacia depois que ele saísse, pois não permitiria sair na História com fotos junto do governador" (Portal cidadeverde.com/notícias/08/03/2021).

Fonte: <https://cidadeverde.com/noticias/342750/resistencia-mulheres-destacam-lutas-do-movimento-feminista-nos-anos-80-e-90>.

vinculado administrativamente à Secretaria Municipal de Políticas Públicas para a Mulher de Teresina-SMPM (Breve Histórico do CMDM, 2017, p.3).

“Esse foi um momento muito marcante, pois embora já tivesse contato com esses movimentos pela via da institucionalidade, uma vez que participei da assessoria de implantação de um Centro de Assistência Comunitária, no governo Lucídio Portela, a minha intervenção à época era no sentido de intermediar o atendimento às demandas apresentadas por eles. Enquanto agora estava somando com esses movimentos na condição de demandante. Foi assim que estive presente na luta pela implantação da primeira Delegacia da Mulher de Teresina, uma luta árdua considerando que os agentes institucionais de segurança pública não tinham o menor respeito para conosco, muitas vezes éramos motivo de deboche e como não recuávamos chegamos a receber ordem de prisão” (Dulce Silva, Portal: cidadeverde.com/notícias/08/03/2021).

O relato da jornalista e feminista Glória Sandes e de Dulce Silva, professora e feminista, revelam uma movimentação que aciona a sua memória individual e coletiva na luta com suas companheiras, num ato de resistência e rebeldia perante a figura do governador de Estado que, segundo ela, buscou fazer uso político de uma demanda muito significativa para a dignidade e proteção da vida das mulheres.

A vivência e experiência de Glória e Dulce deixa evidente que antes da instalação da Delegacia da Mulher existiram muitos tensionamentos entre movimento e poder público para implementação deste equipamento social tão importante na proteção das mulheres na cidade de Teresina. A questão da violência contra a mulher passou a ser tratada em delegacias próprias e, no âmbito da saúde, emerge como problema de saúde pública, que requer atenção especializada.

Nesse percurso, em consonância com as ações dos movimentos de mulheres e feministas, as mulheres conseguiram elevar também a participação no parlamento. De duas (2) deputadas federais eleitas, em 1978, passamos para oito (8), em 1982, e vinte e seis (26) em 1986. Importante destacar que, mesmo sendo apenas 10% da Câmara

Federal, essas 26 participaram intensamente dos debates na Assembleia Constituinte e foram imprescindíveis na garantia de direitos iguais entre os sexos no texto da carta. Destacamos a presença da piauiense Myriam Nogueira como deputada constituinte em 1986 (MEDEIROS, 2023). A Constituição de 1988 passou a ser uma das mais avançadas no que se refere à equidade de gênero ao incorporar e consolidar conquistas internacionais e nacionais como referência de um século de lutas feministas (Silva, 2011).

Ao fim, a década de 1980, como saldo positivo de todo esse processo social, político e cultural, deu-se uma significativa alteração da condição da mulher. Com a Constituição Federal de 1988, extinguiu-se a tutela masculina na sociedade conjugal. A nova Constituição estabeleceu a obrigatoriedade de concurso para preenchimento de cargos no serviço público. Essa medida favoreceu a entrada de mulheres em várias profissões e áreas, inclusive as socialmente consideradas masculinas.

Algumas impressões

A atuação de mulheres em movimentos sociais implica reflexões em torno de espaços sociais estabelecidos pela sociedade e que muitas vezes são burlados pelos grupos aos quais esses espaços são destinados. Com relação a isso, Michel de Certeau afirma que a razão técnica acredita que sabe como organizar do modo possível pessoas e coisas, ou seja, a cada um atribuindo lugar, um papel e produtos que deva consumir. Mas, o sujeito ordinário escapa silenciosamente a essa conformação (CERTEAU, 1994).

Pensar no direito das mulheres é um processo de (re) existência, de modos diferentes de existir, é um processo

de criação de identidades, visto que, se refletirmos sobre a experiência brasileira, percebemos um país de vasto território, onde as experiências não apenas dependem das formas como estas diferentes cidades se constituem, assim como mulheres que são muito diferentes entre si as vivenciam.

Nesse sentido, mesmo com processos diferentes de organização, algumas mulheres dos mais diferentes segmentos, mulheres em clubes de mães, sindicalistas, advogadas, professoras, lideranças políticas, compreenderam a necessidade de organização e articulação de forças para avançarem em temas de interesse das mulheres, exigindo melhorias na condição de vida, em âmbito nacional, e sobretudo na cidade de Teresina.

Referências

CERTEAU, Michel de. Introdução geral. In: *A invenção do cotidiano*. 1 a arte de fazer. 2º ed. Petrópolis, RJ: vozes, 1994, pp. 37-53.

COSTA, Cláudia de Lima e. Histórias/estórias entrelaçadas do(s) feminismo(s): introdução aos debates. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 17, n. 1, pp. 207-213, 2009.

ESTATUTO CPM. *O Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de Teresina*– CMDM foi criado pelo Decreto nº 815, de 08/05/1986, e reorganizado pelas Leis nº: 2.220 de 11/08/1993, Lei complementar nº 3.970 de 12/05/2010; Lei nº 4.566 de 14 de maio de 2014 e Lei complementar nº 5.045 de 11/07/2017.

LUCA, Tânia Regina de. *A história dos nos e por meio dos periódicos*. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes Históricas*, São Paulo. Contexto, pp. 111-153, 2005.

MEDEIROS, Jayra Barros. *Rastreando Trajetórias: mulheres teresinenses nos movimentos político-sociais (1988-1992)*. Teresina: Canção, 2023.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. *Violência: um problema para a saúde dos brasileiros*. In: BRASIL, Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. *Impacto da violência na saúde dos brasileiros*. (série B. Textos Básicos de Saúde). Brasília: Ministério da Saúde, 2005. pp. 09-41.

MORAES, M. L. Q. de. *Mulheres em movimento: o balanço da década da mulher do ponto de vista do feminismo, das religiões e da política*. São Paulo: Nobel; Conselho Estadual da Condição Feminina, 1985.

NEPOMUCENO, Bebel. *Mulheres Negras: protagonismo ignorado*. *Nova História das Mulheres*. Organizadoras: Carla Bassanezi Pinsky e Joana Maria Pedro. São Paulo, 2012, pp. 382-409.

PERROT, Michelle. *Os excluídos da história* [recurso eletrônico]: operários, mulheres e prisioneiros /seleção de textos e introdução Maria Stella Martins Bresciani; tradução Denise Bottmann. - 1. ed. - Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017.

PINTO, Céli Regina Jardim. *Uma história do Feminismo no Brasil* – São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003. – (Coleção História do Povo Brasileiro).

PINTO, Céli Regina Jardim. *Feminismo, História e Poder*. DOSSIÊ. *Rev. Sociol. Polít.*, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 15-23, jun. 2010.

SADER, Eder. *Quando novos personagens entram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo 1970-1980*. 1. Ed.5. reimp. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

SCOTT, Joan Wallach. *História das Mulheres*. In. Burker Peter (org.) *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo. Ed.: Unesp. 1992.

SILVA, Salete Maria da. *A carta que elas escreveram: a participação das mulheres no processo de elaboração da Constituição Federal de 1988*. Tese (Doutorado) Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2011.

SOUSA, Jenilda da Silva. *Entre o espaço público e o espaço privado: representações femininas veiculadas no jornal O Dia em Teresina/PI na década de 1970*, 2021. Dissertação (mestrado) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Programa de Pós - Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2021. 152f.

TERESINA. DOCUMENTO OFICIAL – Histórico. *Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Mulher* – CMDM, Teresina, 2019.

JORNAL "O DIA" - BRASIL QUER AMPLIAR A ATUAÇÃO DA MULHER –02/Julho/1975.

JORNAL "O DIA" - O PIAUIENSE É CONTRA O DIVÓRCIO- 16,17/Fevereiro/1975.

JORNAL "O DIA" - MULHERES SÃO A FAVOR DO DIVÓRCIO –20/Fevereiro/1975.

JORNAL "O DIA" - CENTRO POPULAR DA MULHER – 05/Dezembro/1984.

CIDADE VERDE - *Resistência: mulheres destacam lutas do movimento feminista nos anos 80 e 90*. Disponível em: <https://cidadeverde.com/noticias/342750/resistencia-mulheres-destacam-lutas-do-movimento-feminista-nos-anos-80-e-90>. Acesso em: 23 mar. 2025.

19



**Raízes do Brasil protofascista:
uma análise histórica do livro
*Essa Gente de Chico Buarque***

Marylu Alves de Oliveira



Torna-se ponto consensual no campo historiográfico a utilização da literatura como um importante artefato/documento de análise histórica, portanto, isso não é algo novidadeiro neste campo (Pesavento, 2005 e Perlatto, 2017). Entretanto, a literatura nos permite adentrar cada vez mais no campo vasto e amplo da História, uma vez que é possível observar de forma mais atenta os apelos da subjetividade no que se refere à representação de uma dada realidade; perfurar um campo único que une aquilo que é visto e aquilo que se cria sobre o que se observa; a literatura, nesse sentido, é de fato aquilo que as fontes escritas fingem não ser, real e invenção sobre o real. Apesar de a relação entre a História e Literatura já ter adentrado nesse vão das percepções consensuais, faz-se necessário um aprofundamento nos sentidos preenchidos por essa relação, ou seja, podemos questionar: o que da literatura nos interessa de forma específica para a percepção do universo histórico? Como o campo é vasto e qualquer tema pode ser abraçado para além da relação autor e obra, faz-se necessário um direcionamento mais específico para o que dessa *realidade real e inventada* o historiador deverá mergulhar, compartilhar, analisar, sentir e observar. Nesse sentido, afunilaremos o foco de análise para a relação entre História, Literatura e Política, no sentido de capturar a produção da subjetividade política sobre os eventos contemporâneos a partir da produção do autor Chico Buarque na obra *Essa Gente*, publicada pela editora Companhia das Letras no ano de 2019.

Essa gente... protofascista.

Chico Buarque é um dos grandes poetas, artistas e intelectuais brasileiros, reconhecido, sobretudo, pelo seu trabalho na produção musical que marcou e marca gerações. Tornou-se, enquanto produtor de obras artísticas-musicais, um dos intelectuais mais engajados da cultura brasileira, tendo vasto material da sua produção líteromusical sido censurado durante o período da Ditadura Militar (Leal, 2015). Filho de um dos maiores sociólogos/historiadores do país, Sérgio Buarque de Holanda, Chico “herdou” dessa árvore familiar o capital cultural que o possibilitou enveredar por mais de um caminho na produção intelectual nacional. Para além da reconhecida força dos seus textos que viraram canções de sucesso, este intelectual também acabou se tornando um literato de renome com obras premiadas e traduzidas para mais de 30 países.

Essa Gente narra uma história aparentemente coberta de aspectos já existente em outros enredos literários: a vida e produção de um livro por um autor renomado; a crise da escrita diante da sombra de um obra anterior bem sucedida; decadência intelectual; personagens moralmente questionáveis; crise de meia idade; relações parentais desgastadas; narrativa em forma de diário e cartas, enfim, diante de tal apresentação nada parecer ser muito inovador no que se refere a proposta da forma e conteúdo do livro, entretanto, a maior chave de leitura não está nos temas, na escrita fragmentada ou em cada história seguida ou perseguida por Manoel Duarte (falaremos da escolha do nome do personagem central mais adiante), o que gira a leitura para um patamar de percepção aguçado para a História é o fato de que todo livro está escrito acerca do universo que emerge diante dos olhos do escritor-perso-

nagem e que pode aparentar apenas um palco temporal onde os acontecimentos se desenrolam, mas que, no entanto, é o mote central para a percepção de todos os acontecimentos e personagens do livro: *as gentes* que emergem das profundezas e que ganham intensa visibilidade no tempo atual, são *as gentes* do Brasil protofascista da era Bolsonaro (Ferreira, 2023).

O tempo, nesse sentido, é um aspecto central da narrativa. O livro se inicia no Rio de Janeiro no dia 30 de novembro de 2018, pouco mais de um mês após eleição que tornou Jair Messias Bolsonaro presidente e que projetou politicamente no Brasil uma extrema-direita armamentista, punitivismo e neopentecostal. A temporalidade, elemento presente no início de cada tópico, situa o eleitor na emergência dessa nova era. Já na primeira carta/diário/memorial encontramos a manifestação dos começos da tragédia do personagem Duarte e da situação brasileira, como sugere o trecho:

30 de novembro de 2018

Meu caro,
Não pense que eu me esqueci de minhas obrigações, muito me aflige estar em dívida com você. Fiquei de lhe entregar os originais até o fim de 2015, e lá se vão três anos. Como deve ser do seu conhecimento, passei ultimamente por diversas atribulações: separação, mudança, seguro-fiança para o novo apartamento, despesas com advogado, prostatite aguda, o diabo. Não bastasse os perrengues pessoais, ficou difícil me dedicar a devaneios literários sem ser afetado pelos acontecimentos recentes do nosso país. [...]. (Buarque, 2019, p.05)

O personagem-autor, nesse primeiro momento, é-nos apresentado através de uma carta que foi enviada ao seu editor. Possivelmente temos acesso a uma replicação da missiva em um diário privado, ou, ao que parece, a um acervo de registros memorialísticos do personagem central. A carta, inicialmente, reproduz uma série de infor-

mações centrais que corroboram a nossa tese sobre *Essa Gente*, que na verdade o que parece ser palco dos acontecimentos, constitui-se no que realmente interessa nessa obra. Já nas primeiras linhas nos deparamos com a situação financeira do escritor e ficamos sabendo que a sua editora o havia adiantado uma quantia para a publicação de um novo livro que estava atrasado em sua produção em três anos. Para justificar o atraso e solicitar mais um adiantamento o escritor apresenta a sua crise generalizante, pois em meio à desaventurança da separação e adoecimento físico havia também a situação política do Brasil desde 2015. É notório que o ano de 2015 foi o início de uma crise institucional das mais importantes do Brasil recente (Avritzer, 2019). Após a reeleição de 2014 da presidenta Dilma Rousseff, o primeiro ano de mandato foi marcado pelas várias tentativas de desestabilização do seu governo pela oposição, em especial do PSDB, partido que questionou a lisura do processo eleitoral daquele ano (Globo, 2014) e as chamadas pautas-bombas lançadas pelo presidente da Câmara Eduardo Cunha, como uma forma de pressionar o governo da presidenta eleita, causando, portanto, uma desestabilização política sem precedentes (El País, 2015). Diante do quadro político, compreende-se o porquê daquele ano ser registrado como uma força para o entendimento da importância da questão política na narrativa do texto. É a partir de 2015 que a emergência, ou a visibilidade, de um discurso protofascista no Brasil se tornam mais claros. E isso se reflete nos anos subsequentes, não à toa a data inicial da obra, 30 de novembro de 2018, pouco mais de um mês após a eleição do presidente Bolsonaro, tornando-se bastante evidente na narrativa, uma vez que a conjuntura “atual” apresentada por Duarte era o resultado dos desdobramentos políticos de 2015. A vida do personagem central de *Esse Gente* mescla a sua desestrutura-

ção pessoal à desestruturação política do país. O tempo, ou seja, a emergência dessa era *protofascista*, portanto, é fluxo de entendimento central da narrativa da obra.

O personagem central é Manuel Duarte, escritor que nasceu no Rio de Janeiro no ano de 1953. Um sujeito branco, filho de um diplomata que se suicidou ainda quando este era criança. A mãe, por sua vez, o assombra como um personagem indecifrável, uma mulher livre, que por várias vezes deixou a família para viver seus impulsos passionais, algo que não era comum às mulheres da metade do século XX, mesmo que o mesmo comportamento fosse perfeitamente aceitável aos homens no mesmo período. Duarte lembra da aceitação passiva do pai sempre quando a mãe decidia voltar para casa, o que promove uma reflexão interessante acerca dos papéis de gênero e como isso se reflete na própria relação do personagem com as suas esposas e amantes. No momento em que a história se desenrola, Duarte vive uma crise financeira, produtiva e existencial, uma decadência com relação ao passado regado a empregadas domésticas, casas luxuosas, noites de luxúria e sem problemas financeiros. A crise se dá também em razão desse passado, que, na memória do personagem, não passa. Duarte em grande medida também pode ser considerado um reflexo dos privilégios de cor, classe e gênero que vem sendo questionados na contemporaneidade e vem forçando um novo repensar das existências sociais. Portanto, a narrativa é construída sobre o ângulo de um homem branco, classe média/média alta e de meia idade. Nesse sentido, o próprio Duarte é uma figura do passado, a memória de um passado latente que teima em não passar. Por outro lado, a complexidade desse personagem se dá também pelo fato de ser um escritor, um intelectual, e nesse sentido, um não ajustado completamente àquele passado. Talvez por isso tenha enveredado

por uma área “profissional” que não necessariamente se enquadraria com os interessantes da elite nacional. Entretanto, o ponto central/chave na biografia de Duarte só nos é permitido saber quando ao final da obra, é revelado que este havia sido um sujeito de esquerda que militou durante a juventude em movimentos de oposição à ditadura militar, algo perfeitamente ajustado ao perfil do militante de esquerda urbano na década de 1960/1970 traçado pelo historiador Daniel Aarão Reis Filho no seu livro *A revolução faltou ao encontro* (Reis Filho, 1989).

Um adendo deve ser feito com relação ao nome do personagem de Manuel Duarte, que na obra sempre é chamado apenas por Duarte. Talvez pela capacidade de produzir rimas, Chico Buarque faz uma espécie de gracejo com a escolha do nome do personagem central. Duarte, falado de forma rápida, sinaliza uma sonoridade muito próxima a Buarque. O personagem durante todo o livro é tratado apenas por este nome e não o nome completo. Longe de nosso interesse limitar uma análise de que este personagem seria um *alter ego* de Chico Buarque, muito pelo contrário. Entretanto, como apontamos no início do texto, a literatura é invenção sobre o real, é um real ficcionalizado. Não podemos deixar de mencionar que algo une o personagem ao autor, para além da escrita do livro, não no sentido de ser o personagem o próprio autor, mas no sentido de o personagem, em vários momentos, apresentar um real, em especial no que se refere à política nacional, experimentado pela vivência do próprio Chico Buarque.

Para além de Duarte, vários outros personagens surgem na trama para compor o quadro que o autor chamaria de *Essa Gente*. As *Gentes* apresentadas na obra buarqueana começam a apresentar um país onde é possível a emergência de um projeto *protofascista*, lugar em que

este emerge e do qual ele se alimenta. O quadro é pitoresco e ao mesmo tempo profundamente realista, de um realismo-fantástico. Já nas primeiras páginas somos apresentados ao “neguinho” Everaldo Canindé e à sua mãe, a empregada doméstica que deixou o filho ser castrado por um pastor para continuar com a bela voz fina, - tal episódio remete a um passado em que isso era comum entre as elites europeias. Os *castratis*, eram jovens castrados pela Igreja Católica para exerciam o canto nas igrejas, prática muito comum entre os séculos XVI e XVII (Augustin, 2013). A apresentação do jovem *castrati tupiniquim* é uma alegoria que se apresenta nesse episódio remetendo a um país que se espelha em práticas medievais, percebemos nessa representação, que há nesses personagens a presença de um passado que parece estar latente e que a todo momento se agarra e resiste aos grupos de poder. A descoberta da capacidade de canto daquele garoto pobre, deu-se no momento em que a criança começa a entoar na cozinha da casa dos ricos patrões os hinos evangélicos que a mãe gostava, e, em razão dessa prática, acaba chamando a atenção do dono da casa, um maestro que além de abusar sexualmente também havia iniciado a criança “na ópera, nas partituras, nos solfejos, até alcançar o sublime nas árias de Mozart. Aquela voz angelical...” (Buarque, 2019, p,07). Posteriormente, acompanharemos a ascensão artística do jovem sob o domínio religioso evangélico que passaria a empresariá-lo. A castração pode ser entendida como uma espécie de metáfora clássica sobre o passado religioso que nos colonizou, uma vez que os *castratis* em sua origem estavam ligados ao canto religioso católico, portanto, a dominação e castração física estiveram ligadas a um impulso religioso em sua origem. O fato de posteriormente o jovem ter como empresário um pastor de confiança de sua família, mostra como Chico Buarque nos

apresenta a realidade das Igrejas Neopentecostais e como estas encontram espaço em mentes e corações de muitos sujeitos da periferia no Brasil contemporâneo.

No entanto, não é apenas nesse momento que a Igreja Evangélica se faz presente na obra, e esse é um ponto interessante que leva em consideração a dimensão política-religiosa que o país se encontra com a presença no parlamento federal da chamada “bancada da bíblia” e que acaba também conduzindo o debate político para o campo moral/religioso, muitas vezes evocado no corpo da obra (Silva, 2019).

Outros personagens apresentados são os mais próximos à Duarte: o filho, Maria Clara, a ex-esposa, e a sua atual companheira, Laila. Maria Clara e Laila representam o segmento intelectual, classe média e militante de esquerda que compreende a situação do Brasil do ponto de vista político, naquele ano de 2018, como “insuportável”, e decidem sair do país rumo à Europa. Roseane, também ex-mulher de Duarte, é apoiadora do presidente Bolsonaro, possuindo uma estátua banhada a ouro do então presidente na sua janela com “faixa presidencial e tudo”. Essa personagem tende a estabelecer vínculos sociais com base no sucesso ou no potencial de obter vantagens financeiras por meio das amizades, sendo retratada na obra como uma figura interesseira — ou, mais precisamente, como uma alpinista social. Ainda assim, mantém relações sexuais frequentes com Duarte, apesar de considerá-lo um fracassado.

Um dos personagens que tem importância sumária na obra é o sargento negro Agenor, que salvou Duarte de um afogamento. Agenor é casado com a Rebekka, uma holandesa que veio ao Brasil por causa das músicas que escutou quando pequena no LP Orfeu Negro. Agenor e Rebekka vivem na favela do Vidigal e representam a vi-

vência periférica na obra. Também somos apresentados aos personagens “menores” na trama, mas que são fundamentais para a compreensão da situação política do país e *dEssa Gente*. O rapaz “mulato franzino” passeador de cães que posteriormente se envolve em um assalto; a moradora do apartamento 201, a juíza Marilu Zambala, que sempre recorre a sua condição juíza para tentar impor um padrão moral ao prédio de classe média alta no qual também vive Duarte, o edifício Saint Eugene; Fúlvio Castello Branco, amigo antigo de Duarte, sócio do Country Club; Napoleão Mamede, empresário do agronegócio e amante de Roseane; entre outros pequenos personagens que aparecem rapidamente na trama. Todos esses personagens simbolizam uma parte do Brasil, formando um retrato rico e multifacetado da moralidade e da estrutura social desigual do país.

Essa Gente mescla uma gama de sujeitos que tendem a apresentar e, muitas vezes, explicar o quadro e a situação política do Brasil pós-2018. Chico Buarque ao mesmo tempo que representa, revela um conjunto de personagens que exibem de um lado um Brasil cruel e violento, por outro lado, um Brasil sem força de organização ou resistência ao avanço de um conservadorismo, do discurso religioso e da extrema-direita. Da cordialidade, termo usado pelo historiador Sérgio Buarque para exemplificar um Brasil composto por sujeitos que teimavam em quebrar as relações hierárquicas; que necessitavam de intimidade para a emergência de uma coletividade; que desejavam a aproximação imediata com o outro através do uso dos “inhos”, como uma força de estabelecer relações íntimas; que ansiava em encontrar no estranho um coletivo (Holanda, 1997 p.148), em Chico Buarque esse país cordial, da busca por intimidade, de um coletivo enviesado, cai completamente por terra. Neste país *protofascista* ninguém é

chamado por diminutivos, os nomes e as coisas são cruas, extensas e violentas, separadas e mortais. Tal aspecto pode ser exemplificado em uma passagem quando o personagem Fúlvio, amigo antigo de Duarte e membro do Country Club, chuta um homem por estar dormindo na frente daquele clube social. A análise sociológica/histórico/política de *Essa Gente* separa uns dos outros, levada ao extremo pela violência da situação política atual, violência não apenas contra o corpo físico humano, mas uma violência que fragmenta e atomiza os sujeitos em uma sociedade *protofascista*. Não somos Brasil, somos esse ajuntamento de **gentes** tão estranhas e diferentes uns dos outros e que não se enxergam uns nos outros.

Talvez por isso o texto, assim como as pessoas apresentadas no livro, seja fragmentado, e, possivelmente, só assim seja possível pensar o Brasil contemporâneo naquela obra. A partir desses cacos e pedaços de histórias, que em um primeiro momento parecem soltas, mas que no final formam o mosaico da sociedade e de uma *gente* que apoiou um projeto político que fragmenta os sujeitos cada vez mais.

Alguns episódios serão utilizados para exemplificar. O primeiro deles é o do passeador de cães. Duarte saindo de casa para uma de suas caminhadas, nas páginas iniciais do livro, encontra-se com esse sujeito tentando devolver o cachorro da ex-esposa Maria Clara ao porteiro do prédio em que ela morava, já que esta estava no médico com o filho do casal e não havia ninguém para recebê-lo em seu apartamento. O porteiro se recusa a ficar com o animal. Ao retornar noite adentro, Duarte vê o jovem passeador ainda sentado no meio-fio esperando para entregar o labrador. Diante de tal situação, o escritor segue seu caminho, chega no seu prédio, entra no seu apartamento, janta, trabalha, assiste a TV e a cena do passeador ainda

persiste em sua memória. Ele então desce até a garagem, pega o carro, dirige até o condomínio da ex-esposa e oferece carona ao passeador e ao cachorro, convidando o jovem para jantar e passar a noite no seu apartamento, ao que o jovem, depois de gratidão, pergunta de forma violenta e crua se o ato de solidariedade precisava ser pago com favores sexuais (Buarque, 2019, p.09).

Tal situação não deixa de ser chocante e ao mesmo tempo real. Em uma sociedade atomizada, individualizada, que se baseia em um processo eleitoral e social com base na violência generalizada. Um ato de boa ação passa a ser problematizado sobre os interesses violentos contidos em sua origem. O episódio revela violência linguística ("se tem que comer meu cu") e social, pela crueza da situação, mas não deixa de ser menos cruel a ocorrência passada pelo passeador, que se vê obrigado a cuidar do cachorro por horas a fio sem remuneração extra e sem quaisquer condições básicas para tal ato. O descaso da dona do animal, que era uma mulher de esquerda e progressista, a impossibilidade do porteiro em ficar com o cão, a falta de condições do trabalhador que faz com que um pobre aceite esse trabalho precarizado, traz à tona um conjunto de situações cotidianas e ao mesmo tempo violentas, que são normalizadas nesses tempos *protofascistas*.

Meses depois desse episódio, Duarte relata a cena de uma confusão generalizada na sua rua, em frente ao prédio de sua ex-esposa. O tumulto ocorre em razão de um assalto com refém. Ao chegar mais perto do acontecimento, e ouvir os sussurros dos outros transeuntes, Duarte vê um vulto negro segurando por trás o porteiro do prédio de Maria Clara. A polícia havia sido acionada porque o assaltante entrou em um dos apartamentos e a vítima, que posteriormente saberemos ser a própria Maria Clara, gritou por socorro. Os vizinhos, ao ouvirem o pedido, cha-

maram a polícia que chegou antes do assaltante escapar, fazendo o porteiro de refém. O desfecho se dá da seguinte forma:

Aparentemente a fim de se entregar, o assaltante solta o porteiro e baixa a arma, mas de repente sacode a cabeça e cai duro no chão. Foi um tiro na testa que tomou, disparado talvez de alguma janela vizinha por um atirador de elite. Deitado de costas, se contorce inteiro ao levar mais uns tantos tiros à queima-roupa. Depois se aquieta, os meganhas continuam baleando o cara, na barriga, no peito, no pescoço, na cabeça, eles o matam muitas vezes, como se mata uma barata a chineladas. Aos hurras e aplausos, os espectadores descem dos prédios e dos carros e correm para o palco da façanha. O policial do megafone retira de um golpe o capuz ensanguentado do sujeito, e na sua cara deformada reluto em identificar meu conhecido, o passeador de cães. (Buarque, 2019, p.70)

A cena não termina com o assassinato do passeador de cães. Duarte continua relatando que a turba segue em direção ao passeador para chutá-lo, mesmo após sua morte. O aspecto mais brutal dessa sequência, além da violência explícita, está na reação dos espectadores, que comemoram o assassinato como um ato positivo em nome da manutenção da ordem e da suposta organização social.

“— É isso aí, Mestre! Tem que acabar com a raça de bandidos!” (p. 103), exclama o segurança do cônsul japonês ao ver Duarte com a arma de Maria Clara na mão. Isso ocorre porque, ao tentar se desfazer da arma que sua ex-esposa havia comprado após o assalto cometido pelo passeador de cães, Duarte, desajeitado, a esconde na cintura, mas o elástico da calça cede, incapaz de sustentar o peso do revólver. A sanha punitivista dos transeuntes, dos porteiros e das vozes que ecoam das janelas (p. 104) revela um desejo coletivo de vingança, que acompanha os discursos e posturas do então presidente eleito, Jair Messias Bolsonaro — cuja retórica era marcada pela ideia de que “bandido bom é bandido morto” (Carta Capital, 2019).

Foi, portanto, *Essa gente* que celebrou a morte do pas-seador de cães e que apoiava um homem armado pronto para matar qualquer criminoso. Em grande medida, foi também *essa gente* que sustentou um projeto político alicerçado em um discurso armamentista e punitivista (Folha, 2021). É, assim, *Essa gente* que se manifesta e ganha vida nas páginas do livro.

Deste modo, o livro está prenhe desses sujeitos e episódios. Apinhado de sujeitos que apoiaram esses tempos políticos que haviam chegado nos braços de Bolsonaro. A cena narrada lembra um outro episódio ocorrido no Rio de Janeiro no mesmo ano de 2019, quando o governador do Estado, Wilson Witzel, comemorou o assassinato do sequestrador de um ônibus no dia 20 de agosto, provocando um grande debate nas redes sociais, e na mídia de uma forma geral, sobre a manifestação efusiva do governante, com pulinhos e soquinhos no ar em comemoração ao ocorrido. Algumas informações que circularam na imprensa no período, indicavam que o sequestrador sofria de transtornos mentais e usava uma arma falsa. (Correio Brasiliense, 2019). Inclusive, a figura do ex-governador do Rio de Janeiro é discretamente mencionada no texto. Ao tentar marcar um encontro amoroso com a ex-esposa Roseane por telefone, segue-se o seguinte trecho:

23 de março de 2019

- Alô? Alô? Oi, Bia. Eu não estou te ouvindo. Bia? O sinal está fraco, Bia, deixa eu ir lá fora. Alô. Pronto, o que houve? Ah, de novo? Eu pensei que fosse coisa importante. Sei. Mas não vai dar para ficar falando, eu estou na casa dele. Sério, por que é que você cismou comigo? Ora, Duarte, o que te falta é uma mulher solteira e carente na praça. Qualquer uma, por que tem que ser eu? Taramba, eu? É você que na cama parece um chimpanzé, um bonobo. Eu vou já entrar, Duarte. Estão me esperando. Algum dia, talvez. Semana passada era mais fácil, ele viajou com o filho. Eu vou pensar. Mas só se for para tomar um uísque e nada mais. Ah, ha, ha, gostou de eu te chamar de Bia? Amanhã eu não posso, nem adianta ligar.

A semana inteira estou cheia de compromissos. Sociais, profissionais, uma coisa puxa a outra. No outro domingo? **Eu acho que pode ser. Espera aí, dia 31 eu tenho jantar no palácio Guanabara. Canalha por quê? Agora para você todo mundo é fascista.** Você conhece ele? Pois é super gente boa. Eu fui sondada para renovar o mobiliário do palácio, só para você saber. Seu idiota, o Napoleão não têm nada a ver com isso. Você continua o mesmo, só que me jogar para baixo. Você é um fracassado, Duarte. Um loser, é isso que você é. Cai fora, Duarte. De uma vez por todas, cai fora. (BUARQUE, 2019, p.79) (grifo nosso)

Duarte observava as ações dos sujeitos em sua volta, seu personagem, nesse sentido, é usado como forma de definir os agentes políticos e sociais ao seu redor. Mesmo não nomeado, o governador do Rio de Janeiro aparece definido como fascista, pela forma como a ex-esposa retruca Duarte: **“Agora para você todo mundo é fascista”**. Essa percepção não é aleatória, o personagem enxerga o contexto político, os discursos que elegeram Bolsonaro e o governador do Rio de Janeiro, Duarte os define sem dizer seus nomes, apresenta suas características sem necessidade de fazer um discurso político mais explícito ou militante, apenas define. Nesse trecho, outro aspecto também pode ser apresentado. As marcas da ascensão de Roseane nos espaços de poder são definidas pelos contatos sociais, em especial por sua relação amorosa Napoleão.

Por fim, destaca-se a própria figura de Duarte. Filho de um desembargador, o personagem representa o intelectual progressista, mas também se configura como um anti-herói: vive uma trajetória sem linearidade, sem militância definida, preocupado com o despejo por atraso no aluguel, boêmio, e reprodutor de um machismo evidente nas descrições vulgares dos corpos femininos. Além disso, é ausente como pai, deixando o filho sob os cuidados da ex-esposa.

Na obra, não há redenção para essa esquerda, que

é retratada como uma esquerda da zona sul carioca, do Leblon — elitista, intelectualizada, que traduz Shakespeare para o português e cogita deixar o país após a eleição de Jair Bolsonaro.

Também não há mais espaço para alguém se declarar de esquerda sem consequências. A velha “caça às bruxas”, ou melhor, a antiga perseguição aos comunistas, reaparece na forma de bullying sofrido pelo filho de Duarte na escola. Se antes as provocações entre adolescentes estavam associadas a características físicas ou emocionais, no contexto bolsonarista e protofascista, o alvo da chacota torna-se político — como ocorre com o filho do protagonista.

Como não tinha amigos da sua idade, lembrou-se do cafofo do Agenor, e de nada adiantou Rebekka lhe dizer que a mãe ia ficar triste, que àquela hora ele deveria estar na escola. A Rebekka acreditou que eu faria valer a autoridade paterna, mas sem erguer os olhos ele me comunica que à sua escola não volta de jeito nenhum, por causa do bullying. Dou risada, mostro como também guardo o pinto do lado contrário, mas aí fico sabendo que zoam o menino por ser filho de comunistas. Mesmo a namoradinha, que pegou várias vezes na sua piroca sem achar ruim, o trocou por um colega de turma ao saber que meu filho nunca foi à Disney. Digo que é um absurdo, comunismo nem existe mais, fora que já lhe prometi uma viagem à Califórnia. Esses fedelhos repetem qualquer merda que ouvem em casa, mas se meu filho quiser, posso comparecer à próxima reunião de pais e professores com uma camisa da seleção brasileira. O menino, no entanto, tenciona se transferir para uma escola pública na favela, onde ninguém o recriminará por ter genes comunistas. Desta vez quem ri é Rebekka, pois na favela, a começar pelo Agenor, comunista e bandido é tudo a mesma coisa. (Buarque, 2019, p.164-165)

A exclusão sofrida pelo filho de Duarte, pelo fato de ter pais comunistas, deixa mais claro ainda a dimensão fascista da era bolsonarista, o que o faz deixar de frequentar a escola. O caráter protofascista manifesta-se, nesse momento, na própria ideia de anulação ou liquidação da experiência da esquerda. Há, naquele con-

texto brasileiro, uma clara dimensão de aniquilação do outro. É interessante ressaltar que Rebekka, uma mulher judia, enxerga no Brasil uma espécie de paraíso — um país que, apesar de suas mazelas sociais, representa o lugar dos sonhos idealizado por meio de uma imagem filmica: o *Orfeu Negro*, como já mencionado anteriormente. É essa mesma Rebekka que demonstra dificuldade em reconhecer no companheiro, Agenor, traços de um fascismo cotidiano — o fascismo comum, representado por aqueles que não veem problema algum em equiparar um bandido a um comunista.

Considerações finais

O livro pode ser lido como uma grande interpretação da história do tempo presente para compreensão do Brasil e de sua gente. Se em *Raízes do Brasil*, Sérgio Buarque de Holanda, ensaia que o que nos caracteriza como país está pautado na ideia de um homem cordial, em *Essa Gente*, Chico Buarque revela o fim de “acordo” social. Não existe pacto possível, porque há uma divisão tão forte e clara, um ódio explícito e patente, que o Brasil se tornou impraticável. O Brasil da era *protofascista* tem como normal social a exaltação da violência. Talvez por isso, o suicídio de Duarte no final do livro. Também dimensão social não permite utopias para a as esquerdas, pois o projeto *protofascista* é forte e tem forte base social.

Para finalizar, podemos apontar a metáfora sobre o Brasil que se apresenta em 2018 sobre a perspectiva de um sonho em que Duarte se encontra em um avião que está caindo. Esse momento, leva-o imediatamente a rememoração de uma sucessão de acontecimentos familiares e pessoais em que o personagem vai descrevendo ao

leitor com o desfecho trágico da possível queda do avião:

[...] a maternidade onde nasci, a casa dos meus pais, a igreja onde fui batizado, o colégio onde xinguei o padre, o campo de terra onde fiz um gol de calcanhar, a praia onde quase me afoguei, a rua onde apanhei na cara, o cinema onde namorei, o prédio do curso do pré-vestibular onde larguei no meio, os endereços dos casamentos que larguei no meio [...] Foi esse meu último sopro de vida, e logo acordo enrolado no lençol com a televisão ligada: a partir de hoje, por decreto presidencial, posso ter quatro armas de fogo em casa (Buarque, 2019, p.17).

A queda do avião é, portanto, uma metáfora sobre o Brasil. Para Duarte, estávamos em queda livre e esse caimento apagaria uma história terna, afetiva ou até mesmo desejada sobre o que éramos ou seríamos enquanto país, é, portanto, o fim de uma crença em um passado, em um outro Brasil, que naquele momento havia se findado. Da queda emergiu esse novo país *protofascista* que também estava lá no passado, mas não aparecia de forma tão latente. Sérgio Buarque ensaiou o país da cordialidade, dos sujeitos que buscavam na intimidade com o outro, mesmo que estranho para si, mesmo que com violência, tornarem-se um coletivo. Em tempos de protofascismos o Brasil tornou-se um ajuntamento d*Essa Gente* descrita por Chico Buarque em sua obra.

Referências e fontes

AUGUSTIN, Kristina. Reflexões Históricas sobre os castrati: origem ibérica (séc V e XVI). v. 1 n. 2 (2013): Música e Linguagem - Revista do Curso de Música da Universidade Federal do Espírito Santo acessado em: 08.01.2025

AVRITZER, Leonardo. *O pêndulo da democracia*. São Paulo: Todavia, 2019.

BOTELHO, D. . (2020). "É isso o Brasil. Alguém precisa pôr ordem nessa bagunça": Chico Buarque entre a história e a literatura. *ArtCultura*, 22(40), 309–314. <https://doi.org/10.14393/artc-v22-n40-2020-56982>

BUARQUE, Chico. *Essa gente*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019, 193p.

FERREIRA, F. A. FASCISMO E PROTOFASCISMO: Reflexões sobre a escalada atual. *Revista Contraponto*, [S. l.], v. 10, n. 1, p. e12606, 2023. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/contraponto/article/view/126206>. Acesso em: 8 jan. 2025.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

LEAL, Kelly Márcia de Moura. CALA a boca, Bárbara: censura musical e disputas de gêneros em tempos de Ditadura no Brasil. *Anais do XXVIII Anais do Simpósio Nacional de História – ANPUH – (2015)* Florianópolis, SC. Acessado em: http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1434403421_ARQUIVO_ArtigoANPUH-Kelly.pdf

PERLATTO, Fernando. História, literatura e a ditadura brasileira: historiografia e ficções no contexto do cinquentenário do golpe de 1964. *Estud. hist.* (Rio J.), Rio de Janeiro, v. 30, n. 62, p. 721-740, dez. 2017. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-21862017000300721&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 03 set. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/s2178-14942017000300011>.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História & história cultural*. 2ª Edição. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

REIS FILHO, Daniel Aarão. *A revolução faltou ao encontro*. São Paulo, Brasiliense, 1989.

SILVA, Franc Casagrande. A PRESENÇA EVANGÉLICA NA POLÍTICA ATUAL E O ESTADO LAICO NO BRASIL. *Último*

Andar, n. 34, 2019, p.02-11

<https://entretenimento.uol.com.br/noticias/redacao/2014/06/19/aos-70-anos-chico-buarque-com-respeitada-obra-literaria.htm> acessado em 14.11.2021

<http://g1.globo.com/politica/noticia/2014/10/psdb-pe-de-ao-tse-auditoria-para-verificar-lisura-da-eleicao.html> acessado em 14.11.2021

https://brasil.elpais.com/brasil/2015/10/01/politica/1443657486_378478.html acesso em 14.11.2021

<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2021/04/projeto-armamentista-de-bolsonaro-segue-em-curso-apesar-de-liminar-de-rosa-weber-dizem-especialistas.shtml> acessado em 14.11.2021

<http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/591207-o-bolsonarismo-e-maior-que-bolsonaro-projeto-punitivista-admite-o-intoleravel-e-ameaca-democracia> acessado em 14.11.2021

<https://www.cartacapital.com.br/sociedade/10-afirmacoes-de-bolsonaro-que-vao-contra-o-que-a-pascoa-representa/> acessado em 14 de abril de 2025

Os autores



Alcebíades Costa Filho

Doutor em História pela Universidade Federal Fluminense - UFF (2010), Mestre em Educação pela Universidade Federal do Piauí - UFPI (2002), Graduado em Licenciatura em História pela Universidade Federal do Piauí - UFPI (1982). É Professor Adjunto II do Curso de História da Universidade Estadual do Piauí - UESPI e da Universidade Estadual do Maranhão - UEMA. Professor do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Sociedade e Cultura - PPGSC/UESPI - Campus Poeta Torquato Neto. Membro do Núcleo de Documentação e Estudos em História, Sociedade e Cultura - NEHST/UESPI e do Núcleo de Estudos em Memória e Acervo - NEMA/UESPI. Tem experiência na área de História, com ênfase em História do Brasil, atuando principalmente nos seguintes temas: Escravidão, História do Piauí, História e Literatura, Historiografia, História da Educação, História da Alimentação.

Almerito Francisco Oliveira da Silva

Mestre em História do Brasil pelo Programa de Pós-Graduação em História do Brasil da Universidade Federal do Piauí (PPGHB-UFPI). Graduado em Licenciatura Plena em História pela Universidade Estadual do Piauí (UESPI) em 2017. Tem experiência e interesse nas áreas de História, com ênfase em História do Brasil, História do Piauí e Cultura Popular. Entre 2016 e 2017 desenvolveu uma pesquisa amparado da metodologia da História Oral sobre o trabalho de manutenção da festa do bumba meu boi na cidade de Teresina pelos mestres desses grupos, onde destacou a confluência entre as mudanças e permanências dentro da festa. O trabalho de campo se deu de forma observador não participativo acompanhando a temporada de três

grupos remanescentes de bumba-meu-boi da zona sul da capital piauiense. No Mestrado em História do Brasil pelo PPGHB/UFPI (2023-2025) desenvolveu um trabalho sobre a trajetória e representações culturais da cantora e compositora Maria da Inglaterra no cenário musical da cidade Teresina dentro da linha de pesquisa de História, Memória e Cidades.

Ana Victoria Leite Rocha

Mestranda no Programa de Pós-Graduação em História Social (PPGHIS/UFC) e Licenciada em História pela Universidade Federal do Piauí (UFPI). Foi bolsista do Programa Residência Pedagógica (2023-2024), atuando sob supervisão da Prof. A Dra. Pamela Michelet, e desenvolveu pesquisa de Iniciação Científica (IC/UFPI) orientada pela Prof. A Dra. Cláudia Fontineles, com enfoque no trabalho doméstico nas mídias brasileiras. O estudo analisou discursos antes, durante e após a PEC das Domésticas (2013), explorando as representações das trabalhadoras a partir de recortes de raça, gênero e classe. Integrou o projeto de extensão “Acervo Digital para História Oral da Região de Uruçuí” (IFPI, 2019), voltado à preservação da memória cultural local, e participou do mapeamento das etnias indígenas Gueguês. Como bolsista do “Blog das Independências” (ANPUH, 2022), produziu conteúdos sobre os múltiplos agentes históricos do processo de Independência do Brasil. Seus interesses de pesquisa incluem: mundos do trabalho (com ênfase no trabalho doméstico), relações étnico-raciais, análise de discurso e estudos de coloniais.

Antonia Valtéria Melo Alvarenga

Doutora em História Social pela Universidade Federal Fluminense e em Direito pela Universidad Nacional Lomas de Zamora-AR. Professora da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) e Universidade Estadual do Piauí (UESPI).

Caio Rodrigues de Sousa

Graduando em História na Universidade Federal do Piauí (UFPI), bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID/CAPES), e membro do Núcleo de Pesquisa em História e Memória (NUPEM). Pesquisa sobre o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra-MST, o ensino de História no Brasil pós-Temer e Bolsonaro e o Centrão a partir da constituinte de 1988.

Claudia Cristina da Silva Fontineles

Bolsista em Produtividade Científica CNPq. Professora Associada da Universidade Federal do Piauí (Departamento de História, Pós-Graduação em História e Pós-Graduação em Ciência Política). Doutora em História pela Universidade Federal de Pernambuco, Mestre em Educação pela Universidade Federal do Piauí. Especialista em História Sociocultural pela Universidade Federal do Piauí e Especialista em História Política Contemporânea pela Universidade Estadual do Piauí. Licenciada em História e em Pedagogia, Graduada em Direito pela Universidade Estadual do Piauí. Desenvolve pesquisas nas áreas de História e Memória, História Política, História e Mídia, História e Cidade, História e Literatura, História dos Esportes, História da Educação, Ensino de História, entre outros temas.

Coordenadora Voluntária do Programa de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID/HISTÓRIA/CAPES/UFPI). Autora de livros sobre História, entre os quais, “O Recinto do elogio e da crítica” e “Nasce um bairro, renasce a esperança”.

Cristiane Portela de Carvalho

Doutora em Comunicação pela Universidade Metodista de São Paulo (UMESP). Mestra em Comunicação pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Docente do Curso de Jornalismo da Universidade Federal do Piauí (UFPI). Integra o Núcleo de Pesquisas em Mídia, História e Tecnologias (NUMIHTEC/UFPI). Líder do Grupo de Pesquisa Jornalismo e Convergência Midiática (JOCON/UFPI). Realiza Estágio Pós-Doutoral no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Ceará (PPGCOM/UFC).

Evandro Araújo Fontinele

Graduando do 4º período em História na Universidade Federal do Piauí – UFPI. Pesquisa Política, Arte e Cultura no Brasil, com ênfase na história do cinema brasileiro através da política. Também é membro integrante do PIBID – Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência – de História (2024-2026) e do GT História, Cultura e Subjetividade, do DGP/CNPq.

Francisco de Assis de Sousa Nascimento

Professor Associado IV da Universidade Federal do Piauí – UFPI, do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História do Brasil – PPGHB/UFPI. Coordena os Programas Stricto Sensu da Pró Reitoria de Ensino de Pós-Graduação - PRPG/UFPI. É Líder do Grupo de Pesquisa do CNPq “História Política, Arte e Cultura”. Tem experiência na área de História, com ênfase em História do Brasil, atuando principalmente nos seguintes temas: República, Educação e Memória, Psico-história, História militar, Arte e Cultura no Brasil contemporâneo.

Francisco Gleison da Costa Monteiro

Doutor em História pela Universidade Federal de Pernambuco. Atua no curso de graduação em História do CSHNB/UFPI e no Programa de Pós-Graduação em História do Brasil/CMPP. Também já foi Diretor do Campus Senador Helvídio Nunes de Barros, gestão 2017-2021 e Coordenou o Projeto de Extensão História na comunidade: digitalização de documentos eclesiásticos na cidade Jaicós. É atualmente Coordenador do Programa de Pós-Graduação em História do Brasil da UFPI, membro da Associação Nacional de História (ANPUH), da Sociedade Brasileira de Estudos do Oitocentos (SEO) e do Núcleo de Pesquisa e Documentação em História (NUPEDOCH). É co-líder do Núcleo de Estudo e Pesquisa em História do Piauí Oitocentista/CNPq. Também atuou como Membro da Comissão de Classificação de Livros da área de História/CAPES no quadriênio (2016-2020). Tem experiência na área de História, com ênfase em Teoria e Metodologia da História, atuando principalmente nos seguintes temas: Historiografia Brasileira, Métodos e Técnicas da Pesquisa,

Ensino de História, Piauí Imperial e História Agrária, trabalho e trabalhadores no Império do Brasil.

Hellen Pabline Leal Conceição

Doutoranda em História do Brasil pela Universidade Federal do Piauí – UFPI e Mestra em Ensino de História pelo curso de Mestrado Profissional em Ensino de História (Pro-História/UESPI).

Iara Lua Castelo Branco Vasconcelos

Graduanda em Licenciatura em História pela Universidade Federal do Piauí (UFPI), bolsista pelo Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC/UFPI).

Ítala Teixeira de Sousa

Graduanda no curso de História pela Universidade Federal do Piauí, Campus Ministro Petrônio Portella. Técnica em Desenho de Construção Civil pela Escola de Ensino Profissionalizante Rita Matos Luna - Jucás-CE. Atualmente é bolsista PIBIC- CNPq no projeto “Jeitos de contar: narrativas governamentais, jornalísticas e literárias sobre o Brasil republicano (a partir de 1960)”.

João Paulo Charrone

Doutor em História Social (2017) pela Universidade Federal Fluminense (conceito CAPES 7). É mestre em História Medieval (2009) pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - UNESP/ campus de Assis/SP (conceito

CAPES 5), licenciado em História pela mesma Universidade (2005). Atualmente é Professor Adjunto (DE) do curso de Licenciatura em História, ocupando as cadeiras relacionadas à área de História Antiga e Medieval, na Universidade Federal do Piauí/Campus Ministro Petrônio Portela (Teresina-PI).

José Petrúcio de Farias Júnior

Mestre e Doutor em História pela Universidade Estadual Paulista 'Júlio de Mesquita Filho', professor de História Antiga e Medieval da Universidade Federal do Piauí. Atua como líder do Laboratório de História Antiga e Medieval (LABHAM/UFPI) e integra o corpo docente do Programa de Pós-Graduação em História do Brasil/UFPI.

Joseanne Zingleara de Soares Marinho

Doutora em História pela Universidade Federal do Paraná – UFPR. Professora Adjunta da Universidade Estadual do Piauí (UESPI), atuando como docente no Mestrado Profissional em Ensino de História (ProfHistória/ UESPI) e no Programa de Pós-Graduação em História do Brasil da Universidade Federal do Piauí (PPGHB/UFPI).

Juliana Fernandes Teixeira

Doutora em Comunicação e Cultura Contemporâneas pela Universidade Federal da Bahia (Salvador/Brasil) e em Ciências da Comunicação pela Universidade da Beira Interior (Covilhã/Portugal), por meio do regime de co-tutela entre as duas instituições. Realizou, entre 2016 e 2018,

Estágio Pós-Doutoral na Universidade Federal do Piauí (UFPI), onde, atualmente, é professora do Departamento de Comunicação Social. Docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Ceará (PPGCOM/UFC). Líder do Grupo de Pesquisa Jornalismo, Inovação e Igualdade (JOII/UFPI). Mestre em Jornalismo pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e graduada em Comunicação Social - com habilitação em Jornalismo pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Larissa Maciel Silva

Graduada em História pela Universidade Federal do Piauí (2022). Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História do Brasil na Universidade Federal do Piauí. Bolsista CAPES/DS. Especialista em História Antiga, Medieval e Moderna (2023) e em Teoria da História e Historiografia (2023). Participa do GT de História Militar Piauí. Tem experiência na área de História, com ênfase em História da Moda e História Militar. Bolsista CAPES/DS.

Lucas Gabriel Lopes

Graduando na Universidade Estadual do Piauí, no curso de Licenciatura Plena em História.

Luciana Farias de Araújo Andrade

Professora do IF – Campus Dirceu; Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História do Brasil, da Universidade Federal do Piauí – PPGHB-UFPI.

Márcio Douglas de Carvalho e Silva

Doutor em História pela Universidade Federal do Pará (UFPA), com pós-doutorado no Programa de Pós-Graduação em História do Brasil da Universidade Federal do Piauí (UFPI). Desenvolve pesquisas nas áreas da História, Piauí oitocentista, seca, trabalho e migração.

Maria Cristina de Sousa Brito

Atualmente acadêmica do curso de Licenciatura em História na Universidade Federal do Piauí - UFPI . Tem experiência na área de Agropecuária, através de curso profissionalizante no Colégio Técnico de Teresina - CTT/UFPI. Já atuou em projeto de pesquisa na área: Educação.

Maria Manuela de Sousa Rocha

Mestranda em História do Brasil pela Universidade Federal do Piauí – PPGHB/UFPI, Bolsista CNPq. Pós-graduada em nível de Especialização em Historiografia Brasileira, pela FAVENI-Faculdade Venda Nova do Imigrante. Pós-graduada em nível de Especialização em História do Brasil pela Universidade Federal do Piauí - CEAD/UFPI. Graduada em Licenciatura Plena em História, pela Universidade Federal do Piauí, Campus Senador Helvídio Nunes de Barros.

Mário Sérgio Pereira de Olivindo

Doutorando em História do Brasil pela Universidade Federal do Piauí (UFPI). Mestre em Ensino de História pela Universidade Regional do Cariri (ProfHistória/URCA). Licenciado em História pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA). Especialista em História do Brasil (UFPI). Especialista em Docência para a Educação Profissional e Tecnológica (IFMA). Desenvolve pesquisas nas áreas da História, ensino de história e Ceará oitocentista.

Marylú Alves de Oliveira

Marylú Alves de Oliveira Possui doutorado em História Social e pós-doutorado no Programa em História da Universidade Federal do Ceará. Atuou como coordenadora de Tutoria do Centro de Educação à distância no curso de História (UFPI). Desde 2009 é Professora efetiva do curso de História da Universidade Federal do Piauí e atualmente é colaboradora do Programa de pós-graduação em História da Universidade Federal do Ceará. Desenvolve o projeto de pesquisa: Os lugares mais sombrios - As representações sobre a ditadura militar brasileira (1964-1984) e as construções de conceitos políticos nas obras A noite da espera e Pontos de fuga de Milton Hatoum. Coordenadora do Grupo de Estudos em História, Literatura e Política. Líder do Grupo de Pesquisa do CNPq HISTÓRIA POLÍTICA, TEATRO E MÚSICA, pesquisadora dos grupos: Grupo de Estudos de América Latina e Núcleo Antônio Candido de Estudos de Literatura e Sociedade. Desenvolve estudos acerca das seguintes temáticas: Cultura Política, Anticomunismo, Partidos Políticos, PTB, Trabalho, Trabalho, Ditadura militar, América Latina e a relação entre a produção literária e a política.

Mateus Costa Cordeiro

Graduando em licenciatura em História pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) campus Caxias. Bolsista de iniciação científica CNPq (2023 - 2024) PIBIC do projeto intitulado ANIMAIS DE TERREIRO NO MARANHÃO, PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX: PESQUISA EM POVOADOS NO MUNICÍPIO DE COELHO NETO.

Moisés Moura Soares dos Anjos

Graduando em História na Universidade Federal do Piauí (UFPI) e bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID/CAPES). Pesquisa sobre política e disputas de poder com enfoque na História Medieval.

Nádia Narcisa de Brito Santos

Doutoranda em História do Brasil pela Universidade Federal do Piauí (UFPI), mestre em História e Letras pela Universidade Estadual do Ceará (UECE, 2020), licenciada em História pela Universidade Federal do Piauí (UFPI, 2016). Integra o Laboratório de História Antiga e Medieval (LABHAM/UFPI) e o grupo de pesquisa História, Memória, Sociedade e Ensino (UECE).

Nilsângela Cardoso Lima

Doutora em História pela Universidade do Vale do Rio dos

Sinos (UNISINOS). Doutora em Ciências da Comunicação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). Mestra em História do Brasil pela Universidade Federal do Piauí (UFPI). Professora do Curso de Jornalismo da Universidade Federal do Piauí (UFPI). Docente do Programa de Pós-Graduação em História do Brasil da Universidade Federal do Piauí (PPGHB/UFPI). Coordenadora do Núcleo de Pesquisas em Mídia, História e Tecnologias (NUMIHTEC/UFPI) e do Grupo de Pesquisa Jornalismo, Mídia, História e Poder (JOMIHIP/UFPI).

Noely Lima Araújo

Universidade Estadual do Maranhão- UEMA.

Paulo Vinícius Figueiredo Pontes

Graduando em História pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA); Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão (FAPEMA).

Pedro Vilarinho Castelo Branco

Doutor em História pela Universidade Federal de Pernambuco (2005), Mestre em História pela Universidade Federal de Pernambuco (1995) e Graduado em Licenciatura Plena em História pela Universidade Federal do Piauí (1992). É professor Titular da Universidade Federal do Piauí, atuando junto ao Programa de Pós-Graduação em História do Brasil, e ao Departamento de História. Atualmente é o Coordenador do Programa de Pós-Graduação

em História da UFPI. Integra o grupo de pesquisa História Cultura e Poder no longo século XIX brasileiro, cujas linhas de Pesquisa se enquadram em: Estado, Cultura e Relações de Poder; História, Relações de Gênero e Família, Práticas religiosas no Longo século XIX.

Ravenna Maria Anjos Pereira

Graduanda em formação no curso de Licenciatura em História pela Universidade Federal do Piauí, técnica em administração pelo Instituto Federal do Piauí. Tem interesse nas áreas de História Política e História Social.

Vitor Gabriel Bezerra Arrais

Graduando em Licenciatura plena em História pela Universidade Federal do Piauí (2021-atualidade). Atuou como pesquisador voluntário do Programa de Iniciação Científica (ICV/UFPI) intitulado “Milton Hatoum entre a Memória e a História”, sob orientação da Professora Doutora Marylu Alves de Oliveira (2023-2024). Professor estagiário vinculado à Secretaria Municipal de Educação (SEMEC-Teresina), atuando como docente de História ao nível fundamental (anos finais) de ensino na capital piauiense (2024).

ISBN 978-65-5330-029-3



9 786553 300293